



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Faculdade de Serviço Social

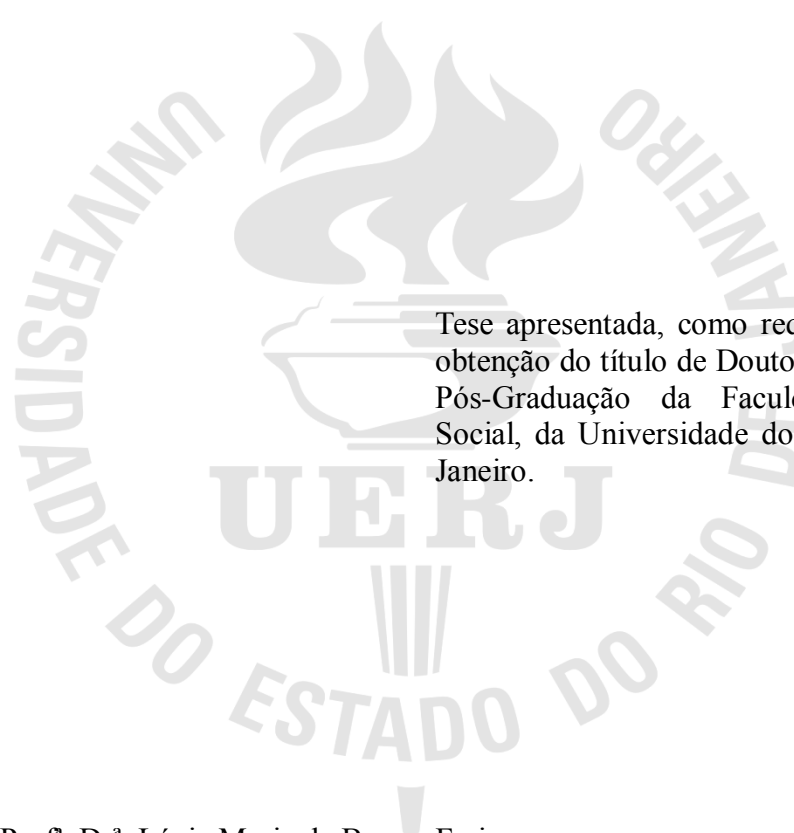
Sueli Maria do Nascimento

**Docência no ensino superior público no Brasil: condições de trabalho e de vida na  
expansão das universidades federais para o interior**

Rio de Janeiro  
2017

Sueli Maria do Nascimento

**Docência no ensino superior público no Brasil: condições de trabalho e de vida na  
expansão das universidades federais para o interior**



Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora, ao Programa de  
Pós-Graduação da Faculdade de Serviço  
Social, da Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lúcia Maria de Barros Freire

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

N244	Nascimento, Sueli Maria do Docência no ensino superior público no Brasil: condições de trabalho e de vida na expansão das universidades federais para o interior / Sueli Maria do Nascimento. – 2017. 263 f.  Orientadora: Lúcia Maria de Barros Freire Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social. Bibliografia.  1. Ensino Superior - Teses. 2. Universidades e faculdades públicas – Teses. 3. Trabalho – Teses. I. Freire, Lúcia Maria de Barros II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.  CDU 378
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Sueli Maria do Nascimento

**Docência no ensino superior público no Brasil: condições de trabalho e de vida na  
expansão das universidades federais para o interior**

Tese apresentada, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutora, ao Programa de  
Pós-Graduação da Faculdade de Serviço  
Social, da Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro.

Aprovada em 30 de Novembro de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lúcia Maria de Barros Freire (Orientadora)  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cleier Marconsin  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof. Dr. Mário Duayer de Souza  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Larissa Dahmer Pereira  
Escola de Serviço Social - UFF

---

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos  
Escola de Serviço Social - UNIRIO

---

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso (suplente)  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Andréa Araujo do Vale (suplente)  
Escola de Serviço Social - UFF

Rio de Janeiro

2017

## DEDICATÓRIA

Eis o resultado de meu empenho intelectual nos últimos quatro anos e oito meses, o qual **dedico a toda minha família**, lugar primeiro e último de construção cotidiana de minha individualidade insatisfeita, resistente, questionadora, investigadora, pretensamente crítica e propositiva.

Desde os fortes cordões naturais compartilhados pela mesma ascendência até os estreitos laços parentais de colateralidade e de descendência que tecemos na nossa história, que sejam mútuos e constantes o nosso respeito, nosso amor, nossa felicidade.

Como retribuição por suportarem minhas ausências e impaciências, que certamente repercutiram e repercutirão nalguma medida, boa ou má, em suas vidas e em nossa relação, **dedico a meus filhos Felipe e Beatriz.**

Também **dedico aos docentes das universidades públicas brasileiras**, com especial deferência para todos os professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que pelejam no solo minado da “política de ultra-direita” que se faz no tempo presente. Aos colegas da Universidade Federal de Alagoas, da restinga ao sertão, em particular, às pessoas que, assim como eu, lançaram-se na implantação e consolidação do projeto de interiorização do ensino universitário encampado por uma instituição pública federal, e experimentaram ou ainda experimentam as *doçuras e agruras das paisagens do interior* nordestino.

Muito especialmente, **dedico à colega do DINTER UFAL/UERJ, Adielma Lima do Nascimento**, para quem ponho à disposição minha solidariedade e minha amizade.

## AGRADECIMENTOS

À Professora Lúcia Freire, mais que orientadora, fonte de confiança e bálsamo para meu espírito atribulado pelas dúvidas e pelo descrédito sobre minhas próprias capacidades de elevação da consciência crítica. Esse agradecimento é extensivo a todas as componentes do GESTA, pelas trocas tornadas possíveis através da Professora Lúcia. Não poderia deixar de mencionar os apoios recebidos especialmente da parte de Márcia Silva e de Jô Portilho.

Aos membros da banca examinadora pelas irretocáveis contribuições.

À Professora Edna Bertoldo pela atenção que dispensou a mim, atendendo ao pedido para apreciar meu projeto de tese, bem como, por todas as observações que fez, especialmente no parecer para qualificação do projeto e na primeira versão que apresentei do primeiro capítulo. Suas contribuições foram imprescindíveis para o direcionamento deste estudo.

À Professora Silene Freire por suas atitudes e posturas firmes e empáticas, tanto na condução da coordenação do DINTER UFAL/UERJ e do PPGSS/UERJ como na condição de professora de Teoria Política Contemporânea.

A todas e todos colegas do Dinter, professoras e professores da UFAL: Adielma, Diego, Edivânia, Elaine, Eriberto, Fabiano, Izabel, Janne, Japson, Keila, Marli, Marco, Sabrina e Thaysa. Em particular, às “Princesas de Botafogo” (Adielma, Elaine, Keila e Sabrina), com quem compartilhei momentos inesquecíveis durante o estágio obrigatório no Rio de Janeiro. Também agradeço pelo apoio financeiro que recebi das colegas durante aqueles meses fora de casa. Finalmente, pela escuta dos desabafos, pelos conselhos, pela cumplicidade durante todo o doutoramento, agradeço especialmente a Adielma, Elaine e Janne.

Às professoras, colegas da Faculdade Norma Alcântara e Reivan Marinho, pela iniciativa de proposição do DINTER e pela condução local do programa.

Ao Professor Mário Duayer pelas observações na qualificação do projeto de tese, mas também pela autorização para que eu cursasse, na condição de ouvinte, a disciplina Tópicos Especiais em Trabalho e Reprodução Social II, e pela competente condução na orientação dos estudos. O agradecimento é extensivo aos colegas daquela disciplina, especialmente para Daiana e Rafael, pela boa companhia e pelas trocas de ideias, de material de estudo.

À professora Larissa Dahmer, agradeço pela leitura atenta e pelas críticas e sugestões na qualificação do projeto de tese.

À professora Deise Mancebo, meu agradecimento por ter me recebido e me dado sugestões preciosas quanto ao objeto de estudo.

Às professoras Silvana Medeiros e Maria Valéria Correia pelo incentivo à época da seleção para ingresso no DINTER, sem o qual tenho certeza que ainda estaria estacionada ou ainda não teria avançado o tanto que avancei no meu processo de qualificação profissional.

Às professoras Marinês Coral e Mailiz Garibotti Lusa, pela “troca de figurinhas” sobre a interiorização.

Às professoras Sabrina França, Danielle Nóbrega e Aline Nomeriano pelo socorro de última hora, prestando-me informações atualizadas sobre o “cenário” do *Campus* Arapiraca da UFAL e dos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios.

Aos professores efetivos e substitutos dos diferentes cursos nos quais estamos lotados eu e meus colegas de DINTER, nas unidades acadêmicas de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Delmiro Gouveia e Maceió, por assumirem nossas cargas horárias nas nossas ausências, tanto quando estivemos em afastamento, como quando tivemos redução de carga horária para realizarmos qualificação. Dou o devido destaque à colega Franqueline Terto, professora substituta, que assumiu até o fim e de bom grado uma das disciplinas de minha responsabilidade nesse último semestre letivo.

Aos que foram meus alunos e minhas alunas no Curso de Graduação em Serviço Social em Palmeira dos Índios, por me proporcionarem o aprendizado do fazer e do refletir sobre a prática docente. Continuo aprendiz, mas trago comigo lições inesquecíveis do sentido finalístico do ensino universitário público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. Devo muito disso ao bom convívio com essa “brava gente brasileira”.

A todos os meus amigos e amigas, agradeço pelos apoios diversos que recebi. Especialmente, aos amigos Edelweiss Falcão de Oliveira e seu esposo Zaqueu Moreira de Oliveira, com os quais pude contar na revisão de parte desta tese. E, carinhosamente, agradeço pelo incentivo das diletas amigas que se tornaram minha família de Palmeira dos Índios e Arapiraca: Edivânia, Emília e Lidiane.

Agradeço, sobremaneira, à minha família. Em memória daqueles cuja presença já não podemos mais contar: Eugênio e Maria José (pai e mãe), Eugênio e Nair (irmão e irmã); pelo suporte material e afetivo constante de minhas irmãs Neide, Nadir, Nelí, Nanci e Neci e de meu irmão Elias, bem como de cunhados e cunhada, sobrinhos e sobrinhas (incluindo “sobrinhas-noras”). A essas pessoas que sempre, desde o início da minha aventura como docente em Palmeira dos Índios, de alguma forma me incentivaram, apoiaram, prestaram auxílios dos mais diversos modos, estando perto ou distantes de mim.

Registro meu agradecimento especial a Nadir, pela cumplicidade em cada escuta, em cada aconselhamento, em cada decisão, a cada passo dado por mim nessa caminhada, e também pela colaboração direta na leitura e crítica desta tese. A ela, declaro escancaradamente meu amor.



São horas talvez de eu fazer o único esforço de eu olhar para a minha vida.  
Vejo-me no meio de um deserto imenso. Surjo do que ontem internamente fui,  
procuro explicar a mim próprio como cheguei aqui

*Fernando Pessoa*

## RESUMO

NASCIMENTO, Sueli Maria do. *Docência no ensino superior público no Brasil: condições de trabalho e de vida na expansão das universidades federais para o interior*. 2017. 263f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho consiste na exposição do desenvolvimento e resultados da pesquisa realizada no processo de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da UERJ. O estudo ora apresentado teve como objeto as condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores docentes no contexto da recente expansão das universidades federais brasileiras em municípios interioranos. Foram problematizados os impasses e desafios para fixação e qualificação dos servidores docentes nas localidades de instalação das unidades interiorizadas e suas implicações na qualidade dos serviços e das produções científicas e intelectuais, no contexto dos projetos de desenvolvimento nacional e regional para os quais os docentes são chamados a contribuir para a realização da pretensa finalidade da instituição universitária de atuar como vetor de desenvolvimento local. O objetivo geral da pesquisa foi apresentar e refletir sobre o objeto de estudo e o problema levantado, sendo apontado como argumento central que o desafio do trabalho docente na interiorização universitária transcende os limites da instituição acadêmica e se relaciona com o cotidiano da vida social nas localidades onde o trabalho é realizado. As considerações aqui desenvolvidas, tiveram como espaço particular de investigação o *Campus Arapiraca* da UFAL. O principal procedimento de estudo científico foi a pesquisa documental e a reflexão crítica a partir da discussão teórica. Os exemplos expostos, referentes ao processo de interiorização da UFAL, a partir de 2006, não permitem generalizações da realidade em todo Brasil, haja vista as particularidades regionais do Nordeste brasileiro e, nele, do estado de Alagoas, que configuram as condições peculiares de desenvolvimento social. Contudo, possibilitam compreender a que situações e circunstâncias se referem as interpretações teóricas apresentadas acerca dos problemas estudados. Os resultados apontados, portanto, não são conclusivos, porém, devem contribuir para a identificação da dinâmica e das tendências dos processos atuais de desvalorização, intensificação e precarização do trabalho docente, que se constituem como categorias determinantes da qualidade do ensino superior público, das produções científicas e intelectuais nas unidades interiorizadas e das tensões políticas em prol do desenvolvimento social.

Palavras-chave: Ensino superior. Universidades públicas. Interiorização. Trabalho. Vida cotidiana. Docência.

## ABSTRACT

NASCIMENTO, Sueli Maria do. *Teaching in Brazilian public higher education: working and living conditions in the expansion of federal universities to the interior*. 2017. 263f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work consists of the presentation of the development and results of the research carried out in the PhD process in the Graduate Program in Social Work, UERJ. The study presented here had the objective of working conditions and daily life of teachers in the context of the recent expansion of federal universities in Brazilian municipalities. The impasses and challenges for the fixation and qualification of the teaching staff in the localities of the installation of the internalized units and their implications on the quality of scientific and intellectual services and production were problematized in the context of the national and regional development projects for which the teachers are called to contribute to the achievement of the purported purpose of the university institution to act as a vector of state and regional development. The general objective of the research was to present and reflect on the object of study and the problem raised, being pointed out as central argument that the challenge of teaching work in university internalization transcends the limits of the academic institution and relates to the daily life of social life in localities where the work is done. The considerations developed here had as a particular research space the Campus Arapiraca of UFAL. The main procedure of scientific study was the documentary research and the critical reflection from the theoretical discussion. The above examples, referring to the internalization process of UFAL, as of 2006, do not allow generalizations of the reality in all Brazil, due to the regional peculiarities of the Nordeste of the Brazil and, in it, of the state of Alagoas, that configure the peculiar conditions of development Social. However, they make it possible to understand what situations and circumstances refer to the theoretical interpretations presented about the problems studied. The results pointed out, therefore, are not conclusive, however, they should contribute to the identification of the dynamics and tendencies of the current processes of devaluation, intensification and precarization of teaching work, which constitute the determinant categories of the quality of public higher education, scientific and intellectual in the internalized units and political tensions in favor of social development.

Keywords: Higher education. Public universities. Interiorization. Work. Daily life. Teaching.

## RESUMEN

NASCIMENTO, Sueli Maria do. *Docencia en la enseñanza superior pública en Brasil: condiciones de trabajo y de vida en la expansión de las universidades federales hacia el interior*. 2017. 263f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabajo consiste en la exposición del desarrollo y resultados de la investigación realizada en el proceso de doctorado en el Programa de Postgrado en Servicio Social, de la UERJ. El estudio presentado presentó como objeto las condiciones de trabajo y de vida cotidiana de los trabajadores docentes en el contexto de la reciente expansión de las universidades federales brasileñas en municipios interiores. Se han cuestionado los impasses y desafíos para la fijación y calificación de los servidores docentes en las localidades de instalación de las unidades interiorizadas y sus implicaciones en la calidad de los servicios y de las producciones científicas e intelectuales en el contexto de los proyectos de desarrollo nacional y regional para los cuales los docentes son llamados a contribuir a la realización de la pretendida finalidad de la institución universitaria de actuar como vector de desarrollo estadual y regional. El objetivo general de la investigación fue presentar y reflexionar sobre el objeto de estudio y el problema planteado, siendo señalado como argumento central que el desafío del trabajo docente en la interiorización universitaria trasciende los límites de la institución académica y se relaciona con lo cotidiano de la vida social en las localidades donde el trabajo se realiza. Las consideraciones aquí desarrolladas, tuvieron como espacio particular de investigación el Campus Arapiraca de la UFAL. El principal procedimiento de estudio científico fue la investigación documental y la reflexión crítica a partir de la discusión teórica. Los ejemplos expuestos, referentes al proceso de interiorización de la UFAL, a partir de 2006, no permiten generalizaciones de la realidad en todo Brasil, teniendo en cuenta las particularidades regionales del Nordeste do Brasil y, en él, del estado de Alagoas, que configuran las condiciones peculiares de desarrollo social. Sin embargo, permiten comprender a qué situaciones y circunstancias se refieren las interpretaciones teóricas presentadas acerca de los problemas estudiados. Los resultados apuntados, por lo tanto, no son concluyentes, sin embargo, deben contribuir a la identificación de la dinámica y las tendencias de los procesos actuales de devaluación, intensificación y precarización del trabajo docente, que se constituyen como categorías determinantes de la calidad de la enseñanza superior pública, de las producciones científicas e intelectuales en las unidades interiorizadas y de las tensiones políticas en favor del desarrollo social.

Palabras clave: Enseñanza superior. Universidades públicas. Interiorización. Trabajo. Vida cotidiana. Docencia.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Taxa de alfabetização da população de 15 anos em diante – Brasil, Nordeste e Alagoas – 2004-2009.....	179
Tabela 2-	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos em diante – Nordeste e Alagoas – 2004-2009.....	179
Tabela 3-	Instituições de ensino superior no Brasil – 2013.....	198
Tabela 4-	Instituições de ensino superior no Brasil – 2009.....	198
Tabela 5-	Quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais – Brasil / Nordeste / Alagoas - 2005.....	199
Tabela 6-	Quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância – Brasil / Nordeste / Alagoas - 2015.....	200
Tabela 7-	Número de Matrículas da Educação Superior – Alagoas – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico) .....	217
Tabela 8-	Número de Matrículas da Educação Superior – Arapiraca – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico) .....	218
Tabela 9-	Número de Matrículas da Educação Superior – Palmeira dos Índios – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico) .....	218
Tabela 10-	Número de Matrículas da Educação Superior – Penedo – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico) .....	219
Tabela 11-	Número de Matrículas da Educação Superior – Viçosa – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico).....	219
Tabela 12-	Ocorrências de insegurança na sede do Campus Arapiraca em razão da vizinhança com o Presídio Desembargador Luís de Oliveira Lima.....	233

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFAL	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas
ARSAL	Agência Reguladora de Serviços Públicos de Alagoas
CEB	Comunidades Eclesiais de Bases
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
DAP	Departamento de Administração de Pessoal
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação Tecnológica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
MARE	Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPP	Parcerias Público-Privada
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Reestruturação e expansão das universidades federais

SESu	Secretaria de Educação Superior
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

## SUMÁRIO

	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	16
1	<b>O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL E SEU PROCESSO DE (DES)VALORIZAÇÃO NO CAPITALISMO.....</b>	27
1.1	<b>Trabalho: categoria fundante do ser social.....</b>	53
1.1.1	<u>Trabalho e vida cotidiana: produção de valores e reprodução social</u>	59
1.1.2	<u>Trabalho e outras práxis sociais: complexificação das relações sociais e das condições de produção e reprodução da vida social.....</u>	69
1.2	<b>Divisão social do trabalho no capitalismo.....</b>	76
1.2.1	<u>Trabalho e trabalho abstrato: uma importante diferenciação</u>	79
1.2.2	<u>Processo de produção capitalista: trabalho abstrato, formação de valor e valorização do capital.....</u>	94
1.2.2.1	Trabalho produtivo e trabalho improdutivo.....	102
2	<b>DESENVOLVIMENTO NACIONAL E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA.....</b>	121
2.1	<b>Notas sobre o desenvolvimento capitalista e a função reguladora do Estado.....</b>	126
2.1.1	<u>Uma abordagem ontológica do desenvolvimento capitalista e a gênese do Estado regulador.....</u>	126
2.1.2	<u>O capitalismo contemporâneo.....</u>	139
2.1.3	<u>Crises do capitalismo contemporâneo e estratégias de regulação estatal: o Estado neoliberal.....</u>	144
2.2	<b>Educação e reprodução social.....</b>	147
2.3	<b>Desenvolvimento planejado no Brasil: perspectivas, percursos e percalços.....</b>	155
2.3.1	<u>O desenvolvimento do interior no interior do desenvolvimento: Nordeste e Alagoas.....</u>	168
2.4	<b>Contrarreformas universitárias no âmbito dos projetos de desenvolvimento nacional no Brasil pós ditadura militar.....</b>	182
2.4.1	<u>O processo recente de contrarreforma universitária: sentidos e dire-</u>	



	<u>ções</u> .....	184
2.4.2	<u>Expansão universitária como mercantilização da política de educação superior</u> .....	195
2.4.3	<u>A ampliação do acesso ao ensino superior e a interiorização das universidades públicas federais</u> .....	206
3	<b>DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL: PARTICULARIDADES DA INTERIORIZAÇÃO</b> .....	212
3.1	<b>Condições de trabalho e de vida dos docentes da UFAL nas “paisagens do interior”</b> .....	214
3.1.1	<u>Docência na UFAL: condições de trabalho e de vida no interior de Alagoas</u> .....	224
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	240
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	245

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dois últimos anos, pelo menos, as universidades públicas no Brasil têm passado por séria crise de sustentabilidade e de legitimidade como instituições de ensino superior de maior complexidade na formação de profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e como locus da produção científica de excelência no país. Tanto no nível dos governos estaduais como do governo federal, as ameaças à manutenção do ensino superior público gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado estão avançando a passos largos.

Cortes profundos nos orçamentos públicos para as políticas sociais de modo geral e para a educação em particular, têm provocado situações como a da UERJ, por exemplo, com a suspensão ou atraso de salários dos servidores, desde 2016 e a falta ou atrasos de pagamento por serviços terceirizados, desde 2015.

As universidades federais também padecem dessa crise, especialmente pela redução do orçamento para sua manutenção e investimento, que “caiu R\$ 3,38 bilhões em três anos, saindo de R\$ 10,72 bilhões em 2014 para R\$ 7,34 bilhões neste ano. Houve ainda diminuição de mais da metade dos recursos em investimentos (de R\$ 3,7 bilhões para R\$ 1,4 bilhão) e de 16% no custeio (de R\$ 7,02 bilhões para R\$ 5,89 bilhões)” (FERREIRA, 2017, p. 1).

E a saída, “pela direita”, dessa situação que vem sendo criada pelas medidas neoliberais de retração da ação estatal na oferta de serviços sociais públicos é a recomendação da mercantilização das IES públicas, como proposto pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal e também professor da UERJ, Luís Roberto Barroso, para que sejam criadas *novas formas para sustentar as universidades públicas*, como a filantropia, por exemplo, com o recebimento de doação de ex-alunos. Ele defende a ideia de que a universidade deve ser pública nos propósitos, mas autossuficiente no financiamento, pois já há no ensino superior público várias experiências bem sucedidas de prestação de serviços a empresas.

Muito recentemente, no início do mês de novembro de 2017, o Grupo Banco Mundial publicou o relatório de revisão das despesas públicas no Brasil, em documento intitulado “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, no qual, após apresentar um diagnóstico da ineficiência e ineficácia do gasto com ensino superior público, faz recomendações para que sejam cobradas taxas escolares e mensalidades para alunos “ricos” que ingressam em universidades públicas, cuja lógica de rentabilidade para o capital financeiro está sintetizado nessa última proposta (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2017, p. 138):

Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a introdução de tarifas escolares. Isso é justificável, pois o ensino superior oferece altos retornos individuais aos estudantes e, com base em dados atuais, o acesso privilegia fortemente estudantes de famílias mais ricas. Paralelamente, é necessário facilitar o acesso a mecanismos de financiamento para estudantes que não possam pagar as mensalidades. Felizmente, o Brasil já possui o programa FIES, que oferece empréstimos estudantis para viabilizar o acesso a universidades privadas. O mesmo sistema deveria ser expandido para financiar o acesso a universidades federais. A ampliação do FIES para incluir universidades federais poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os estudantes dos 40% mais pobres da população, por meio do programa PROUNI. Juntas, essas medidas melhorariam a equidade do sistema e geraria m uma economia para o orçamento federal de aproximadamente 0, 5% do PIB .

Do outro lado das relações econômicas e de poder, as IES privadas vão se expandindo no mercado, ampliando a lógica da educação como mercadoria, e estabelecendo o ritmo competitivo no qual as IES públicas acabam por se “enquadrar”, como forma de manter as condições de produtividade requeridas pelas agências de fomento de pesquisas e de ações extensionistas.

É nesses contexto e cenário que apresentamos a tese de doutoramento “Docência no ensino superior público no Brasil: condições de trabalho e de vida na expansão das universidades federais para o interior”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ), na modalidade de Doutorado Interinstitucional (DINTER UERJ/UFAL).<sup>1</sup> Esta tese está vinculada ao Grupo de Estudos em Serviço Social, Saúde, Trabalho e Meio Ambiente – GESTA/UERJ<sup>2</sup>, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lúcia Maria de Barros Freire, orientadora da pesquisa que ensejou o desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

Nos doze anos de comando do Partido dos Trabalhadores – PT no governo federal brasileiro, entre 2003 e 2015, foi implantado um processo de expansão do ensino superior, cuja principal meta foi ampliar o número de vagas e a taxa de matrícula na educação superior. Para tanto, foi dada relevância a um conjunto de estratégias governamentais que promovessem uma pretensa justiça social, através de diversas modalidades de oportunidades

<sup>1</sup> O DINTER foi fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual, dentre outros custos operacionais, financiou o pagamento de bolsa de pós-graduação para que pudessemos participar do estágio obrigatório na UERJ, no período de abril a setembro de 2015.

<sup>2</sup> O GESTA/UERJ constituiu-se como grupo de pesquisa registrado no CNPq desde 2006. Tem como eixo central, comum às pesquisas a ele vinculadas: “O trabalho nas relações sociais capitalistas, os processos, as condições e a gestão do trabalho; o controle social democrático nessas relações; as políticas e os direitos do trabalhador e da população atendida; o Serviço Social nos programas e processos de trabalho; projeto ético-político profissional.” A base teórico-metodológica dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Grupo é a teoria social de Marx, a partir da qual se busca evidenciar “expressões de mediações historicamente construídas, que articulam as dimensões particulares e singulares com as totalidades universais, nas esferas da economia, da política e da cultura.” (Disponível em: <<http://gestauerj.blogspot.com.br/2013/01/bem-vindos-o-grupo-de-estudos-em.html>>).

de acesso democrático ao ensino superior público e privado, a saber: Enem, Sisu, ProUni, Fies e Ciência sem Fronteiras,<sup>3</sup> como também a reserva de cota de 50% das matrículas por curso e turno das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a alunos oriundos integralmente do ensino médio público.<sup>4</sup>

Das 63 universidades federais hoje existentes, 18 foram criadas ou implantadas a partir de 2003 até o ano de 2014,<sup>5</sup> contemplando novas instituições e transformação de faculdades ou centros universitários em universidades.

A mais recente iniciativa, inaugurada desde 2013, com a Portaria Interministerial nº 1.369, de 8 de julho de 2013 (Ministério da Saúde e Ministério da Educação) e as Portarias Normativas de números 13, 14, 15 e 17 do Ministério da Educação (todas de julho de 2013),<sup>6</sup> refere-se à expansão dos cursos de graduação em medicina, com respaldo no Programa Mais Médicos (instituído pela Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013), com a finalidade de formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde os primeiros anos de governo do Presidente Lula, lançou-se um efetivo processo de construção de um projeto de contrarreforma universitária.<sup>7</sup> O então Ministro de

---

<sup>3</sup> O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como mecanismo de avaliação do desempenho do aluno ao término da escolaridade básica. Hoje, serve como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção para o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema de seleção de candidatos para as vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizam a nota do Enem como única fase de seu processo seletivo. O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes em instituições privadas de educação superior. O Financiamento Estudantil (Fies) oferece crédito a estudantes matriculados em instituições de ensino não gratuitas. O Programa Ciência sem Fronteiras tem por objetivo “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (NASCIMENTO, 2014, p. 10).

<sup>4</sup> Conforme a reserva prevista na Lei das Cotas (Lei nº 12.711/2012), regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação.

<sup>5</sup> Conforme pesquisa na base de dados do Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2015. Chave de busca em “Consulta Textual”: IES / Categoria Administrativa / Pública Federal.

<sup>6</sup> A Portaria nº 13, de 9 de julho de 2013, estabelece procedimentos para pré-seleção de municípios para autorização de funcionamento de curso de medicina por instituição de educação superior privada. A Portaria nº 14, também de 9 de julho de 2013, dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Programa Mais Médicos. Já a Portaria nº 15, de 22 de julho de 2013, institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das IFES, com os objetivos de criar novos cursos de graduação em medicina e de ampliar o número de vagas nos cursos de graduação em medicina já existentes. A Portaria nº 17, de 31 de julho de 2013, estabelece os procedimentos para adesão ao Programa Mais Médicos pelas instituições públicas estaduais e municipais que ofereçam cursos de medicina gratuitamente; pelos programas de residência em Medicina de Família e de Comunidade, em Medicina Preventiva e Social e em Clínica Médica; e por escolas de governo em saúde pública.

<sup>7</sup> A expressão contrarreforma é aqui utilizada no sentido que Elaine Behring empregou em seu livro *Brasil em contra-reforma*. Nessa obra, a autora sustenta a caracterização da propalada “reforma” do aparelho do Estado desencadeada no país nos anos de 1990, em especial no período dos dois mandatos de governo de Fernando

Estado da Educação Tarso Genro (entre 2004 e 2005), através de uma profusão de entrevistas, discursos e artigos publicados em jornais e revistas, fez ressonar a ideia de urgência e imprescindibilidade da “reforma”, repetindo (quase como um mantra) que a premissa da qual partia o empenho do governo [alicerçado] no interesse da sociedade seria a compreensão da educação como “[...] vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária.” (GENRO, 2004, p. 1).

Neste sentido, conforme explicitado no balanço da gestão da educação 2003-2010, a expansão do sistema de universidades federais brasileiras teve por objetivo “[...] ampliar o acesso ao ensino superior, reduzir as desigualdades regionais e formar recursos humanos para pesquisa, pós-graduação e desenvolvimento científico e tecnológico.” (BRASIL, 2010, p. 1).

Inserida nesse conjunto documental, a interiorização universitária é explicitada na implantação do Programa de Expansão da Educação Superior Pública do MEC – 2004/2006 e no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em 2008, da seguinte forma:

[...] a expansão das universidades federais constituiu-se em uma das principais metas do Ministério da Educação pensadas em conexão com os grandes impasses e dilemas que devem ser superados pelo Brasil nas próximas décadas [...]. As universidades federais foram chamadas a interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região (BRASIL, 2010, p. 1).

Partimos, assim, do pressuposto que a ampliação do número de vagas e, portanto, a propalada expansão democrática do acesso e permanência de estudantes das classes populares, nas grandes cidades e especialmente no interior do país, tem se revelado mais como um mero processo de quantificação, em detrimento da qualidade dos serviços ofertados e dos necessários aportes à formação profissional em nível superior, em termos de sua

---

Henrique Cardoso, como uma *contrarreforma* “que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas” (BEHRING, 2003, p. 281). Em nossa opinião, essa caracterização se manteve nos quatro mandatos de governo comandado pelo PT (sendo o último interrompido antes de completar a primeira metade), com Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e persiste nos dias atuais, de forma ainda mais aguda, contundente e degradante no *desgoverno* que se seguiu ao golpe de 2016.

É importante registrar que a contrarreforma universitária esteve no plano prioritário do Ministério da Educação, desde o primeiro ano do governo Lula, sob a batuta do Senador Cristovam Buarque (entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004), o qual defendia que “só há uma forma da Universidade servir ao povo e renovar-se: ser pública e gratuita. Mas gratuita não é sinônimo de pública. O Estado tem Universidade gratuita que não é pública, pois não está servindo ao povo. Enquanto esse governo estiver aí, não vamos abrir mão da gratuidade, mas é preciso publicizar o estatal no Brasil.” (CRISTOVAM BUARQUE, 2003, p. 1). Cabe ressaltar que Cristovam Buarque foi afastado do cargo em janeiro de 2004, por fazer críticas públicas ao próprio governo federal, principalmente no que dizia respeito aos investimentos prioritários.

utilidade social.

Nosso interesse pelo tema das *condições de trabalho e de vida cotidiana dos docentes na interiorização das universidades públicas federais* como **objeto de pesquisa** foi motivado a partir da inquietação acerca de uma situação evidentemente desfavorável, porém nem tanto explícita, na nossa própria rotina acadêmica e nossa vivência no município onde estava lotada, entre setembro de 2006 e janeiro de 2014, como professora assistente do curso de graduação em Serviço Social, na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios do *Campus Arapiraca* da UFAL.

Numa apressada e superficial observação do contexto, a questão do parco desenvolvimento regional e local – em termos dos níveis de assimilação dos padrões mais avançados de acumulação capitalista e difusão da riqueza material e cultural socialmente produzida – pareceu manifestar-se de modo negativo para o bom desempenho do trabalho docente, instando a tentativas de explicação no mais das vezes focalizadas na ineficiência institucional ou nos fracassos pessoais. Em outras palavras, a escassez de estrutura elementar nas esferas produtivas e reprodutivas do labor acadêmico aparentemente provoca uma sensação de desproteção que tende a fazer atribuir ao local de trabalho e moradia a percepção de inospitalidade, diante da deficitária cobertura e do baixo padrão de qualidade na oferta de serviços públicos e privados nos municípios onde estão instaladas as unidades da interiorização universitária.

Entretanto, ao problematizar a situação, indo além das aparências, procuramos pontuar o debate acerca dos impasses e desafios para a fixação e contínua qualificação dos professores nos municípios interioranos, a partir da identificação e reflexão sobre os elementos que revelem a desvalorização dos trabalhadores, pela intensificação e precarização do trabalho, assim como, as limitadas condições de suprimento do consumo individual para reprodução da vida cotidiana dos trabalhadores docentes.

Neste sentido pomos em questão tanto as condições institucionais para o desempenho da produção intelectual/acadêmica dos docentes, quanto as condições sócio-culturais que configuram os meios de reprodução social deste trabalhador.

A partir do estudo e da discussão teórica realizada pretendemos desvelar as situações identificadas como comprometedoras da qualidade do ensino superior público e das produções científicas e intelectuais nas unidades interiorizadas das universidades públicas federais.

Para destacar o problema de pesquisa, formulamos a seguinte **questão central**: Quais são os principais impasses e desafios para fixação e qualificação dos servidores docentes nas

localidades de instalação das unidades interiorizadas da UFAL (*Campus Arapiraca*) e seus determinantes e implicações na qualidade dos serviços e das produções científicas e intelectuais?

A fim de contribuir como subsídio para uma necessária avaliação institucional e política do recente processo de expansão das universidades federais para municípios do interior dos estados brasileiros, temos a intenção de que os resultados apresentados nesta pesquisa possam ser úteis ao revelar as circunstâncias de desvalorização e alienação dos trabalhadores docentes. Tais circunstâncias são determinantes que limitam tanto a sua capacidade de “produzir” em favor do projeto de desenvolvimento em que estão inseridos, como, por outro lado, a sua capacidade de elevar sua consciência à crítica, ao ponto de contestar o projeto posto e pautar o seu trabalho numa perspectiva de educação emancipatória.

A compreensão de ensino que defendemos aqui é a de que a contribuição da universidade para o desenvolvimento de uma sociedade emancipada, que esteja fundamentada na

[...] resistência contra a mercantilização e expansão aleatória do acesso à educação superior ao custo do favorecimento à acumulação e concentração de riqueza e do crescimento das desigualdades sociais. Isto é – tomando emprestados alguns termos de Tonet (2007, p. 93) –, será percorrer o caminho longo e difícil da luta pela ampliação e melhoria da universidade pública e gratuita e pelo maior acesso da população a ela, mas uma luta vinculada aos interesses daqueles que realmente produzem a riqueza (os trabalhadores) e não aos daqueles que dela se locupletam [...]. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008, p. 152).

A partir dessa problematização, temos por **objetivo** apresentar as condições de trabalho e vida cotidiana dos docentes na experiência de interiorização de uma universidade pública federal e refletir sobre os impasses e desafios para sua atuação e qualificação.

Com a intenção de fazer aproximações com a realidade, buscamos conhecer e expor exemplos referentes ao processo de interiorização da UFAL. Embora a utilização desses exemplos não nos permitam totalizar e generalizar a realidade em relação às experiências de interiorização das universidades públicas federais em todo Brasil, consideramos que possibilitam compreender a que situações e circunstâncias estamos nos referindo e esclarecer, em alguma medida, aquilo que afirmamos nas interpretações teóricas apresentadas acerca das questões estudadas.

Utilizamos como metodologia principal para coleta de informações a pesquisa em documentos recolhidos através de e durante nossa própria vivência na situação colocada como objeto desta pesquisa, como também por meio de levantamento de documentos e notícias divulgados em diferentes formatos na rede mundial de computadores (internet). A partir do

conjunto de conhecimentos coletados, apresentamos exemplos e questionamentos que nos conduziram a propor e a realizar o presente estudo. Algumas dúvidas e atualização de informações foram resolvidas através de contato direto com docentes ainda lotados nas unidades do *Campus* Arapiraca e que residem nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

Convergem nossas interpretações acerca das informações apanhadas e realizamos o exercício de reflexão sobre as determinações e mediações sócio-históricas referentes ao desenvolvimento das relações capitalistas com os fundamentos do materialismo histórico marxista, partindo do pressuposto do trabalho como categoria fundante do ser social.

A exposição do desenvolvimento e resultados de nossas reflexões está organizada em três seções, nas quais, em sequência, pretendemos deixar explicitado um conjunto de argumentos que leve a compreender nosso entendimento acerca dos impasses e desafios do trabalho docente universitário no Brasil, particularmente desempenhado pelos trabalhadores assalariados do serviço público federal implantado em municípios do interior do país com estratégias para promover o desenvolvimento regional e nacional, no contexto de crise do desenvolvimento capitalista mundialmente pautado por políticas neoliberais.

Neste sentido, partimos do pressuposto que os trabalhadores docentes lotados nas unidades universitárias do interior requerem condições de trabalho aliadas a condições de vida cotidiana igualmente favoráveis à sua fixação nos municípios e à sua contínua qualificação profissional.

Entretanto, tomando como referência a interiorização da UFAL e considerando que 51,7% dos primeiros docentes que ingressaram no *Campus* Arapiraca não eram originários dos municípios onde foram lotados, tampouco eram do estado de Alagoas (29,3% eram de outros estados do Nordeste e 22,4% de outras regiões do país), e também que muitos chegaram a Alagoas apenas quando e em razão do concurso público para docência na UFAL, tanto as dificuldades institucionais peculiares às novas instalações universitárias como também as condições inóspitas dos municípios onde estão localizadas unidades interiorizadas do *Campus* Arapiraca são tomados como obstáculos (impasses) a serem ultrapassados (desafios).

Temos essa compreensão a partir das formulações de Agnes Heller acerca da estrutura da vida cotidiana, cujas espontaneidade e assimilação imediata da manipulação das coisas e das relações sociais constituem-se como processos de aprendizado dos atos cotidianos estabelecidos pelo costume dos grupos e interações sociais em comunidades menores até a assimilação de normas e valores de outras integrações maiores. Processo esse



que permite o amadurecimento do homem até tornar-se adulto. Desse modo:

A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico*. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas, no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser “individual”. Basta uma folha de árvore para termos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade. (HELLER, 1992, p. 20, grifos da autora).

Em relação a essas condições particulares dos indivíduos, a vida cotidiana dos docentes no interior expressam as mais variadas necessidades, as quais são tão mais heterogêneas e complexas quanto mais valores sejam assimilados pelos indivíduos em outros ambientes nos quais “amadureceram” e cujo grau de desenvolvimento econômico e social seja considerado mais elevado do que na realidade interioriana onde esteja exercendo sua função docente.

Portanto, a ausência ou deficiência de estruturas elementares nas esferas produtivas e reprodutivas do labor acadêmico, repercute negativamente na práxis docente. Neste sentido, a sensação de desproteção faz atribuir ao local de trabalho e de moradia a percepção de inospitalidade em face da precariedade das condições de realização das múltiplas exigências do fazer acadêmico e também da deficitária cobertura e do baixo padrão de qualidade na oferta de serviços públicos e privados nos municípios.

Assim, o desafio do trabalho docente na interiorização universitária transcende a *inospitalidade acadêmica* referida por Alcadiyani (2011, p. 346), em relação às condições precárias de trabalho nas universidades públicas. Conforme discutiremos na última seção desta tese, ressaltamos que, após onze anos de funcionamento do *Campus* e suas Unidades Educacionais, dos 58 docentes nomeados pelo primeiro concurso para implantação da UFAL em Arapiraca, Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, 29 (50%) permanecem lotados na sede e nas três unidades. Da outra metade dos docentes, 48,3% saíram por aposentadoria (2), exoneração (5), redistribuição (3) ou vacância (3) e um nem chegou a tomar posse. Os demais que saíram do interior foram lotados em diferentes Unidades Acadêmicas do *Campus* A. C. Simões (Maceió), através de remoção (12) ou vacância (apenas 2 que foram aprovados novamente em concurso) e em uma situação de saída não conseguimos identificar o evento que lhe possibilitou a lotação em outra unidade da UFAL.

Nossa interpretação é que a “inospitalidade local”, para além dos muros da universidade, corrobora a propensão à fuga desses trabalhadores que potencialmente poderiam contribuir para a realização da pretensa finalidade da instituição universitária declarada no projeto de interiorização:

[...] atuar como vetor de desenvolvimento estadual e regional, fortalecendo-se enquanto instituição pública, gratuita e inovadora, acompanhando a dinâmica global e os avanços científicos, mantendo seu compromisso com a sociedade que lhe dá suporte e contexto, aperfeiçoando sua atividade e ampliando sua inserção social através da expansão para o interior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 1).

As considerações aqui levantadas apontam para a desvalorização do trabalhador docente, devido à intensificação e precarização do trabalho que, dada a escassez de estrutura elementar para suprir as demandas profissionais e as necessidades pessoais (sociais) rotineiras dos docentes nos municípios do interior, dificultam e desafiam a permanência dos trabalhadores nesses municípios, bem como sua motivação para qualificação profissional e aprimoramento de sua capacidade produtiva, comprometendo a qualidade do ensino superior público e das produções científicas e intelectuais nas unidades interiorizadas do *Campus Arapiraca* da UFAL.

Iniciamos o desenvolvimento da exposição desta tese com nossa argumentação a respeito das determinações ontológicas e históricas que constituem as condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores no modo de organização econômica e social capitalista em suas múltiplas e complexas mediações. Ao final, esperamos deixar sinalizados para a exposição das argumentações seguintes os limites e possibilidades de desenvolvimento das capacidades humanas dos trabalhadores – no sentido de atuar conscientemente em prol da transformação (rebeldia) ou da reprodução social (conformidade) – mediado pelas circunstâncias de desenvolvimento das forças produtivas. Referente ao nosso objeto de pesquisa, trata-se de buscar compreender as condições que inibam ou favoreçam os processos de qualificação do trabalho dos docente e de tomada de consciência de sua função social e de sua posição de classe trabalhadora, nas circunstâncias de interiorização das universidades públicas federais no Brasil.

Na divisão do trabalho, no estágio capitalista, o trabalho docente assalariado está subsumido pelo capital, independente de que sua relação imediata de emprego não seja na esfera privada, na sociedade civil, mas sim na esfera pública, no Estado. Isto porque no capitalismo tudo se mercantiliza, até a educação pública.

Nessas circunstâncias, as condições de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores estão dominadas, sob controle do capital, como de resto todas as relações sociais o são.

A universidade, enquanto *locus* de produção e disseminação do conhecimento e formação de habilidade laborais complexas e especializadas, é instrumento para o progresso tecnológico, sempre visado como recurso para a maximização da produtividade e, portanto, da valorização do capital.

Ao serem chamadas a atuar no interior, as universidades públicas respondem a um projeto do capital de expandir negócios em espaços nos quais ainda não atingiu seu desenvolvimento mais avançado.

O chamado desenvolvimento regional, posto como estratégia das políticas voltadas ao macro-projeto de desenvolvimento nacional (por sua vez, subordinado ao desenvolvimento global do capitalismo), é tomado como finalidade/missão das universidades no interior. Dessa forma, os professores devem somar esforços nesse empreendimento desenvolvimentista.

Os docentes por elas contratados, em que pese sua autonomia relativa para realização de estudos e pesquisas científicas, estão atrelados às regras contratuais do assalariamento e subordinados ao jogo de interesses mercantis no financiamento/apoio/fomento a essas pesquisas. Todavia, são colocados sob a condição de precarização do trabalho, com intensificação da jornada e intrusão efetiva em sua vida cotidiana.

Em resumo, expomos que o modelo de desenvolvimento, para o qual as universidades públicas federais são chamadas a contribuir em sua implantação nos municípios interioranos do país, exige dos docentes uma prática individualista, produtivista e competitiva, que os afasta de propósitos emancipadores da educação e os aproxima, sobremaneira, da exploração dos trabalhadores, inclusive eles próprios, em condições de intensificação e precarização dos processos de trabalho e também de condições precárias de satisfação das demandas cotidianas da vida social.

As condições objetivas para as múltiplas práticas sociais que medeiam a permanência e a qualificação do trabalho docente no interior, isto é, que configuram o cotidiano de trabalho docente dentro e fora das universidades em sua totalidade, são, portanto, determinadas e determinantes do seu sucesso ou do seu fracasso, como particularidades.

Mas a ação humana não é só causalidade, é principalmente teleologia, que diferencia a condição biológica animal dos demais animais. E a particularidade da atividade docente, ainda que estranhada, abriga nas consciências individuais finalidades e alternativas que tensionam os trabalhadores ou para a valorização do trabalho ou para a valorização do capital.

Isso vai depender muito da organização de classe ou da capitulação à individualização crescente na lógica contemporânea do padrão de sociabilidade inspirado no projeto econômico-político de corte neoliberal.

São esses os elementos que conseguimos refletir a partir dos estudos e da pesquisa realizada ao longo do processo de doutoramento, os quais apresento à banca examinadora para apreciação e julgamento de sua pertinência e propriedade.

Os acertos eu compartilho com a minha orientadora Lúcia Freire, com a professora

Edna Bertoldo que muito contribuiu para o desenvolvimento da primeira seção deste trabalho, e com demais examinadores do projeto de pesquisa na qualificação da tese, professores Larissa Dahmer e Mário Duayer. Os erros, todavia, reputo-os todos a minha condição individual, às minhas próprias constrações cotidianas, aos meus limites biológicos e sociais.

## 1 O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL E SEU PROCESSO DE (DES)VALORIZAÇÃO NO CAPITALISMO

Os indivíduos sempre partiram de si mesmos, sempre partem de si mesmos. Suas relações são relações de seu processo real de vida. Como ocorre que suas relações venham a se tornar autônomas em relação a eles? Que os poderes de sua própria vida se tornem superiores a eles?

Em uma palavra: *a divisão do trabalho*, cujo grau depende sempre do desenvolvimento da força produtiva.

(MARX; ENGELS, 2007, p. 78, grifo dos autores).

Introduzimos esta seção com uma epígrafe<sup>8</sup> que, muito mais do que uma citação ilustrativa, ao nosso entender, permite apresentar da maneira mais esclarecedora possível os fundamentos teórico-metodológicos, bem como, os argumentos que pretendemos desenvolver ao longo das páginas iniciais desta tese.

Fazemos isto porque, convergindo nossas interpretações acerca do desenvolvimento das relações eminentemente sociais da humanidade com os fundamentos do materialismo histórico formulado por Marx e Engels,<sup>9</sup> temos o objetivo de discutir sobre a valorização do capital e a desvalorização do trabalho abordadas como relação dialética, contraditória.

Nossa intenção é argumentar a respeito das determinações ontológicas e históricas que constituem as condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores no modo de organização econômica e social capitalista em suas múltiplas e complexas mediações. Ao final, esperamos deixar sinalizados para as exposições das seções seguintes os limites e possibilidades de desenvolvimento das capacidades humanas dos trabalhadores – no sentido

<sup>8</sup> Trata-se de uma anotação destacada dos manuscritos de Marx no capítulo “Feuerbach e História” para A ideologia alemã, cujos rascunhos e anotações foram escritos entre o fim de novembro de 1845 e meados de abril de 1846 (cf. MARX; ENGELS, 2007, p. 29). A ideologia alemã, entretanto, só foi publicado pela primeira vez postumamente, em 1933. Opondo-se às teses idealistas dos jovens hegelianos, essa obra reúne a análise crítica do pensamento idealista caudatário da filosofia alemã, de alguns dos expoentes jovens hegelianos (ou hegelianos de oposição): Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner (GORENDER, 1998, p. 19).

<sup>9</sup> Como informa Jacob Gorender (1998, p. 18): “Engels [com sua exemplar modéstia] afirmou que o materialismo histórico era uma descoberta de Marx. Uma das suas duas maiores descobertas, a outra sendo a da mais-valia. Marx chegara de maneira independente ao materialismo histórico e ele, Engels, não tivera senão parte pequena nesta façanha”. Gorender informa ainda que a parte d'A ideologia alemã intitulada “Feuerbach” “assinala o rompimento de Marx e Engels com o materialismo antropológico daquele filósofo” e que as onze “Teses Sobre Feuerbach” contêm a síntese dos “fundamentos epistemológicos do materialismo histórico” (GORENDER, 1998, p. 19).

de atuar conscientemente em prol da transformação (rebeldia) ou da reprodução social (conformidade) – mediado pelas circunstâncias de desenvolvimento das forças produtivas. Referente ao nosso objeto de pesquisa, trata-se de buscar compreender as condições que inibam ou favoreçam os processos de qualificação do trabalho dos docente e de tomada de consciência de sua função social e de sua posição de classe trabalhadora, nas circunstâncias de interiorização das universidades públicas federais no Brasil.

De saída, devemos enfatizar que, mantendo a coerência teórico-metodológica, consideramos o trabalho como categoria ontológica fundante da vida social – pressuposto que abordaremos nesta seção, assim como categoria histórica central na análise das relações de produção e reprodução social.<sup>10</sup>

Nesse sentido, ressaltamos nossa compreensão a respeito do gênero humano ontologicamente constituído do intercâmbio orgânico do *homem*<sup>11</sup> com a natureza, que funda e dinamiza o metabolismo de transformação do mundo material característico do ser social. Ao modificar a natureza externa, os homens – como nenhum outro animal – modificam sua própria natureza, ao alterar os modos de realização dos processos produtivos para satisfação de suas próprias necessidades naturais e de novas necessidades que vão sendo criadas e recriadas a partir mesmo de seus atos de trabalho, os quais são, portanto, atos histórico-sociais. O homem, para além de se constituir como ser natural, biológico, é organicamente um ser social, um ser histórico.

O trabalho transforma o homem, portanto, numa genericidade e unicidade natural-

---

<sup>10</sup> Ao nos referirmos ao termo categoria, sentimos a necessidade de explicitar qual o seu significado no método marxiano. Como assinala Otávio Ianni (2011, p. 397), a construção da categoria é a síntese da proposta de Marx. É o desfecho da reflexão dialética que explica um acontecimento; é como se constrói a explicação (que se sintetiza na categoria), que se traduziria [tecnicamente] em conceito, em uma lei. Porém, não está em questão construir um conceito ou uma definição. Está em questão construir uma reflexão. Na construção da categoria, parte-se do reconhecimento de que o fato não se dá a conhecer imediatamente. Portanto, a reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e tratar de basear a compreensão global, que implica compreender o fato como um todo que se apresenta tanto quanto possível vivo. Na explicação sintetizada numa categoria, a realidade deve aparecer com o máximo da sua vivacidade, da sua integridade.

Convém assinalar o enunciado de Marx (2008, p. 265): “Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito [...]”

<sup>11</sup> Justificamos o grifo na palavra *homem* apenas para destacar que, em que pese o apelo da militância ao uso de expressões “politicamente corretas”, nas referências que serão feitas em relação a homens e mulheres (gêneros gramaticais masculino e feminino), indistintamente, no singular ou no plural, utilizaremos unicamente as expressões “homem” e “homens”, por uma questão semântica e gramatical e em consideração às formulações originais dos autores consultados ou conforme traduções de obras para o português. Quando necessário, as devidas distinções de gênero masculino e feminino serão evidentemente expressas com a utilização do respectivo substantivo (homem, mulher, homens, mulheres).

social. Estão presentes nessa relação natureza-sociedade, que generaliza o ser humano como ser social, os princípios ontológicos da exteriorização (imanência) e da objetivação (objetividade), ou seja, da *teleologia* e da *causalidade* enquanto categorias unas e recíprocas, como concepção imanente de história. Isto é: tomando o trabalho como fundante da sociabilidade humana, compreende-se que os homens fazem a história, porém, as finalidades que movem suas ações são dialeticamente determinantes e determinadas pelas circunstâncias, tanto naturais quanto sociais.<sup>12</sup>

Assumimos, assim, o entendimento de que, em seu sentido genético, originário, primário, o trabalho enquanto produtor de objetos úteis implica a interação direta da atividade humana com a natureza, transformando objetos naturais em novos valores de uso. Esse processo de transformação, através do trabalho, é mediado, na relação sujeito-objeto (homem-natureza), por teleologia (prévia ideação do sujeito que quer transformar) e causalidade (propriedades naturais, imanentes do objeto a ser transformado), resultando uma dupla transformação, como assinala Lukács (2012, p. 286):

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis.

As condições de trabalho até aqui descritas são referentes a circunstâncias trans-históricas, que independem do grau de desenvolvimento das forças produtivas, posto que dizem respeito à própria genericidade do ser social, enquanto ser capaz de realizar um por teleológico, ou seja, capaz de ele mesmo criar antecipadamente em sua consciência um objeto

<sup>12</sup> Lessa (2002, p. 34) assim resume a interpretação lukacsiana dessa concepção imanente de história: “Tanto as “circunstâncias” como a reação dos homens a elas são igualmente produtos da síntese dos atos singulares em complexos e tendências sócio-históricas universais”. Significa dizer, conforme entendemos, que os atos históricos – dinâmica de transformação da natureza pelos homens e dos próprios seres humanos em sua relação com a natureza e entre si – não são ações unicamente realizadas conforme as necessidades naturais e frutos da ideação (teleologia) de sujeitos singulares (isto é, da subjetividade humana), como se consistissem em reações imediatas a condições exteriorizadas (objetivas), através da realização de finalidades atomizadas; como se as alternativas (causalidade posta) para a tomada de decisão consciente que impulsiona a ação (o ato de trabalho) fossem desprovidas de mediações com a natureza e com a própria sociabilidade. Os atos singulares e o complexo de “circunstâncias” naturais (orgânicas e inorgânicas) e sociais que compõem o “mundo dos homens” produzem e são produzidos, de modo dialético, constituindo as particularidades da formação da consciência humana, da objetivação de indivíduos concretos.

útil (prévia ideação) que mobiliza a sua ação no trabalho. Mas essa ação é permeada por pores de causalidade, isto é, pelo conhecimento das possibilidades (alternativas) de transformação das matérias naturais a serem trabalhadas e pela decisão (escolha) das técnicas de manejo (meios) da matéria-prima que melhor se adequem à obtenção do objeto desejado. Nesse processo dialético entre teleologia e causalidade vão se adensando os saberes, as linguagens, as culturas, as ideologias, a moral, os valores de modo geral.

O que ocorre é que, tão logo o trabalho se torne social, ou seja, dependa da cooperação de mais pessoas – já em estágios iniciais da sociabilidade humana e da divisão do trabalho –, salientam-se condutas sociais ativas (práxis) que se distinguem do trabalho (interação metabólica homem-natureza).

Ao se estabelecerem historicamente outras formas mais desenvolvidas e complexas de ação do homem sobre outros homens (LUKÁCS, 2013, p. 83), as práxis mais desenvolvidas são suscitadas de *pores teleológicos secundários*, ou seja:

[...] o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens (Ibid., p. 84).

Os pores teleológicos secundários, além de se manifestarem um sem número de valores morais, religiosos, políticos, culturais, enfim, éticos/estéticos/ideológicos, apresentam-se tanto no conhecimento científico/técnico/tecnológico, nas instruções do “como fazer” fragmentado e especializado (como são os casos do ensino de técnicas de manejo e da formação profissional), como também objetivados nas máquinas (cujo funcionamento é programado antes de serem operadas pelo trabalhador/operário).

Há, portanto, nas práxis sociais mais desenvolvidas um distanciamento do trabalho concreto (*stricto senso*), que retira dos sujeitos diretamente vinculados à produção de objetos úteis a totalidade do pôr teleológico (conscientemente fundado) e das cadeias causais (criação de alternativas). Isto é, no ato do pôr teleológico secundário, a intenção para a decisão de transformar algo está (através de mediações) “[...] orientada à transformação da consciência de outro homem ou da própria consciência.” (LUKÁCS, 2013, p. 138).

A partir da compreensão básica dessas complexas mediações categoriais, reafirmamos a centralidade da categoria trabalho na análise do desenvolvimento do modo de produção e organização e da sociabilidade humana. Para fins de melhor explicitar o fundamento que pauta nosso estudo, abrimos parêntesis aqui para tecer algumas



considerações sobre essa centralidade.

Recorremos à contribuição de Sérgio Lessa (2002) que, ao abordar essa questão, deixa claras as distinções entre *o trabalho* e *o trabalho abstrato* e, neste último, as distintas condições do trabalho produtivo e improdutivo. O primeiro sendo uma eterna necessidade de intercâmbio orgânico com a natureza e o segundo uma necessidade para a reprodução do capital, porquanto seja produtor de mais-valor<sup>13</sup> (LESSA, 2002, p. 27-35). Feito esse esclarecimento, o autor assinala que, do ponto de vista do materialismo histórico, e não se perdendo de vista o caráter fundante do trabalho na constituição e desenvolvimento do ser social, há diferentes perspectivas acerca da centralidade do trabalho na análise da sociabilidade, quais sejam: a centralidade ontológica do trabalho, a centralidade cotidiana do trabalho assalariado e a centralidade política da classe trabalhadora. Os três aspectos não se excluem, antes se interconectam na totalidade social, no conjunto de relações sociais que medeia “o desenvolvimento econômico e o desdobramento categorial de todos os outros complexos sociais parciais – inclusive a estruturação particularizadora de cada forma historicamente concreta de trabalho.” (LESSA, 2002, p. 35). Desse modo, a centralidade ontológica do trabalho é trans-histórica, enquanto a centralidade do trabalho assalariado e a centralidade política da classe trabalhadora com ela se relacionam numa forma particular de sociedade, a sociedade capitalista.

O autor Lessa destaca, então, o argumento marxiano/lukacsiano que consideramos irretocável:

[...] um dos traços essenciais do ser social é a tendência à diminuição do tempo de trabalho necessário a sua reprodução material, [com a] crescente diminuição da proporção do total de trabalho socialmente disponível a ser colocada na transformação direta da natureza [e que, portanto,] o desenvolvimento das forças produtivas nada mais significa que o trabalho (intercâmbio orgânico com a natureza) tende a ser central na vida cotidiana de uma parcela cada vez menor da população [E mais:] é esse mesmo desenvolvimento das forças produtivas que [...] possibilita o aparecimento do capitalismo e, com ele, das duas primeiras classes sociais revolucionárias da história: a burguesia [...] e o proletariado (LESSA, 2002, p. 36-37).

Nesse último ponto, restam evidenciadas a centralidade do trabalho assalariado e a

<sup>13</sup> O termo utilizado por Sérgio Lessa é mais-valia, e não mais-valor. Todavia, optamos por tratar essa categoria fundamental da teoria marxiana de modo uniforme em todo esta tese, referindo-nos como mais-valor, por simples conveniência da escrita, uma vez que adotamos como referência de estudo d'*O Capital* a edição da Boitempo Editorial, com tradução de Rubens Enderle. Numa nota de rodapé na reprodução da apresentação de Jacob Gorender para a obra (nota da editora), encontra-se justificado um certo preciosismo semântico, na seguinte declaração: “Mantivemos o uso de “mais-valia” como tradução de “Mehrwert” nesta apresentação, por ser a forma consagrada na época em que foi escrita. Na tradução dos textos do próprio Marx, porém, optamos pelo uso de “mais-valor”, que melhor exprime o significado real do termo.” (MARX, 2013, p. 28). Assim, acompanhamos a referida atualização do termo, nada havendo a opor em relação ao termo clássico. Sempre que a citação direta o exigir, apresentaremos a categoria como mais-valia.

centralidade política dos trabalhadores como classe revolucionária e possibilidade histórica de superação do trabalho abstrato.

Prevalece nessa perspectiva radicalmente crítica do trabalho abstrato a possibilidade de emancipação humana, fundada no ato histórico da classe trabalhadora de aniquilar o seu próprio estranhamento<sup>14</sup>, por meio da práxis revolucionária, da suprassunção que deve partir da consciência (de classe), porém, deve ir além da compreensão meramente teórica, como interpretado por Lukács (2013).<sup>15</sup>

Ainda que tenhamos evidente convergência teórico-metodológica com Lessa, distanciamos em parte da concepção de classe trabalhadora restrita ao proletariado, aos atos de trabalho subsumidos pelo capital que produzem o mais-valor através da relação direta de produção do conteúdo material da riqueza social.<sup>16</sup> Essa parcela de trabalhadores diretamente vinculados ao trabalho produtivo figura para o autor – calcado na acepção marxiana/lukacsiana do trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza – como bastião revolucionário da derrocada do capitalismo, da eliminação do trabalho abstrato e todas as práxis que lhe dão sustentação.

Ora, a sempre crescente divisão do trabalho configura a heterogeneidade do desenvolvimento social como dinâmica própria das relações entre sujeitos que transformam a

<sup>14</sup> Em que pese termos ciência de um debate entre autores marxistas no Brasil a respeito das acepções marxianas das categorias *alienação* e *estranhamento*, as quais podem trazer algumas doses de confusão teórico-metodológica quando não traduzidas em ortodoxa conformidade, não temos intenção de tratar essa polêmica aqui, mesmo porque não buscamos conhecê-la pormenorizadamente. Alguns autores abordam alienação e estranhamento como significantes sinônimos, ou pelo menos não apontam qualquer distinção, como faz Ricardo Antunes (2002a), por exemplo. Contudo, entendemos ser necessário precisar as acepções que abordamos em nosso estudo. Nesse sentido, recorreremos ao esclarecimento de Jesus Ranieri (2001?) que nos pareceu relevante, razoável e satisfatório – para não dizer verdadeiro: “na obra de Marx, diferentemente da forma trabalhada e consagrada pela bibliografia que tratou do tema, existe uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*): enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem.”

<sup>15</sup> A possibilidade histórica de suprassunção da classe trabalhadora, portanto, de emancipação humana pela ação consciente dos trabalhadores contra sua condição de estranhamento, aparece n'*A Sagrada Família*, conforme evidenciado por Lukács. Partindo do pressuposto da economia nacional capitalista como síntese do antagonismo entre produtores e possuidores dos meios de produção (entre pobreza e propriedade), isto é, de que proletariado e propriedade privada são antíteses e que ambos os lados formam um todo estranhado da própria genericidade humana, Marx e Engels argumentam que: “Dentro dessa antítese o proprietário privado é, portanto, o partido *conservador*, e o proletário o partido *destruidor*. Daquele parte a ação que visa a manter a antítese, desse a ação de seu aniquilamento.” (MARX; ENGELS, 2011, p. 48, grifo dos autores).

<sup>16</sup> Numa síntese de suas ideias, assim se expressa Lessa (2007b, p. 201): “Entre os proletários e os outros assalariados há uma distinção, que brota do solo social objetivo, entre a classe que produz o 'conteúdo material da riqueza' social e os outros assalariados que, indiretamente, vivem do 'conteúdo material da riqueza' produzido pelo proletariado. É isto que faz do proletariado a classe revolucionária por excelência: é a única que, na acepção mais radical da expressão, nada tem a perder e tudo a ganhar, com o fim da propriedade privada.”

natureza e transformam a si mesmos, fazendo assim a história de toda a humanidade. Como bem nos faz ver o próprio Lessa (2007a, p. 40):

Quanto mais as formações sociais se desenvolvem, duas tendências de fundo se apresentam, sempre como determinações reflexivas: a) articula-se cada vez mais intensamente a vida dos indivíduos em uma história genérica, e b) aumenta a heterogeneidade, tanto de cada formação social como também na constituição interna de cada individualidade, dando origem a diferentes e novas relações, instituições e complexos sociais.

Essas transformações históricas, com a consolidação do modo de produção capitalista e, portanto, da submissão das necessidades humanas às necessidades de reprodução do capital, levaram ao fracionamento do processo simples de trabalho, antes realizado por um único indivíduo que reunia em si todas as funções do ato de trabalho em si. Como primeira e ineliminável desigualdade e contradição do processo, agora complexo, de trabalho, ocorreu a separação do trabalho intelectual e do trabalho manual, “[...] até formar um antagonismo hostil [...]” (MARX, 2013, p. 577). Constituem-se, portanto, no âmbito do trabalho abstrato, classes sociais contraditórias, mas não necessariamente antagônicas, em relação à própria classe burguesa. Conforme evidencia Lessa, recorrendo diretamente aos textos marxianos, ocorre a distinção entre proletários e trabalhadores assalariados não produtores do “[...] conteúdo material da riqueza [...]”, respectivamente, a classe trabalhadora e as “classes de transição” (LESSA, 2007b, p. 180).<sup>17</sup> Ambas categorias são exploradas pelos capitalistas, mas a segunda não lhe faz oposição, porquanto são uma extensão de seu despotismo contra os proletários, haja vista sua função de manutenção e controle do funcionamento do sistema de produção.

Desse modo, pomos em questão as mediações do trabalhador produtivo não proletário, bem como do trabalhador improdutivo no processo de valorização e reprodução do capital, como também de superação desse mesmo processo. Nesse último caso, aventamos essa possibilidade embora o tipo de trabalho estudado (o trabalho docente) não se desenvolva na esfera da produção mas sim na circulação e distribuição (notadamente nos serviços), onde ocorre a realização do mais-valor pela efetivação da mercadoria (consumo), completando o ciclo de reprodução ampliada do capital.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> De acordo com Lessa (2007b, p. 180), a categoria “classes de transição” é referida por Marx na *Miséria da Filosofia* (conforme consta nas referências da obra consultada: MARX, K. *Miséria de la Filosofia*. Moscou, Progressio, 1979. p. 229). Tal condição implica que os assalariados não proletários são igualmente explorados e ao mesmo tempo vivem da riqueza originalmente produzida pelo proletariado, isso “faz com que tenham contradições objetivas de classe tanto com o proletariado como com a burguesia.”

<sup>18</sup> Sobre a reprodução ampliada do capital, ou reprodução do capital em escala ampliada, há de se ter em conta que se trata de um processo diverso da reprodução simples do capital, cuja característica remete à tendência de toda forma social do processo de produção, isto é, “do ponto de vista de uma interdependência contínua e

Inquieta-nos, em termos da distinção e das relações entre centralidade cotidiana do trabalho abstrato e centralidade política da classe trabalhadora, entender qual o lugar, qual a classe, qual a contribuição dos homens e mulheres ocupados em trabalhos improdutivos na tarefa revolucionária de dissolução do estranhamento determinado pela subsunção real do trabalho pelo capital. Certamente não resolveremos esses questionamentos nesta tese, e nem temos esse propósito.

Portanto, em que pese todo o rigor teórico-metodológico e a força da argumentação exaustiva e extensamente desenvolvida por Lessa, à diferença das suas convictas afirmações, contemporizamos a condição de classe dos trabalhadores assalariados não proletários no conjunto da classe trabalhadora, sim. Fazemos isto porque, não temos intenção de explorar nesta tese o potencial revolucionário dos trabalhadores docentes.

Porém, esboçamos aqui essas ponderações para circunscrever nosso ponto de vista acerca da configuração da prática docente como uma práxis que evidentemente não substitui o trabalho (categoria ontológica), mas que compõe o trabalho abstrato (categoria histórica central na sociedade capitalista). Compreendemos, então, que na condição de trabalho produtivo o trabalho docente é capaz de promover a valorização do capital para o empresariado da educação (“fábrica de ensinar”), assim como, na condição de trabalho improdutivo, a exemplo do setor público, é um trabalho que participa liminarmente do processo de reprodução social do mais-valor, na esfera da circulação, onde começa e finda o processo de produção capitalista.<sup>19</sup>

---

do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2013, v. 1, p. 641). Na forma de produção capitalista, particularmente, dado que sua base de existência original foi “a separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas e a força subjetiva de trabalho”, sua reprodução simples, “por meio da mera continuidade do processo”, faz perpetuar-se “como resultado próprio da produção capitalista” (Ibid., p. 645). Conforme resumido por Marx: “o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado” (p. 653). Ou seja, a “constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é [condição] *sine qua non* da produção capitalista”: “o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza [...], produz o trabalhador como assalariado” (p. 646). Na reprodução simples o mais-valor é dissipado em consumo do capitalista, tanto na forma de pagamento da mercadoria força de trabalho (salário) como nos seus próprios gastos pessoais.

Por sua vez, a reprodução ampliada do capital vem a ser, *grosso modo*, o processo de conversão do mais-valor em capital, qual seja, o processo de acumulação de capital a partir da realização da mercadoria na esfera de circulação (venda/compra/consumo) e do reingresso do capital no processo de produção, não somente como salário pago ao trabalhador produtivo, mas também no investimento em meios de produção. Isso implica a paulatina revolução tecnológica, que logra a superprodução, superacumulação, o subconsumo e a crescente produção de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

<sup>19</sup> Para a interpretação do trabalho docente como trabalho produtivo, como serviço vendido ao capitalista em troca de salário, como valor de uso que gera mais capital ao seu empregador, citamos diretamente Marx

Salientamos nossa compreensão de que o trabalho abstrato é central na determinidade histórica da divisão social do trabalho no capitalismo, posto que engendra um complexo de mediações, afastando-se da realização por assim dizer genética ou originária do trabalho (sem jamais eliminá-lo), indo além da esfera de produção industrial e agroindustrial (*locus* da transformação da natureza pelo ato de trabalho articulado a outras práxis e da simultânea valorização do capital).

Outrossim, o trabalho abstrato se espalha na vida cotidiana da sociedade capitalista, desenvolvendo-se como e em outras (novas) formas de transformação e reprodução social, tais como no conhecimento científico, na inovação tecnológica, no ensino acadêmico – para apresentar exemplos mais próximos do nosso objeto de estudo –, mas se institui nas múltiplas formas de emprego da ação humana no mercado financeiro e comercial e também no Estado, tanto como trabalho produtivo como improdutivo. Essas mediações várias, como a ciência e a educação disciplinadora e formadora da força de trabalho, são corporificadas em instituições situadas nas esferas da distribuição e da circulação do capital (*locus* da reprodução social, onde se efetiva o valor do trabalho produtivo), especialmente nos serviços (como as universidades, por exemplo).

Seguindo os argumentos de Costa (2000, p. 98) quanto à expansão dos serviços e sua incorporação na dinâmica de acumulação capitalista em face das transformações societárias que mobilizam “novas formas de combinação do trabalho dos assalariados dos serviços e dos que atuam no processo material de produção”, observa-se:

---

(2013, p. 578): “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação.”

Em relação ao trabalho improdutivo, por sua vez, como participe do processo de reprodução social do sistema do capital, interpretamos que o trabalho docente pode ser incluído nessa categoria enquanto serviço que não se encontra na relação específica entre o trabalho e o capital. Considerando nosso objeto de estudo, os trabalhadores docentes na condição de funcionários públicos assalariados, portanto, encontramos uma aproximação que nos parece plausível em termos de estabelecer uma relação com o sistema capitalista: o empresariado capitalista usufrui indiretamente dos serviços educacionais públicos à medida que o financia e, conseqüentemente, o “compra” com dinheiro na condição de renda, como meio de circulação e não como capital, através dos impostos, por exemplo. O capitalista pode até mesmo investir diretamente em pesquisas científicas desenvolvidas em instituições públicas. Em ambos os casos, entretanto, o trabalhador docente-pesquisador será remunerado por salário e talvez até receba alguma bonificação pelo desenvolvimento de inovações científicas ou tecnológicas, sem que seja um trabalhador produtivo, já que seu trabalho não compõe o núcleo do trabalho coletivo que constitui momento do processo de autovalorização do capital.

Sobre a distinção entre trabalho produtivo necessariamente assalariado e o trabalho assalariado não produtivo (ou improdutivo), especialmente a prestação de serviços, conferir o Capítulo VI (inédito) de *O Capital* (MARX, 1978, p. 72-75). Abordaremos essa distinção no subitem 1.2.2.1 desta seção.

A complexidade destas novas relações requerem a problematização e qualificação do trabalho no setor dos serviços a partir do ponto de vista do processo de valorização e das novas formas de subordinação do trabalho ao capital (Ibid., p. 99)

Recorrendo a Braverman (1987), Costa (2000, p. 100) afirma que “[...] o processo de incorporação dos serviços ao modo de produção capitalista consiste em mercantilizar os efeitos úteis do trabalho em serviços”. Esse tem se constituído um dos grandes desafios do desenvolvimento do capitalismo no século XXI.

Sendo assim, recortando o objeto de estudo desta tese, tomamos como referência para nossa análise que a práxis educativa da docência desenvolvida no âmbito das instituições (privadas e públicas) em qualquer etapa do ensino (do básico ao universitário), ao se configurar como trabalho especializado e assalariado no setor de serviços (portanto, na esfera de distribuição do lucro capitalista), compõe a categoria do *trabalho abstrato*.

A prática docente institucionalizada é parte do complexo de práxis sociais – em permanente expansão – que têm o trabalho como modelo de ato humano movido para a transformação (ou reprodução) de algo. Embora seja de natureza estritamente social e, portanto, distinta da unicidade natural-social que caracteriza o trabalho em si (intercâmbio orgânico do homem com a natureza), configura-se como atividade assalariada de uma categoria particular de trabalhadores: os docentes, assumidos nesta tese como parte da *classe-que-vive-do-trabalho*, conforme denominada por Ricardo Antunes.

Sérgio Lessa critica a criação de uma nova categoria marxista, já que as categorias analisadas pelo próprio Marx já dão conta da inexorável identidade e não-identidade dos trabalhadores assalariados em relação aos proletários – reais produtores do conteúdo material da riqueza social no modo de produção capitalista –, os quais (esses últimos) formam a classe revolucionária por excelência.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> A expressão “classe-que-vive-do-trabalho” é utilizada por Ricardo Antunes para, segundo ele mesmo afirma, “*enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser*”, pois, “pretende dar contemporaneidade e amplitude ao *ser social que trabalha*, à classe trabalhadora hoje, apreender sua *efetividade*, sua *processualidade e concretude*” (ANTUNES, 2005, p. 101, grifos do autor). Para Sérgio Lessa, todavia, essa designação é desqualificada, haja vista a distinção entre proletários e assalariados “do ponto de vista da produção do 'conteúdo material da riqueza social', do ponto de vista das peculiaridades da práxis de cada um; do ponto de vista do produto peculiar a cada práxis e, por fim, do ponto de vista das diferenças de classe”, pelas diferentes funções sociais atendidas pelos proletários (trabalhadores que atuam na transformação da natureza) e pelos assalariados fora do setor produtivo, como os “trabalhadores intelectuais” (LESSA, 2007b, 163). Lessa ressalta que para o capitalista, o enriquecimento pode ocorrer “tanto na exploração do trabalho intercâmbio orgânico com a natureza, como também em outras atividades (como a do professor) que não realizam qualquer transformação da natureza”, mas isso é uma verdade parcial, a aparência mais superficial, já que “na vida cotidiana é perceptível que há uma diferença fundamental entre a produção de mais-valia na 'fábrica de salsichas' e na 'fábrica de ensinar’” (Ibid., p. 164-165). Essa diferença se expressa, por exemplo, na ameaça mais ou menos imediata à reprodução da sociedade quando da paralisação das atividades dos proletários ou dos professores do serviço público, respectivamente, como também “[...] nas condições de vida e trabalho mais confortáveis dos trabalhadores da 'fábrica de ensinar' se comparados aos da 'fábrica de salsichas'.” (Ibid., p. 165). Levantando o questionamento se “[...] precisamos de outras categorias além das de

Para Antunes (2005, p. 102, grifos do autor), entretanto, seguindo os ensinamentos marxianos, “[...] a classe trabalhadora hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho [...]. Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*.”

E complementa (ANTUNES, 2005, p. 102, grifos do autor):

Mas a *classe-que-vive-do-trabalho* engloba também os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como *valor de uso* e não como trabalho que cria *valor de troca*. [...] Constituem-se em geral num segmento assalariado em expansão no capitalismo contemporâneo – os trabalhadores em serviços [...].

Ressaltamos, na citação acima, a abrangência da totalidade do trabalho coletivo assalariado assumida por Antunes, alcançando os servidores públicos, cuja função social, ao nosso ver, consiste na práxis ou ato humano movido para a reprodução social. Ou seja, compõe o espectro do trabalho abstrato, assalariado e alienado, que não transforma a natureza nem cria diretamente mais-valor para os capitalistas, mas, mesmo sendo improdutivo, contribui – por diversas mediações – para a reprodução do processo de acumulação capitalista, nas esferas de distribuição e circulação do capital.

Aqui está uma cisão radical com a interpretação de Sérgio Lessa, em relação à categoria “trabalho coletivo”, conforme referido por Marx no Capítulo XIV d'*O Capital*, no qual faz a distinção entre trabalho e trabalho abstrato e, neste último, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, a partir da divisão antagônica inaugurada no capitalismo, ou seja, a divisão do processo de trabalho no sistema ampliado de cooperação que separa o trabalho intelectual do trabalho manual (MARX, 2013, p. 577, grifos nossos):

Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho [enquanto permanece puramente individual] conecta o *trabalho intelectual* ao *trabalho manual*. Mais tarde, eles *se separam até formar um antagonismo hostil*. O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. Desse modo, a ampliação do caráter cooperativo do próprio processo de trabalho é necessariamente

---

Marx?” (LESSA, 2007b, p. 311), Lessa vai responder que: “as categorias marxianas de trabalho, trabalho abstrato, o fundamento das classes sociais na estrutura produtiva da sociedade, a oposição “como inimigos” do trabalho intelectual e manual, proletariado e burguesia, continuam não apenas imprescindíveis, mas também suficientes, para a crítica revolucionária do mundo em que vivemos.” (Ibid., p.323). Conforme já afirmamos, concordamos quase plenamente com sua interpretação, porém, não nos convencemos da acepção estrita de classe trabalhadora como trabalhadores manuais, que exclui as práxis eminentemente intelectuais, motivo pelo qual aceitamos como plausível e razoável a *categorização ampliada* por Antunes.

acompanhada da ampliação do conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. *Para trabalhar produtivamente*, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, *ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções*.

Para Lessa (2007b, p. 184), a “[...] amplitude da heterogeneidade do trabalhador coletivo [...]” incorpora tão somente “[...] o conjunto de trabalhadores, o 'pessoal combinado de trabalho', que mantém alguma relação ('mais perto ou mais longe') com a 'manipulação do objeto do trabalho'.” (Ibid., p. 195). Mais adiante de sua argumentação repleta de exemplos de trabalho coletivo (todos trabalhos manuais necessariamente produtivos) apresentados por Marx, os quais diferenciam essa categoria da cooperação (LESSA, 2007b, p. 188-190), Lessa acrescenta que “[...] se todo trabalhador coletivo é um trabalhador produtivo, nem todo trabalhador produtivo é partícipe do trabalhador coletivo [e que] considerar o trabalhador intelectual como partícipe do trabalhador coletivo é um contra-senso no próprio texto marxiano” (Ibid., p. 191). Dessa forma, dado que o trabalhador coletivo é fruto da divisão social do trabalho que opõe o trabalho intelectual ao trabalho manual *como inimigos*, “[...] o trabalhador coletivo não é apenas o trabalhador produtivo, mas o trabalhador produtivo que, na indústria, faz parte do 'pessoal combinado de trabalho' responsável ('mais perto ou mais longe') pela 'manipulação do objeto de trabalho’” (Ibid., p. 191).

Ao nosso ver, ao propor a ampliação do alcance categorial da classe trabalhadora, Antunes não cancelou as distinções evidenciadas por Marx. Entretanto, ao atualizar a concepção de trabalho coletivo e trabalhador coletivo, ele contemporizou a possibilidade histórica de mutualidade de interesses das classes trabalhadoras (proletariado e “classes de transição”) na luta de classes, em termos de enfrentamento contra o sistema do capital.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Sérgio Lessa (2007b, p. 177-184), por sua vez, ao tratar das diferenças de classe entre o proletariado e as classes de transição, salienta a condição da primeira como classe revolucionária por excelência e expõe as identidades e contradições dos assalariados não-proletários tanto com a burguesia como com o proletariado. Sua crítica à neo categorização trazida por Antunes e outros autores marxistas se pauta na compreensão de que há por parte desses estudiosos da sociedade contemporânea a tendência de relativizar as circunstâncias conjunturais (referentes às ditas transformações no mundo do trabalho), como se estruturais fossem. Ele põe, então, em evidência que “as classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pelas respectivas inserções na estrutura produtiva [...] e a atuação das classes nos processos sociais [...] tem na consciência [dos indivíduos que as compõem] e, portanto, no fator ideológico, uma mediação ineliminável” (Ibid., p. 178). Quanto às “respectivas inserções na estrutura produtiva: enquanto o proletário vive do 'conteúdo material da riqueza' que ele próprio produz, o mesmo não pode ser dito do mestre-escola [exemplo de 'outros assalariados' ou classes de transição especificamente abordado no texto]. [...] A distinção ontológica de classe entre professores e os proletários é que os professores vivem 'do conteúdo material da riqueza' produzida pelos proletários, ainda que o façam indiretamente, pela mediação do Estado e/ou da burguesia.” (Ibid., p. 179-180). Em suma: “Nesta síntese entre as determinações objetivas e as determinações ideológicas no ser histórico-concreto das classes, cabe à base produtiva o momento predominante [a determinar a possibilidade de elevação de uma classe-em-si ao seu para-si] [...]” (Ibid., p. 179-180). E “é a partir destas determinações mais gerais que se colocam as possibilidades de as classes serem influenciadas pela ação dos indivíduos, dos complexos ideológicos, das lutas políticas, dos partidos, enfim, pelas lutas de classe.” (Ibid., p. 181). Lessa observa que “em momentos fortemente marcados pela contra-revolução, como o que vivemos,



A despeito da crítica tão bem urdida e argumentada por Lessa (2007b), o qual dedica dez páginas do terceiro capítulo, e outras tantas mais, em sua obra *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, desqualificando a denominação conferida por Ricardo Antunes à classe trabalhadora, creditamos a este último a excelência e relevância da designação proposta, por trazer à tona a incorporação do complexo de mediações que aproxima o trabalho intelectual, especialmente no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico, ao trabalho material, concreto, útil. Entendemos que o trabalho intelectual, porquanto expresse uma teleologia secundária, ao ingressar no sistema mercantil de produção, executa uma subfunção como “órgão do trabalhador coletivo”, tornando o seu executor, ao fim e ao cabo, parte do processo. Como trabalhador produtivo, participa da autovalorização do capital e da reprodução de toda a relação de produção especificamente capitalista. Como trabalhador improdutivo, participa do processo de distribuição do mais-valor como assalariado no setor de serviços, notadamente no serviço público.<sup>22</sup>

---

o refluxo das lutas de classe faz com que a fisionomia ideológico-política das classes assalariadas se turve. [...] lutam pelo direito a serem explorados [...] e não pela abolição do trabalho assalariado e do próprio capital. [...] O resultado [...]: as classes sociais não se comportam no plano ideológico e político de forma nitidamente diferenciada; pelo contrário, suas identidades políticas se confundem.” (Ibid., p. 182-183). Daí, ele conclui sua crítica: “O fato de proletários e assalariados não-proletários não se distinguirem nitidamente, hoje, na esfera político-ideológica, não significa que suas diferenças objetivas tenham desaparecido.” (p. 184). Conforme ressaltamos, não concordamos que tenha havido por parte de Antunes “a dissolução do conceito de proletário no conceito mais geral de trabalhadores ou de uma classe-que-vive-do-trabalho”, conforme denuncia Lessa (2007b, p. 184), mas sim a flexibilização da condição de classe trabalhadora num contexto de ampliação do desemprego estrutural e de maximização da desvalorização dos trabalhadores, mantendo, contudo, o protagonismo do proletariado como classe revolucionária, mas não só.

<sup>22</sup> Em um polêmico ensaio, traduzido e publicado como capítulo de livro organizado por Ricardo Antunes, Adrián Sotelo Valencia (2013) discute “conceitos-chave como trabalho, força de trabalho, proletariado, classe operária, trabalho produtivo e improdutivo, lei do valor, mais-valor e exploração [...], a partir de *O capital* e outros textos importantes dos fundadores do marxismo científico.” (p. 93). Nesse artigo o autor polemiza com as teses levantadas por Lessa (em *Trabalho e proletariado...*), a começar pela opção metodológica de realização de uma *leitura imanente* do Livro I de *O capital*, que, segundo a crítica de Valencia: “é muito parcial e desdenha dos textos fundamentais dos criadores do marxismo científico [Marx e Engels]. Limita-se, em suma, aos capítulos 5 e 14 do Livro I, sem abordar os Livros II e III e, é claro, o inédito capítulo 6.” (Ibid., p. 97). Apartando-se, deliberada e assumidamente, do *método de leitura imanente*, Valencia, com base no Livro III, capítulo 27 – “O lucro comercial” – vai discordar da interpretação de Lessa de que a classe trabalhadora é composta essencialmente por uma concepção de proletariado restrita aos trabalhadores manuais produtivos. Neste sentido, o autor afirma uma acepção ampla do proletariado: “Marx conclui que [...] o trabalho comercial dos trabalhadores assalariados contratados [pelo comerciante] é um trabalho produtivo [...]. Dessa forma, se todo trabalho produtivo cria valor, mais-valor e, como propõe Lessa, transforma a natureza, então o trabalho produtivo do trabalhador mercantil também tem essa característica? A resposta é *sim*, desde que adotemos o ponto de vista do trabalhador coletivo, e *não* a perspectiva do trabalhador individual.” (Ibid., p. 99, grifos do autor).

Na mesma linha argumentativa apresentada por Antunes (2005), Valencia admite as mudanças estruturais nas relações de produção e reprodução do capital, historicamente ocorridas especialmente a partir da segunda metade do século XX, e considera que “[...] o *sujeito assalariado* que vende sua força de trabalho (manual e cognoscitiva) ao capital e é explorado por este transforma a natureza pelo uso dos meios de produção, produz meios de produção e consumo, cria mais-valor e aumenta a acumulação de capital pertence definitivamente à classe trabalhadora.” (VALENCIA, 2013, p. 99, grifos do autor). Considera ainda que “a *classe operária industrial* [cada vez mais retraída] constitui o *núcleo duro da classe trabalhadora* em seu

Fechemos o parêntesis e deixemos provisoriamente de lado essa discussão sobre a centralidade do trabalho, acreditando que já tenhamos esclarecido esse nosso prisma argumentativo. Essa questão será retomada ainda nesta seção, quando abordarmos as mediações das categorias trabalho e trabalho abstrato, cotidiano e estranhamento. Somente no próximo capítulo é que nos debruçaremos sobre a concepção da práxis educativa ou, em termos mais usuais, da prática docente como trabalho especializado na divisão social do trabalho.

Feitos esses esclarecimentos, pretendemos deixar explícito o porquê do uso da expressão *(des)valorização do trabalho* apresentada no título. Para tanto, introduziremos as questões gerais que se desdobram do pressuposto do trabalho como fundante do ser social e central na análise da sociabilidade capitalista, explicitando as principais categorias de análise da realidade social às quais recorreremos: valorização do capital, desvalorização do trabalho, alienação e estranhamento. Esse intróito permitirá antever o caminho que percorremos ao longo de toda a nossa exposição nesta tese, para levantar a discussão sobre as condições e trabalho e vida cotidiana dos docentes que atuam nas unidades interiorizadas das universidades públicas federais, desde o ano de 2006.

Entendemos que a categoria *valor* tem lugar primordial na elaboração teórica marxiana<sup>23</sup>, não trazendo conotação negativa de perda de alguma qualidade, mas, ao contrário, denotando a propriedade (positiva) daquilo que satisfaz alguma necessidade.

Ontologicamente, o *valor* aparece na teoria social de Marx como uma categoria derivada das necessidades humanas, no sentido da utilidade das coisas para atender aos desejos imediatos, fisiológicos ou espirituais (MARX, 2013, p. 113) e também às vontades mediatizadas pelas relações sociais – que dizem respeito ao desenvolvimento das forças produtivas na sociedade e da riqueza socialmente produzida.

N'*O Capital*, o autor desenvolve seu pensamento a respeito da constituição e consolidação da sociedade capitalista a partir da análise da *mercadoria*, que vem a ser, em princípio, a categoria mais concreta e imediata para compreender o processo de valorização das coisas, a atribuição de valor de uso e de troca, a condição relacional entre a satisfação da

---

conjunto, mas que dela também fazem parte os trabalhadores que pertencem aos ramos e setores tanto da produção quanto das esferas de circulação do capital, ou seja, o proletariado em sua acepção ampla.” (Ibid., p. 99, grifos nossos).

<sup>23</sup> Já mencionamos na nota 11 desta seção que se atribui a Marx a genialidade de revelar o cerne e o *modus faciendi* da mais-valia, ou do mais-valor (absoluto e relativo) constitutivo do preço das mercadorias, o qual, somente no estágio capitalista, é gerado pelo trabalho tornado mercadoria.

necessidade humana e a fomentação de necessidades sociais.<sup>24</sup>

O valor de uso diz respeito à utilidade de uma coisa para alguém e que, portanto, só tem sentido ou razão de ser se for efetivamente consumida por esse alguém. Na teoria marxiana, o valor de uso de uma mercadoria vem a ser o suporte material do valor de troca, ou seja, a qualidade objetiva de algo cuja grandeza de valor é tão somente subjetiva. Valor de troca da mercadoria, por sua vez, vem a ser justamente uma medida consensual, socialmente determinada, que lhe confere a condição de permutabilidade com outras mercadorias de valor equivalente. Essa equivalência vai ser historicamente atribuída a um valor universal, expresso na forma dinheiro.

Acompanhando as formulações da teoria social marxista, chegamos à compreensão de que, à diferença dos modos de produção anteriores ao capitalismo, nesse estágio mais desenvolvido das forças produtivas o processo amplo de produção e reprodução social tem início não na troca direta de mercadorias, nem na troca entre os equivalentes: mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), cujas transações não acrescentavam nenhum quinhão à riqueza dos possuidores de dinheiro. No estágio capitalista ocorre uma inversão na “atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles”, como nos diz Mészáros (2002, p. 71), referindo-se ao que ele chama de “[...] mediações de segunda ordem do capital – ou seja, os meios alienados de produção e suas 'personificações': o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial”. Em outras palavras, o capitalismo, com seu incontrolável poder destruidor, e “[...] trazendo consequências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência da humanidade” (Ibid., p. 71), sobrepõe-se e degrada aquelas relações de trabalho e de troca liminar de mercadorias por equivalentes.

Nesse sentido, importante diferenciação há em relação ao valor historicamente

---

<sup>24</sup> Buscamos, nas páginas introdutórias desta tese, acompanhar a “trilha” metodológica construída por Marx de desvelamento da totalidade, que, apenas para ser sucinta, esquematizamos assim: elevando o concreto ao abstrato e retornando ao concreto como concreto pensado. Isto é, partindo da esfera da circulação de mercadorias onde se realiza (e se percebe) a valorização do capital, buscar entender como o valor é produzido na esfera de produção dessas mercadorias e de que maneira se reproduz o processo de valorização, reproduzindo-se, então, o próprio processo de produção e reprodução ampliada do sistema do capital. Conforme bem resume Duayer (2010, não paginado): “Para sumariar a análise de Marx, é preciso partir, como ele, da forma de manifestação mais imediata dessa sociedade, tal como ela aparece para todos os sujeitos: a esfera da circulação mercantil, da troca generalizada, ali onde todos trocam tudo. O domínio da venalidade universal. Afinal, como escreve Marx em sua conhecida *Introdução* de 1857, sempre se parte do concreto. E o concreto da sociedade do capital se manifesta imediatamente para os sujeitos como esfera da circulação. Todavia, o concreto em sua imediatez é abstrato, pois os sujeitos dele não sabem mais do que suas determinações tópicas. Essa abstratividade começa a ser gradualmente dissolvida quando se analisa, como o faz Marx, as próprias circunstâncias que tornam possível as coisas se apresentarem tal como se apresentam.”

atribuído ao trabalho, como produtor de valores de uso ou como produtor de mercadorias e, portanto, como gerador de valores de troca.

Enquanto substância de valor, isto é, qualidade objetiva que contém utilidade para satisfação de necessidades humanas, o trabalho produz valores de uso em qualquer tempo histórico, “[...] independente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2013, p. 255). Só no capitalismo é que o trabalho produzirá eminentemente valores de troca, além de a própria força de trabalho tornar-se uma mercadoria, como bem expresso por Marx (2013, p. 245):

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho.

De acordo com Mészáros (2002, p. 67), em sua crítica ao idealismo hegeliano sobre o “capital permanente universal”<sup>25</sup>:

O caso é que – não devido às inalteráveis determinações ontológicas, mas como resultado da divisão do trabalho historicamente gerada e mutável, que continua prevalecendo sob todas as formas concebíveis do domínio do capital – os indivíduos são mediados entre si e combinados em um todo social antagonicamente estruturado por meio do sistema estabelecido de produção e troca. Este sistema é regido pelo imperativo do valor de troca em permanente expansão a que tudo o mais – desde as necessidades básicas e mais íntimas dos indivíduos até as variadas atividades produtivas materiais e culturais em que elas se envolvem – deve estar rigorosamente subordinado.

No capitalismo, a mercadoria se torna uma mística que “realiza” a criação de mais dinheiro, ou melhor, a transformação de dinheiro em capital. E tudo se subordina ao capital, principalmente a força de trabalho que se converte em mercadoria. Assim, as mercadorias adquiridas no mercado como meios de produção ou como forças de trabalho têm a capacidade de, no processo de produção de outras mercadorias, transformar-se em mais capital, em valorizar o dinheiro inicialmente empregado pelo seu possuidor, na forma D-M-D' (dinheiro-mercadoria-capital – ou dinheiro acrescentado de mais-valor).

O desenvolvimento das forças produtivas e o progresso das ciências e da tecnologia que facilita, acelera e aumenta a capacidade de produzir mais em menos tempo, faz crescer

---

<sup>25</sup> Não convém explorar essa crítica aqui, mas, ao nos referirmos a ela, devemos minimamente esclarecer que István Mészáros se dedica a refutar a ideia de que a globalização da economia capitalista traz consigo mudanças positivas e resultados elogiáveis. Para tanto, parte do pressuposto de que a questão do desenvolvimento global já se fazia presente na filosofia idealista de Hegel, no sentido de que o destino do mundo (desígnio final) sob o domínio colonial europeu seria absolutamente inalterável, donde se depreende a ideia do “capital permanente universal”. Nesse sentido, Mészáros, critica o idealismo e a falácia da globalização na contemporaneidade como sendo “o fim da história” (MÉSZÁROS, 2002, p. 63-72).

também as desigualdades na divisão do trabalho, separando inicialmente o trabalho intelectual do trabalho manual e, mais adiante, o trabalho produtivo do trabalho improdutivo, o trabalho material do trabalho imaterial, o trabalho industrial do trabalho comercial.

Dessa forma, a separação entre sujeito e objeto do trabalho, do trabalho concreto e do trabalho abstrato, ou do trabalho como valor de uso e do trabalhador como valor de troca, é um fenômeno contraditório que amplia a distância dos polos constituintes da base ontológica do ser social, quais sejam: a totalidade social objetiva do gênero humano e as condutas subjetivas de vida dos indivíduos – genericidade e individualidade.

Então, o valor das mercadorias, medido pela média social de tempo de trabalho necessário à sua produção, passa a ser a mesma grandeza de valor do próprio trabalho, num complexo movimento de retroação do processo de produção capitalista, pelo qual a força de trabalho, embora vendida/comprada anteriormente, no momento de circulação, só é paga após ser consumida no processo de trabalho, para fins de “reabastecimento” do esforço despendido.

Desta feita, na dinâmica do assalariamento, processa-se um autêntico ilusionismo, que favorece o capital, desfavorecendo o trabalho, sem que, no entanto, isso se mostre como prática de vilania. Pelo contrário, o desenvolvimento capitalista, ao recrudescer as formas de exploração do trabalho, conseguiu dissimular o contraditório processo de auto-valorização do capital pelo trabalho e de desvalorização da força de trabalho pelo capitalista pela via do fetichismo da mercadoria.

Marx revela esse ilusionismo a partir da categoria *mais-valor*, ou seja, do valor da mercadoria não pago ao trabalhador e convertido em lucro do capitalista. Por essa razão, para avançarmos no estudo sobre a desvalorização da classe trabalhadora será necessário antes compreendermos como é gerado o valor do trabalho, enquanto mercadoria, e como o valor da força de trabalho é transformado em salário (preço da mercadoria). Dessa forma teremos o condão de desvelar o segredo da reprodução ampliada do capital pela expropriação do mais-valor.

Marx também nos ensina que na constituição total do processo de produção são realizados dois movimentos simultâneos e complementares que fomentam o processo de reprodução ampliada: 1) o processo de trabalho, no qual o trabalho comprado no mercado é consumido pelo proprietário dos meios de produção, e 2) o processo de valorização do capital, através da expropriação de parte do valor do trabalho efetivamente executado e não pago à força de trabalho que o vendeu anteriormente à sua execução. A força de trabalho cria, então, os valores de uso que são tornados mercadoria a serem comercializadas e, portanto, gera o mais-valor que o capitalista obtém ao se efetivar a venda das mercadorias por valores acima

daqueles pagos como salários aos trabalhadores. Revela-se, dessa forma, a desumanização do trabalhador assalariado como um fenômeno de alienação e estranhamento, no trabalho e pelo trabalho.

Tanto a alienação como o estranhamento pressupõem a dominação e controle do trabalho alheio por outrem. Compreendemos a alienação como processo ocorrido desde diferentes modos pretéritos de produção e de economia existentes na história da humanidade. Alienação é, desse modo, um fenômeno trans-histórico, referente à objetivação do sujeito que trabalha no produto de seu trabalho<sup>26</sup>, e, reciprocamente, à subjetivação do objeto pela exteriorização do sujeito que a ele empresta significado e valor de uso, no sentido da consciência formada a respeito da realidade (natural-social) com a qual interage. No capitalismo, entretanto, aliena-se não só o trabalho, mas a própria consciência, deformando-se a personalidade individual de modo particularmente mercantil, pela separação da dicotomia sujeito-objeto já referida linhas acima.

Aqui cabe dar destaque ao entendimento favorecido por Alcântara (2013, p. 151) sobre a categoria alienação: “[...] a essência concreta da alienação [está na] antítese dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e das individualidades sociais”. Ou dito de outro modo, conforme a autora sintetiza a tese lukacsiana: “[...] a contradição entre desenvolvimento das capacidades e desenvolvimento da personalidade propiciado pelo desenvolvimento das forças produtivas assume centralidade na discussão sobre a alienação” (ALCÂNTARA, 2013, p. 159). Tal compreensão é crucial para os argumentos de nossa tese, uma vez que alude à mediação do desenvolvimento das forças produtivas no desenvolvimento das consciências individuais, que poderá tender à resignação ou à resistência dos trabalhadores.

Tendo o mesmo fundamento na exploração do trabalho concreto, o estranhamento implica algo além, que surge somente a partir da divisão social do trabalho (idealmente livre) no capitalismo, na expropriação do mais-valor gerado e realizado na troca das mercadorias produzidas no processo de trabalho abstrato.

No capítulo que dedica à exposição dos traços ontológicos gerais do estranhamento, Lukács (2013), situa o desenvolvimento da personalidade como um processo social. O autor aborda o estranhamento como um conflito de desenvolvimento social, um conflito entre os dois polos do ser social, ou seja, totalidade social objetiva de um lado e singularidade individual subjetiva de outro – entre o desenvolvimento das capacidades humanas pelas forças

---

<sup>26</sup> Isto é, referente à materialização (em um objeto) de algo que antes existia apenas na ideia do sujeito.

produtivas e a conservação (ou o esfacelamento) da personalidade humana (Ibid., p. 591).

Na particularidade histórica da organização societal capitalista, subsistem a alienação e o estranhamento como um movimento sincrónico de fenómenos contrários, por meio das relações de troca baseadas na propriedade privada (e, em tese, na liberdade de troca entre produtores e possuidores dos meios de produção) e na negação da condição do produtor do trabalho (o trabalhador assalariado) apropriar-se do seu produto.

Ora, na perspectiva do trabalho como fundante da sociabilidade humana, Lukács (2013, p. 178) ressalta que o “[...] desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução, [de modo desigual e contraditório, ganha expressão no processo contínuo de descobertas e realização de] coisas novas, novas necessidades, novos caminhos para sua satisfação”.

A relação humana em sociedade se funda, desse modo, a partir da interação no trabalho (intercâmbio orgânico com a natureza) e na objetivação desse trabalho nos produtos resultantes, transformados em instrumentos e meios de produção de novos produtos. A reprodução desse processo e seu crescente e contínuo aperfeiçoamento se torna possível, em princípio, pela capacidade de comunicação e transmissão do conhecimento, pela linguagem, pela sociabilidade em si, que se reproduz no cotidiano de forma direta, espontânea e imediata.

A espontaneidade e o imediatismo da vida cotidiana, convertidos em linguagem-comunicação-saber-ciência reproduzidos *ad infinitum* de forma retroativa, remetem-nos à compreensão da formação da consciência humana, conforme a peremptória declaração de Marx e Engels: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Essa clássica afirmação do materialismo histórico se depreende, como feito pelos autores, de que a distinção entre os homens e os outros animais pode ser referida à sua consciência e aos complexos ideológicos e espirituais somente observados na espécie humana (como a religião, a política, a educação etc.); porém, o salto que separa o caráter biológico, natural dos homens da sua condição peculiar e única de *ser social* só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, dos seus meios de existência, produzindo, assim, *indireta e mediatamente* a sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007).

Argumentando acerca do “[...] trabalho enquanto raiz material da vida cotidiana [...]”, Rocha (2013, p. 261), apoiada nos ensinamentos de Lukács, chama a atenção para o caráter substancial da consciência “na determinação do ser do homem” e sobre o lugar onde a consciência é gerada e também degenerada em razão da relação entre os homens no e pelo trabalho – o cotidiano. A autora nos faz ver que:

A premissa [sic] lukacsiana acerca da vida cotidiana é que esta é o *locus* que sintetiza continuidade e ruptura, essência e fenômeno etc., em uma situação historicamente determinada, que coloca necessidades e possibilidades para os indivíduos e para a humanidade. [...] Através de suas peculiaridades, o cotidiano, cuja função é garantir a reprodução social, condiciona os homens a um agir imediato, impõe-lhes uma consciência acrítica, deformada e conformada, a qual os mantém distanciados do humano-genérico. (Ibid., p. 261)

Sendo assim, o cotidiano é o *locus* da consciência, e também da alienação, uma vez que, segundo aludido por Rocha (2013, p. 261), a consciência é “determinada pela realidade que circunda o ser social e sendo essa realidade mistificada pela ideologia dominante, certamente a consciência desse ser estará arraigada à particularidade individual”. Nesse sentido, a autora (Ibid., p. 261-262) ressalta que na sociedade capitalista, cuja ideologia “se baseia num subjetivismo e num individualismo exacerbados, o desenvolvimento de uma consciência humano-genérica, desprendida da particularidade cotidiana, se torna [sic] cada vez mais reduzido.”

Como mencionamos linhas atrás, o fundamento da alienação está no cotidiano, mas, conforme advertido por Lukács (apud ALCÂNTARA, 2013, p. 158): não se deve absolutizar a tomada de decisão dos indivíduos, transformando um fenômeno social em uma condição humana universal e supra-histórica. Queremos dizer com isso que há dois caminhos na formação ou deformação da consciência: a rebeldia (resistência) ou a conformação (resignação). O individualismo egoísta, como cerne da ideologia dominante, reforça a significação da condição histórica de desumanização pelo trabalho alienado e estranhado, como sendo ela própria a condição humana natural e última. É assim que na cotidianidade o homem se empenha, conscientemente ou não, em desenvolver suas potencialidades mais no sentido de “ter” – reprodução aprisionada ao mercado de trabalho, subjugada pelo controle do capital: o sentido da vida é manter-se empregado e a maior ambição é a prosperidade financeira, o enriquecimento – em detrimento de “ser” – recuperar o domínio de suas forças autenticamente humanas, sua liberdade criativa de transformação.

Assim se refere Heller (1992, p. 37, grifos da autora) a respeito da relação entre cotidiano e alienação: “A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é a que *mais se presta à alienação*. [...] Na cotidianidade, parece “natural” a desagregação, a separação de ser e essência.”

Significa dizer que, segundo a autora (*ibidem*), o indivíduo se orienta na cotidianidade pela representação dos papéis que lhe são socialmente atribuídos, em conformidade com a espontaneidade e o imediatismo característicos da vida cotidiana, não havendo “por que revelar-se nenhuma individualidade unitária”. Ou seja, não se questiona a



condição de *peça da engrenagem* geral da sociedade. Entretanto, isso *não significa* que a vida cotidiana seja necessariamente alienada, mas que o conformismo dado pela confiança e pela fé em uma vida boa, sem conflitos com a ordem social – aceita como natural –, passa a orientar os desejos, as aspirações, dos sujeitos particulares.

Logo no início dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, Lukács (2010, p. 33) ressalta que:

[...] uma consideração ontológica do ser social é impossível sem procurarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens. [...] Todo pensamento cuja pressuposição e conseqüências perderem esse fundamento último tem de dissolver-se subjetivamente em si mesmo, em sua globalidade e em seus resultados finais. Mas, por outro lado [contraditoriamente] – devido igualmente ao fato básico próprio do ser humano de que nunca somos capazes de ter um conhecimento total de todos os componentes de nossas decisões e suas conseqüências –, também na vida cotidiana o verdadeiro ser muitas vezes se revela de maneira altamente distorcida. [...] Portanto, é preciso partir da imediaticidade da vida cotidiana, e ao mesmo tempo ir além dela, para poder apreender o ser como autêntico em-si. Mas, simultaneamente, também é preciso que os mais indispensáveis meios de controle do ser pelo pensamento sejam submetidos a uma permanente consideração crítica, tendo por base sua constituição ontológica mais simples. As inter-relações desses dois pontos de vista aparentemente opostos é que possibilitam uma aproximação daquilo que o ser, como ente, verdadeiramente é.

Se quisermos compreender, portanto, o processo de reprodução social que desumaniza o homem – assumindo que sua gênese está no trabalho como ato histórico (salto ontológico) fundante do ser social e protoforma de todas as práxis sociais –, é mister abordarmos o cotidiano do mundo dos homens. Somente a partir daí conseguiremos desvelar o contraditório processo de valorização do capital e desvalorização do trabalhador, que vem a ser o objetivo desta seção.

Ao tratar dessa categoria ontológica, dedicaremos parte de nossa exposição à reflexão sobre como a cotidianidade dos indivíduos se explicita na totalidade social. Trazer aqui a reflexão sobre a categoria *vida cotidiana* nos parece ser tarefa inarredável para se evitar impressões equivocadas e limitadas que recaiam sobre o termo cotidiano e, ao mesmo tempo, aproximar ao máximo a compreensão dos elementos que favoreçam à análise do nosso objeto de pesquisa.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Numa busca em qualquer dicionário da língua portuguesa, há de se encontrar como classificação e significado do verbete *cotidiano* algo como: adjetivo que indica “de todos os dias”. Enquanto conceito, essa definição basta para entender que se trata de algo que expressa um certo rito rotineiro, recorrente, diário. Todavia, não é o bastante para compreender seu significado na configuração das relações sociais, no movimento da história de todos e de cada um. Tal aproximação – exercício de apreensão do real – só ocorre quando tomamos essa expressão da linguagem como categoria teórica.

Como categoria de análise da realidade social, seguimos a interpretação de Agnes Heller (1992, p. 17-18, grifo da autora), segundo a qual: “A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em

Como nos diz Ricardo Antunes sobre a “dimensão decisiva dada pela esfera da *vida cotidiana*, como ponto de partida para a *genericidade para-si* dos homens”, isto é, do “*fazer-se do ser social*” (ANTUNES, 2005, p. 168, grifos do autor):

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, *dotado de intrínseca dimensão teleológica*. E, como tal, mostra-se como *uma experiência elementar da vida cotidiana*, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais.

Esses carecimentos ou necessidades são próprios da *vida cotidiana*, que é eminentemente social, no sentido de que o produto do trabalho humano resulta em *valores* que alteram não somente o indivíduo que trabalha, mas todo o complexo de interações homem-natureza e homem-homem. Aqui é importante enfatizar o que já foi dito: a categoria *valor* aparece na teoria social de Marx como propriedade daquilo que satisfaz alguma necessidade, no sentido da utilidade das coisas para atender aos desejos imediatos, fisiológicos ou espirituais e também às vontades mediatizadas pelas relações sociais. Portanto, a (des)valorização do próprio trabalho, como valor de uso ou de troca, é um processo intrínseco à cotidianidade.

Uma importante característica da vida cotidiana é a imediatividade, que se junta à utilidade, à funcionalidade das atividades individuais dos seres humanos. Isto é, “a objetivação que se passa no cotidiano é aquela em que o homem faz do mundo o seu ambiente imediato”; ou seja, “é o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares”, em que os indivíduos aprendem as relações sociais e as reproduzem enquanto instrumento de sobrevivência. Desse modo: “Toda a reprodução que ultrapassa o imediato na

---

funcionamento' todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as duas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade.”

E assim prossegue: “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.” (Ibid., p. 18)

Então, conclui: “Mas a significação da vida cotidiana, tal como seu conteúdo, não é apenas heterogênea, mas igualmente hierárquica. Todavia, diferentemente da circunstância da heterogeneidade, a forma concreta da hierarquia não é eterna e imutável, mas se modifica de modo específico em função das diferentes estruturas econômico-sociais. [...] A heterogeneidade e a ordem hierárquica (que é condição de organicidade) da vida cotidiana coincidem no sentido de possibilitar uma explicitação 'normal' da produção e da reprodução, não apenas no 'campo da produção' em sentido estrito, mas também no que se refere às formas de intercâmbio. A heterogeneidade é imprescindível para conseguir essa 'explicitação normal' da cotidianidade; e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo.” (Ibid., p. 18)

vida cotidiana deixa de ser cotidiana”. Nesta perspectiva, fica evidenciado que “[...] na vida cotidiana só se percebe o singular” (CARVALHO, 2000, p. 26).

Como ser social fundado, o movimento de transição das possibilidades objetivas às tarefas realizadas pelos sujeitos mediadas pelo trabalho forma a unidade natural-social do gênero humano. Ao executar cotidianamente as tarefas de modo automático, no sentido de que o desenvolvimento de capacidades e habilidades funcionais tendem a tornar a tomada de decisão prescindível, as determinações sociais distanciam cada vez mais os indivíduos da genericidade humana. Todavia, tanto a reprodução biológica não pode prescindir da reprodução social como o contrário também é imprescindível, tendo em vista a totalidade do ser social na determinação das particularidades de cada indivíduo singular, na formação de sua personalidade.<sup>28</sup>

Nesse sentido, de acordo com Agnes Heller (1992, p. 17, grifos da autora):

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem. [...] Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

Ao mesmo tempo, para Heller (1992, p. 17, grifos da autora): “A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.”

Isso significa dizer que, “[...] o cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem, [todavia,] a história e o progresso transformam continuamente sua paisagem” (CARVALHO, 2000, p. 24).

Ao entendermos a vida cotidiana, torna-se mais fácil compreendermos o enviesado argumento acerca da concepção justificadora da alienação do trabalhador, segundo a economia política liberal criticada por Marx e Engels. Recorremos à citação direta no próprio Marx (2004, p. 91, grifos do autor):

---

<sup>28</sup> Avançando em sua argumentação sobre estranhamento e desenvolvimento da personalidade, Lukács (2013, p. 591-592) conclui: “Portanto, se realmente quisermos compreender o fenômeno do estranhamento, sem ingredientes nem deformações mitológicos, jamais deveremos perder de vista que a personalidade, com toda a sua problemática, é uma categoria social. Obviamente, no plano imediato, o homem é de modo irrevogável um ser vivo, como todos os produtos da natureza orgânica. Nascimento, crescimento e morte são e permanecerão momentos irrevogáveis de todo e qualquer processo vital biológico. Contudo, o afastamento – afastamento incessante, mas jamais desaparecimento – da barreira natural é uma característica essencial não só do processo inteiro de reprodução da sociedade, mas, inseparável dele, também da vida individual. As suas expressões fundamentais, como os atos de alimentação e de multiplicação, podem se socializar em grande medida, ocasionando mudanças qualitativas, os motivos da socialização podem desempenhar neles um papel cada vez mais dominante, mas o seu chão biológico jamais poderá ser abandonado completamente. Por essa razão, uma avaliação incorreta das proporções dos momentos ativos nesse ponto – não importa se o biológico for superestimado ou subestimado – deverá levar igualmente a uma concepção falsa do estranhamento.”

No trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, *carente (bedürftig)*, que a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso, sua existência.<sup>29</sup>

Em outras palavras, na concepção dos pensadores que iluminaram o ideário burguês, o homem posto na condição de trabalhador, e só como trabalhador na medida que seja capital vivo, deixa de existir enquanto homem. Assim sendo, quando se encontra fora da relação de trabalho, o homem que trabalha – ou trabalhador desocupado – é uma figura que não existe para o capital. Nesse sentido, para a economia política “[...] as carências do trabalhador são [...] apenas a *necessidade (Bedürfnis)* de conservá-la *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores não desapareça*.” (apud MARX, 2004, p. 92, grifos do autor).<sup>30</sup> Ao mesmo tempo, para si, para o próprio homem que trabalha, fora da relação com o capital ele também já deixou de existir. Como que naturalmente, uma vez destituído de sua condição humana em si, o trabalhador somente encontra sentido para sua própria existência quando empregado pelo capital. E o salário é a moeda de troca que conserva essa relação.

Marx, por sua vez, ao desvelar a ontologia do valor, da alienação e do estranhamento que fundamentam a vida cotidiana na ordem social capitalista, expõe o salário como um *truque de magia* que faz o homem, desumanizado em sua condição de mercadoria força de trabalho, somente acreditar-se humano exatamente quando reificado, quando mantido naquela condição *coisal*. Porque só quando recebe salário consegue suprir seus carecimentos e necessidades básicos cotidianos.

Ao evidenciar o propósito dos possuidores de dinheiro na realização da compra dessa nova mercadoria, Marx (2013, p. 244) explicita também as motivações que levam os trabalhadores a vender sua força de trabalho, as quais nada têm de natural:

---

<sup>29</sup> O significado atribuído a juros, conforme compreendemos, é o salário na proporção inversa dos juros do capital, no sentido de que o trabalhador está sendo reconhecido como *capital vivo*. Portanto, a parcela de dinheiro que lhe corresponde por sua utilidade no processo de trabalho deve se converter em juros para o capitalista, o qual será reinvestido na manutenção e reprodução desse capital. Ou seja, para o capitalista os salários têm o significado de *conservação* de qualquer outro meio de produção e do *consumo de capital* em geral, de modo a que este possa reproduzir a si mesmo com juros (MARX, 2004, p. 92). Essa é a concepção que justifica o salário como custo obrigatório do capital e do capitalista, o qual não deve ir além dessa obrigação, sendo calculado pelo padrão mínimo necessário à sobrevivência do próprio trabalhador.

<sup>30</sup> Como trataremos mais adiante da reprodução ampliada do sistema capitalista, na qual o processo de valorização do capital extrapola a esfera produtiva e alcança, no nosso entender, ainda que indiretamente, os serviços inclusive públicos, ressaltamos essa questão da invisibilidade para os capitalistas – ou exclusão de seu domínio – dos assuntos relacionados às carências de *figuras fantasmagóricas* como o homem fora da relação de trabalho, “[...] o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso” (MARX, 2004, p. 92).

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

[...] [Porém,] a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [*naturgeschichtliches*], tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.

Haja vista a concentração de grandes propriedades privadas para poucos capitalistas e a imensa população de camponeses e artesãos recém tornados trabalhadores “livres”, ou melhor, mercadorias, não é difícil para os economistas políticos aplicar a lei da procura e da oferta postulada em relação a qualquer mercadoria: “Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome.” (MARX, 2004, p. 24).

Segundo anotações de Marx publicadas nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*, referentes à *Riqueza das Nações* de Adam Smith<sup>31</sup>, a teoria sobre o salário constata que a sua determinação provém do confronto hostil entre capitalista e trabalhador. Essa relação contrária é vantajosa para o primeiro e pernicioso para o segundo. O proprietário fundiário e o capitalista industrial podem acrescentar aos seus rendimentos a renda fundiária e o juro do capital. Ao trabalhador resta o salário, sem o qual morre de fome; por isso é grande a concorrência entre os trabalhadores que, desprovidos dos meios de produção, têm de lutar pela aquisição de trabalho, oferecendo-se como mercadoria e subjugando-se aos caprichos do capitalista.

Ao fazer a crítica, entretanto, Marx revela a limitação dessa teoria, ao expor que, ao contrário da corveia<sup>32</sup> e do trabalho escravo – em que todo o trabalho aparece como trabalho

<sup>31</sup> De acordo com a nota de rodapé 1 do Caderno 1 dos *Manuscritos*, intitulado “Salário” (MARX, 2004, p. 23), a fonte principal de Marx não teria sido a obra *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, de Adam Smith (ou *Riqueza das Nações*, como é mais conhecida no Brasil). Marx teria utilizado citações a partir de excertos daquela obra feitos por ele mesmo.

<sup>32</sup> Corveia era o trabalho gratuito que os servos prestavam ao senhor feudal durante certo número de dias. Na seção em que trata do caráter fetichista da mercadoria, Marx alude à diferença do sistema de trabalho dos servos em relação ao capitalismo: “Em vez do homem independente, aqui só encontramos homens dependentes – servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre elas. A forma natural do trabalho, sua particularidade – e não, como na base da produção de mercadorias, sua universalidade – é aqui sua forma imediatamente social. A corveia é medida pelo tempo tanto quanto o é o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que o que ele despense a serviço de seu senhor é uma quantidade determinada de sua força pessoal de trabalho. [...] o fato é que as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem como suas próprias relações pessoais e não se encontram travestidas em relações sociais entre coisas, entre produtos de trabalho” (MARX, 2013, p. 152).

não pago, ou seja, como trabalho para seu senhor (mesmo quando ele trabalha para si mesmo, para repor o valor de seus próprios meios de subsistência) –, no trabalho assalariado, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Configura-se, assim, no capitalismo, o feitiço da mercadoria, pelo qual o que parece não é e o que é não aparece.

Então, à diferença da concepção do salário como mero equivalente em dinheiro (preço) na troca mercantil por determinada quantidade de trabalho, como fazem crer os economistas políticos<sup>33</sup>, Marx nos permite compreender que se processa, como que num movimento de prestidigitação, duas modalidades de subordinação do trabalho pelo capital: a subsunção formal e a subsunção real. No primeiro caso, revela-se a alienação no próprio momento da contratação do trabalhador – ainda na esfera da circulação (compra da mercadoria-trabalho) – e – já na produção – o consumo do trabalho despendido como força produtiva para a criação de produtos que serão suporte material de valor para o proprietários dos meios de produção (o seu comprador). Na subsunção real, o estranhamento ocorre em virtude do mais-valor gerado no processo de trabalho, o qual é expropriado do trabalhador no processo de venda da mercadoria produzida, patrocinando a valorização do capital. Este último processo inicia-se concomitantemente no consumo do trabalho (momento da produção) e se realiza no momento da circulação (venda) da mercadoria produzida, fechando o ciclo de reprodução ampliada ou acumulação de capital.

Faz-se mister, então, sinalizar importantes diferenciações categoriais identificadas por Marx: a distinção entre processo de trabalho e processo de valorização do capital, que constituem a unidade dialética do processo de produção capitalista. No processo de trabalho, ainda há de se esclarecer as diferenças entre o trabalho simples e o trabalho complexo. Sobre o trabalho complexo, por sua vez, convém esclarecer outra distinção fundamental na concepção marxiana de trabalho abstrato: o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Abordaremos esses processos e suas interações quando alcançarmos a exposição mais detalhada sobre o processo de produção capitalista.

Acreditamos que ao longo dessas longas, porém, ainda introdutórias considerações tenha ficado clara a intenção de destacar o processo de *desvalorização* (depreciação do valor) do trabalhador pelo capital, na divisão social do trabalho. Ou seja, ao retirar do trabalhador (força de trabalho) a sua condição de fruir seu próprio trabalho, tornando-se mercadoria e

---

<sup>33</sup> Conforme enunciado por Marx (2013, p. 605): “Na superfície da sociedade burguesa, o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho, como determinada quantidade de dinheiro paga por determinada quantidade de trabalho”. Desse modo, na economia política criticada por Marx, ao equipar a lei do valor à lei da oferta e procura, o trabalhador – que em princípio detém a força de trabalho – possuiria um valor de troca no mercado que oscilaria de acordo com sua oferta.

sendo subsumido pelo capital na relação de compra e venda (por assalariamento), o trabalho em si tem seu valor de uso perdido de seu próprio agente (o trabalhador) para o capital. Daí que se constitui o trabalho como estranho ao trabalhador, dado pelo afastamento dos indivíduos de sua condição humano-genérica, refletido no imediatismo e na espontaneidade da vida cotidiana.

A face visível dessa desvalorização no desenvolvimento das forças produtivas, em tempos de máxima intensificação e precarização do trabalho, como pretendemos apresentar na última seção, é a desqualificação do indivíduo trabalhador em termos de desenvolvimento de suas capacidades, bem como, de sua consciência referente à aceitação ou à oposição em relação às condições de trabalho e de vida cotidiana – as suas próprias e as dos demais trabalhadores.

### 1.1 Trabalho: categoria fundante do ser social

Conforme enunciamos desde o título desta seção, a elaboração teórica marxiana tem como pressuposto a categoria trabalho como fundante do ser social, independente do modo de produção e do domínio dos meios de produção.

Nessa perspectiva, compreende-se o homem como ser social que o é – à diferença dos outros animais – exatamente porque através do ato de trabalho medeia as possibilidades de satisfação de seus carecimentos (em princípio naturais), transformando a natureza externa e a sua própria natureza.

Como bem assinala Emir Sader, na apresentação da edição da Boitempo d'*A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007, p. 14):

Destacar esse papel de pressuposto incontornável da produção da vida material significa, ao mesmo tempo, colocar o trabalho no centro das condições de vida e consciência humana. O homem se diferencia dos outros animais por muitas características, mas a primeira, determinante, é a capacidade de trabalho. Enquanto os outros animais apenas recolhem o que encontram na natureza, o homem, ao produzir as condições da sua sobrevivência, a transforma.

Em Marx (2013, p. 255, grifo nosso), a constituição do gênero humano como ser social é assim explicitada:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua

própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem.

Marx demarca a distinção entre o produto dos atos instintivos animais (exemplificados pelo autor com a teia da aranha e a colmeia da abelha) e o produto do trabalho humano (comparativamente, do tecelão e do arquiteto, nesta ordem)<sup>34</sup>. Essa distinção está na *teleologia* e *causalidade* do processo de trabalho, isto é, na ideação prévia do resultado do trabalho e na capacidade de conhecer as propriedades do objeto a ser trabalhado, modificado, como também dos meios necessários para realizar tais mudanças desejadas.

Teleologia e causalidade são assim explicitadas (MARX, 2013, p. 256):

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade.

Lukács (2013, p. 172, grifos nossos), ratificando que é no trabalho que está a distinção essencial característica da fundação de um gênero humano substancialmente diferente dos animais puramente naturais, assim se expressa: “[...] o trabalho, o *pôr teleológico* que o produz, a *decisão alternativa* que necessariamente o precede consiste de forças motrizes reais que determinam a estrutura categorial [do ser social], que não têm qualquer semelhança com os motores da realidade natural [da esfera de vida do ser].”

Dessa maneira, o autor evidencia o processo chamado por ele de “afastamento da barreira natural”, que ocorre no âmbito do ser social, isto é, que promove o salto ontológico de reprodução do homem, da condição de *ser natural* para *ser social*, assumindo um caráter único *natural-social* que lhe é peculiar e que lhe imprime o *status* de *gênero humano* (condição humano-genérica).

Portanto, se quisermos apreender a reprodução do ser social de modo ontologicamente correto, devemos, por um lado, ter em conta que o fundamento irrevogável é o homem em sua constituição biológica, em sua reprodução biológica; por outro lado, devemos ter sempre em mente que a reprodução se dá num entorno, cuja base é a natureza, a qual, contudo, é modificada de modo crescente pelo

<sup>34</sup> Referimo-nos à clássica citação de Marx (2013, p. 255-256), na qual o autor distingue a especificidade do trabalho humano por sua capacidade de pré-ideação do produto do trabalho, conforme sua subjetividade: “Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.”



trabalho, pela atividade humana; desse modo, também a sociedade, na qual o processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social humana. (LUKÁCS, 2013, p. 171).

Temos nas citações acima a explicitação do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens, que se afasta de uma condição de mera reprodução biológica, de meio de subsistência, de preservação da sua existência, para aproximar-se da complexa condição de reprodução social, de desenvolvimento de novas capacidades e habilidades e de difusão de novos costumes e conhecimentos.

Arriscamos resumir esse processo de passagem da condição humana de reprodução biológica da vida à reprodução social da vida (*salto ontológico*) no seguinte esquema: a partir das necessidades humanas naturais (biológicas), no sentido orgânico e instintivo de sobreviver e perpetuar a espécie, os homens atuam em interação direta com a natureza e com outros homens, transformando-a para seu usufruto e transformando-se<sup>35</sup>.

Tais transformações são intencionais (desejadas) e determinadas pela prévia ideação humana (pôr teleológico) sobre o resultado que deseja obter (utilidade do objeto / valor de uso) e pelas condições objetivas inerentes às propriedades orgânicas e inorgânicas dos objetos (matéria prima) postos à mudança (causalidades naturais; alternativas), como também, da escolha (tomada de decisão) dos instrumentos disponíveis para realizar seu “projeto” (causalidade posta). Ou seja, o ato de trabalho é mediado pela teleologia (do sujeito) e causalidade (do objeto). Essa interação, que é o ato de trabalho, envolve outros homens, desenvolvendo processos de trabalho que são divididos em funções. Tal divisão é cada vez mais especializada, à medida que os processos de trabalho vão se tornando mais e mais complexos em razão do crescente desenvolvimento da capacidade produtiva, das forças

---

<sup>35</sup> Lukács, ao discorrer sobre os “problemas gerais da reprodução” assinala o caráter irrevogável, porém, não essencialmente fundante, da constituição biológica do homem na reprodução do ser social, na universalidade do gênero humano, evidenciando as necessidades da fome e do sexo, como primárias: “Apontamos, de início, para a alimentação indispensável à reprodução biológica de cada homem enquanto ser vivo; ao fazer isso, podemos partir do conhecido dito de Marx: 'Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente'. Aqui está expressa com clareza a dupla face da determinidade: o caráter irrevogavelmente biológico da fome e de sua satisfação e, concomitantemente, o fato de que todas as formas concretas da última são funções do desenvolvimento socioeconômico. [...] Abstraindo totalmente do fato de que a transição dos homens para a alimentação carnívora necessariamente teve consequências biológicas, a regulação social do consumo alimentar inquestionavelmente também o teve.” (LUKÁCS, 2013, p. 172). O autor aponta também a sexualidade como outro âmbito decisivo da vida biológica que se desenvolve, transformando a *natureza* do gênero humano: “Já apontamos para as grandes transformações sociais na relação entre homem e mulher (matriarcado etc.). Inquestionavelmente, essas transformações exercem influência radical sobre a relação entre os sexos ao modificar radicalmente o comportamento típico na vida social [...] assentidos ou rejeitados que influenciam profundamente aquilo que um sexo sente como atraente ou repulsivo no outro. Basta mencionar que – tendo em vista a maioria esmagadora da humanidade – a atração sexual, por exemplo, entre irmãos e irmãs pode ser considerada extinta.” (LUKÁCS, 2013, p. 173-174).

produtivas, dos meios de produção.

As contradições inerentes a essa transformação histórica da estrutura do trabalho se expressam no desenvolvimento de categorias mais complexas como liberdade, alternativa e valor, conforme explorado por Lukács ao abordar “[...] a relação 'sujeito-objeto' no trabalho e suas consequências” (LUKÁCS, 2013, p. 126-157).

Lukács (2013, p. 138) demonstra que no trabalho já está dada a constituição ontológica da liberdade, a partir mesmo do caráter alternativo das posições teleológicas nele existentes<sup>36</sup>:

Com efeito, é nessa alternativa que aparece, pela primeira vez, sob uma figura claramente delineada, o fenômeno da liberdade, que é completamente estranho à natureza: no momento em que a consciência decide, em termos alternativos, qual finalidade quer estabelecer e como se propõe a transformar as cadeias causais correntes em cadeias causais postas, como meios de sua realização, surge um complexo de realidade dinâmico que não encontra paralelo na natureza. O fenômeno da liberdade, pois, só pode ser rastreado aqui em sua gênese ontológica. Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele. Isso já distancia a nossa concepção ontológico-genética da concepção idealista. Pois, em primeiro lugar, o fundamento da liberdade consiste, se pretendemos falar racionalmente dela como momento da realidade, em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é – em última instância – um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla.

Para a realização do trabalho é preciso que o ser social tenha algum conhecimento da natureza, para possibilitar a compreensão da finalidade e do modo adequado de usar os meios naturais necessários para a realização do fim idealmente posto. Desta forma, “[...] quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais adequadamente elas poderão ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas, ou seja, a liberdade que aqui ele pode alcançar.” (LUKÁCS, 2013, p. 140).

No ato da alternativa está presente o momento da decisão, da escolha. Todavia, a alternativa não é um ato único de decisão; o trabalho sempre implica uma cadeia de alternativas sempre novas e a consciência humana é o lugar e o órgão da decisão; mas o ato de liberdade, para além de uma escolha subjetiva do homem, está “[...] diretamente determinado

<sup>36</sup> “Com efeito, se entendemos o trabalho no seu caráter originário – quer dizer, como produtor de valores de uso – como forma “eterna”, que se mantém ao longo das mudanças das formações sociais, do metabolismo entre o homem (sociedade) e a natureza, fica claro que a intenção que determina o caráter da alternativa, embora desencadeada por necessidades sociais, está orientada para a transformação de objetos naturais.” (LUKÁCS, 2013, p. 77).

pela própria necessidade, mediada pelas relações sociais que produzem seu tipo, qualidade etc.” (Ibid., p. 140).

Por isso, a alternativa possui uma essência ontológica concreta<sup>37</sup>, como afirma Lukács (2013, p. 141):

[...] no sentido de que a liberdade que expressa a alternativa tem de ser assim mesmo, por sua essência ontológica, concreta e não geral-abstrata: ela representa determinado campo de força das decisões no interior de um complexo social concreto no qual operam, simultaneamente, objetividades e forças tanto naturais como sociais. Desse modo, somente essa totalidade concreta pode possuir uma verdade ontológica. Que, dentro dessa totalidade, no curso do desenvolvimento, os momentos sociais cresçam constantemente em termos absolutos e relativos não afeta esse dado de fundo, tanto menos porque no trabalho, na forma como o entendemos aqui, o momento do domínio sobre a natureza permanece o determinante, mesmo quando há um forte afastamento da barreira natural. O movimento livre na matéria é e permanece o momento predominante para a liberdade, quando se trata dela no âmbito das alternativas do trabalho.

Para Lukács, portanto, o tipo de liberdade que se origina do trabalho é definida como “o movimento livre na matéria”, em termos das escolhas possíveis a partir do conhecimento da própria matéria (causalidade) e das condições objetivas para transformação (causalidade posta). Ou seja, é mediada pelas cadeias causais no espelhamento consciente (conhecimento) da realidade (da matéria-prima e dos instrumentos e técnicas para transformá-la).

Na exposição da ontologia do ser social, mais precisamente no capítulo da reprodução, Lukács (2013, p. 215, grifo do autor) esclarece como a categoria *alternativa*, própria das mediações da consciência humana com a realidade (teleologia e causalidade), medeia a reprodução social a partir mesmo do trabalho:

[...] o trabalho, até o mais primitivo, cria continuamente o novo, tanto subjetiva como objetivamente; desse modo, surgem condições de reprodução totalmente novas para o ser social. O papel da consciência nesse processo de reprodução [como espelhamento do ser, da realidade] foi indicado por nós [...] em seus traços mais gerais possíveis. Ficou claro agora que só com a linguagem surge, no sentido subjetivo, um órgão, no sentido objetivo, um *medium*, um complexo, com o auxílio do qual uma reprodução pode efetuar-se em circunstâncias tão radicalmente modificadas: como preservação da continuidade do gênero em meio à mudança

---

<sup>37</sup> “Embora todos os produtos do pôr teleológico surjam e operem de modo causal, com o que sua gênese teleológica parece desaparecer no ato de sua efetivação, eles têm a peculiaridade puramente social de se apresentarem com o caráter de alternativa; e não só isso, pois seus efeitos, quando se referem aos seres humanos, têm, por essência, a característica de provocar alternativas. Essa alternativa, por mais cotidiana e superficial que seja, por mais irrelevante que sejam de imediato suas consequências, constitui, no entanto, uma alternativa autêntica, porque abriga em si, sempre, a possibilidade de retroagir sobre seu sujeito para transformá-lo. [...]. A alternativa social, ao contrário [dos meros epifenômenos no plano do ser biológico], por mais profunda que seja sua ancoragem no biológico, como no caso da alimentação ou da sexualidade, não permanece fechada nessa esfera, mas sempre contém em si a referida possibilidade real de modificar o sujeito que escolhe. Naturalmente, também aqui se verifica – em sentido ontológico – um desenvolvimento, já que o ato da alternativa possui também a tendência de afastar socialmente as barreiras naturais.” (LUKÁCS, 2012, p. 343).

ininterrupta de todos os momentos, tanto subjetivos como objetivos, da reprodução.

Dessa reflexão sobre liberdade e alternativa se desdobra a questão do valor, uma vez que as alternativas concretas do trabalho implicam uma escolha entre certo e errado na determinação do fim, na definição dos meios adequados para a realização da teleologia posta. Lukács observa que na práxis humano-social as alternativas não são resultados de valores subjetivos individuais, mas é a subjetividade no interior do ser social, em cada fase do desenvolvimento histórico, que estabelece se são certas ou erradas as posições alternativas orientadas para o valor. Assim expõe o autor (LUKÁCS, 2013, p. 154):

[...] a realidade ontológica do comportamento ético etc. não implica de modo nenhum que o reconhecimento dessa sua realidade baste para esgotar a sua essência. Pelo contrário. A realidade social desse comportamento depende, não por último, de qual valor, entre os valores emergentes do desenvolvimento social, esteja realmente ligado a ele, como ele se relaciona realmente com a manutenção, a duração etc. desses valores. Se, no entanto, esse momento é absolutizado de maneira impeciente, cai-se numa concepção idealista do processo histórico-social; se simplesmente ele é negado, incorre-se naquela carência de conceitos que se encontra indefectivelmente presente na praticista *Realpolitik*, mesmo quando esta afirma se basear em Marx. Mesmo nessa formulação forçosamente muito geral e abstrata é preciso não esquecer que a importância crescente, que aqui se revela, das decisões subjetivas nas alternativas é, em primeiro lugar, um fenômeno social. Não se trata de que a objetividade do processo de desenvolvimento esteja, dessa maneira, relativizada em termos subjetivistas – essa é apenas uma forma fenomênica socialmente condicionada de sua imediatidade –, mas de que o próprio processo objetivo, como consequência de seu desenvolvimento superior, sugere tarefas que só podem ser postas e mantidas em marcha através da crescente importância das decisões subjetivas. No entanto, todas as avaliações que alcançam validade nessas decisões subjetivas estão ancoradas na objetividade social dos valores, na importância destes para o desenvolvimento objetivo do gênero humano, e tanto a sua validade ou não validade quanto a intensidade e duração de sua ação são, em última análise, resultados desse processo social objetivo.

Por essa razão, de acordo com Lukács, os valores se mantêm e se alteram na totalidade do processo social. Suas mudanças são fruto da evolução histórica “[...] como realidade ontológica do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 155).

Como diz Heller (1992, p. 4), “[...] o decurso da história é o processo de construção dos valores, ou a degenerescência e ocaso desse ou daquele valor [...]”, porquanto seja a história – ação humana – a substância da sociedade, conforme vimos expondo até aqui a respeito do caráter fundante do trabalho do homem – que transforma a natureza e a própria essência do ser humano – em relação a toda a constituição social.

Dessa forma, seguiremos nossa exposição abordando a constituição dos valores humano-genéricos, socialmente constituídos a partir das relações de trabalho, e suas implicações na vida cotidiana dos indivíduos, na formação ou deformação da consciência na individualidade dos sujeitos singulares.

### 1.1.1 Trabalho e vida cotidiana: produção de valores e reprodução social

Ao situar o trabalho como categoria peculiar ao gênero humano e fundante do ser social, no curso de cada estágio de desenvolvimento social (ontológico-histórico), Lukács (2013, p. 160) ressalta que são verificadas “mudanças constantes, embora mínimas, nas ferramentas, no processo de trabalho etc.”, que são mudanças significativamente qualitativas na estrutura e na dinâmica de sociedades singulares.

Segundo esse autor (LUKÁCS, 2013, p. 160, grifo do autor):

O fundamento ontológico objetivo dessas mudanças, com a sua tendência muitas vezes desigual, mas, no todo, progressiva, consiste em que o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (*dýnamis*) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo de trabalho. [...] Essa capacidade do trabalho [...] cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso da força de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema.

Nas palavras de Marx (2011a, p. 644-645):

Em todas essas formas, o fundamento do desenvolvimento é a reprodução das relações pressupostas do indivíduo singular à sua comunidade – relações originadas mais ou menos naturalmente, ou mesmo historicamente, mas tornadas tradicionais –, e uma existência objetiva, determinada, predeterminada para o indivíduo, no comportamento seja com as condições do trabalho, seja com seus companheiros de trabalho, companheiros de tribo etc. –, desenvolvimento que, por conseguinte, é por princípio limitado, mas que, superado o limite, representa decadência e desaparecimento.

Seguindo o pensamento de Agnes Heller (1992) acerca do desenvolvimento do complexo axiológico que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, notamos que o valor atribuído às coisas, como qualidade subjetiva de sua utilidade para suprir necessidades e carecimentos – a exemplo do valor atribuído ao trabalho e à força de trabalho –, só pode ter fundamento na individualidade, isto é, na forma particular de assimilação imediata e de estabelecimento autônomo da hierarquia espontânea do intercâmbio homem-natureza e homem-homem, ante a heterogeneidade da vida cotidiana.<sup>38</sup> Isto porque:

As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidade do *Eu*. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu”. (HELLER, 1992, p. 20).<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Sobre a heterogeneidade e hierarquia da vida cotidiana, conferir a nota de rodapé 27, nesta seção.

<sup>39</sup> De acordo com Heller (1992, p. 20), a particularidade social dos indivíduos – à diferença de sua condição

Mas esse movimento de apreensão imediata dos valores das coisas não é um processo isolado, singular, pois:

Também enquanto indivíduo [...] é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante só humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós”. (Ibid., p. 21).

Como assinala Costa (2007, p. 69):

O conteúdo social da alternativa e a escolha feita pelo sujeito não são independentes entre si, mas disso não resulta uma lei determinante para o desenvolvimento interno da pessoa que atue igualmente sobre todos os indivíduos. O peso social de cada conteúdo varia muito e há mesmo uma graduação, quanto à validade, ou ao significado para cada homem, no modo como age sobre a individualidade em suas manifestações interiores e na relação com o mundo.

Entendemos que as considerações de Lukács, Heller e Costa acima apontadas significam dizer que as decisões dos indivíduos humanos são tomadas em circunstâncias determinadas socialmente (ALCÂNTARA, 2013, p. 159) e partem do cotidiano que, como já dito anteriormente, é o *locus* da consciência, e também da alienação.

Lukács, ao abordar os efeitos que o trabalho provoca no homem que o executa, esclarece que a transformação de si mesmo como membro do gênero humano, ou seja, a auto-produção do gênero humano dada pela auto-fundação do ser social pelo trabalho, ocorre independentemente de sua consciência. Neste sentido, toda liberdade é fundada pelo trabalho. Destacamos os argumentos do autor (LUKÁCS, 2013, p. 155-156):

Pode-se inclusive dizer, de fato, que o caminho do autocontrole, o conjunto das lutas que leva da determinidade natural dos instintos ao autodomínio consciente, é o único caminho real para chegar à liberdade humana real. Pode-se discutir quanto se quiser acerca das proporções nas quais as decisões humanas têm a possibilidade de impor-se na natureza e na sociedade, pode-se dar a importância que se queira ao momento da determinidade em todo pôr de um fim, em toda decisão alternativa; a conquista do domínio sobre si mesmo, sobre a própria essência, originalmente apenas orgânica, é indubitavelmente um ato de liberdade, um fundamento de liberdade para a vida do homem. Aqui se encontram os círculos de problemas da genericidade no ser do homem e a liberdade: a superação da mudez apenas orgânica do gênero, sua continuação no gênero articulado, que se desenvolve, do homem que se forma ente social, é – do ponto de vista ontológico-genético – o mesmo ato de nascimento da liberdade.

A nosso ver, Lukács evidencia metodológica e ontologicamente a prioridade da

---

humano genérica – é ontologicamente caracterizada pela *unicidade e irrepetibilidade*, isto é: “[...] o único e irrepetível converte-se num complexo cada vez mais complexo, que se baseia na assimilação da realidade social dada e, ao mesmo tempo, das capacidades dadas de manipulação das coisas [...]”

totalidade (natureza-sociedade; complexo do ser social) em relação à particularidade (objetividade; indivíduos concretos) e à singularidade (subjatividade; sujeitos singulares), como exposto a seguir:

Ora, dado que a relação do homem [sujeito singular] com a espécie humana [genérica] é, desde o início, formada e mediatizada por categorias sociais (como trabalho, linguagem, intercâmbio etc.); dado que, por princípio, não pode ser “muda”, mas se realiza apenas em relações e vínculos que operam no plano da consciência; dado isso, tem lugar no interior do gênero humano, que a princípio é também um ente que existe apenas em si, realizações parciais concretas que, no desenvolvimento da consciência genérica, assumem o lugar desse em-si por meio de sua parcialidade e de sua particularidade concreta [a individualidade]. Ou seja: a generidade universal biológico-natural do homem, que existe em si e que deve continuar como em-si, só pode se realizar como gênero humano na medida em que os complexos sociais existentes, em suas parcialidade e particularidade concretas, façam sempre com que o “mutismo” da essência genérica seja superado pelos membros de tal sociedade, uma superação que os torne conscientes, no quadro desse complexo, da sua generidade enquanto membros desse complexo. A contradição objetiva que reside no fundo dessa relação se expressa através do fato de que o tornar-se consciente do gênero termina por ocultar mais ou menos inteiramente, nessas parcialidade e particularidade, a essência genérica universal, ou, pelo menos, por impeli-la com força para segundo plano. Assim como a consciência específica humana só pode nascer em ligação com a atividade social dos homens (trabalho e linguagem) e como consequência dela, também o pertencimento consciente ao gênero se desenvolve a partir da convivência e da cooperação concreta entre eles. Disso resulta, porém, que a princípio não se manifesta como gênero a própria humanidade, mas apenas a comunidade humana concreta na qual vivem, trabalham e entram em contato os homens em questão. Por esses motivos, o surgimento da consciência genérica humana apresenta ordens de grandeza e graus muito variados: desde as tribos, com vínculos ainda quase naturais, até as grandes nações. (LUKÁCS, 2012, p. 399-400)

Em outras palavras, o gênero humano é “uma categoria muda, abstratamente geral, mas uma categoria que vai se tornando socialmente consciente”; isso se expressa no desenvolvimento por assim dizer civilizatório, que vai progressivamente transformando as características naturais eminentemente biológicas dos homens singulares até a realização do gênero humano.<sup>40</sup>

Esse desenvolvimento expressa o fenômeno de afastamento das barreiras naturais, que Lukács denomina *desantropomorfização da natureza humana*, o qual diz respeito à reciprocidade de carecimentos entre os homens, em sua relação com a natureza e entre si, ou seja, a individualidade humana é mediada pela coletividade à medida que um ser humano sempre carece de outro ser humano para reproduzir-se.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Sobre isto, conferir a nota de rodapé 37, nesta seção.

<sup>41</sup> Aqui vale uma longa citação, que nos permite melhor compreender esse processo de transformação do homem – o salto ontológico, de um ser natural-biológico para um ser social-histórico: “Nessa questão importa lembrar que a desantropomorfização é e continuará sendo um dos mais importantes e indispensáveis meios para o conhecimento do ser como ele efetivamente, em si, é, era e permanece sendo. Tudo o que aparece inseparavelmente ligado à relação imediata do respectivo objeto de conhecimento com o ser humano

Outrossim, considerando que em toda atividade motivada por necessidades particulares do homem individual está contido o gênero humano, Heller (1992, p. 21) ressalta que “[...] o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano”. Nesse sentido:

Todo homem sempre teve uma relação consciente com essa comunidade [uma comunidade historicamente determinada, numa dada época]; nela se formou sua “consciência de nós”, além de configurar-se também sua própria “consciência do Eu”. Nela, explicitou-se a teleologia do humano-genérico, cuja colocação jamais se orienta para o “Eu”, mas sempre para o “nós” (Ibid., p. 21-22).

Para Heller, as dinâmicas e contradições entre particularidade e genericidade não costumam tornar-se conscientes na vida cotidiana, submetendo-se uma à outra como unidade muda. Entretanto, o fato de o ser social ter se afastado das circunstâncias biológicas-naturais para satisfação de suas necessidades e carecimentos, o fato de as próprias necessidades não mais se limitarem às carências fisiológicas, naturais, fez com que aumentassem “[...] as possibilidades que tem a particularidade de submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social em questão a serviço dos afetos, dos desejos, do egoísmo do indivíduo.” (Ibid., p. 23).

Lukács esclarece essa importante distinção acerca da consciência na autêntica relação entre sujeito singular, indivíduo e gênero humano, demonstrando, segundo contestação feita por Marx aos jovens hegelianos (ou hegelianos de oposição), *n'A sagrada família*, “[...] que não são os indivíduos que “constroem” a sociedade, mas [...] eles, ao contrário, surgem da sociedade, do desenvolvimento da sociedade, e que, portanto [...], o complexo real tem sempre prioridade ontológica sobre seus componentes.” (LUKÁCS, 2012,

---

efetivo que percebe, e que determina não apenas suas qualidades legítimas, objetivas, mas também a peculiaridade dos órgãos de percepção humanos (incluindo o pensamento imediato), precisa passar para o plano de fundo, como fenômeno (ou eventualmente até mera aparência) nesse processo de desantropomorfização. Deixa, desse modo, seu lugar para os momentos realmente existentes em si, e capacita o ser humano a perceber o mundo como ele é em si, independente dele [ser humano]. Tal domínio da realidade pela práxis humana, tendo como ponto de partida o trabalho, jamais teria existido realmente sem essa abstração do ser humano em relação à sua própria imediatez. Esse processo, em grande parte inconsciente, iniciou-se já nos mais rudimentares estágios do trabalho, e paulatinamente tornou-se um meio universal de domínio do homem sobre seu ambiente, instrumento adequado daquilo que distingue o trabalho, como adaptação ativa do homem ao seu ambiente, de qualquer adaptação pré-humana. Naturalmente, o pôr teleológico consciente constitui aqui a verdadeira linha de separação primária. Mas, como o desenvolvimento ilimitado dessa adaptação ativa se distingue, ontologicamente, das formas de adaptação passivas, antigas, fundadas apenas biologicamente e por isso, em sua essência, relativamente estáticas, exatamente a desantropomorfização é um elemento de decisiva importância para a humanização do ser humano, para o recuo das barreiras naturais em seu processo social reprodutor como indivíduo e como gênero. Sem esse processo, para voltarmos ao nosso problema, muitas manifestações diretas da vida cotidiana humana formariam barreiras insuperáveis para tal práxis e, com isso, para o autêntico conhecimento do ser por parte dos homens.” (LUKÁCS, 2012, p. 57).



p. 399).

Aqui fica patenteada a formulação clássica de Marx, que prescinde de maiores esclarecimentos, mas que merece destacada consideração na análise do trabalho e vida cotidiana: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (MARX, 2011b, p. 25).

Partindo, pois, da prioridade ontológica da totalidade e do pressuposto de que o homem faz sua história em condições socialmente determinadas, compreendemos que o desenvolvimento individual conscientemente fundado é apenas tendência, mera possibilidade de escolha particular ante a relativa liberdade de sua condição humano-genérica.

De acordo com Heller (1992, p. 22, grifos da autora):

[...] o indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos. É comum a toda individualidade a escolha *relativamente* livre (autônoma) dos elementos genéricos e particulares [...]. *O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade.*

[...]

A explicitação dessas possibilidades de liberdade origina, em maior ou menor medida, a *unidade* do indivíduo, a “aliança” de particularidade e genericidade para produzir uma individualidade unitária [a personalidade]. [...] A condição ontológico-social desse resultado é um relaxamento da relação entre a comunidade portadora do humano-genérico e o próprio indivíduo, o qual – já enquanto indivíduo – dispõe de um certo *âmbito de movimento* no qual pode escolher *sua própria comunidade e seu próprio modo de vida* no interior das possibilidades dadas.

Todavia, advertimos, como o faz Heller (1992), que no polo oposto à liberdade da consciência individual está a condição de alienação, haja vista a aparente naturalidade da separação de ser e essência comum na cotidianidade. Isto é:

Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, *muda unidade vital de particularidade e genericidade*. Os dois elementos funcionam em si e não são elevados à consciência. O fato de se nascer já lançado na cotidianidade continua significando que os homens assumem como dadas as funções de vida cotidiana e as exercem paralelamente. (HELLER, 1992, p. 22-23, grifos da autora)

A alienação, nesses termos, é determinada mais pelas circunstâncias históricas, pelo grau de desenvolvimento econômico e de divisão social do trabalho, e menos pela vida cotidiana: “Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas.” (HELLER, 1992, p. 38)

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-

genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais. [...] Ademais, tal abismo jamais foi inteiramente insuperável para o indivíduo isolado [...]. Mas, para a massa, para o grande número dos demais, subsistiu o abismo, quer quando era muito profundo, quer quando mais superficial. (Ibid., p. 38-39).

Costa (2007, p. 67) extrai das lições de Lukács que “no cotidiano um indivíduo pode mesmo apresentar formas diferentes de reagir às múltiplas atividades que a sociedade evoluída lhe requer” e pontua que:

A ação dos acontecimentos da vida cotidiana tem efeitos diversos em cada um dos polos da vida social. São inúmeras as mediações, os acontecimentos sociais que atuam em escala tanto no sentido da mobilização de toda uma população em favor das transformações sociais importantes, quanto no sentido do seu não-envolvimento, de sua apatia ante a realidade. (COSTA, 2007, p. 67-68).

Ora, segundo Heller (1992, p. 18), ser humano já nasce inserido na cotidianidade e seu amadurecimento implica a aquisição de “todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão”. No processo de amadurecimento, o indivíduo assimila a manipulação das coisas, tanto no domínio da natureza como no das mediações sociais, desde a infância até se tornar adulto, quando será capaz de viver autonomamente a cotidianidade da sociedade (comunidade) à qual pertence. Mas só se torna adulto quando há assimilação dos costumes, normas e ética de outras integrações maiores, para além dos pequenos grupos de convívio cotidiano; quando se estabelecem mediações entre os elementos da cotidianidade e do indivíduo (particularidade e genericidade) e os valores das integrações maiores. Isto é, o amadurecimento se explicita quando o indivíduo

[...] é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente. (HELLER, 1992, p. 19).

Dessa forma, além da heterogeneidade e da hierarquia espontânea próprias da vida cotidiana, também a imediaticidade, ou assimilação imediata da manipulação das coisas e das relações sociais (das formas de intercâmbio ou comunicação social), que medeia a integração e o aprendizado dos atos cotidianos estabelecidos pelo costume, pelas normas e pela ética de outras integrações maiores – e que começa sempre “por grupos” – é um dos elementos que permite o amadurecimento do homem até tornar-se adulto e se tornar capaz de promover transformações históricas, ou acomodar-se nas circunstâncias com as quais aprende a lidar (HELLER, 1992, p. 19).

Ressaltamos mais uma vez, de acordo com Lukács (2013, p. 82), a ontologia do ser

social como salto qualitativo de saída do ser humano da existência meramente orgânica, elevando-o à categoria de ser auto-fundado: o ser social, com capacidade criadora associada ao autodomínio do homem (pela consciência), à auto-criação do homem enquanto homem por meio do trabalho, fundante da condição para desenvolvimento complexo da sociedade.

Todavia, pela cotidianidade são também postas as condições para a reprodução do modo de produção de uma determinada formação social, nos termos aludidos por Lukács (2010, p. 82, grifos nossos):

Em cada ato de trabalho já está contida, objetivamente, a transição realizada do mero conhecido para o reconhecido, ainda que não contenha, necessariamente, uma reprodução realmente consciente no pensamento. Também para o trabalho, na verdade precisamente para ele, vale a frase de Marx sobre a práxis humana, fundamental para a metodologia histórica: **eles não sabem, mas fazem**. O conhecimento que se desenvolve do mero ser-conhecido pode tornar-se, na práxis do trabalho, rotina, fixação tornada reflexo, evidência, sem que os atos de conscientização dos seres humanos, que fixam e concretizam sua objetividade, tivessem de ser diretamente registrados em pensamento.

De acordo com Heller (1992, p. 37, grifos da autora):

*Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, julzo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos; têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação.*<sup>42</sup>

<sup>42</sup> Agnes Heller (1992) apresenta alguns elementos que compõem a estrutura da vida cotidiana, os quais enumeramos:

- Espontaneidade (HELLER, 1992, p. 30) = implica o ritmo fixo/repetição/regularidade da vida cotidiana = assimilação de comportamentos pelo costume da comunidade/por disciplina normativa/por modismos tendência de toda e qualquer atividade cotidiana, tanto por motivações particulares como por motivações humano-genéricas = motivações efêmeras, em permanente aparecimento e desaparecimento.
- Probabilidade = “Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a consequência de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza das atividades cotidianas [...]: no caso médio, a ação pode ser determinada por avaliações probabilísticas suficientes para se alcançar o objetivo visado. [...] Abaixo dessa linha, na esfera da mera possibilidade, *ainda não* podemos consegui-lo e, por cima da correspondente fronteira superior, na esfera da segurança científica, *já não mais* necessitamos.” (Ibid., p. 30-31, grifos da autora)
- Economicismo = Toda categoria de pensamento e ação na vida cotidiana manifesta-se e funciona “exclusivamente enquanto é imprescindível para a simples continuação da cotidianidade; normalmente não se manifesta com profundidade, amplitude ou intensidade especiais.” (Ibid., p. 31) Quando se manifesta com maior intensidade tende para a elevação da cotidianidade ao ato humano-genérico. Quando, ao contrário, a intensidade é ainda mais reduzida, a tendência é a incapacidade para a vida.
- Imediatismo, ou unidade imediata de pensamento e ação = “As ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao plano da teoria, do mesmo modo que a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é *atividade humano-genérica consciente*; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado.” (Ibid., p. 31-32, grifos da autora). Ou seja, “a atitude da vida cotidiana é absolutamente pragmática.” (Ibid., p. 32)
- Pragmatismo = Baseia-se na fê e confiança do que é certo e verdadeiro para a resolução de problemas, a

José Paulo Netto (2000, p. 67-68) assinala que:

[...] estes componentes ontológicos – estruturais na vida cotidiana – ganham uma importância primária na escala em que, segundo Lukács, a cotidianidade é o alfa e o ômega da existência de todo e cada indivíduo. Nenhuma existência individual cancela a cotidianidade. Daí que esta imponha aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano, figurada especialmente num pensamento [materialismo espontâneo] e numa prática [pragmatismo] peculiares.

Todavia, se e quando os elementos que caracterizam a estrutura da cotidianidade se cristalizam, isto é, mantêm-se estagnados, não se alteram, ao ponto de não haver tensão entre individualidade e genericidade, tem-se aí configurada a alienação da vida cotidiana.

Heller ressalta que o moderno desenvolvimento capitalista exacerbou ao extremo a contradição entre o ser e a sua essência, ao ponto de a cotidianidade alienada expandir-se e penetrar em esferas do não-cotidiano, onde os elementos estruturais da vida cotidiana não se constituem uma condição prévia de orientação, mas passam, inclusive, a serem obstáculos à livre determinação da ação humana consciente.

Destacamos a esfera econômica de produção e a esfera da organização política, particularmente, onde a assimilação imediata, o economicismo, os precedentes, a mimese, o pragmatismo, a ultrageneralização, a entonação – categorias fundamentais da vida cotidiana – passam a presidir o comportamento e as motivações particulares na vida não-cotidiana, de forma alienada.

Mas a superação da condição de alienação – ainda que excepcionalmente – sempre foi possível para “[...] um número maior ou menor de pessoas [...], com ajuda de seu talento, de sua condição, das grandes constelações históricas [...]” (HELLER, 1992, p. 38-39)

Mesmo reconhecendo no capitalismo a tendência à alienação de todas esferas da

---

partir da ultrageneralização do pensamento, da analogia, da formação de juízos provisórios, do preconceito. Somente depois da prática é que põe em evidência o resultado dado como correto ou não. (Ibid., p. 33-36)

- Uso de precedentes = atitude importante mais para o conhecimento das situações e menos para o conhecimento das pessoas. É uma atitude negativa e destrutiva quando impede de perceber o novo, irrepetível e único de cada situação (Ibid., p. 36)
- Imitação ou mimese = parte da assimilação de comportamentos e costumes de outros, todavia, reside algum grau de liberdade individual no interior da mimese.
- Entonação = fenômeno de percepção do indivíduo pelos outros, de configuração do pensamento e da ação (comportamento) pela avaliação de outrem. “O fenômeno apresenta-se frequentemente ligado ao preconceito baseado na ultrageneralização.” (Ibid., p. 37)

Na obra *Sociología de la vida cotidiana* (HELLER, 1994, p. 293-314, grifos da autora), a autora explicita mais pormenorizadamente cada um desses momentos, chamados de “*Los esquemas de comportamiento y de conocimiento más corrientes en la vida cotidiana*”.

vida, Heller considera que “[...] dado que a estruturação científica da sociedade possibilita o final da alienação, essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano” (HELLER, 1992, p. 39). Dessa forma, “todo homem pode ser completo, inclusive na cotidianidade”, pela “[...] hierarquia espontânea [que] possibilita à individualidade uma margem de movimento diferente [...]” determinada pelo modo particular de organização econômica, social e política de cada época (HELLER, 1992, p. 40).

Na época iniciada com a explicitação da sociedade burguesa, essa margem se ampliou, pelo menos em princípio. [...] aumentou para todo homem a possibilidade de *construir para si uma hierarquia consciente, ditada por sua própria personalidade, no interior da hierarquia espontânea*. (HELLER, 1992, p. 40, grifos da autora)

Essa possibilidade se deve, portanto, à própria motivação ética (a moral) que compromete os homens com o trabalho que vendem em troca de salário, e que os faz desvincularem seus interesses cotidianos particulares dos interesses gerais da sociedade para a qual trabalha. Mas ao mesmo tempo que exerce a função de veto, de inibição, a moral tem também a função “de transformação, a culturalização das aspirações da particularidade individual”. Esse “[...] esforço transformador e culturalizador da moral” se refere não somente à vida do indivíduo, mas também à humanidade. Todavia, tal função não supera sua função inibidora (HELLER, 1992, p. 23).

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral [...], mas podem estar moralmente motivadas [...]. *Quanto maior é a importância da moralidade [isto é, do humano-genérico], do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade* e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana [isto é, ocorre a elevação da particularidade, através da moral, à esfera da genericidade] (HELLEER, 1992, p. 24, grifos da autora)

Sendo assim, Heller (1992, p. 27, grifos da autora) considera que:

[...] o meio para essa superação dialética parcial ou total da particularidade, para a sua decolagem da cotidianidade e sua elevação ao humano-genérico, é a *homogeneização*. [...] Significa, por um lado, que concentramos toda nossa atenção *sobre uma única questão* e “suspenderemos” qualquer outra atividade durante a execução da anterior tarefa; e, por outro lado, que empregamos nossa *inteira individualidade humana* na resolução dessa tarefa. [...] E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão somente de modo tal que nossa particularidade individual se dissipe na atividade humano-genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos.

A homogeneização implica a conjugação de três elementos: concentração exclusiva e intensiva no ato de trabalho (pensamento e ação) correspondente à intenção do indivíduo; suspensão de toda e qualquer tarefa espontânea e imediata diversa do esforço em

concentração; e decisão (escolha consciente e autônoma mediada por teleologia e causalidade). “Apenas quando esses três fatores se verificam conjuntamente é que podemos falar de uma homogeneização que se eleva totalmente acima da cotidianidade para penetrar na esfera do humano-genérico.” (HELLER, 1992, p. 27)

Imaginemos, assim, a possibilidade de realização de qualquer atividade docente no ensino universitário, quer seja de ensino, de pesquisa, de extensão ou mesmo de gestão, para a qual o indivíduo (professor) tenha tomado a decisão consciente de promover a formação profissional direcionada a um projeto crítico e revolucionário (ou minimamente reformador) do pensamento e da ação dos estudantes sob sua responsabilidade, que vá além do desenvolvimento de habilidades técnicas ou estratégias políticas já conformados como conhecimento “adequado” e transcenda à propositura de mudanças estruturais no sistema de organização econômica e social. Ou até mesmo que esse docente decida conscientemente apoiar os projetos vigentes de conservação e aperfeiçoamento da estrutura social, no sentido de ampliar ainda mais as condições favoráveis ao processo de reprodução do capital e desvalorização dos trabalhadores.

Seja qual for a imagem que consigamos entrever, elas são apenas tendências, probabilidades, que só se efetuem se os três elementos da homogeneização ocorrerem. E isso não é algo que dependa exclusivamente da vontade do indivíduo, haja vista as circunstâncias que medeiam o trabalho do homem, como já bastante abordado aqui.

Heller assegura que tal superação da cotidianidade é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos. Nas suas palavras (HELLER, 1992, p. 28-29, grifos da autora):

A vida de muitos homens chega ao fim sem que se tenha produzido *nem um só* ponto crítico semelhante. A homogeneização em direção só humano-genérico só deixa de ser excepcional, um caso singular, naqueles indivíduos *cujas paixões dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando têm a capacidade de realizar tal paixão*. Esse é o caso dos grandes e exemplares moralistas, dos estadistas (revolucionários), dos artistas e dos cientistas. De resto, [...] deve-se afirmar que não apenas sua paixão principal, mas também seu trabalho principal, sua atividade básica, promovem a elevação ao humano-genérico e a implicam em si mesmos. [...] Mas não se deve esquecer que o artista, o cientista, o estadista não vivem constantemente nessa tensão. Possuem também, como todos os outros homens, uma vida cotidiana; o particular-individual manifesta-se neles, tal como nos demais homens. Tão-somente durante as fases produtivas essa particularidade é suspensa; e, quando isso ocorre, tais indivíduos se convertem, através da mediação de suas individualidades, em representantes do gênero humano, aparecendo como protagonistas do processo histórico global.

Essa possibilidade de “condução da vida”, isto é, de atitude (pensamento e ação) do indivíduo em relação consciente com o humano-genérico, conforme ressaltado por Heller, é uma possibilidade individual de ordenamento das várias e heterogêneas atividades da vida

orientada por uma concepção de mundo e por uma aspiração à auto-realização e à auto-fruição da personalidade. A condução da vida só será convertida em uma possibilidade social universal quando for abolida a alienação. Enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecerem a alienação, o desafio à desumanização pode existir como condução da vida individual de modo representativo, provocador, excepcional, transformando a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política (HELLER, 1992, p. 40-41).

### 1.1.2 Trabalho e outras práxis sociais: complexificação das relações sociais e das condições de produção e reprodução da vida social

Ao referir-se à ontologia do ser social, ao fundamento do mundo dos homens, Lessa (2007b, p. 133) assinala que a sociedade não deriva nem da natureza orgânica (marcada pela vida, pela capacidade de reproduzir-se a si mesmo), nem da natureza inorgânica (onde esse fenômeno está ausente), posto que nela “há uma constelação de complexos” e “condições que sequer existem na natureza”: linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião, lutas de classe, ideologia, etc. O autor frisa a distinção entre reprodução biológica e reprodução social, enquanto “esferas de ser ontologicamente diferentes”, embora formadores da unicidade (natural e social) dos homens.

Essa ponderação ressalta que, embora de qualidades diversas, natureza e sociedade são esferas que se “realizam” mutuamente na vida social, eminentemente humana, através do trabalho – processo de intercâmbio orgânico (mediação, regulação e controle) do homem com natureza. E essa condição de mutualidade jamais desaparece, pois “[...] qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção” (LESSA, 2007b, p. 132).

Todavia, a forma como os homens se organizam em sociedade para realizar as transformações na natureza vai sendo modificada historicamente, como já abordamos exaustivamente. Resta explicitar, na perspectiva onto-histórica que adotamos neste estudo, como as condições de produção e de reprodução social vão se tornando cada vez mais complexas, ao ponto de a sociedade chegar – no estágio mais avançado de desenvolvimento das relações sociais e após a revolução tecnológica dos séculos XX e XXI – a imaginar a extinção do trabalho como elementar à própria sua existência.

Para Lukács (2013, p. 170-171), o processo de reprodução “[...] se dá num complexo – composto de complexos –, só podendo ser compreendido adequadamente, portanto, em sua totalidade dinâmica complexa.”

O fundamento irrevogável da reprodução do ser social é a sua constituição biológica, sendo a capacidade de auto-reprodução um fenômeno comum a ambas as esferas de vida, sempre como dinâmica permanente de modificação e elevação do grau de complexidade de suas potencialidades de criação das condições de preservação da vida, como da sua capacidade de auto-criação. Retroativamente, as transformações produzidas na natureza e na realidade social por meio do trabalho “[...] têm um efeito modificador também sobre a reprodução biológica da vida humana” (LUKÁCS, 2013, p 170). Desse modo, tanto na esfera natural como na esfera social da vida, a reprodução é um processo de transformação, uma vez que o desenvolvimento das relações homem-natureza e homem-homem – dada a potência criadora do ser social (teleologia) – tende a produzir coisas novas e, portanto, novos valores originários de suas ações cooperativas, novas práxis.

Observamos que nas teorias sociais idealistas a reprodução social desse “complexo de complexos” aparece como fenômeno de mudanças espontâneas, naturais nas relações humanas, como evolução exterior à própria vontade dos homens. Pelo materialismo ontológico-dialético, entretanto, desvela-se que está configurado como processo histórico, de transformações sociais a partir do trabalho etc., como temos nos ocupado de apresentar aqui.

Entendemos que nesse campo de complexos cada vez mais complexos e abstratos é que vai se consubstanciando o desenvolvimento das práxis sociais, ou condutas ativas dos homens em sociedade, fundadas no próprio trabalho (como modelo de todas as práxis) para criar condições não existentes na natureza, com a finalidade de reproduzir e ampliar as condições de desenvolvimento alcançadas. Mas esse desenvolvimento jamais prescindirá da condição primeira da existência da vida social, que é o trabalho.

A sociedade, desde o estágio mais primitivo do ser social, é um complexo total que se desenvolve a partir de processos de reprodução de complexos parciais relativamente autônomos, os quais compõem a reprodução dessa mesma totalidade. Nesse processo global de múltiplas mediações, “[...] se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes” (LUKÁCS, 2013, p. 162).

A citação direta de Lukács (2013, p. 161-162, grifos nossos) talvez favoreça a uma melhor compreensão:

[...] o fato ontológico de que todas as ações, relações etc. – por mais simples que pareçam à primeira vista – sempre são correlações de complexos entre si, sendo que seus elementos conseguem obter eficácia real só enquanto partes integrantes do complexo ao qual pertencem. Nem é preciso demonstrar que o homem, já como ser biológico, constitui um complexo. Do mesmo modo, é diretamente evidente que a



linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo. Toda palavra só terá algum sentido comunicável no contexto da linguagem a que pertence, constituindo um som sem sentido para quem não conhece a linguagem em questão; não é por acaso que houve povos primitivos que designaram o estrangeiro como “mudo”, incapaz de comunicar-se. *Tampouco poderá haver qualquer dúvida quanto ao fato de que, igualmente, a divisão do trabalho forme um complexo; os atos, as operações etc. singulares também só podem ser considerados significativos no âmbito do processo do qual fazem parte; a decisão a respeito de serem certos ou falhos é tomada sobretudo em vista da função que devem cumprir nesse complexo em que se encontram.* E é igualmente compreensível que os diversos grupos – permanentes ou ocasionais – que se originam da divisão do trabalho tampouco possam existir e funcionar independentemente uns dos outros, sem estar inter-relacionados.

Trocando em miúdos, esse complexo social é que forma a consciência, que por sua vez determina a organização societal, tal como vimos no item anterior, pela constituição de valores coletivos do gênero humano, os quais são absorvidos pelos sujeitos particulares em sua individualidade. Nesse sentido, a comunicação, a linguagem, a divisão do trabalho, os grupos e classes sociais são complexos categoriais que se originam das relações comunitárias mais primitivas.

O afastamento da barreira natural e a formação de um sistema múltiplo de interações para atender às necessidades e carecimentos do ser social expande e torna cada vez mais complexas as relações entre os homens, em função do fracionamento das ações, da divisão complexa do trabalho como práxis primária, a qual repercute na constituição de outras práxis secundárias.

Lukács, ao abordar o trabalho como modelo da práxis social, expõe que os pores de teleologia e causalidade no ato de trabalho enquanto produtor de objetos úteis, “[...] em estágios superiores do desenvolvimento humano se apresentam de forma mais generalizada, desmaterializada, sutil e abstrata” (LUKÁCS, 2013, p. 82). O autor esclarece, então, que no sentido originário e mais restrito, os atos de trabalho – que estamos chamando de práxis primária – estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso; já nas formas mais avançadas da práxis social – que aqui chamamos de práxis secundárias – “[...] destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens” (Ibid., p. 83).

O movimento que se processa nessa, por assim dizer, *segunda modalidade* de práxis, é que o por teleológico de um indivíduo se desloca da relação direta com o objeto concreto que deseja transformar para suprir alguma necessidade material, mais imediata, e se dirige à modificação da consciência de outro(s) indivíduo(s), no intuito de induzi-lo(s) a realizar, em seu lugar, os pores teológicos concretos.

Lukács (2013, p. 83) ressalta que:

Esse problema aparece logo que o trabalho se torna social, no sentido de que depende da cooperação de mais pessoas, independente do fato de que já esteja presente o problema do valor de troca ou que a cooperação tenha apenas como objetivo os valores de uso. Por isso, esta segunda forma de pôr teleológico, no qual o fim posto é imediatamente um por do fim por outros homens, já pode existir em estágios muito iniciais.

O objeto dessa teleologia secundária já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas a consciência de um grupo humano; a intenção aí posta está orientada a objetos naturais, porém, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. Tais pores teleológicos secundários se aproximam mais da práxis social dos estágios mais evoluídos de desenvolvimento do que do trabalho como categoria fundante do ser social (LUKÁCS, 2013).

Essa dinâmica implica a formação de uma moral humano-genérica, na formação de uma “consciência do nós” a partir da cotidianidade, conforme já vimos na abordagem do pressuposto do trabalho como fundante do ser social.

Sobre a formação da consciência, Marx e Engels (1998, p. 18) nos dizem que:

É a partir do seu processo de vida real [do mundo dos homens, da sua atividade real] que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais.

Nesse sentido, “[...] a produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 1998, p. 18). Essas considerações estão pautadas na prioridade ontológica da totalidade em relação à particularidade e à singularidade, sendo a consciência um espelhamento da realidade e não o contrário. Portanto,

[...] a consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, [...] isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Trouxemos essa questão da formação da consciência para nossa argumentação a respeito dos pores teleológicos secundários para explicitar a gênese da linguagem e do pensamento conceitual nas necessidades do trabalho, assim como seu desenvolvimento “como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca” do e para o trabalho.

A *teleologia singular*, individual, primária, conscientemente realizada, que levava à produção primitiva de valores de uso é – no longo processo histórico que separa os estágios de desenvolvimento social até o fim do feudalismo e a ascensão da sociedade capitalista, no

século XVIII – progressivamente suplantada por *pores teleológicos secundários*, isto é, por finalidades do trabalho postas não mais pelo produtor direto, mas por outros homens.

Ou seja, os pores teleológicos do trabalho concreto, intercâmbio orgânico do homem com a natureza, vão sendo afastados da consciência direta, individual, do homem que trabalha. Na crescente divisão do trabalho social, a ação produtora, transformadora, passa a ser mediada por outras práxis, notadamente pela linguagem e pelo pensamento conceitual. Essas novas práxis formam sistemas complexos (complexos de complexos) que medeiam a consciência e a ação humana, constituindo uma separação (alienação) entre o sujeito e o objeto na relação orgânica do homem com a natureza.

Na transição das formas de exploração do trabalho de uns indivíduos por outros, quando o agente do trabalho passa da condição de servo do feudo à de trabalhador que vende “autonomamente” sua habilidade intelectual e sua destreza e força físicas ao capitalista, o trabalho em si se “desprende” do seu agente que se torna uma coisa, objeto de troca. Nesse processo se realiza uma separação na dicotomia sujeito-objeto, sendo o trabalho (latente à própria condição humana) a subjetivação ou valor de uso da mercadoria força de trabalho, a qual é posta na relação mercantil como objeto (valor de troca). Está constituído aí, portanto, uma nova forma de ser social: o trabalhador assalariado, ideologicamente livre, porém, concretamente subsumido pelo capital; um ser *desumanizado*.

Segundo Heller, a motivação moral (humano-genérica, do “nós”), que no capitalismo fora subvertida pelas motivações particulares de outrem (portanto, uma motivação egoísta), é absorvida pelo indivíduo alienado, sem a “livre” escolha consciente da individualidade.

Estamos aqui nos referindo ao afastamento das motivações (teleologia) e processos de escolha (causalidade) do sujeito singular (natural-biológico) para o indivíduo (natural-social) constituído de valores humano-genéricos. Ou seja, a questão das alternativas, dos valores fundados no âmbito da genericidade, que implicam a retração (e jamais a extinção) da liberdade individual.

Recorrendo às palavras de Lukács (2013, p. 173), temos que:

[...] no início, somente os pequenos sistemas comunitários reais e, mais tarde, as nações se sentem unidos em termos de gênero, realizando o gênero humano, enquanto os que vivem fora desse âmbito são concebidos como mais ou menos excluídos dele. Somente com o surgimento e a intensificação do mercado mundial é que o gênero humano foi posto na ordem do dia como problema geral e que engloba todos os homens.

Daí que resulta a diferenciação entre comunidades consideradas selvagens/primitivas ou civilizadas/desenvolvidas, a depender do desenvolvimento das forças produtivas e da

divisão social do trabalho, que implica a crescente fragmentação do desenvolvimento das capacidades individuais, cada vez mais alienadas.

Essa compreensão é fundamental para a análise dos processos de desenvolvimento da economia nacional e de mundialização do modo de produção capitalista como forma mais avançada e completa de desenvolvimento do gênero humano, dado o grau de complexidade dos valores de liberdade e igualdade fantasticamente alcançado.

Entendemos que tais considerações se coadunam com o processo de consolidação do liberalismo propugnado nas revoluções burguesas, pelo qual se disseminaram sistemas formais – pelo desenvolvimento de complexos ideológicos (valoração moral humano-genérica) – de afirmação dos valores ético-políticos da igualdade e da liberdade dos homens, como sendo atributos naturais da humanidade. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, representa bem essa afirmação, uma vez que nela a igualdade perante a lei e a justiça são reconhecidas como direitos do cidadão (assumidamente ideais, formais), sendo considerados direitos imprescritíveis do homem (naturais, reais): a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Nas formulações de Marx *Sobre a questão judaica* (2010), fica claro como os *direitos dos homens* (direitos humanos) são diferenciados dos *direitos do cidadão*. Dos questionamentos do autor sobre qual a diferença, resta a conclusão de que “o homem” e, portanto, o indivíduo identificado com parte do gênero humano, é o *membro da sociedade burguesa*, o homem egoísta, separado do homem e da comunidade (MARX, 2010). Isso se explica a partir da essência da emancipação política, que separa o Estado político da sociedade burguesa (mercado), onde “[...] a cidadania, a *comunidade política*, é rebaixada pelos emancipadores à condição de mero meio para a conservação desses assim chamados direitos humanos [...]” (MARX, 2010, p. 50, grifo do autor).

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política* (Ibid., p. 54, grifos do autor).

Dessa forma, o cidadão é colocado na condição de submissos às regras do homem egoísta, isto é, a condição do homem singular limitado pelas regras da comunidade, como *citoyen*, é inferiorizada em relação à condição do homem *propriamente dito e verdadeiro*, qual seja, o *bourgeois* (MARX, 2010).

Por fim, o homem na qualidade de membro da sociedade burguesa é o que vale como o homem *propriamente dito*, como o *homme* em distinção ao *citoyen*, porque ele é o homem que está mais próximo de sua existência sensível individual, ao passo que o homem *político* constitui apenas o homem abstraído, artificial, o homem como pessoa *alegórica, moral*. O homem real só chega a ser reconhecido na forma do indivíduo *egoísta*, o homem *verdadeiro*, só na forma do *citoyen abstraído* (MARX, 2010, p. 53, grifos do autor).

Compreendemos, assim, que na sociedade burguesa, conforme as bandeiras desfraldadas na revolução francesa, o indivíduo livre é identificado como o homem real, o humano por natureza, que se relaciona de igual maneira com outros homens, podendo transacionar no mercado (livre da regulação do Estado), vendendo o que possui e comprando o que precisa. A cidadania, por sua vez, restringe essa liberdade; porém, é tomada como um “mal necessário” para assegurar a propriedade, a segurança e a própria liberdade. Por isso mesmo a cidadania deve ser regulada pelos homens e não o contrário. Daí porque o cidadão não passa de mera abstração, de uma ideia patenteada numa moral.

Essa observação é importante para esclarecermos a função dos complexos ideológicos, cujo fundamento ontológico é o trabalho – com destaque para o “[...] complexo de atividades que costumamos chamar de educação” (LUKÁCS, 2013, p. 176).

Por ora, prosseguimos na argumentação acerca da produção de valores e reprodução social, ressaltando que as considerações acerca da formação da sociedade burguesa remontam à questão da ética que coíbe o livre agir dos homens em conformidade com suas próprias intencionalidades, subordinando-os às regulações formais próprias do capitalismo liberal, cuja base ideológica está contraditoriamente centrada na liberdade.

No estágio mais desenvolvido das forças produtivas, contrapondo-se às formas de produção da riqueza material nas organizações sociais pretéritas, a forma de reprodução ampliada do capital – fundada na expropriação do mais-valor gerado pela força de trabalho subsumida pelo capital e no estranhamento – é justificada pela ideologia burguesa não como dominação do trabalho alheio (pela força), como o era na escravidão ou na servidão, mas como exercício pleno de liberdades individuais, conforme Marx apontara nos *Grundrisse* (MARX, 2011a, p. 645-646):

Agora, a riqueza é, por um lado, coisa, realizada em coisas, em produtos materiais, com os quais o ser humano se defronta como sujeito; por outro lado, como valor, é simples comando sobre trabalho alheio, não para fins de dominação, mas da fruição privada etc. Em todas as formas, a riqueza aparece em sua figura objetiva, seja como coisa, seja como relação mediada pela coisa, que se situa fora e casualmente ao lado do indivíduo. Desse modo, a antiga visão, em que o ser humano aparece sempre como a finalidade da produção, por estreita que seja sua determinação nacional, religiosa ou política, mostra ser bem superior ao mundo moderno, em que a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção.

Gilmaisa Costa (2007, p. 66) nos ajuda a refletir, à luz dos ensinamentos lukacsianos referentes à questão da objetivação e alienação do e pelo trabalho, presente no modo de produzir (agir) e de se posicionar eticamente (pensar) dos trabalhadores em relação à apropriação do objeto e dos objetivos de seu trabalho, que “a divisão do trabalho manifesta no concreto imediato da vida social acaba por dar origem à própria regulação jurídica das diversas práxis sociais em favor da reprodução da sociedade.” Essa regulação implica a instituição de uma moral castradora da liberdade de agir dos homens que confina (ou não) a sua consciência.

Lukács, nos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social* (2010, p. 87), assim esclarece:

Quando o desenvolvimento desse processo social de reprodução tem como resultado a introdução, por exemplo, de regulações jurídicas que permitem ou proíbem tipos de práxis, surge “por si” uma ampla diferenciação dos homens envolvidos: eles podem respeitar ou rejeitar essa regra, podem submeter-se a ela de modo convicto ou acrítico, podem cumprir aparentemente as prescrições, mas tentar fraudá-las quando se trata de seus próprios interesses, podem abertamente agir contra elas – com diversos meios – etc.

A citação acima nos conduz à reflexão acerca da tendência referida em nossa hipótese de pesquisa em relação às possibilidades de mobilização ou apatia diante das condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores docentes, dentro e fora do espaço institucional de trabalho. Ou seja, a partir da motivação moral humano-genérica – que no capitalismo se expressa como uma ética individualista, que separa o ser da essência e, embora afirme a liberdade como princípio e amplie as alternativas, restringe a escolha consciente da individualidade pela alienação – há, como já mencionamos, dois caminhos na formação ou deformação da consciência: a rebeldia (resistência) ou a conformação (resignação).

## 1.2 Divisão social do trabalho no capitalismo

A divisão do trabalho, desde formas primitivas de organização social, favoreceu ao homem a produção de excedentes, qual seja, a criação de produtos cujo valor de uso extrapolou a necessidade real de sua utilidade pelos seus produtores e pelos membros de sua comunidade. Tais produtos tornaram-se mercadorias ao serem permutados no mercado, entre comunidades distintas, inicialmente por outros produtos conforme critérios de necessidade e utilidade. Mas, no transcurso histórico, essas mercadorias passaram a ser trocadas por valores equivalentes, cuja utilidade não ia além da condição de ser valor de troca, chegando à forma-

dinheiro. No âmbito dessa dinâmica da economia, ocorrem mudanças significativas no modo de explorar o trabalho, cada vez mais parcelado, controlado e expropriado da força de trabalho pelos seus exploradores. Tal como ocorreu com os produtos do trabalho, o seu produtor tornou-se também mercadoria.

Marx assim resume os momentos simples do processo de trabalho: “[...] em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 256). Essas são as condições fundamentais do trabalho enquanto o processo de trabalho puramente individual, no qual o mesmo trabalhador reúne em si todas as funções de apropriação e controle de objetos da natureza para suas finalidades vitais: “O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro.” (Ibid., p. 577).

Entretanto, com a ampliação do caráter cooperativo do trabalho, ao tornar-se complexo na manufatura e depois na indústria, os momentos do processo de trabalho e as funções do trabalho em si são apartados uns dos outros; e o homem que antes controlava a si mesmo passa a ser controlado: cabeça e mãos não estão mais interligadas como no sistema natural do trabalho individual. Assim se constitui a separação antagônica e hostil do trabalho intelectual em relação ao trabalho manual:

O produto, que antes era o produto direto do produtor individual, transforma-se num produto social, no produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram a uma distância maior ou menor do manuseio do objeto de trabalho. (Ibid., p. 577).

Situando as passagens dos modos de produção e de organização societal; a transição histórica da produção do campo para a cidade, Marx e Engels (2007, p. 52) ressaltam que:

A maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo. A oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação, e mantém-se por toda a história da civilização até os dias atuais.

Essa citação se complementa com relevante ponto nodal de diferenciação entre campo e cidade, que nos importa para as observações subsequentes, isto é, o desenvolvimento das complexas relações sociais na cidade, das instituições políticas e jurídicas, mas mais especialmente das instituições que detêm o conhecimento, a ciência, as técnicas e tecnologias, restando ao campo a vida pacata, isolada, pouco desenvolvida:

Com a cidade surge, ao mesmo tempo, a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, desse modo, da política em geral. Aqui se mostra, pela primeira vez, a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do

trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é, de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades, enquanto o campo evidencia exatamente o fato contrário, a saber, o isolamento e a solidão. A oposição entre cidade e campo só pode existir no interior da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta – uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais e que diariamente reproduz a oposição entre os interesses de ambos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

A divisão do trabalho vai historicamente ganhando novos contornos, tomando novas formas e proporções, constituindo-se na progressiva diferenciação entre trabalho simples e trabalho complexo (abstrato); trabalho intelectual e trabalho manual; trabalho rural e trabalho urbano; trabalho industrial, trabalho comercial, trabalho em serviços; trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

Em sua crítica da economia política, Marx, de modo inédito, dedicou-se a expor o processo de produção de valor e de reprodução do capital a partir da mercadoria. Mercadoria, portanto, não recebe o tratamento de um conceito com significado unívoco de produto que se consome ou que se troca/vende/compra, mas é abordada como categoria mediada por um complexo de relações, cujo fundamento é o trabalho.

Dessa forma, o trabalho é tomado como categoria central das relações sociais, notadamente após a abolição do antigo regime feudal e com o advento e espraiamento da propriedade privada e do domínio do capital, situado em polo oposto ao próprio capital. E o é transformado em um novo tipo de valor de uso, como ocorrido com qualquer mercadoria, mas que entra no processo de produção não como objeto (matéria-prima) e sim como trabalho vivo que impulsiona os meios de produção, num processo de consumo da força de trabalho sob o controle do capitalista.<sup>43</sup>

Retomemos as afirmações de Marx e Engels acerca da divisão social do trabalho no capitalismo, com destaque para o crescente individualismo proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas<sup>44</sup>:

Os indivíduos partiram sempre de si mesmos, mas, naturalmente, de si mesmos no interior de condições e relações históricas dadas, e não do indivíduo “puro”, no sentido dos ideólogos. Mas no decorrer do desenvolvimento histórico, e justamente

<sup>43</sup> Sobre o processo de trabalho e a conversão do valor de uso da força de trabalho, de condição de subsistência individual para a composição dos fatores de produção capitalista e condição para valorização do capital, veja-se o Capítulo 5, Seção III d’*O Capital* (MARX, 2013).

<sup>44</sup> Sobre a fragmentação do conhecimento e da habilidade para o trabalho coletivo, como a divisão do trabalho da cooperação para a manufatura e o desenvolvimento das forças produtivas nas indústrias, é interessante observar como o sistema capitalista, em momentos de expansão, abriu mão da exigibilidade de conhecimentos específicos para operação de certos instrumentos de trabalho. Conferir Marx (2013, p. 425; 435-436; 493).



devido à inevitável autonomização das relações sociais no interior da divisão do trabalho, surge uma divisão na vida de cada indivíduo, na medida em que há uma diferença entre a sua vida pessoal e a sua vida enquanto subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes. (MARX; ENGELS, 2007, p. 64-65).

Ressaltamos a cisão na vida dos trabalhadores: a vida cotidiana e a vida no trabalho, como duas formas independentes, aparentemente autônomas, cujas expressões fundamentais são a alienação e o estranhamento do trabalho subsumido pelo capital, conforme exporemos a seguir.

### 1.2.1 Trabalho e trabalho abstrato: uma importante diferenciação

O afastamento progressivo da reprodução eminentemente natural, como temos explicitado até aqui, não significa que os homens passaram a prescindir do trabalho enquanto intercâmbio orgânico e “[...] eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120). O que ocorre é, como já vimos, o desenvolvimento de múltiplos complexos sociais, a partir de novas formas de exploração do trabalho.

O trabalho permanece no centro das relações entre os homens, mas vai se afastando da sua característica originária e que define o salto ontológico do ser social, ou seja, a capacidade humana de regulação e controle das forças e propriedades naturais em seu favor e de sua comunidade (teleologia e causalidade).

Sérgio Lessa, ratificando o pensamento de Marx acerca da distinção entre trabalho como categoria fundante do mundo dos homens e trabalho abstrato (notadamente a forma de exploração do trabalho no capitalismo), afirma (LESSA, 2007b, p. 132, grifos nossos):

A sociedade, quer a tomemos em termos de sua origem, quer a observemos em termos de sua existência ao longo dos tempos, supõe a natureza como algo prévio, algo que lhe é anterior. Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção. [...] o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza: variam, ao longo da história, os objetos produzidos a partir dos elementos naturais, bem como os meios empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza. Isto continua sendo *válido mesmo para a sociedade capitalista mais avançada* no preciso sentido de que *sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia sequer existir*.

Nesses termos, a considerar o duplo nexos do trabalho: trabalho originário (intercâmbio orgânico do homem com a natureza) *versus* trabalho mediado por outras práxis,

os sujeitos que trabalham são transformados em uma condição dialética de simultânea identidade e não identidade (liberdade e não-liberdade). Isto é, embora realizando trabalho, “não há identidade entre as essências do trabalho e do trabalho abstrato, permanece aberto o campo de antagonismo entre o ser humano e o capital” (LESSA, 2007b, p. 197). Antes, sujeitos produtores de valores de uso; no sistema do capital, ao serem postos na condição de força produtiva alienada, passam a ser objetos de reprodução de valores de troca (LUKÁCS, 2013).

Como diz Lessa (2007b, p. 197):

A relação entre o trabalho e o trabalho abstrato é, portanto, das mais ricas e complexas e diz respeito à essência do modo de produção capitalista enquanto forma histórico-particular do desenvolvimento universal do gênero humano. Confirma, de modo historicamente inédito, o trabalho enquanto categoria fundante, ainda que apenas venha a cumprir esta sua função social se travestido pela alienação do trabalho abstrato, do assalariamento.

Para compreendermos melhor o processo de alienação e abstração do trabalho a partir das transformações do modo de produção e de reprodução social de valores, através da subsunção do trabalho pelo capital e, portanto, a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades humanas subordinada à produção de valores de troca para atender as necessidades de lucratividade e reprodução do capital, acompanhamos o caminho percorrido por Marx.

Para a economia política, de cujos pressupostos parte o volumoso estudo marxiano, o *valor* (das mercadorias) é a categoria chave na explicação da riqueza das nações, desde os fisiocratas até Adam Smith, e esse valor está contido na quantidade de trabalho empregada na produção das mercadorias, eminentemente na agricultura. Assim, a *lei do valor* está quase sempre vinculada à lei da oferta e da demanda, ou seja, uma determinidade natural, exteriorizada no mercado.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> José Arthur Giannotti (2013, p. 65) assinala que: “Como bom empirista inglês, Ricardo considera que os valores de troca se relacionam uns com os outros e se esgotam nessa relação, não precisando encontrar um fundamento. Não leva em consideração que o relacionamento somente se mantém num plano social se possuir uma âncora comum, a substância valor, como algo que se esconde em cada uma de suas determinações singulares”.

Ora, David Ricardo era caudatário da fisiocracia que compreendia como natural o processo de entesouramento ou acumulação de riqueza a partir do processo de troca, sendo a produção agrícola – geradora de excedente – o embrião de um ciclo simples de troca de mercadoria por dinheiro (M-D-M-D...).

Adam Smith, por seu turno, reconhece o trabalho como princípio da propriedade privada, sua essência subjetiva; a propriedade privada enquanto sujeito, não apenas como um estado exterior ao homem. Diverge, portanto, do mercantilismo que só reconhecia a propriedade privada como essência objetiva, externa ao homem, sendo a riqueza dada imediatamente pela natureza, como o metal nobre, por exemplo.

Dessa forma, a doutrina fisiocrática passa a constituir-se na dissolução da propriedade feudal, na transição do sistema mercantilista para a economia nacional (capitalista), mantendo, entretanto, a concepção da riqueza como fruto da terra, do cultivo da terra. Nessa perspectiva, duramente criticada por Marx, “a terra

Marx critica o naturalismo da doutrina fisiocrática, revelando que na transição do feudalismo para o capitalismo, o ciclo de acumulação de capital se inverte, não mais iniciando pela simples troca de mercadoria por dinheiro (M-D-M-D...). Nessa fase da expansão capitalista, de acordo com Marx, o processo de acumulação se inicia pelo investimento de dinheiro que é transformado em mercadoria que gera dinheiro acrescido de mais-valor (D-M-D'...), pela expropriação da força de trabalho: “O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma.” (MARX, 2013, p. 69).

Para Marx, portanto, a doutrina fisiocrática (incluindo o liberalismo clássico de Adam Smith que se lhe conjuga) não passa de hipocrisia e cinismo, pois, o capitalismo inicia sob a aparência de reconhecimento do homem como sujeito independente e do trabalho como propriedade privada, deslocando-o (o trabalho) para a condição de essência do próprio homem, mas essa propriedade se exterioriza do homem no ato de venda do trabalho, renegando, assim, o próprio homem como trabalho (enquanto única essência da riqueza).

Já nos *Manuscritos* de 1844, Marx (2004, p. 102, grifos do autor) esclarece essa contradição do trabalho em geral como essência da riqueza:

Assim como a propriedade fundiária é a primeira forma de propriedade privada, assim como a indústria historicamente se lhe defronta antes de tudo simplesmente como uma espécie particular de propriedade [...] Toda a riqueza se tornou *riqueza industrial, riqueza do trabalho* [...] e o *capital industrial* é a figura objetiva tornada completa da propriedade privada. [...] Conforme podemos constatar agora, somente a propriedade privada [a partir de seu surgimento] pode exercer o seu pleno domínio sobre o homem e tornar-se, na forma mais universal, um poder histórico-mundial.

Na mesma obra, o autor (MARX, 2004, p. 28-30) tensiona as postulações de Adam Smith:

Diz-nos o economista nacional que tudo é comprado com trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado. Mas ele nos diz, simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade.

[...]

Segundo o economista nacional, enquanto o trabalho é o único meio pelo qual o homem aumenta o valor dos produtos da natureza, enquanto o trabalho é sua propriedade ativa, na opinião da mesma economia nacional o proprietário fundiário

---

só é para o *homem* mediante o trabalho, a agricultura. Desta forma, a essência subjetiva da riqueza já é transferida para o trabalho. A agricultura é, porém, ao mesmo tempo, o trabalho *unicamente produtivo*.” (MARX, 2004, p. 101, grifos do autor).

Sobre a fisiocracia e a transição do mercantilismo para o capitalismo – ou para a economia nacional de Adam Smith, como se refere Marx (na tradução de Jesus Ranieri), conferir os *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004, p. 99-102).

e o capitalista – que, enquanto proprietário fundiário e capitalista, são meramente deuses privilegiados e ociosos – sobrepujam por toda parte o trabalhador e lhe ditam leis.

[...]

Afirmo, porém, que o trabalho – não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso, funesto. Isso decorre, sem que o economista nacional o saiba, de seus próprios desenvolvimentos.

As citações acima permitem enxergar o cerne da questão contraditória entre capitalistas e trabalhadores (possuidores de capital *versus* força de trabalho), sobrevinda da divisão hostil do trabalho, na qual “[...] a existência do trabalhador é, portanto, reduzida à existência de qualquer outra mercadoria” (MARX, 2004, p. 24).

O valor do trabalho é, desse modo, o valor da mercadoria trabalho. Mas o que vem a ser o valor de uma mercadoria para Marx, então?

No Capítulo I do Livro I d’*O Capital* (MARX, 2013, v. 1, p. 113), sob o título “A mercadoria”, o autor deixa claro que a mercadoria é antes de tudo uma coisa, um objeto externo, cujo uso ou consumo satisfaz a necessidade humana, tanto diretamente, como meio de subsistência, ou indiretamente, como meio de produção.

Marx expõe sobre o duplo ponto de vista do valor das coisas úteis: 1) sua qualidade objetiva, constitutiva da substância do valor, e 2) a quantidade subjetiva, ou grandeza do valor.

A medida de qualidade se atribui de acordo com as propriedades físicas das coisas e com as múltiplas formas de uso que lhe são dadas historicamente, como objeto de fruição ou como fator de produção. A grandeza do valor, por seu turno, é a medida que possibilita a permutabilidade mais ou menos equilibrada de coisas com utilidades diferentes. Assim:

[...] a utilidade de uma coisa faz dela um *valor de uso* [...] [que] *se efetiva apenas no uso ou no consumo*. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na [...] [sociedade capitalista], eles constituem, ao mesmo tempo, os *suportes materiais do valor de troca* (MARX, 2013, p. 114, grifos nossos).

O valor de uso, portanto, só o é – enquanto valor objetivo – quando a coisa (objeto natural, matéria prima ou produto) é efetivamente usufruída, consumida. Como suporte material do valor de troca (da mercadoria), apenas contém em si uma potência latente de valor de uso, constituindo-se como ato histórico, isto é, objetivado pela própria atividade humana.

Dialeticamente, a relação quantitativa da utilidade das coisas é também um ato histórico (que se realiza de acordo com a ação humana), mas que consiste na convenção de medidas sociais das mercadorias, ao ponto de trocá-las por mercadorias de diversas propriedades, mas de grandezas equivalentes. Ou seja, “[...] o valor de troca não pode ser mais

do que o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo que dele pode ser distinguido” (MARX, 2013, p. 115). Significa que a equivalência das medidas de grandeza (valores de troca) de diversas mercadorias entre si devem ser reduzidas a um elemento comum, uma única grandeza, manifesta na forma de preço, na aparência de mercadoria-dinheiro (sal, ouro, papel-moeda, etc).<sup>46</sup>

Marx avança na investigação desse processo de troca, chegando à apreensão de que o valor das mercadorias é obtido abstraindo-se o valor de uso dos produtos do trabalho, e que “[...] o elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu *valor*” (MARX, 2013, p. 116, grifo nosso).

No desenvolvimento de suas ideias, Marx explicita como a forma de valor de uma mercadoria, na relação com outra mercadoria, vai transitar (“através de uma série de metamorfoses”) de uma forma de valor simples (expressa como forma de valor relativa e forma de equivalente), passando pela forma de valor total ou desdobrada e pela forma de valor universal, até chegar à forma dinheiro, que aparece na relação de troca como preço, mas que é apenas a expressão, a forma manifesta do valor da mercadoria.<sup>47</sup>

<sup>46</sup> De acordo com Marx (2013, p. 125): “Qualquer um sabe, mesmo que não saiba mais nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma-dinheiro”. Não vem ao caso desdobrar nessa tese a gênese e o desenvolvimento da forma-dinheiro, enquanto forma historicamente alterada de equivalente universal do valor de mercadorias, como o faz Marx (Ibid., p. 124-146), mas convém anotar que nela se assenta o caráter fetichista da mercadoria, resultante da transformação do produto do trabalho em valor de troca, portanto, em uma forma-mercadoria que abstrai o trabalho objetivado no produto. Ou seja, o dinheiro é “a encarnação imediata de todo trabalho humano” (Ibid., p. 167), cuja mística se revela ao se revelar o ilusionismo da mercadoria: “O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria.” (MARX, 2013, p. 167).

<sup>47</sup> Como dito na nota anterior, não caberá desenvolver aqui toda a exposição marxiana a respeito da forma de valor das mercadorias, ou da forma-mercadoria que vem a ser o germe da forma-dinheiro. Sobre isso, conferir Marx (2013, p. 124-146). Porém, é importante enfatizar que é nisso que reside a essência das mercadorias, ou seja, no duplo caráter das coisas: sua existência como objetos úteis, pela qualidade de sua forma natural, e, ao mesmo tempo, a sua condição de suportes de valor, isto é, sua forma de valor. E Marx nos oferece a entender que há dois polos da expressão de valor, ambos compondo a forma de valor simples – contida na relação de valor de uma mercadoria com outra de outro tipo, ou na relação de troca daquela uma com esta outra: uma forma de valor relativa e uma forma de equivalente. Utilizando a relação de troca de duas mercadorias, linho e casaco, e supondo a grandeza de 20 braças de linho (valor relativo) igual a 1 casaco (seu valor equivalente), Marx (2013, p. 134) explica: “Como a forma de valor relativa de uma mercadoria, por exemplo, o linho, expressa sua qualidade de ter valor como algo totalmente diferente de seu corpo e de suas propriedades, como algo igual a um casaco, essa mesma expressão esconde em si uma relação social. O inverso ocorre com a forma de equivalente, que consiste precisamente no fato de que um corpo de mercadoria, como o casaco, essa coisa imediatamente dada, expressa valor e, assim, possui, por natureza, forma de valor. É verdade que isso vale apenas no interior da relação de valor na qual a mercadoria casaco se confronta como equivalente com a mercadoria linho. Mas como as propriedades de uma coisa não surgem de sua relação com outras coisas, e sim apenas atuam em tal relação, também o casaco aparenta possuir sua forma de equivalente, sua propriedade de permutabilidade direta como algo tão natural quanto sua propriedade de ser pesado ou de reter calor.”

Acreditamos já ter respondido à pergunta inicial, deixando claro que a mercadoria, para Marx, é portadora de valor de uso e valor de troca, sendo o valor da mercadoria, portanto, uma abstração de sua qualidade útil e expressão de sua grandeza na forma dinheiro. Mas, restam dois importantes esclarecimentos: Como se processa essa abstração do valor de uso dos produtos do trabalho? E como se mede a grandeza do valor de uma mercadoria?

Marx (2013, p. 116, grifos nossos) explica que:

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso.

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. [...] Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho *desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados* e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, *sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato*.

Marx revela que, com a crescente e complexa divisão social do trabalho, que se põe como “condição de existência da produção de mercadorias”,<sup>48</sup> os produtos individuais dos trabalhadores já não são trocados imediatamente (um valor de uso por outro valor de uso, de acordo com as necessidades de seus produtores), mas são trocados mediante a conversão do valor do trabalho em mercadoria, na qual se assentam duas “naturezas” distintas desse mesmo trabalho (MARX, 2013): o trabalho útil ou concreto e o trabalho abstrato. Nesse sentido, o autor esclarece o “[...] duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias” (Ibid., p. 119<sup>49</sup>). Isto é, o trabalho expresso no valor da mercadoria não é mera ação produtora de valor de uso.

Na sua condição, por assim dizer, natural ou genética, o trabalho cujo valor de uso está contido na própria utilidade do que ele produz é chamado de *trabalho útil*, concreto:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e,

<sup>48</sup> Embora a divisão social do trabalho seja condição para existência da mercadoria, a recíproca não é verdadeira, ou seja, a mercadoria não é condição para existência da divisão social do trabalho. Desta forma, a divisão do trabalho foi e é um processo histórico real em diferentes estágios de desenvolvimento e em diferentes formas de organização da sociabilidade humana sem que tivesse por finalidade a criação de valores de troca. Mas é na economia capitalista – cuja determinidade essencial é a produção de mercadorias, como meio de transformação de dinheiro em capital, e cujo processo de produção associa interativamente o processo de trabalho ao processo de valorização do capital – que a divisão do trabalho se desenvolve como um sistema complexo de trabalhos privados, executados separadamente e mutuamente independentes, mesmo que sob o controle de um mesmo capitalista. (MARX, 2013, p. 120).

<sup>49</sup> É assim que se intitula o subtítulo 2 do Capítulo I, Livro I, d’*O Capital*: “O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias” (MARX, 2013, v. 1, p. 119).

portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 120).<sup>50</sup>

Já na condição histórica e socialmente dada do processo de produção coletivo, crivado pela divisão social do trabalho e pelo desenvolvimento das forças produtivas do capital, no qual a finalidade deixa de ser a produção de meros valores de uso e passa a ser eminentemente a produção de valores de troca, isto é, de mercadorias, será possível abstrair as diferentes formas de trabalho ou o caráter útil do trabalho<sup>51</sup>. Essa abstração da qualidade distinta de diversas atividades produtivas resultará numa característica comum, que é o dispêndio de força humana de trabalho, independente da utilidade do valor produzido.

Nesse segundo sentido, não se está mais tratando de como ou o quê se produz, mas sim do caráter abstrato da atividade de trabalho realizada, isto é, do dispêndio de força humana de trabalho, “[...] abstraindo-se da determinidade da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho” (MARX, 2013, p. 121).

Isso quer dizer que, no processo de desenvolvimento das forças produtivas, na indústria capitalista, o trabalho humano cristalizado no produto – ao qual a economia política atribuía o valor das mercadorias, segundo a quantidade de trabalho empregada na sua produção – deixa de ser uma relação imediata, medida pelo dispêndio individual de força de trabalho. O trabalho objetivado na mercadoria se converte, então, em trabalho abstrato, trabalho humano indiferenciado, medido pela média de tempo necessário à sua consecução.

O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias é caracterizado, portanto, na qualidade daquilo que se produz e na quantidade de trabalho socialmente necessário – medida em tempo de força humana de trabalho dispendida – para produzir determinado valor.

Nas precisas palavras de Marx (2013, p. 124):

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso.

<sup>50</sup> Cabe assinalar que, como afirmado por Marx (2013, p. 119): “[...] nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor”.

<sup>51</sup> Nesse ponto, merece destaque a passagem completa que antecede o trecho citado na nota de rodapé anterior a esta, para que fique claro o ponto de clivagem do trabalho concreto e do trabalho abstrato: “Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. [...] Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.” (MARX, 2013, p. 118-119).

Dito de outro modo, ao explicitar a forma de equivalente do valor da mercadoria, Marx nos mostra como o trabalho útil, concreto, se efetiva no produto. Quando o produto é tornado mercadoria, que serve de equivalente na relação de troca, esse trabalho concreto se torna “[...] mera forma de efetivação de trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 134), isto é, dispêndio da força humana de trabalho (igual) medido pela média de tempo socialmente necessário para realizar qualquer produto.<sup>52</sup>

Ainda nas palavras de Marx (2013, p. 116):

Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.

Portanto, o valor da mercadoria é medido pela quantidade – calculada pela grandeza *tempo* – de trabalho socialmente necessário

[...] para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau médio de destreza e intensidade de trabalho. [Nesse sentido:] O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho. (MARX, 2013, p. 169)<sup>53</sup>.

<sup>52</sup> Com a ilustrativa relação entre linho e casaco (20 braças de linho = 1 casaco), Marx (2013, p. 134-135) exemplifica: “O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim, expressão do trabalho humano abstrato. Se o casaco, por exemplo, é considerado mera efetivação [*Verwirklichung*], então a alfaiataria, que de fato nele se efetiva, é considerada mera forma de efetivação de trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas [...], mas sim em fazer um corpo que reconhecemos como valor e, portanto, como geleia de trabalho, que não se diferencia em nada do trabalho objetivado no valor do linho. Para realizar tal espelho de valor, a própria alfaiataria não tem de espelhar senão sua qualidade abstrata de ser trabalho humano.

Tanto na forma da alfaiataria quanto na da tecelagem, força humana de trabalho é despendida. Ambas possuem, portanto, a propriedade universal do trabalho humano, razão pela qual em determinados casos, por exemplo, na produção de valor, elas só podem ser consideradas sob esse ponto de vista. Nada disso é misterioso. Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa é distorcida. Por exemplo, para expressar que a tecelagem cria o valor do linho não em sua forma concreta como tecelagem, mas em sua qualidade universal como trabalho humano, ela é confrontada com a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do linho, como a forma palpável de efetivação do trabalho humano abstrato.” (Conferir nota de rodapé 49, nesta seção).

<sup>53</sup> Nada mais equivocado, em termos do desvelado fetichismo da mercadoria proporcionado somente no século XIX, por Karl Marx, do que o antigo adágio *Time is money* (tempo é dinheiro). Isso foi escrito em 1748, por Benjamin Franklin, no “*Advice to a young Tradesman, written by an old One*” (Fonte: Founders Online, a project of the National Archives. Disponível em: <<http://founders.archives.gov/documents/Franklin/01-03-02-0130>>. Acesso em: 16 Junho 2017). Em livre tradução: “Conselhos para um jovem comerciante, escrito por um experiente comerciante”. Essa constatação tornou-se uma máxima do capitalismo, tão usual quanto aparentemente verdadeira, conforme vimos até aqui acerca da lei do valor na perspectiva liberal. O fato de que esses escritos foram destinados a servir como sugestão aos aspirantes à riqueza, à acumulação por via da fórmula de transformação de dinheiro em capital (D-M-D’), pelo investimento no comércio e nas finanças, leva a crer que Benjamin Franklin apenas reproduzia uma “receita” da burguesia em ascensão no século



Isso responde a nossas indagações quanto ao valor de troca das mercadorias produzidas pelo trabalho abstrato.

Cabe salientar aqui uma característica marcante do estágio capitalista das relações produtivas: a capacidade de mercantilizar tudo, ou seja, de transformar qualquer coisa em mercadoria através da troca por dinheiro, atribuindo preços que são tão somente a expressão monetária do valor.

Nessa perspectiva, precisamos entender como o próprio trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, a partir da divisão social do trabalho tomado como “livre”. Ou melhor, como a força de trabalho se torna objeto da mercantilização.

José Arthur Giannotti (2013, p. 67), ressalta que Marx não se deteve numa análise meramente histórica, mas foi a partir do materialismo histórico que ele conseguiu mostrar como o desenvolvimento do comércio fomentou a acumulação primitiva que permitiu a compra da mercadoria “força de trabalho, que se encontrava no mercado por causa da falência do sistema de produção feudal”, na Europa: “O servo fugia para a cidade e lá não se vendia como escravo, mas como trabalhador a ser pago pelo tempo de trabalho que passava para as mãos do comprador”.

No estágio capitalista, portanto, o trabalho é aprisionado no sistema de trocas mercantis, na medida em que o poder de dispor do mais-trabalho é imposto pela socialização da apropriação capitalista do mais-valor e não mais (necessariamente) pela força bruta, como na escravidão ou na servidão feudal, conforme assinala Lukács (2013, p. 328):

Na escravidão, o que decide é a força bruta, e esta continua sendo também na servidão a garantia do cumprimento das obrigações referentes ao mais-trabalho. Uma mudança, um desenvolvimento na direção da determinação social (econômica) da relação de trabalho é introduzida só com o capitalismo, no qual a força de

---

XVIII, tal como ele mesmo seguira e fora bem-sucedido, como que naturalmente, conforme se expressa no seu último conselho: “*The Way to Wealth, if you desire it, is as plain as the Way to Market. It depends chiefly on two Words, Industry and Frugality; i.e. Waste neither Time nor Money, but make the best Use of both. He that gets all he can honestly, and saves all he gets (necessary Expences excepted) will certainly become Rich*”. Em livre tradução: “O caminho para a riqueza, se você a deseja, é tão simples como o caminho do mercado. Depende principalmente de duas palavras: indústria e frugalidade; ou seja, não desperdice tempo nem dinheiro, mas faça o melhor uso de ambos. Aquele que obtém tudo o que pode honestamente, e poupa tudo o que lucra (exceto despesas necessárias) certamente se tornará rico”. Ou seja, o caminho para a acumulação capitalista figura como simples capacidade (individual e privada) de empreender e economizar. Todavia, o segredo desse “sucesso” Marx revelou pouco mais de um século depois, com a publicação d’*O Capital*, especialmente na Seção VII, na qual expõe sobre o processo de acumulação do capital, fundado na expropriação do mais-valor produzido pela mercadoria “força de trabalho”.

Ressaltamos que Marx alcança essa compreensão ultrapassando a análise inicial da esfera mais imediata e aparente das relações sociais, a esfera da circulação, indo, pelos caminhos da crítica ontológica materialista-histórica, às categorias mais abstratas e universais, para chegar ao cerne da esfera da produção e suas particularidades sócio-históricas no capitalismo.

trabalho do trabalhador se converte em mercadoria que ele vende ao capitalista, deixando, desse modo, que ele disponha sobre o mais-trabalho. Sabemos que esse estado de coisas foi precedido pela acumulação originária com todos os seus excessos no uso da força bruta. Foi depois disso que surgiu a cotidianidade econômica do capitalismo, que Marx caracteriza assim: “Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às ‘leis naturais da produção’”. A produção social desse estado de coisas implica uma socialização muito ampla de todas as situações, relações etc. sociais dos homens. É inevitável que a força tenha essa importância preponderante sob relações próximas das naturais, já porque, para homens que possuem pouco ou nada além da sua força de trabalho, ela ainda oferece variadas possibilidades de sobreviver de alguma maneira. [...] A renúncia – sempre só relativa – ao uso da força no cotidiano capitalista baseia-se, antes de tudo, no fato de que este normalmente já perdeu toda e qualquer afinidade com o natural e, por isso, tudo o que é vital nele só pode ser adquirido pelas vias do intercâmbio de mercadorias. Daí resulta o caráter econômico no aproveitamento da força de trabalho, o recuo do uso da força na relação normal de trabalho. Quando se analisa o processo a partir dessa perspectiva da ontologia do ser social, fica evidente a linha evolutiva da escravidão até o trabalho assalariado, a socialização cada vez mais pura, a superação sucessiva das barreiras naturais.

O que se processa nesse interregno, de acordo com a interpretação lukacsiana que acompanhamos para entender como a força de trabalho se transforma em mercadoria, é o afastamento cada vez maior da reprodução eminentemente natural ou biológica dos seres humanos, em termos de sua relação (intercâmbio metabólico) com a natureza, e sua aproximação a novas formas de transformar o mundo ao seu redor – para sua própria subsistência ou para criar meios de produção – e de se relacionarem entre si, consubstanciando uma *reprodução social* complexa, mediada menos pelo trabalho útil/concreto e mais pelo trabalho mercantil/abstrato.

Remetemos de volta à epígrafe desta seção, a qual alude à divisão social do trabalho como processo determinante do estranhamento no estágio mais desenvolvido das relações humanas. Tal formulação, a nosso ver, sintetiza a ideia de “[...] subsunção do indivíduo à divisão do trabalho, a uma atividade determinada, a ele imposta” (MARX; ENGELS, 2007, p. 52).

Aparece aqui a referência à subsunção do trabalho ao capital, a qual determina o modo de vida dos indivíduos, como circunstâncias postas historicamente e em relação as quais os homens defrontam suas próprias aspirações. São formas desenvolvidas de exploração da capacidade de trabalho de alguns indivíduos por outros, em determinadas condições de desenvolvimento das forças produtivas, notadamente sob controle do capital: a subsunção formal e a subsunção real.

Conforme anotado por Marx (1978), a subsunção formal é o modo de exploração da força de trabalho na produção de mais-valor absoluto – ou seja, na produção em massa acima do nível das necessidades tradicionais dos produtores –, que se funda na coerção, através da relação monetária (de compra e venda) entre dois possuidores de mercadorias – em condições

de pretensa liberdade de transacionar: o capitalista que se apropria do trabalho excedente e o trabalhador que o fornece. Trata-se de uma relação de dependência econômica e não de subordinação política, haja vista que o trabalhador vende autonomamente sua capacidade de trabalho em troca das condições objetivas de trabalho (meios de produção) e das condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência). Tais condições se lhe defrontam como propriedade alheia, e é por isso que a relação de troca se configura como formal, contratual, como subordinação econômica.

“Por força da transformação do processo imediato de produção e do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho” (MARX, 1978, p. 56), no qual se evidencia o desenvolvimento científico e tecnológico que potencializa e intensifica o trabalho em grande escala, em oposição ao trabalho disperso e menos qualificado do operário individual, modifica-se toda a figura real do modo de produção e surge um modo de produção especificamente capitalista, fundado na produção do mais-valor relativo. Trata-se da subsunção real do trabalho pelo capital, como um modo de produção *sui generis* que conquista e se apodera, desde a agricultura, de todos os ramos industriais, a partir da introdução da indústria de base, de grandes máquinas geradoras de energia, da produção em grande escala dos próprios meios de produção mecanizados, bem como de meios de transporte a motor (Ibid.).

Essa verdadeira revolução resultou, por um lado, na produção ilimitada de bens muito além das necessidades, com o barateamento de mercadorias ocasionado pela maior produtividade do trabalho (máximo de produtos com o mínimo de trabalho), tendendo a crises cíclicas de superprodução, etc., que incessantemente procura superar. Por outro lado, gerou a condição contraditória da produção contraposta aos produtores (MARX, 1978, p. 69):

O produtor real como simples meio de produção; a riqueza material como fim em si mesmo. E, portanto, o desenvolvimento dessa riqueza material em contradição com o indivíduo humano e a expensas deste.

Portanto, no estágio mais desenvolvido do capitalismo, em que a indústria – a produção em grande escala – predomina como forma de exploração e de divisão do trabalho, o mais-valor relativo dá lugar à *subsunção real do trabalho* sob o capital associado, de modo sobreposto, à *subsunção formal* (MARX, 2013). Isto é, a venda da força de trabalho ao capitalista em troca do assalariamento vai se tornando cada vez mais um processo de auto-valorização do capital e desvalorização do trabalhador, escamoteado na expropriação do mais-trabalho não pago, através da geração do mais-valor relativo.

Esse sistema de trocas desiguais, cada vez mais dividido e alienado em função do

desenvolvimento das forças produtivas, ganha proporção globalizada na contemporaneidade, acompanhado da intensificação e precarização dos processos de trabalho e desvalorização da força de trabalho vivo, conforme veremos na próxima seção.

Marx e Engels (2007) assinalaram o processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho no interior das sociedades capitalistas, o qual, na medida da mundialização do capitalismo, é espelhado nas relações internacionais:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à separação entre trabalho comercial e [trabalho] industrial. Ao mesmo tempo, por meio da divisão do trabalho no interior desses diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição dessas diferentes subdivisões umas em relação às outras é condicionada pelo modo como são exercidos os trabalhos agrícola, industrial e comercial (patriarcalismo, escravidão, estamentos, classes). As mesmas condições mostram-se no desenvolvimento do intercâmbio entre as diferentes nações. (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

O trabalho abstrato, a alienação e a desvalorização dos trabalhadores pelo assalariamento em níveis abaixo do valor real de seu trabalho são processos típicos da subsunção formal, que demarca a desigualdade fundamental entre trabalho e capital, a qual se torna a forma generalizada de intercâmbio social no mundo capitalista, em diferentes esferas de emprego do trabalho assalariado. Essa desigualdade se apresenta também em relação a cada uma das esferas em que a força de trabalho é empregada, uma vez que o valor de troca da força de trabalho se apresenta de modo heterogêneo e mais ou menos hierarquizado em termos do grau de qualificação exigido para cada tipo de função, seja no setor produtivo ou na distribuição e circulação de mercadorias, no meio rural ou urbano, nas atividades intelectuais ou manuais, a serviço direto do mercado ou como serviço público estatal.

Outrossim, destacamos a necessária mediação das categorias que determinam a subsunção formal com outra categoria própria da subsunção real do trabalho pelo capital – o *estranhamento*, o qual é evidenciado por Marx como um processo de “desefetivação” do trabalhador “até morrer de fome”, ao tornar-se mercadoria no capitalismo (MARX, 2004, p. 80).

É importante deixar claro que a condição de subsunção real da força de trabalho é histórica e está situada no estágio de desenvolvimento do capitalismo, no qual o estranhamento do trabalho está assentado na divisão social do trabalho supostamente livre, conforme sentencia Marx (1978, p 36): “Sem *trabalho assalariado*, nenhuma produção de mais-valia existe, já que os indivíduos se relacionam como pessoas livres; sem produção de

mais-valia, não existe produção capitalista, e, por conseguinte, nenhum capital e nenhum capitalista!”

Marx (2004, p. 79) constata, a partir das próprias formulações liberais que critica, que na economia política “[...] o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, [e que] a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção”<sup>54</sup>.

Dessa forma, Marx (2004, p. 80-81, grifos do autor) evidencia a relação contraditória (do valor) entre capital e trabalhador:

[...] O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

[...] o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. [...] A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação [trabalho que se fixou num objeto, que se coisificou]. Esta efetivação do trabalho aparece no estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*).

A citação acima evidencia que o processo de valorização das mercadorias, o qual fomenta a incrementação e acumulação do capital, vem acompanhado da desvalorização dos indivíduos que a produzem. Estes últimos são *coisificados* tanto quanto as coisas por eles produzidas, porém, com valor inversamente proporcional, posto que lhes é retirada a possibilidade de usufruir tais objetos estranhados de si, já que não são mais senhores dessas coisas, e sim servos; são também mercadorias alienadas ao seu empregador em troca do salário.

Contudo, não podemos deixar de ressaltar que capital e trabalho são estranhos entre si. Isto é, tanto no trabalhador o homem é perdido (estranhado) de si enquanto capital, como no capital o homem é estranhado de si no e pelo trabalho alienado, conforme assinalado por

---

<sup>54</sup> A partir da própria lei do valor da economia nacional (liberal), que se restringe a uma lógica naturalizada da lei da oferta e da demanda, Marx, admite o fato de a consolidação do sistema capitalista pós feudalismo e mercantilismo tem como pressuposto que “[...] o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (*Grundrentner*) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores* sem propriedade.” (MARX, 2004, p. 79, grifos do autor). Todavia, em sua crítica, Marx reclama dos idealistas do capitalismo a ausência de explicação de como ocorre esse processo, posto que não concebem sua origem na essência da propriedade privada, a qual tomam como “fato dado e acabado”, não oferecendo qualquer esclarecimento “[...] a respeito do fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra” (Ibid., p. 79, grifo do autor).

Marx (2004, p. 91, grifos do autor):

O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total. O homem nada mais é do que *trabalhador* e, como trabalhador, suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital, que lhe é *estranho*.

Esse estranhamento recíproco tem implicações antagônicas. Para os capitalistas manifesta-se como elevação da sua condição humana, numa perspectiva evolutiva da sua capacidade de domínio sobre todas as coisas. Para os trabalhadores, expressa-se exatamente o oposto, uma vez que lhes é negada a faculdade da escolha, da decisão sobre sua própria condição de trabalho e de vida, embora geralmente não o percebam.

Lukács (2013, p. 645) assinala que, para Marx, conforme exposto n'*A Sagrada Família*, o estranhamento é uma peculiaridade universal do capitalismo, “que submete a si a burguesia e o proletariado do mesmo modo”, entretanto, é um fenômeno simultâneo e contraditório. Portanto, a reação das classes (hostis) ao estranhamento é antagônica:

A classe possuidora e a classe do proletariado representam o mesmo autoestranhamento. Mas a primeira classe se sente bem e aprovada nesse autoestranhamento, sabendo que o estranhamento é *seu próprio poder* e nele possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nesse estranhamento, vislumbrando nela a sua impotência e a realidade de uma existência desumana (MARX; ENGELS, apud LUKÁCS, 2013, p. 645, grifos do autor).<sup>55</sup>

Nesse sentido, de acordo com Lukács (2010, p. 246):

Para os que se apropriam do sobretrabalho, seu estranhamento, que assim se realiza em relação à autêntica generidade humana, é a base “natural” de sua conduta de vida; para os seus produtores, ao contrário – que em geral formam a grande maioria –, é o confisco mais ou menos amplo de sua humanidade, de sua real pertença ao gênero humano.

Nos *Grundrisse*, Marx (2011a, p. 166-167) assinala as diferentes formas históricas de

<sup>55</sup> Essa citação extraída d'*A Sagrada Família* aparece na obra consultada de Lukács, traduzida para o Português por Nélcio Schneider. Note-se a diferença na opção pelo uso do termo “estranhamento” a despeito da tradução de Marcelo Backes da própria obra de Marx e Engels, na qual o parágrafo completo é assim apresentado, optando-se pela utilização do termo “alienação” (sobre essa divergência, ver a nota de rodapé 16, nesta seção):

“A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e é aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. Ela é, para fazer uso de uma expressão de Hegel, no interior da abjeção, *a revolta contra essa abjeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua natureza humana e sua situação de vida, que é a negação franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza*” (MARX; ENGELS, 2011, p. 48, grifos dos autores).

relações sociais, que nos permitem entender melhor essa “naturalização” das condições de dependência entre indivíduos:

Caso se considere relações sociais que geram um sistema não desenvolvido de troca, de valores de troca e de dinheiro, ou às quais corresponde um grau pouco desenvolvido destes últimos, é desde logo claro que os indivíduos, embora suas relações apareçam mais pessoais, só entram em relação uns com os outros como indivíduos em uma determinabilidade, como suserano e vassalo, senhor e servo etc., ou como membros de uma casta etc., ou ainda como integrantes de um estamento etc. Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fato rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações *pessoais*); e os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar; mas assim parecem apenas para aquele que abstrai das *condições*, das *condições de existência* sob as quais esses indivíduos entram em contato (e essas [condições], por sua vez, são independentes dos indivíduos e aparecem, apesar de geradas pela sociedade, como *condições naturais*, *i.e.*, incontroláveis pelos indivíduos). A determinabilidade que, no primeiro caso, aparece como uma limitação pessoal do indivíduo por parte de um outro, aparece no segundo caso desenvolvida como uma limitação coisal do indivíduo por relações dele independentes e que repousam sobre si mesmas. (Como o indivíduo singular não pode se despojar de sua determinabilidade pessoal, mas pode muito bem superar relações externas e subordiná-las a si, sua liberdade *parece* maior no caso 2. Entretanto, uma análise mais precisa dessas relações externas, dessas condições, mostra a impossibilidade dos indivíduos de uma classe etc. de superá-las em massa sem as abolir. O indivíduo singular pode casualmente ser capaz de fazê-lo; a massa de indivíduos dominados por tais relações não pode, uma vez que sua mera existência expressa a subordinação, a necessária subordinação dos indivíduos a elas.) Essas relações externas tampouco são uma supressão das “relações de dependência”, dado que são apenas a sua resolução em uma forma universal; são, ao contrário, a elaboração do *fundamento* universal das relações pessoais de dependência. Também aqui os indivíduos só entram em relação entre si como indivíduos determinados. Essas relações de dependência *coisal*, por oposição às relações de dependência *pessoal* (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, *i.e.*, suas relações de produção recíprocas deles próprios autonomizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, ao passo que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. (Grifos do autor).

Trocando em miúdos essa longa citação, as relações sociais que se estabelecem a partir do modo de produção especificamente capitalista, cujas mediações categoriais ideológicas fazem parecer naturais, possibilitam a condição de dependência econômica de uma classe social, sem a necessária coerção física permitida pela dependência pessoal dos modos pretéritos de relações de trabalho. As relações capitalistas de trabalho abstrato fundam-se na liberdade de compra e venda, o que, portanto, cria uma ilusão e independência. Dessa forma, a consciência da classe trabalhadora, se não elevada ao nível de consciência das individualidades, tende a permanecer alienada, já que os indivíduos singulares, por mais conscientes que sejam da sua condição de dependência, não conseguirão aboli-la. Do

contrário, a consciência da massa poderá confrontar essa condição de subordinação no sentido da sua superação.

### 1.2.2 Processo de produção capitalista: trabalho abstrato, formação de valor e valorização do capital

De acordo com Marx (1978, p. 22, grifos do autor):

O processo de produção é a unidade *imediata* entre o processo de trabalho e o processo de valorização, do mesmo modo por que seu resultado imediato, a mercadoria, é a unidade *imediata* entre o valor de uso e o valor de troca. Contudo, o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez, é essencialmente *produção de mais-valia*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não pago*. Assim se acha determinado especificamente o caráter global do processo de produção.

Partindo do pressuposto de que “[...] o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]”, no sentido de que o que o trabalho produz são, em princípio, valores de uso, Marx (2013, p. 255) considera o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada. Nessa perspectiva, “[...] a produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob seu controle” (Ibid., p. 255).

Abordando a passagem histórica dos momentos de reprodução simples para a reprodução ampliada do capital, Marx (2013, p. 652-653, grifo do autor) explicita que:

Em seu próprio desenrolar, portanto, o processo capitalista de produção reproduz a cisão entre força de trabalho e condições de trabalho. Com isso, ele reproduz e eterniza as condições de exploração do trabalhador. Ele força continuamente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita continuamente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. Já não é mais o acaso que contrapõe o capitalista e o trabalhador no mercado, como comprador e vendedor. É o beco sem saída [*Zwickmühle*] característico do próprio processo que faz com que o trabalhador tenha de retornar constantemente ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e converte seu próprio produto no meio de compra nas mãos do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital ainda antes de vender-se ao capitalista. Sua servidão econômica é a um só tempo mediada e escondida pela renovação periódica de sua venda de si mesmo, pela mudança de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho.

Assim, o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado.

Em sua crítica da economia política, conforme vimos apresentando ao longo desta seção, Marx (2013, p. 262-263) revela dois fenômenos característicos do processo de trabalho



como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista:

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega.

Essas características – primeiro, o controle do trabalho, das condições para realização do trabalho e, segundo, a apropriação do trabalho em si, bem como do produto desse trabalho – se assentam como pressupostos imprescindíveis do simultâneo processo de valorização do capital, pela expropriação do mais-valor das mercadorias gerado através do não pagamento do mais-trabalho. Eis a unicidade do processo de produção e reprodução do capital: processo de trabalho e processo de valorização.

Importante ressaltar que, para Marx existe uma distinção do valor do trabalho, como valor de uso da atividade orientada a um determinado fim para produção de valores de uso (trabalho útil, concreto), o qual é consumido pelo capitalista para satisfazer sua necessidade primeira de transformar dinheiro em capital (BISPO, 2013, p.75). O valor da força de trabalho, por sua vez, é o valor de troca medido pela quantidade de tempo de dispêndio da força de trabalho.

Segundo Marx, o trabalho, sendo valor de uso, é, portanto, o suporte objetivo do valor de troca da força de trabalho:

No mercado, o que se contrapõe diretamente ao possuidor de dinheiro não é, na realidade, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho. Mal seu trabalho tem início efetivamente e a força de trabalho já deixou de lhe pertencer, não podendo mais, portanto, ser vendida por ele. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor nenhum (MARX, 2013, p. 609).

Dessa forma, as razões que explicam a tendência à desvalorização do trabalhador não

se limitam aos argumentos enumerados na economia política criticada por Marx, segundo a qual o valor da força de trabalho pago como salário – expresso na forma de dinheiro – é tratado como “[...] preço necessário [fisiocratas] ou natural [Adam Smith]” determinado pela quantidade de trabalho comprado pelo empregador. E esse preço pode oscilar acima e abaixo do considerado necessário, conforme “os preços do mercado de trabalho” – ou seja, pela lei da oferta e da demanda (MARX, 2013, p. 608).

Neste sentido restrito, se há abundância, o valor diminui; se há escassez, esse valor se eleva. Esse é o pensamento que predomina no mercado, impregnado da ideologia liberal. Daí porque, na complexificação do processo de trabalho, a especialização e qualificação fragmentada é valorizada (tanto pelo capital como pelo próprio trabalhador) em detrimento do conhecimento generalista, da formação plural, da capacitação em habilidades múltiplas.<sup>56</sup>

Em sua crítica, Marx revela que esse raciocínio não progride um passo sequer na resposta à questão original sobre como é determinado o preço do trabalho (ou seja, o salário). Ao julgar que esse preço é auto-regulado pelo mercado, os fisiocratas (e também Smith) afirmavam que o salário seria determinado pelos custos de produção do trabalhador, quais sejam: os custos para produzir ou reproduzir o próprio trabalhador. Desta forma, chamariam de valor do trabalho o que seria, na verdade, o valor da força de trabalho (MARX, 2013).

Entretanto, de acordo com Marx (2013, p. 245):

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Como valor, a força de trabalho representa apenas uma quantidade determinada do trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor.

Ao abordar a variação do preço (expressão monetária do valor) da força de trabalho, Marx (2013, p. 587) adverte que:

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios habitualmente necessários à subsistência do trabalhador médio. A massa desses meios de subsistência, embora sua forma possa variar, é dada numa certa época de

<sup>56</sup> O desenvolvimento dessa ideia acerca da valorização da divisão cada vez mais especializada do trabalho será indispensável para a compreensão de nossa tese a respeito da desvalorização do trabalho docente no estágio atual de desenvolvimento capitalista, considerando a tendência mundial de flexibilização, mobilidade e polivalência do trabalho. Por ora, aqui apenas mencionamos introdutoriamente para na próxima seção expor a questão da intensificação, precarização e desqualificação do trabalho.

determinada sociedade e, portanto, deve ser tratada como uma grandeza constante. O que varia é o valor dessa massa. Dois fatores adicionais entram na determinação do valor da força de trabalho. Por um lado, seus custos de desenvolvimento, que se alteram com o modo de produção; por outro lado, sua diferença natural, se masculina ou feminina, madura ou imatura. [...] as grandezas relativas do preço da força de trabalho e do mais-valor estão condicionadas por três circunstâncias: 1) a duração da jornada de trabalho ou a grandeza extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou sua grandeza intensiva, de modo que determinada quantidade de trabalho é gasta num tempo determinado; 3) e, finalmente, a força produtiva do trabalho, de forma que, dependendo do grau de desenvolvimento das condições de produção, a mesma quantidade de trabalho fornece uma quantidade maior ou menor de produto no mesmo tempo. Evidentemente, combinações muito diferentes são possíveis [...].

Mas, afinal, de acordo com a crítica marxiana, como é gerado esse valor da força de trabalho? Como ele se desvaloriza no processo de trabalho? E como o trabalho valoriza o capital no processo de produção?

No processo de trabalho o capitalista consome a mercadoria trabalho antes de pagar o seu preço (o salário). Quando efetua o pagamento não inclui o valor sobressalente da mercadoria (mais-valor) obtido no mercado, cuja grandeza é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. O trabalho imanente da força de trabalho, é, desse modo, uma mercadoria valiosa para o capitalista, porquanto seja consumido para gerar mais-valor subjetivado em novas mercadorias – valor que se aliena (mais-valor efetivado para o vendedor, na troca da mercadoria) e se distingue daquele objetivado no produto do trabalho (valor de uso da mercadoria para o seu comprador/consumidor).

A base geral do sistema capitalista é a produção do *mais-valor absoluto*, isto é, “[...] a extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho [trabalho necessário], acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital” (MARX, 2013, p. 578).

Essa subsunção formal do trabalho assalariado, na qual “[...] o processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de auto-valorização do capital – da fabricação de mais-valia” (MARX, 1978, p. 51), é condição e pressuposto da subsunção real. Isto é, essa dinâmica de valorização do capital foi o ponto de partida da produção do *mais-valor relativo*, cujo fundamento está na intrínseca divisão da jornada de trabalho em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. A “criação” do mais-valor relativo resulta das lutas históricas dos trabalhadores pela fixação de limites da jornada de trabalho, assim como do desenvolvimento tecnológico dos meios de produção, ou seja:

Para prolongar o mais-trabalho [sem aumentar a jornada de trabalho], o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona

inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais (MARX, 2013, p. 578).

Na exposição acerca do processo de trabalho e o processo de valorização, Marx (2013, p. 269-270, grifo do autor) explicita que:

[...] o trabalho anterior, que está incorporado na força de trabalho, e o trabalho vivo que ela pode prestar, isto é, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas completamente distintas. A primeira determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso. [...] O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. É essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho. Sua qualidade útil, sua capacidade de produzir fio ou botas, é apenas uma *conditio sine qua non* [condição indispensável], já que o trabalho, para criar valor, tem necessariamente de ser despendido de modo útil. Mas o que é decisivo é o valor de uso específico dessa mercadoria, o fato de ela ser fonte de valor, e de mais valor do que aquele que ela mesma possui.

O valor de uso do trabalho, como atividade conscientemente orientada a um determinado fim e, desse modo, como produto de consumo individual do próprio trabalhador, é convertido em consumo produtivo do capitalista – que utiliza a força de trabalho, o trabalho vivo comprado como mercadoria, isto é, adquirido no mercado como valor (de troca), acrescentando-lhe os meios de produção.

Como valor de troca, portanto, no momento do contrato de compra e venda com o tomador do trabalho, este é desvalorizado pelo capitalista, na medida em que este último estabelece como pagamento da mercadoria adquirida tão somente o preço equivalente à subsistência e à reprodução do trabalhador, cujo valor é medido – no grau mínimo – pelo tempo social médio necessário para a produção de sua própria manutenção.

Por sua vez, no processo de consumo da mercadoria força de trabalho e produtor de mais-mercadorias, o trabalho é valorizado, no sentido do aproveitamento máximo de sua utilidade.

Recordemos que no valor da mercadoria que resulta do processo de trabalho está embutido, contraditoriamente, a formação de valor de seu conteúdo, por um lado – no sentido da substância, da qualidade e da sua utilidade, como trabalho humano consumido e objetivado no produto e, por outro lado, a desvalorização da sua fonte produtora – isto é, a valorização do capital gerada pelo dispêndio da força humana de trabalho, no sentido da grandeza (valor de troca), da quantidade de trabalho empregada, calculada pelo tempo social médio necessário.

Como o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista, já que “[...] o vendedor da força de trabalho, como vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso” (MARX, 2013, p. 270), assim é que se processa o pagamento da força de trabalho abaixo do valor da mercadoria resultante do trabalho.

Referindo-se ao ciclo inteiro de transformação do dinheiro em capital, Marx (2013, p. 271) aponta precisamente como os valores de uso se convertem em valores de troca e como esses retornam ao processo de produção como novo valor de uso e como se reproduz todo o sistema, convertendo a formação de valor em valorização do capital:

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta [meios de produção], o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor [como se a maquinaria tivesse vida].

Dessa maneira, o tempo de “trabalho” dos meios de produção é deduzido do tempo de trabalho da “força viva”. Por esse pensamento chegamos à inequívoca compreensão de que tanto maior seja o uso (consumo) do trabalho pelo capital, tanto menor é e sempre será o valor da força de trabalho convertido em salário, rebaixado que tende a ser o trabalhador à condição de submisso às imposições do seu empregador, às regras do capital. Ou seja, o trabalho vivo – como valor de uso para a formação de valor – é valorizado, mas a força de trabalho (do trabalhador) – como valor de troca da qual se subtrai o tempo de trabalho da maquinaria – é desvalorizada enquanto estranhada do capital autovalorizado após seu consumo.

Essas considerações apontam para a questão da qualificação do trabalho, que muito nos interessa na argumentação acerca da desvalorização dos trabalhadores.

Ora, o trabalho vivo pressupõe a existência de indivíduos com capacidades intelectuais e físicas, habilidade e destreza, que ponham em funcionamento os meios de produção (trabalho morto) postos à sua disposição pelo tomador do trabalho (o possuidor de dinheiro). Para tanto, são requeridas condições de subsistência do trabalhador, e também condições que imprimam qualidade ao trabalho como valor de uso para o capitalista, isto é, será mais útil o trabalho que produzir mais com menor custo – o que significa eliminar ao máximo desperdícios de qualquer natureza, implicando economia de tempo e de dinheiro.

Como assinalado por Marx, acerca das condições de trabalho consideradas (2013, p. 272):

[...] o trabalho só importa na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é socialmente necessário, o que implica diversos fatores. A força de trabalho tem de funcionar sob condições normais. Se a máquina de fiar é o meio de trabalho dominante na fiação, seria absurdo fornecer ao trabalhador uma roda de fiar. Ou, em vez de algodão de qualidade normal, fornecer-lhe um refugo de algodão, que a toda hora arrebenta. Em ambos os casos, seu trabalho ocuparia um tempo de trabalho maior do que o tempo socialmente necessário para a produção de 1 libra de fio, mas esse trabalho excedente não geraria valor ou dinheiro. Contudo, o caráter normal dos fatores objetivos de trabalho não depende do trabalhador, e sim do capitalista. Uma outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo de produção em que é empregada, ela tem de possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e

celeridade. Mas aqui supomos que nosso capitalista comprou força de trabalho de qualidade normal. Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforço e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho.

No processo de produção capitalista como processo de trabalho e reprodução simples do capital, o valor do salário leva em consideração a qualidade do trabalho em termos das subjetividades requeridas dos indivíduos que trabalham, do conteúdo histórico e moral determinante do valor da força de trabalho enquanto classe que deve se perpetuar (MARX, 2013). Todavia, tratando-se de força vital limitada por sua condição mortal, considera-se o valor do salário pela quantidade dos meios de subsistência necessários à sua produção e reprodução, pois, “têm de ser constantemente substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho.” (Ibid., p. 246).

Além da subsistência, a formação para o trabalho é também um custo considerado na determinação do valor do salário, conforme salienta Marx (2013, p. 246-247):

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção.

No processo de produção e reprodução ampliada do capital, portanto, como unidade do processo de trabalho, de produção de valor e de auto-valorização do capital, a qualidade da força de trabalho é um pressuposto para a sua compra, não dependendo, portanto, do seu comprador (pre)ocupar-se, em princípio, com a qualificação do trabalhador. A quantidade de trabalho é o que realmente interessa para o processo de valorização do capital, sendo “[...] completamente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho social médio não qualificado ou trabalho complexo, dotado de um peso específico mais elevado.” (MARX, 2013, p. 274)<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Vale anotar a citação completa, para esclarecer como se processa a desvalorização da força de trabalho, independente de seu grau de qualificação: “O trabalho que é considerado mais complexo e elevado do que o trabalho social médio é a exteriorização de uma força de trabalho com custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que, por essa razão, tem um valor mais elevado do que a força simples de trabalho. Como o valor dessa força é mais elevado, ela também se exterioriza num trabalho mais elevado, trabalho que cria, no mesmo período de tempo, valores proporcionalmente mais altos do que aqueles criados pelo trabalho inferior. Mas qualquer que seja a diferença de grau entre o trabalho de fiação e de joalheria, a porção de trabalho com a qual o trabalhador joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se diferencia em nada, em termos qualitativos, da porção adicional de trabalho com a qual ele cria mais-valor. Tal como antes, o mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho: num caso, do processo de produção do fio, noutro, do processo de produção de joias.” (MARX, 2013, p. 274).

Quando nos referimos à desvalorização, alienação e estranhamento da força de trabalho, fazemos menção exatamente ao processo cada vez mais acentuado, na divisão social do trabalho, de simplificação do trabalho complexo ao trabalho social médio não qualificado. Referimo-nos ao processo de reprodução ampliada do capital, pela abstração do caráter útil do trabalho, conforme assinalado por Marx (2013, p. 275):

[...] em todo processo de formação de valor, o trabalho superior tem sempre de ser reduzido ao trabalho social médio; por exemplo, uma jornada de trabalho superior tem de ser reduzida a x jornadas de trabalho simples. Poupa-se, com isso, uma operação supérflua e simplifica-se a análise, por meio do pressuposto de que o trabalhador empregado pelo capital realiza o trabalho social médio não qualificado.

Com o desenvolvimento cada vez mais complexo das forças produtivas e o avanço tecnológico em função do aumento de produtividade, ocorre paulatinamente a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, bem como, incrementa-se a capacidade do capitalista para “[...] movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável [(a força de trabalho)], mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva [(mais-valor absoluto)] ou intensiva [(mais-valor relativo)] das forças de trabalho individuais” (MARX, 2013, p. 711). Nesse movimento, a crescente acumulação de capital repercute na “[...] produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva [...]” (Ibid., p. 704), a qual, além de resultado, converte-se “[...] em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista” (Ibid., p. 707). A absorção dessa superpopulação pode ocorrer pela própria indústria capitalista, como modelo principal de produção, com rebaixamento de salário, seja por meio do mais-trabalho, seja pela progressiva substituição de trabalhadores mais qualificados por trabalhadores menos qualificados (Ibid., p. 711).

Resumidamente, Marx (2013, p. 713) explica que:

A baixa salarial dizima pouco a pouco a população trabalhadora, de modo que, em relação a ela, o capital se torna novamente superabundante, ou, como outros o explicam, a baixa salarial e a correspondente exploração redobrada do trabalhador aceleram, por sua vez, a acumulação, ao mesmo tempo que o salário baixo põe em xeque o crescimento da classe trabalhadora.

Não obstante, para a manutenção do emprego da força de trabalho em momentos de superprodução e superacumulação – crises cíclicas do capital – o trabalhador obriga-se à sua própria qualificação como critério de mérito e valorização de sua única mercadoria: sua capacidade de trabalho.

Não nos alongaremos agora nessa explicação por demais complexa. Por ora, adiantamos aqui, ainda que de modo incipiente, a ilação desse processo de intensificação e

precarização – pela desqualificação – do trabalho produtivo nas indústrias capitalistas com a expansão dos setores econômicos nas esferas de circulação e distribuição, nos seguintes termos: os trabalhadores liberados da indústria em razão da superpopulação relativa são progressivamente absorvidos em setores externos ao âmbito estritamente produtivo, como no comércio e nos serviços (privados e públicos, produtivos e improdutivos) – este último em expansão no capitalismo contemporâneo.

Seguiremos trilhando em argumentos que melhor explicitem a chave reveladora daquilo que pretendemos finalmente fazer entender: quais as formas de (des)valorização do trabalhador assalariado, para além do setor produtivo, industrial, de transformação, onde é mais evidente a antinomia trabalho *versus* capital? Ou seja, como podemos abordar a questão do trabalho assalariado que não dos proletários, mas nos setores de distribuição do capital, quais sejam, em serviços e, mais especificamente, nos serviços públicos? É o que buscaremos responder nos próximos subitens.

#### 1.2.2.1 Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

Numa síntese das ideias até aqui desenvolvidas, afirmamos que, ontologicamente, o trabalho é a categoria fundante do ser social. É também categoria histórica central para explicitar o complexo de mediações que constitui o modo de produção capitalista como produtor de coisas úteis para satisfação das necessidades humanas e sociais e gerador de valor das mercadorias, sendo ele próprio – o trabalho abstrato – uma mercadoria capaz de gerar capital que se auto-valoriza pela apropriação (pelo capitalista) do mais-valor do trabalho não pago (mais-trabalho) ao seu real produtor.

Essa capacidade de transformar dinheiro em capital, através do controle do trabalho alheio (do trabalhador) posto a serviço do possuidor do dinheiro (o capitalista), é própria do processo de produção capitalista, fundado nas premissas ideológicas da propriedade privada e da liberdade, e independe da qualidade ou da especificidade do trabalho útil em si, importando muito mais a quantidade de força humana de trabalho empregada – que no trabalho complexo vai se configurar como trabalhador coletivo – e o valor gerado por esse trabalho abstrato.

Mas nem todo trabalho abstrato é produtivo, como também, nem todos os trabalhadores que compõem o trabalhador coletivo é trabalhador produtivo. Marx cuidou em estabelecer a diferenciação entre trabalho e trabalhador produtivos e improdutivos, conforme abordaremos agora.



Não podemos perder de vista que, na perspectiva teórico-metodológica marxista, o processo de produção é sempre um processo dialético de reprodução, sendo as condições da produção as condições simultâneas da reprodução. Assim afirma Marx (2013, v. 1, p. 641) no Capítulo XXI (Reprodução Simples), Livro I, d'*O Capital*:

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução.

Conforme acertadamente interpretado por Bertoldo (2009, p. 108), referindo-se à primazia ontológica da reprodução biológica do indivíduo na relação dialética com a reprodução social do gênero humano, no sentido de que

[...] para manter a reprodução do seu corpo, ele [o ser social] precisa continuamente produzir e consumir. [A autora ressalta, então, que, para Marx,] no ato de consumir vai se gerando a necessidade de uma nova produção, portanto, o consumo reproduz a necessidade. [E arremata:] Isto significa dizer que o ser social só pode existir num contínuo processo de consumo e produção [...] [que] tem como base fundamental a articulação entre a reprodução biológica e a reprodução social. (BERTOLDO, 2009, p. 108).

E a produção capitalista é produção de mercadorias (produto do processo de trabalho) e também de mais-valor (resultado da valorização do capital, através do mais-trabalho não pago). “É, finalmente, *produção e reprodução de toda a relação*, através do que este processo imediato [de produção] se caracteriza como *especificamente capitalista*.” (MARX, 1978, p. 5, grifos do autor).

Essas considerações acerca da relação dialética entre consumo e produção, entre produção e reprodução, entre reprodução biológica e reprodução social cabem aqui como importante explicitação do caráter do trabalho abstrato como produtivo ou improdutivo, do ponto de vista do consumo produtivo ou improdutivo das mercadorias e do próprio trabalho.<sup>58</sup>

Em relação ao consumo do trabalhador, Marx expõe sua dupla natureza, na condição de quem consome para si, para sua própria manutenção (incluindo o seu desenvolvimento intelectual e de suas habilidades manuais)<sup>59</sup> e sobrevivência, isto é, para a sua reprodução

<sup>58</sup> Afinal, trabalho é consumo de força que produz o novo, que se consome e gera novas forças produtivas, que perpetua continuamente esse processo circular e sempre ascendente de transformação histórica – porque é movido pelo homem – da natureza e da sociedade.

<sup>59</sup> Ao se referir à necessária condição de existência uma classe trabalhadora continuamente apta ao trabalho, apesar de nem sempre se encontrar empregada, ainda que se recorram aos subsídios estatais ou às contribuições voluntárias para que tal capacidade seja mantida, assim diz Marx (2013, p. 648): “A reprodução

biológica e também social, e de quem consome para outrem, ou seja, consome os meios de produção “emprestados” pelo capitalista, portanto, para reprodução do capital que, por sua vez, e simultaneamente, consome o trabalho vivo (do trabalhador) no processo de trabalho.

Assim diz Marx (2013, p. 646):

O consumo do trabalhador tem uma dupla natureza. Na própria produção, ele consome, por meio de seu trabalho, meios de produção, transformando-os em produtos de valor maior que o do capital adiantado. Esse é seu consumo produtivo. Ao mesmo tempo, ele é consumo de sua força de trabalho pelo capitalista que a comprou. Por outro lado, o trabalhador gasta em meios de subsistência o dinheiro pago na compra da força de trabalho: esse é seu consumo individual. O consumo produtivo e o consumo individual do trabalhador diferem, portanto, inteiramente. No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador.

A classe trabalhadora, nessa perspectiva, “é um acessório do capital tanto quanto o é o instrumento morto de trabalho” (Ibid., p. 648). E mesmo o momento do consumo individual também “não é mais do que um momento do processo de reprodução do capital”. “Por um lado, o consumo individual cuida de sua própria conservação e reprodução; por outro lado, mediante a destruição dos meios de subsistência, ele cuida de seu constante ressurgimento no mercado de trabalho.” (Ibid., p. 648).

Notamos que esses dois momentos de consumo da força de trabalho demarcam bem as condições de produção, a cargo do empregador, e as condições de reprodução – tanto do trabalho como do capital –, a cargo do próprio trabalhador no âmbito de sua cotidianidade. Nesse último caso, a reprodução da força de trabalho se faz pelo consumo individual, que redundará na reprodução do capital através da dinâmica de consumo produtivo da própria força de trabalho no processo de produção. Como se vê, consumo e produção são processos com mutualidade dialética, assim como as condições de produção e de reprodução são simultâneas e recíprocas.

É nessa diferenciação e interação dialética entre genericidade e individualidade que pautamos nosso estudo acerca das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores docentes. Para tanto, buscamos compreender, a partir da distinção do trabalho produtivo em relação ao trabalho improdutivo, especialmente dos trabalhadores empregados no âmbito dos serviços, e particularmente no serviço de ensino superior público (no Brasil). Acreditamos que no serviço

---

da classe trabalhadora exige, ao mesmo tempo, a transmissão e a acumulação da destreza de uma geração a outra. Em que medida o capitalista conta com a existência de tal classe trabalhadora hábil entre as condições de produção que lhe pertencem e vê nela, de fato, a existência real de seu capital variável é algo que se revela tão logo uma crise ameça provocar a perda daquela classe.”

público, por se tratar de trabalho improdutivo, o trabalhador docente assume o ônus do provimento das suas próprias condições de trabalho – como consumo individual –, reforçando a sua desvalorização e desqualificação. Os argumentos apresentados neste item da exposição de nosso estudo darão o norte para adensar as conclusões parciais a serem tratadas na próxima seção.

Retomando o raciocínio acerca das relações de produção-consumo-reprodução, evidenciamos que no Capítulo V do Livro I d'*O Capital*, no qual expõe acerca do processo simples de trabalho e o processo de valorização do produto convertido em mercadoria, Marx (2013, v. 1, p. 258) diz que o trabalho humano aparece invariavelmente como trabalho produtivo quando se considera “o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado”. Entretanto, na nota de rodapé 7 que acompanha tal assertiva, ele já adverte que: “Essa determinação do trabalho produtivo [...] não é de modo algum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção” (Ibid., p. 258).

No início do Capítulo XIV (da mesma obra e volume), quando trata do mais-valor absoluto e relativo, Marx desenvolve a observação antecipada naquela nota de rodapé, ressaltando a divisão do trabalho, a separação antagônica do trabalho intelectual e do trabalho manual, a constituição do trabalhador coletivo e as alterações na categoria *trabalho produtivo*. Nessas considerações, o autor ressalta que, dada a ampliação do caráter cooperativo do processo de trabalho, ampliou-se necessariamente o “conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo”, que não mais realiza o processo completo de trabalho; “basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções” (MARX, 2013, v. 1, p. 577). E segue:

A definição original do trabalho produtivo citada mais acima, derivada da própria natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em seu conjunto. Mas já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.

Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. *Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital*. Se nos for permitido escolher *um exemplo fora da esfera da produção material*, diremos que *um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão*. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinos, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, *o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital*. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2013, v. 1, p. 577, grifo nosso)

Já tivemos oportunidade de expor nesta seção trechos dessa longa citação, para ressaltar a inversão do valor da força de trabalho e as desigualdades provenientes da divisão do trabalho, ocorrida pelo desenvolvimento das forças produtivas, notadamente da maquinaria e da grande indústria.<sup>60</sup> Agora, recorreremos ao seu teor mais extenso, contextualizando-a na argumentação específica acerca da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Ressaltamos, portanto, o elemento principal que funda a produtividade do trabalho no sistema de produção e reprodução social capitalista: o trabalhador não é apenas a força viva, o portador do ato de transformação da matéria em novos produtos para uso como meio de subsistência ou como meio de produção; o trabalhador agora, para ser produtivo, além de criar o produto deve – principalmente – ser meio direto de valorização do capital. O trabalho produtivo é aquele que produz riqueza. O seu contrário, o trabalho improdutivo, é aquele no qual se consome a riqueza.

Os trabalhos não assalariados, ou seja, realizados diretamente por um produtor ou prestador de serviços sem a intermediação do empresário capitalista, isento, portanto, da subsunção formal pelo capital (sem a relação de compra e venda da força de trabalho como valor de troca), não são mais incorporados na concepção de trabalho produtivo, posto que não são trabalho abstrato.

Desse modo, um trabalhador manual artesanal independente ou um trabalhador intelectual prestador autônomo de serviços, são condições que estão totalmente fora de questão do trabalho abstrato produtivo ou improdutivo, posto que *não vendem* a sua força de trabalho como fator vivo no processo de produção do capital, mas vendem o produto (ou o “efeito útil”) de seu trabalho diretamente ao consumidor final do bem ou serviço vendido. Portanto, também não se caracterizam como trabalhadores produtivos.

Como disse Marx, o conceito de trabalho produtivo “se estreita”, e isso se deve ao processo de expropriação do mais-valor, como já viemos abordando neste subitem 1.2.2. Nesse sentido, só é produtivo o trabalho assalariado que gera mais-valor.<sup>61</sup>

<sup>60</sup> Conferir nesta seção: citações nas páginas 31, 32-33, 76, e na nota de rodapé 20 (p. 36).

<sup>61</sup> Descarta-se, obviamente, a ideia utilitarista do capitalista “instruído pela economia vulgar” (MARX, 2013, v. 1, p. 268) de que o *serviço* prestado por ele próprio para o trabalhador, ao oferecer-lhe os meios de produção e realizar o controle e supervisão dos trabalhadores, seja uma condição de trabalho produtivo. Considerando-se, pois, que “um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (MARX, 2013, v. 1, p. 269) – concepção de serviço aceita por Marx no limite da reprodução simples –, o capitalista se logra merecedor de recompensa. Isto é, o efeito específico que ele deseja receber da mercadoria força de trabalho, que ele acrescentou aos meios de produção, é ser fonte de valor, de mais-valor. Nesse sentido enviesado, a expropriação do mais-valor seria uma recompensa natural do *serviço prestado* pelo capitalista: “A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e,

Por outro lado, ocorre que, no exemplo utilizado pelo próprio Marx – do mestre-escola que é explorado numa fábrica de ensino –, o conceito de trabalho produtivo *se alarga* em termos de que é produtivo não somente o trabalho derivado da natureza, da produção do “conteúdo material da riqueza”,<sup>62</sup> mas também derivado da relação social “que [por azar] cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital”. Neste caso, o serviço prestado pelo professor contratado pelo empresário da educação, “não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão”.

Conforme bem enfatiza Marx no Capítulo VI (inédito)<sup>63</sup> d'*O Capital*, figura-se como

---

consequentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor.” (Ibid., p. 270).

Há uma passagem no Capítulo VI (inédito) d'*O Capital*, na qual Marx (1978, p. 80), para explicitar que “a classe do capitalista é a *classe produtiva* por excelência”, comenta, entre parêntesis, que “(Como condutor do processo de trabalho, o capitalista pode executar *trabalho produtivo* no sentido de que seu trabalho se integra no processo de trabalho coletivo objetivado no produto)” (grifos do autor). Patenteia-se aí uma notória contradição, rechaçada por Lessa (2007b, p. 26-27), conforme advertimos mais adiante (cf. Nota de rodapé 65, desta seção).

<sup>62</sup> Convém recordar, conforme já explicitado nesta seção, a afirmação de Marx de que “os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na [...] [sociedade capitalista], eles constituem, ao mesmo tempo, os *suportes materiais do valor de troca*” (MARX, 2013, v. 1, p. 114, grifos nossos). Sérgio Lessa (2007b, p. 164) utiliza fartamente a expressão “conteúdo material da riqueza social”, assim mesmo, entre aspas, para evidenciar que a riqueza nos períodos pré-capitalistas era mensurada pela “quantidade de escravos, terras, servos, etc.” e que o pagamento pelos serviços prestados pelos “auxiliares da classe dominante (exército, Igreja, capatazes, feitores)” provinha da riqueza acumulada pelos membros da classe dominante, “os quais a obtinham da exploração dos servos e dos escravos”, ou seja, pelo consumo dos valores úteis de seus bens.

No capitalismo, entretanto, a situação se altera, já que, com o advento do *trabalhador coletivo*, a riqueza produzida pelo proletariado é distribuída como salário para uma massa de *outros trabalhadores* também explorada pelos capitalistas e, mais além, para os “auxiliares na afirmação cotidiana do poder da classe dominante em todas as esferas sociais”, “(tal como nas sociedades pré-capitalistas)” (LESSA, 2007b, p. 164). Aqui, diferente dos estágios anteriores de desenvolvimento das forças produtivas, no valor de troca que se estabelece pelo assalariamento do trabalho pelo capitalista, *se esconde a mágica* do enriquecimento da sociedade burguesa: a expropriação do mais-valor “tanto pela exploração do trabalho intercâmbio orgânico com a natureza, como também em outras atividades (como a do professor) que não realizam qualquer transformação na natureza” (Ibid., p. 164).

<sup>63</sup> Convém observar que o Capítulo VI (inédito) foi publicado pela primeira vez meio século após a morte de seu autor. Segundo Eric Hobsbawm (2011), apesar da publicação russa *Arkhiv K. Marksa i F. Engelsa*, em 1933, os manuscritos deixados por Marx só vieram a ser discutidos a sério no final da década de 1960, sendo traduzida para o inglês apenas em 1976. A tradução brasileira é de 1978. Sob os títulos (das subdivisões dos manuscritos) “Resultados do processo imediato de produção”, “A produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas” e “As mercadorias como produto do capital”, são apresentadas anotações que Marx provavelmente reservava para dar maior evidência à teoria crítica do valor e da origem da riqueza social no capitalismo, principalmente para explicitar que o sistema de *produção especificamente capitalista* é “*produção e reprodução de toda a relação*” de produção de mercadorias e produção de mais-valor (MARX, 1978, p. 5).

Sérgio Lessa (2007b, p. 21-30), reivindica a condição de prioridade exegética do Livro I, para a leitura imanente d'*O Capital*, haja vista que fora o único publicado pelo próprio Marx, em especial a quarta edição alemã, “pois incorpora as modificações que Marx deixou anotadas no exemplar da terceira” (Lessa, 2007b, p. 25). Lessa considera que: “apenas devemos recorrer ao restante dos manuscritos [inclusive aos Livros II e III]

produtivo somente o trabalho “[...] que serve diretamente ao capital como instrumento (*agente*) de sua *autovalorização*, como meio para a produção de mais-valia.” (MARX, 1978, p. 70, grifos do autor). Nesse sentido, destacamos a advertência de Marx (2013, v. 1, p. 577) acerca do trabalho produtivo como derivado do intercâmbio orgânico com a natureza, cuja definição original, como trabalho produtor de bens materiais, permanece válida para o trabalhador coletivo, porém, “[...] já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente”. Isto quer dizer que no trabalhador coletivo pode estar contido trabalho material e trabalho não material (ou intelectual) que, no seu conjunto, são agentes da autovalorização do capital.<sup>64</sup>

Em relação a essa participação do trabalho não material como parte do trabalhador coletivo no processo de produção material, e, portanto, como trabalho produtivo, entendemos ser suficiente expor a primeira conclusão a que Marx chegou, ao pressupor que “[...] só é produtivo o operário cujo processo de trabalho [equivale] ao *processo de consumo produtivo* da capacidade de trabalho – do depositário desse trabalho – por parte do capital ou do capitalista” (MARX, 1978, p. 71, grifo do autor):

[...] como com o desenvolvimento da *subsunção real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista*, não é o operário individual, mas uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada* que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor, engenheiro, técnico etc., outro como capataz, um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante –, temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo

---

deixados inéditos pelo autor quando servir para explicitar melhor o sentido do *texto publicado em vida pelo autor* ou, então, para argumentar com muito cuidado *o que Marx, talvez, diria em tais ou quais circunstâncias*” (Ibid., p. 25-26, grifos do autor). Sua postura rigorosa se justifica pela opção metodológica de seus estudos, pelo que recusa veementemente o recurso ao Capítulo VI, no qual identifica, de pronto, pelo menos uma discrepância por ele assinalada: a afirmação da burguesia como um trabalhador produtivo em algumas circunstâncias (Ibid. p. 26-27). Assim, contesta “os autores [que] cometem um sério equívoco na interpretação do texto de Marx” (Ibid., p. 27), dentre os quais Ricardo Antunes e Marilda Iamamoto, os quais, em sua opinião, ao justapor os manuscritos com *O Capital* (entenda-se: o Livro I), cumprem “a função de cancelar tanto a peculiaridade ontológica do proletariado quanto a sua centralidade política daí decorrente para a superação do sistema do capital” (Ibid., p. 27).

Acreditamos já haver esclarecido nosso posicionamento divergente de Lessa a esse respeito (cf. páginas 31 a 34 desta seção, especialmente a nota de rodapé 21, na página 38). Portanto, continuaremos fazendo referência ao Capítulo VI (inédito), sem mais ressalvas. Havendo qualquer objeção ou dúvida de nossa parte, em termos de contradição ou dissonância (ou como se referiu Lessa, de discrepância) entre essa publicação e a obra principal d'*O Capital*, optaremos pela interpretação a partir desta última.

<sup>64</sup> Sérgio Lessa diverge peremptoriamente dessa interpretação a que chegamos, a partir do estudo dos textos marxianos devidamente referenciados aqui (MARX, 1978; 2011a; 2013). Nesta seção já tivemos oportunidade de sumariar a compreensão de Lessa (2007b, p. 188-192), segundo a qual, não há justificativa para se postular que o trabalhador intelectual faria parte do trabalhador coletivo.

capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e de produção. Se se considera o *trabalhador coletivo*, de que a oficina consiste, sua *atividade combinada* se realiza materialmente e de maneira direta num *produto total* que, ao mesmo tempo, é um *volume total de mercadorias*; é absolutamente indiferente que a função de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalhador coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. Mas, então, a atividade dessa capacidade de trabalho coletiva é seu *consumo produtivo direto pelo capital*, vale dizer, o processo de autovalorização do capital, a produção direta de mais-valia, e daí [...] a *transformação direta da mesma em capital*. (MARX, 1978, p. 71-72, grifos do autor).

Notamos que os exemplos de trabalhos não materiais incorporados no trabalhador coletivo dizem respeito aos trabalhos intelectuais que exercem a função de controle e supervisão dos trabalhadores manuais, ou seja, são *atividades mediatas* que têm como *objeto de transformação a consciência* desses últimos (acionada pela *posição teleológica secundária*) para a transformação material imediata de um objeto natural ou matéria-prima. A finalidade última dessa “capacidade de trabalho socialmente combinada” é a produção material de mercadorias.

Nessa primeira conclusão, portanto, Marx salienta que o consumo produtivo do trabalhador coletivo depende da definição original do trabalho produtivo derivada da natureza da produção material (e que gere valor de troca), embora, em termos do trabalho exercido por cada um de seus membros, isoladamente, esse critério não tenha a mesma validade. Isto é, também é consumido produtivamente o trabalho não material de engenheiros, técnicos de diferentes áreas, gerentes, etc.

A segunda conclusão de Marx, todavia, remete ao fato de que “[...] todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é produtivo” (MARX, 1978, p. 72). Isto é, pode ocorrer de o capitalista comprar a força de trabalho sem, no entanto, incorporar o trabalhador e o seu trabalho diretamente como fatores vivos no processo de produção. Isso ocorre “quando se compra o trabalho para consumi-lo como *valor de uso*, como *serviço*”, pois, “[...] seu trabalho é consumido por causa de seu *valor de uso*, não como trabalho que *gera valores de troca*; consome-se-o *improdutiva*, não produtivamente” (Ibid., p. 72, grifos do autor).

Essas situações são apresentadas pelo autor como trabalhos que se defrontam com o capitalista na condição de consumidor direto e não como representante do capital. Isto é, o dinheiro que este último paga pelo serviço prestado “[...] funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital” (MARX, 1978, p. 73). Trata-se da compra de serviços como a compra de qualquer mercadoria para consumo próprio – voluntariamente ou por força

de coerção social<sup>65</sup> e estatal<sup>66</sup>, conforme alude Marx.

Referindo-se aos erros de compreensão da condição de trabalho produtivo e improdutivo, em relação aos serviços, Marx (1978, p. 74, grifos do autor) faz a seguinte ressalva:

Na produção capitalista, certas partes dos trabalhos que produzem mercadorias executam-se de maneira própria aos *modos de produção precedentes*, nos quais a *relação entre o capital e o trabalho assalariado* ainda não existe de fato, pelo que de nenhuma maneira são aplicáveis as categorias de trabalho *produtivo* e trabalho improdutivo, características do ponto de vista capitalista. Em correspondência com o modo de produção dominante, entretanto, as relações que ainda não se subsumiram realmente àquele, se lhe subsumem idealmente. O trabalhador autônomo, como exemplo, é seu próprio assalariado; seus próprios meios de produção se lhe representam como capital. Na condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado. Semelhantes anomalias oferecem campo propício às leviandades sobre o trabalho produtivo e improdutivo.

Para Marx, todavia, o trabalhador que cria produtos e os vende diretamente ao consumidor é um produtor de riqueza material, mas não produz capital, apenas troca valor de uso por valor de uso (representado por qualquer coisa que lhe tenha utilidade). De modo oposto, o prestador de serviços que também troca sua atividade por dinheiro ou qualquer outra

---

<sup>65</sup> Por coerção social, entendemos que se trata das obrigações a que se vê compelido o capitalista de proteger sua propriedade e a integridade das mercadorias que mantém sob sua custódia produtiva, inclusive a mercadoria força de trabalho. Essas obrigações, convertidas em contratação de pessoas para realização de atividades exteriores ao processo produtivo propriamente dito, acabam sendo incorporadas nos falsos custos de produção, no valor das mercadorias produzidas, sem que sejam trabalho social especialmente necessário para a produção de tal ou qual mercadoria. Os exemplos de serviços prestados com essa finalidade, embora não identificados claramente nos textos marxianos consultados (alguns nem existiam nas fábricas à época de Marx), seriam, no nosso entender: os serviços de segurança patrimonial; limpeza e conservação do(s) ambiente(s) de trabalho; segurança e saúde dos trabalhadores; alimentação dos trabalhadores; recrutamento de pessoal; administração; serviços jurídicos; serviço social; e tantos outros serviços cuja função só esteja indiretamente relacionada com a garantia de qualidade do processo produtivo.

A partir de nossa livre compreensão, listamos alguns possíveis exemplos de consumo improdutivo dos serviços tomados diretamente como trabalho assalariado. Note-se que as atividades listadas, consideradas como serviços assalariados e, portanto, como representantes do trabalho improdutivo contratado em troca de salário pelo capitalista, não se tratam de prestações eventuais, mas têm relação com o modelo fordista-taylorista de composição e organização do processo de trabalho industrial. Em tempos de flexibilização toyotista, boa parte desses serviços são terceirizados e os trabalhadores são consumidos produtivamente pelas empresas que os contratam precisamente para auferir-lhes rentabilidade, para gerar capital. Aí, segundo a classificação de Marx, os trabalhadores saem da condição de improdutivos e passam ao *status* de trabalhadores produtivos não materiais, ainda que se mantenham como classe de transição, porquanto seu trabalho não crie um produto material que, por seu valor de uso, dê suporte (material) à riqueza (ao valor).

<sup>66</sup> Como coerção estatal, Marx alude aos impostos, ao preço por serviços estatais que também “está contido nos falsos custos de produção, [mas] é uma forma em si mesma *acidental* do processo de produção, de nenhum modo *condicionada* por ele e que lhe seja necessária e imanente” (1978, p. 74, grifos do autor). O pagamento por tais serviços, portanto, não é realizado com dinheiro como capital, mas dinheiro como dispêndio de renda. Ademais, a contratação desse tipo de trabalho assalariado está a cargo da superestrutura, do aparelho estatal, e não do próprio capitalista. Somente na forma de pagamento indireto pelos serviços, por meio dos impostos, ou mesmo através da contraprestação regular pela oferta contínua de serviços de infraestrutura, por exemplo, “os funcionários podem converter-se em assalariados do capital, mas, nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos” (Ibid., 75).



coisa que para ele seja útil, não cria riqueza, pelo contrário, consome-a.

Nos Grundrisse, ao expor sobre a troca de trabalho objetivado por trabalho vivo na relação de circulação simples, quando essa ainda “[...] não constitui nem o capital, por um lado, nem o trabalho assalariado, por outro” (MARX, 2011a, p. 618), o autor esclarece essa diferença (Ibid., p. 620, grifos do autor):

Nas prestações de serviços pessoais, esse valor de uso é consumido enquanto tal sem passar da forma de movimento para a forma de coisa. Se o prestador de serviço não recebe *dinheiro*, como é frequente nas relações simples, mas os próprios valores de uso imediatos, desaparece também a aparência de que se trata aqui, de uma parte ou de outra, de valores, em lugar de valores de uso. Contudo, mesmo supondo que *A* pague em dinheiro pelo serviço, isso de modo algum significa a transformação de seu dinheiro em capital, mas antes, o pôr do dinheiro como simples meio de circulação para obter um objeto do consumo, um valor de uso determinado. Por essa razão, tal ato também não é um ato produtor de riqueza, mas consumidor de riqueza. [...] *A* não *valoriza*, mas *desvaloriza* seu dinheiro ao transpô-lo da forma do valor para a forma do valor de uso. O trabalho aqui é trocado não como valor de uso pelo valor, mas ele próprio como valor de uso particular, como valor para o uso.

Isto é, o valor de uso dos serviços está na própria atividade e não em produtos exteriores ao *serviçal*. E também aqui não há senão troca entre valores de uso, portanto, não há consumo produtivo, mas improdutivo. Sendo assim, seguindo a linha de raciocínio exposta na citação acima: “Quanto mais *A* repetir a troca, mais empobrece. Essa troca não é um *ato de enriquecimento*, não é ato de *criação de valor*, mas de *desvalorização* dos valores existentes em sua posse.” (Ibid., p. 621, grifos do autor).

Ademais, “[...] o que constitui o *valor de uso específico* [do trabalho produtivo] para o capital não é seu caráter útil determinado, como tampouco as qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia).” (MARX, 1978, p. 75). Com essas palavras, Marx vai esclarecer que o conteúdo determinado do trabalho – seja material ou não material – não será também o determinante da condição do trabalho produtivo, mas sim a função do emprego desse trabalho no processo de produção e reprodução do capital, posto que “[...] um *trabalho de idêntico conteúdo* pode ser, portanto, produtivo e improdutivo” (Ibid., p. 75, grifos do autor).

Desnecessário dizer que o exemplo do mestre-escola, apresentado por Marx como possibilidade de ser um trabalho não material produtivo, vem a nosso socorro precisamente por tratar do ramo de trabalho do qual nos ocupamos em estudar. No Capítulo VI (inédito), Marx (1978, p. 76, grifo do autor) incrementa o exemplo, referindo-se, também aos trabalhos do escritor e da cantora, para evidenciar que um trabalho é produtivo ou improdutivo a depender de seu *status* enquanto subsumido ao capital:

Milton – sirva-nos de exemplo – que escreveu o *Paraíso Perdido* (*who did the paradise lost*), era um trabalhador improdutivo. Pelo contrário, o escritor que proporciona trabalho como o de fábrica a seu livreiro, é trabalhador produtivo. Milton produziu o *Paradise Lost* tal como um bicho-da-seda produz a seda, como manifestação de sua natureza. A seguir, vendeu o produto por cinco libras e desse modo converteu-se em negociante. O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser trabalhador produtivo, porquanto sua produção está subsumida ao capital e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo.

Introduzindo a abordagem do trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas atividades que se caracterizam como serviços, compreendemos que, tanto no sentido da prestação de serviços relativamente autônomos empregados diretamente pelo capitalista como nos serviços prestados mediante assalariamento pelo aparelho estatal, Marx afirma que essa relação de compra de serviços não se encontra nunca como uma relação específica entre o trabalho e o capital. Portanto, a prestação de serviços é, em geral, trabalho improdutivo:

*Serviço* não é, em geral, senão uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade. Dou para que façam [...] na produção capitalista, *do ut facias* exprime uma relação extremamente específica entre riqueza objetiva e o trabalho vivo. (MARX, 1978, p. 78, grifos do autor)<sup>67</sup>

Aqui se acentua uma diferença nodal entre o trabalho produtivo e os serviços (improdutivos): enquanto o primeiro produz riqueza, o segundo consome riqueza, seja na forma de matéria-prima, de produto ou de dinheiro.

Nas palavras de Marx (1978, p. 80): “A determinação do *trabalho produtivo* (e, por conseguinte, também a do *improdutivo*, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia.”

Portanto, a questão da diferença entre trabalhador produtivo e trabalhador improdutivo implica compreender a situação do trabalhador assalariado não produtivo. Ou seja, que tipo de trabalho e de trabalhador que, mesmo assalariados, não autovalorizam o capital. Que tipo de trabalho não equivale ao processo de consumo produtivo da capacidade

<sup>67</sup> Essa argumentação segue assim: 1) “O operário também compra *serviços* com dinheiro, o que constitui uma maneira de gastar dinheiro, mas não de transformá-lo em capital”; 2) “Nenhum homem compra ‘prestações de serviços’ médicas ou legais como meio de transformar em capital o dinheiro assim desembolsado”; 3) Grande parte dos *serviços* entra nos custos de consumo das mercadorias, como o da cozinheira, etc.” (MARX, 1978, p. 79, grifos do autor).

de trabalho de seu agente (o trabalhador) por parte do capital ou do capitalista (MARX, 1978, p. 71).

Ressaltamos ainda, em relação ao caráter improdutivo dos serviços tomados como trabalho assalariado no modo de produção especificamente capitalista, conforme assinalado nos *Grundrisse* (MARX, 2011a, p. 622-623):

Na própria sociedade burguesa, faz parte dessa rubrica ou categoria toda troca de prestação de serviço pessoal por renda – do trabalho para o consumo pessoal, cozinha, costura etc., jardinagem etc., até as classes improdutivas, funcionários públicos, médicos, advogados, intelectuais etc. Todos os 'criados domésticos' etc. Por meio de suas prestações de serviços – com frequência, impostos – todos estes trabalhadores, do mais humilde ao mais elevado, conseguem para si uma parte do produto excedente, da renda do capitalista. Todavia, não ocorreria a ninguém imaginar que, por meio da troca de sua renda por tais prestações de serviços, i.e., por meio de seu consumo privado, o capitalista se põe como capital. Com essa troca, ao contrário, ele dissipa os frutos de seu capital. O fato de que as próprias proporções em que a renda é trocada por semelhante trabalho vivo são determinadas pelas leis de produção universais nada altera na natureza da relação.

Já no Capítulo VI (inédito) d'*O Capital*, Marx situa todos os serviços subsumidos formalmente no processo de produção capitalista na categoria do trabalho assalariado improdutivo, uma vez que se trata de consumo de valor de uso trocado por dinheiro como mero meio de circulação e não como capital. Portanto, os serviços não ingressam no circuito do consumo do trabalho e produção de mais-valia equivalente a D-M-D'. Essa relação se expressa pelo esquema M-D-M, onde o primeiro M (mercadoria) é a força de trabalho vendida (trocada pelo dinheiro = D) e convertida em trabalho objetivado em um produto ou no próprio efeito útil (não material) do serviço (o M final), conforme assinala Marx (1978, p. 73-74, grifos do autor):

Quanto mais se desenvolve a produção em geral como produção de mercadorias, tanto mais cada qual quer e deve converter-se em *vendedor de mercadorias*, fazer dinheiro, seja com seu produto, seja com seus serviços – quando o produto, devido a sua natureza, só existe sob a forma de serviços – e esse *fazer dinheiro* aparece como objetivo último de todo gênero de atividade. Na produção capitalista, por um lado, a produção dos produtos como mercadorias e, por outro, a forma de trabalho como trabalho assalariado se absolutizam. Uma série de funções e atividades envoltas outrora por uma auréola e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou se pagavam indiretamente (como os profissionais, médicos, advogados etc., na Inglaterra, que não podiam ou não podem se queixar para obter o pagamento de seus honorários), por um lado, se transformam diretamente em *trabalhos assalariados*, por diferente que possa ser seu conteúdo e *pagamento*; por outro, caem [...] *sob as leis que regulam o preço do trabalho assalariado*. Não cabe aqui examinar esse último ponto, mas sim numa análise especial sobre o trabalho assalariado e sobre o salário. Assim sendo, esse fenômeno, o de que com o desenvolvimento da produção capitalista todos os *serviços* se transformam em *trabalho assalariado* e todos seus executantes em *assalariados*, tendo, pois, essa *característica* em comum com o trabalhador produtivo, leva tanto mais à confusão entre uns e outros porquanto é fenômeno característico da *produção capitalista* e por ela gerado. [...] Um soldado é trabalhador assalariado, recebe soldo, mas nem por

isso é trabalhador produtivo.<sup>68</sup>

Referindo-se, pois, aos serviços tornados trabalhos assalariados, Marx admite que seu *status* de pertencimento está nas *formas de transição*: “[...] a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se subsumem formalmente no capital: pertencem às formas de transição.” (MARX, 1978, p. 76). Na sequência dessa ressalva, ele assim se refere:

Em suma: os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – ainda que se os possa explorar de maneira diretamente *capitalista*, constituem magnitudes insignificantes se comparados com o volume da produção capitalista. Por isso, se deve fazer caso omissos desses trabalhos e tratá-los, somente a propósito do trabalho assalariado, sob a categoria de trabalho assalariado que não é ao mesmo tempo trabalho produtivo. (Ibid., grifo do autor).

Esse complemento talvez suscite mais dúvida do que leve ao esclarecimento quanto ao tratamento categorial devido ao trabalho assalariado não material – como os serviços que “não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores”. Todavia, para dissipar qualquer polêmica ou querela acadêmica do ser ou não ser (os serviços) trabalho produtivo, adotamos dois posicionamentos: 1) retornamos ao exemplo do mestre-escola, no Capítulo XIV d'*O Capital*, para ratificar que o professor empregado na “fábrica de ensinar” atua como meio direto de valorização do capital; e 2) contemporizamos a afirmação de Marx nos exemplos do escritor, da cantora e do mestre-escola, no Capítulo VI (inédito), segundo a qual “a maior parte desses trabalhos [...] mal se subsumem formalmente ao capital [...]”, posto que se constituem “magnitudes insignificantes”, haja vista (tanto no caso de serviços que produzam mercadorias como dos serviços cujo “produto não é separável do ato de produção”) tratar-se de formas muito limitadas de aplicação da produção capitalista, pois, são trabalhos subsumidos por “um capital comercial, como, por exemplo, livreiros, uma relação que constitui apenas uma forma de transição para o *modo de produção* apenas *formalmente capitalista*” (MARX, 1978, p. 79, grifos do autor).

Sendo assim, considerando que o produto de qualquer trabalho é um valor de uso para outra pessoa, e que esse “produto” pode ser material ou não material, devemos compreender que, segundo Marx (1978, p. 79, grifos do autor): “A diferença entre o *trabalho produtivo* e o *improdutivo* consiste tão somente no fato de o trabalho trocar-se por *dinheiro como dinheiro* [improdutivo] ou por *dinheiro como capital* [produtivo].”

Porém, há de se esclarecer ainda a limitação do caráter produtivo de alguns serviços

<sup>68</sup> Em alusão à remuneração soldado, nos *Grundrisse* (MARX, 2011a, p. 622), assim está anotado pelo autor: “É pela renda do Estado, entretanto, que ele troca sua prestação de serviço, e não por capital.”

subsumidos formal e realmente pelo capital comercial. Para tanto, devemos inicialmente identificar que a origem desse capital está na circulação e repartição do mais-valor que, por seu turno, é criado tão somente na produção industrial e agroindustrial, e que o resultado da troca desse capital se constitui como lucro proveniente da conversão da mercadoria em mais dinheiro, que reproduz o capital que irá reingressar no ciclo de acumulação.

Conforme resumido por Marx (2013, p. 639):

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital.

Nesse movimento de produção e reprodução do capital, o capitalista é o primeiro a se apropriar do mais-valor efetivado na venda das mercadorias, entretanto, não será o último, posto que, conforme evidencia Marx (2013, p. 639):

Ele tem ainda de dividi-lo com capitalistas que desempenham outras funções na totalidade da produção, com o proprietário fundiário, etc. O mais-valor se divide, assim, em diversas partes. Seus fragmentos cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem formas distintas, independentes entre si, como o lucro, o juro, o ganho comercial, a renda fundiária etc.

Rodrigo de Souza Filho (2016, p. 325) nos ajuda a evidenciar que “o único capital que produz mais-valia é o industrial; os demais capitais e a renda fundiária disputam a mais-valia produzida na esfera da produção, realizando a sua repartição entre os diferentes capitais.” O autor se refere à luta intercapitalista (disputa na repartição dos lucros entre os diferentes ramos da produção e entre os capitalistas que desempenham outras funções)<sup>69</sup>, na qual o lucro comercial se insere por estar embutido no lucro médio existente como uma cota-parte produzida pelo capital industrial que tem como função viabilizar a realização do mais-valor. Isto é, na definição do valor das mercadorias pela soma de tempo médio de produção e

<sup>69</sup> Essa disputa entre as diferentes frações do capital industrial (ramos de produção) e entre os seus capitais individuais em torno da mais-valia produzida, a qual se expressa no próprio locus da produção de mais-valia, seja entre os capitais individuais de um mesmo ramo da produção, seja entre os diferentes ramos. “A base material sobre a qual se dá essa disputa situa-se na formação do preço de produção que possui como diferencial a produtividade de cada ramo e/ou de cada capital em particular. Desta forma, o capital mais produtivo se apropria de um valor acima da mais-valia que produz ao se apropriar de parte da mais-valia produzida por um capital menos produtivo. Assim como um ramo da produção mais produtivo se apropria da mais-valia de um ramo menos produtivo.” (SOUZA FILHO, 2016, p. 326).

de rotação do capital – entre a produção das mercadorias e a efetivação do mais-valor nela acrescentado –, o lucro do comércio já está incluso. Nesses termos:

O capital comercial, ao se autonomizar do processo de produção, enquanto responsável por uma atividade em si, a realização do valor, no quadro da divisão social do trabalho se apresenta como uma força que tensionará o lucro industrial. Nesse sentido, Marx deixa claro que o capital comercial participa do lucro sem participar de sua produção. O capital comercial, assim como o capital monetário e a renda fundiária, disputará uma fração da mais-valia produzida pelo capital industrial.

Portanto, Marx afirma a condição limitada do *status* dos serviços compreendidos como trabalhos não materiais (que satisfazem as necessidades do espírito e não do corpo físico), enquanto trabalhos assalariados produtivos, quando o seu consumo produtivo – como trabalho vivo empregado na produção capitalista – gera mais-valor para o capital comercial que o explora, efetivando-se no âmbito da venda dos produtos por eles criados, como o caso dos livros, dos discos ou de obras de arte, por exemplo.

De maneira análoga, considerando a exploração mercantil, comercial, por meio de empresas que vendem serviços que não se objetivam em mercadorias, os trabalhadores por elas contratados como trabalhadores assalariados: professores, cantores, médicos, advogados, etc. – mesmo que sejam valores de uso para consumo produtivo pelo capitalista comercial (por gerar mais-valor ao capital investido pelo dono da empresa que vende ensino, atrações musicais, cuidados para a saúde, defesa jurídica, etc.) – são compreendidos como classe de transição e não como classe trabalhadora, no sentido restrito do trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza<sup>70</sup>.

Conforme abordaremos a partir da seção seguinte, a incorporação cada vez mais extensa de padrões de exploração capitalista industrial em amplos setores da economia, sobretudo no setor de serviços, impõe a atualização histórica e teórica dessas determinações categoriais<sup>71</sup>.

<sup>70</sup> Tal compreensão devém da abstração em que o produtor capitalista, na circulação simples, é tomado “como proprietário do mais-valor inteiro, [...] como representante de todos os seus coparticipantes no butim”, como faz Marx (2013, p. 639-640). Quando o capital só se expressa no processo imediato de produção: “O capitalista, como representante do *capital* que entra no processo de valorização do *capital produtivo*, desempenha uma função *produtiva* que consiste, precisamente, em dirigir e explorar o trabalho produtivo. Contrariamente aos co-usufrutuários da *mais-valia* que não se encontram em tal relação direta e ativa com sua produção, a classe do capitalista é a *classe produtiva* por excelência.” (MARX, 1978, p. 80).

<sup>71</sup> Como disse o matemático e cientista político alemão Michael Heinrich, em entrevista concedida à jornalista Helena Celestino, da revista Valor Econômico, publicada em 26 de junho de 2017 (CELESTINO, 2017), ao responder sobre o principal legado de Karl Marx e de *O Capital*: “Ler 'O Capital' como uma análise, e não como um previsão. Nos últimos cem anos, Marx foi lido por suas previsões sobre o colapso do capitalismo, sobre a revolução. Esse tipo de leitura perde o ponto crucial: Marx traz uma análise sobre a estrutura da sociedade capitalista, de suas contradições básicas e da impossibilidade de evitar crises. Marx realmente explica o mundo em que estamos vivendo, não faz uma previsão do que vai acontecer em 50 ou 70 anos. Para entender nossa situação concreta hoje, Marx sozinho não é suficiente, mas sem ele não entendemos nada.” Concordando com sua resposta, queremos justificar o exercício de contemporização que fazemos em nosso

Por outro lado, ao exemplificar o trabalho de igual conteúdo em atividades que criam produtos materiais, como jardinagem e alfaiataria – como também exemplificara em relação ao mestre-escola, à cantora e ao escritor –, Marx (1978, p. 76, grifos do autor) deixa evidente que “o mesmo trabalho [...] pode ser realizado pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. [...] num caso trata-se de trabalhador *produtivo*, e noutro, de *improdutivo*.” Nesse sentido, é um erro definir trabalho produtivo ou improdutivo por seu conteúdo, porquanto a diferença entre uma categoria e outra não é o que se produz, mas sim a serviço de quem se produz: se para aumentar a riqueza de um capitalista ou para satisfazer a necessidade de um consumidor direto (seja a necessidade do próprio trabalhador ou do capitalista).

Para tratar especificamente do trabalho improdutivo nos serviços públicos, que é nossa principal preocupação nessa exposição argumentativa, cabe aqui uma importante observação referente ao resultado do processo de produção e reprodução do capital, no sentido da relação entre economia (esfera produtiva representada pelo mercado de capitais) e política (esfera reprodutiva representada pelo Estado)<sup>72</sup>: os serviços que se prestam em caráter público são atividades que consomem riqueza social para satisfazer necessidades de capitalistas e de trabalhadores, na condição de consumidores individuais.

À semelhança do capital comercial referido linhas acima, a origem da riqueza que “paga” os serviços públicos estatais, está na circulação e repartição do mais-valor, como ciclo contínuo do processo de acumulação do capital, notavelmente a partir do estágio monopolista do capitalismo e, não com menor relevância, no capitalismo contemporâneo.<sup>73</sup>

---

estudo, haja vista as circunstâncias históricas que ensejam a análise da realidade, sem dela omitir nem extirpar sua ontologia.

<sup>72</sup> A distinção aqui utilizada tem finalidade meramente didática, uma vez que compreendemos a relação entre infraestrutura e superestrutura como interação dialética indissociável das esferas que constituem a organização social hegemonicamente dominada pela burguesia. Em 1848, no Manifesto Comunista, Marx e Engels cunharam a clássica afirmação do *Estado como comitê executivo da burguesia*: “Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 1999, p. 10, grifos nossos).

Nos estágios mais avançados de desenvolvimento social capitalista, particularmente na fase imperialista, do capitalismo monopolista, em que o capital financeiro desempenha papel decisivo, essa indissociabilidade e necessária imbricação das esferas econômica e política mostram-se ainda mais relevantes e ressaltadas, em termos da composição dos momentos de giro do ciclo de acumulação, da reprodução ampliada do capital. Sobre o imperialismo, conferir Paulo Netto (2006, p. 168-210).

<sup>73</sup> Conforme apontamos na nota de rodapé anterior (nota 72).

A fonte constitutiva do pagamento dos salários dos trabalhadores nesses serviços é o *fundo público*, cuja composição se realiza

[...] por meio da extração de recursos da sociedade na forma de impostos, contribuições e taxas, da mais-valia socialmente produzida, portanto, [...] é parte do trabalho excedente que se transformou em lucro, juro ou renda da terra, sendo apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. (SALVADOR, 2012, p. 7, grifo do autor).

Desdobramos esse argumento com as considerações de Souza Filho (2016, p. 328), fundamentadas na concepção de fundo público como um antivalor:<sup>74</sup>

Entendemos que a categoria “fundo público” [...] permite, de forma mais consistente, analisar o processo de produção e reprodução das relações sociais no quadro do capitalismo monopolista, em especial a partir da dinâmica do “capitalismo tardio”, articulando a dimensão econômica da distribuição e da repartição da mais-valia, com sua expressão política que se manifesta tanto no campo da sociedade civil – nas lutas entre as classes e suas frações em torno da distribuição da riqueza entre mais-valia e salário direto e da repartição da mais-valia através da luta intercapitalista –, quanto na esfera estatal, através, principalmente, das lutas políticas no campo da tributação e da definição do gasto público, tendo como objetivo central interferir na constituição e na dinâmica da execução do fundo público.

Como informam Paulo Netto e Braz (2006, p. 121):

Especialmente quando o capitalismo ingressa no seu estágio imperialista, o Estado, através do orçamento público, torna-se o principal responsável pela divisão da renda nacional. A fonte elementar do orçamento público são os impostos, diretos e indiretos, e com eles pagam-se os armamentos e as compras estatais, mantêm-se as forças de segurança (militares e policiais), o aparelho burocrático e os eventuais serviços públicos, amortizam-se as dívidas públicas e fazem-se investimentos. Na medida em que o Estado é comandado pelos interesses do capital, não é preciso muito esforço para verificar que a destinação dos fundos públicos atende prioritariamente a tais interesses – ou seja, o orçamento é geralmente utilizado como instrumento que repassa renda dos trabalhadores alocados à produção aos capitalistas e aos segmentos improdutivos.

Abordaremos mais detidamente essa articulação das dimensões econômica e política na distribuição e da repartição do mais-valor na próxima seção. Por ora, acreditamos ser

<sup>74</sup> Na acepção de Francisco de Oliveira, o fundo público é considerado um antivalor, porquanto diga respeito à regulação institucional da economia de mercado, e que consiste – no movimento global de reprodução ampliada do capital – em dispêndio de renda que não se reconverte em capital: “Em termos marxistas, a função do fundo público tende a desfazer os conceitos e realidades do capital e da força de trabalho, esta última enquanto mercadoria, [...] que determina o valor e o preço de qualquer outra (relevados os problemas da conversão de valor em preços, que aliás com o fundo público tornam-se praticamente intraduzíveis). A equação original de Marx é a de D-M-D' no que se refere ao circuito do capital-dinheiro. O fundo público funcionando como pressuposto geral de cada capital em particular transforma essa equação em Anti-D-D-M-D'(-D), sendo que o último termo volta a repor-se no início da equação como Anti-D, isto é, uma quantidade de moeda que não se põe como valor. O último termo é uma quantidade de moeda que tem como oposição interna a fração do fundo público presente nos resultados da produção social, que se expressa em moeda mas não é dinheiro.” (OLIVEIRA, 1988, p. 17)



suficiente declarar nosso entendimento de que, considerando essa repartição do mais-valor na composição do fundo público, “[...] os funcionários [trabalhadores assalariados como prestadores de serviços no âmbito dos serviços estatais] podem converter-se em assalariados do capital [mediado pelo Estado no momento da distribuição], mas, nem por isso se transformam em trabalhadores produtivos” (MARX, 1978, p. 75).<sup>75</sup>

No âmbito do consumo reprodutivo do capital, convertido em salário pago pelo Estado, quando o trabalhador vai às compras para realizar o consumo individual dos valores de uso para sua subsistência e para a reprodução social de sua própria condição de trabalhador (sendo muitas vezes compelido a comprar os meios/recursos necessários à realização de suas funções – como frequentemente ocorre nos casos de servidores nas áreas de educação e saúde, só para exemplificar), ele apenas consumirá a riqueza produzida pelo trabalhador produtivo e apropriada pelo capital. Nesse movimento, os servidores públicos apenas valorizam o capital, na esfera da circulação; jamais o recriam<sup>76</sup>.

Conduzindo nossa exposição para um argumento parcialmente conclusivo à luz de toda a digressão teórica que aqui realizamos, e aproximando ao objeto de estudo, afirmamos, que os trabalhadores assalariados improdutivos empregados nos serviços públicos – estatais – são também trabalhadores desvalorizados pelo capital.

Em que pese a complexa mediação que põe a atividade na práxis educativa, como função precípua dos trabalhadores docentes nas universidades públicas, na condição de trabalho assalariado exterior ao processo produtivo de acumulação e valorização do capital, entendemos que há uma subsunção formal subsidiária dessa forma de trabalho pelo capital.

Nesse sentido, é mister que a alienação produzida pela estrutura econômica – como categoria determinada pelas circunstâncias históricas, pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de divisão social do trabalho – compareça como fenômeno a orientar a cotidianidade desses trabalhadores pela representação dos papéis que lhe são socialmente atribuídos, pelo conformismo com a ordem social posta, e passe a orientar seus desejos e aspirações, sem a livre escolha consciente da individualidade.

A relação entre o desenvolvimento das forças produtivas com o fenômeno da alienação e formação da consciência individual, particularmente no estágio capitalista de

<sup>75</sup> Esse trecho citado por Marx é uma referência ao exemplo, apresentado pelo autor no Capítulo VI (inédito), quando trata dos impostos, do preço por serviços estatais, no qual tanto o pagamento de impostos indiretos como diretos constituem dispêndio de renda e não adiantamento de capital (MARX, 1978, p. 74-75).

<sup>76</sup> Importante esclarecer que não estamos nos referindo aos trabalhadores empregados nas empresas públicas que assumem as funções de exploração eminentemente capitalistas, tanto no ramo industrial como no fornecimento de infraestrutura. Os serviços e servidores públicos a que fazemos alusão no contexto estudado são aqueles primordialmente vinculados aos direitos e às políticas sociais.

produção e reprodução social, será discutida na próxima seção. Exporemos acerca do desenvolvimento capitalista e da intrínseca articulação do Estado burguês como elemento de mediação do complexo ideológico e político de regulação social, cuja função no processo reprodutivo do próprio sistema socioeconômico de produção-consumo-reprodução controlado pelo capital. Somente a partir desses esclarecimentos teórico-metodológicos, pautados na ontologia marxista, é que conseguimos compreender as determinações onto-históricas do processo de interiorização do ensino superior público no Brasil, como uma estratégia de desenvolvimento econômico – propalada por seus idealizadores e executores também como estratégia de justiça social – no contexto da crise estrutural do capitalismo mundial que já perdura quase quatro décadas e dos projetos de *saída da crise* operados pelos governos nacionais em consonância com os projetos internacionais.

## 2 DESENVOLVIMENTO NACIONAL E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO MUNDIAL DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Se o homem se distingue de todos os outros animais por serem ilimitadas e elásticas suas necessidades, não existe, por outro lado, nenhum animal que possa restringi-las no mesmo e incrível grau, e que possa reduzir a esse mesmo mínimo suas condições de vida; em uma palavra, que tenha o mesmo talento para *irlandizar-se*.<sup>77</sup>

Marx (1978, p. 128, grifo do autor).

Até este momento de nossa exposição, cuidamos em argumentar sobre a desvalorização do trabalhador no sistema de produção e reprodução social capitalista, partindo do pressuposto do trabalho como categoria ontológica fundante do ser social e da particularidade histórica das relações de trabalho alienadas e estranhadas no estágio mais desenvolvido das forças produtivas privatizadas, exploradas e expropriadas pelo capital.

Com a epígrafe escolhida para a abertura desta seção, queremos evidenciar o quão atual é – no capitalismo contemporâneo – o “talento” do homem para progredir e desenvolver tão espetacularmente suas capacidades de satisfazer a suas necessidades, bem como recriar essas necessidades, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, tende a alienar-se e *involuir* em função das relações de subsunção e estranhamento da maioria de trabalhadores pelo capital,

---

<sup>77</sup> A expressão “irlandizar-se” é referente à adulteração de pães vendidos aos operários por um preço abaixo do praticado no mercado. Ao abordar a dinâmica da venda da força de trabalho ao capitalista, na qual pagamento pelo trabalho realizado só é recebido depois deste ser consumido pelo comprador, Marx (1978, p. 126-128) evidencia como nas crises de mercado os trabalhadores arcam com o ônus de adiantar sua mercadoria em troca de um salário que só lhe é pago depois. Isso significa, como vimos na seção anterior, que o valor de troca da força de trabalho não é pago na forma equivalente ao valor do tempo socialmente necessário à produção de determinadas mercadorias; é pago somente ao preço previamente acertado dos valores mínimos necessários à manutenção de sua capacidade vital e de sua perpetuação. E esses valores mínimos podem aumentar ou diminuir em função da análise de mercado do capital (lei da demanda e da oferta), para o qual é indiferente o nível das necessidades vitais dos operários – se alto ou baixo. Quanto mais miseráveis forem os trabalhadores, mais rentáveis. Essa discrepância é esclarecida em nota uma de rodapé (cf. Nota 29, p. 50): Segundo relatórios de inspeção das denúncias de trabalhadores das padarias e de comissões de apuração sobre a adulteração de pães (em Londres, 1855 e 1861), havia duas classes de padeiros, os “*full priced*”, que vendiam o pão ao preço de mercado, e os “*undersellers*”, que correspondiam a mais de  $\frac{3}{4}$  de todos os padeiros, os quais adulteravam pães com misturas nocivas para serem expressamente vendidos a preço baixo aos operários irlandeses. Esses últimos, como não recebiam o salário antes de certo período, inevitavelmente aceitavam qualquer tipo de pão de quem o oferecesse para ser pago com seu mísero dinheiro também depois de já o haver consumido.

representado por uma minoria de proprietários do capital produtivo e exploradores do capital variável.

Assinalamos, assim como faz José Paulo Netto, o pleno esgotamento das potencialidades progressistas do desenvolvimento das forças produtivas estimulado pelas relações sociais de produção capitalista, as quais representaram extraordinária importância para a humanidade (PAULO NETTO, 2006). Todavia, “[...] todas as contradições próprias ao modo de produção capitalista chegam ao auge no estágio imperialista e, na sua fase contemporânea, exibem o [seu] *caráter destrutivo* [...] seja em face da própria sociedade, seja em face da natureza.” (Ibid., p. 244, grifo do autor). Dessa forma: “[...] na entrada do século XXI, as relações sociais de produção burguesa ou *travam* o desenvolvimento das forças produtivas ou, quando o estimulam, *restringem* fortemente as suas potencialidades emancipatórias.” (Ibid., grifos do autor)

Pretendemos enfatizar o paradoxo do modo de produção capitalista que, ao desenvolver progressivamente as condições de produção e reprodução, ao ponto de afastar – radical e irremediavelmente – o homem das barreiras naturais que lhe impunham a escassez de alternativas para suprir os seus carecimentos e necessidades cotidianos, concentra a riqueza produzida nas mãos de uma minoria de exploradores do trabalho alheio e exclui dos produtores diretos o pleno consumo daquilo que produzem. Ao abordamos o trabalho produtivo e improdutivo salientamos que mesmo o trabalho improdutivo assalariado é subsumido como forma de valorização do capital também nos setores reprodutivos, como no comércio e nos serviços em geral. Essa dinâmica ocorre na medida em que o capital propicia (e estimula) aos trabalhadores não produtivos as condições de consumo da produção excedente.

Com essas considerações introdutórias da seção, resgatamos os pressupostos que foram objeto da exposição argumentativa inicial, ao tempo em que abordamos preliminarmente os impactos que o desenvolvimento capitalista tem gerado no *progresso* da universalidade humano-genérica e na paradoxal *deformação* da individualidade humana dos sujeitos singulares.

Esta seção tem por objetivo explicitar os propósitos e o conteúdo do processo de expansão das universidades públicas para municípios localizados no interior do Brasil, especificamente através do Programa de Interiorização (2004) e do REUNI (2007), implantados entre os anos de 2005 e 2015, como parte de uma *contrarreforma* universitária fomentada no contexto de um projeto mais amplo de desenvolvimento nacional e regional, notadamente durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (nos mandatos

presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Vana Rousseff).

Para chegar a esse objetivo, partimos do questionamento acerca da possibilidade de a história ter *em si mesma* uma finalidade objetiva, no sentido de a humanidade caminhar, em direções previamente determinadas metafisicamente, para um tal progresso das relações de produção. Pressupomos, então, que tal hipótese é completamente nula, e que a finalidade impulsionadora e mobilizadora dos projetos sociais de desenvolvimento – essencialmente operados por instituições governamentais – está pautada em ideologias, em modos de projetar idealmente as formas aceitáveis de sociabilidade (axiologia; ética), que se fundam nas individualidades humanas. Temos essa compreensão a partir do “ideal da economia”, como uma dinâmica mediada pela complexidade inseparável da essência dos pores teleológicos conscientemente produzidos e das causalidades espontâneas/naturais (subjetividade – momento ideal), os quais caracterizam o fenômeno fundante da economia como uma causalidade posta (objetividade – realização material através do trabalho). (LUKÁCS, 2013).

Em termos da teleologia posta em políticas públicas (superestrutura), a causalidade posta é resultado do trabalho executado por múltiplas instâncias produtivas e também reprodutivas. Logo, nessa complexidade de trabalhos estão continuamente em interação os dois polos antagônicos e heterogêneos que formam o complexo econômico (objetividade) e ideológico (subjetividade) co-determinantes da ação de cada individualidade, como agentes político-econômicos.

Ester Vaisman (2009, p. 450) nos ajuda a entender a proposição lukacsiana, explicitando o *lugar* que ocupa a superestrutura, como formas superiores da *práxis* humana, na dinâmica das *práxis* sociais fundadas na teleologia secundária:

É a análise destas formas distintas dos atos teleológicos que nos auxilia a compreender o processo de desenvolvimento das fases superiores a partir da forma originária do trabalho. A dinâmica inerente às interações categoriais do trabalho não apenas instaura a origem humana, como também determina a dinâmica das formas superiores da prática social. Nas formas superiores de sociedade, elas ocupam um lugar de destaque, assumindo o papel preponderante na dinâmica deste processo.

Certamente, um único indivíduo humano não teria a onisciência, a onipresença e onipotência para definir o destino de toda a humanidade, ou mesmo de uma determinada sociedade. Daí porque a vida social vai se tornando cada vez mais complexa ante a complexidade das intenções individuais, ao ponto de nas sociedades mais avançadas as *práxis* sociais produzidas por pores teleológicos secundários se desenvolverem numa ascensão desmedida, em detrimento do trabalho originário concreto. A culminância desse processo no passado secular já conhecemos sobejamente: as revoluções burguesas e a consolidação do

modo de produção capitalista que, como afirmado mais acima, trouxe progressos extraordinários para a humanidade, mas também trouxe indelévels contradições.

Em sociedades de regime político democrático – bem ao modo do liberalismo francês, no qual se assentam as bases jurídico-políticas do Estado moderno burguês –, o poder outorgado ao mandatário do governo supostamente o obriga a manifestar e executar o projeto de desenvolvimento para a sociedade que representa, e ele *geralmente* o faz em nome de toda a população, embora *geralmente* represente apenas uma parte mínima dessa sociedade.

Referindo-se à intrínseca relação entre essência e fenômeno, entre subjetividade e objetividade dos pores teleológicos e da causalidade na relação entre esfera econômica e superestrutura, Lukács (2013, p. 501-502) aponta o caráter real do direito como “[...] uma ideologização da ideologia, que surge necessariamente quando a divisão social do trabalho delega sua manutenção a um estrato de especialistas”.

Na mesma linha de argumentação, o autor também menciona sobre a complexidade de determinar o lugar da práxis política no âmbito da ideologia, esclarecendo o que compreende como ação política (Ibid., p. 502):

A política é um complexo universal da totalidade social, só que se trata de um complexo da práxis, mais precisamente, da práxis mediada, que, por isso mesmo, de modo algum tem a possibilidade de ter uma universalidade tão identicamente espontânea e permanente como a linguagem enquanto órgão primordial da apropriação do mundo através da objetivação dos objetos, bem como dos sujeitos que os põem pela alienação e se apropriam deles.

Conforme ele ainda explicita:

Não pode haver nenhuma comunidade humana, por menor que seja, por incipiente que seja, na qual e em torno da qual não aflorassem ininterruptamente questões que, num nível desenvolvido, habituamo-nos a chamar de políticas. É impossível dar uma definição, isto é, fixar em termos de pensamento formal os limites, onde começa ou então termina a política. Gottfried Keller disse certa vez com alguma razão que tudo é política. Entendido da maneira certa, isso significa que *é difícil até mesmo imaginar algum tipo de práxis social que, sob certas circunstâncias, não pudesse tomar corpo como questão importante e eventualmente até determinante do destino da comunidade inteira. Trata-se naturalmente apenas de uma possibilidade que raramente se torna real.* Normalmente, os problemas que estão vinculados diretamente ou de forma intimamente mediada com o destino de toda a sociedade se distinguem com bastante nitidez das ações e relações do homem singular, a respeito das quais normalmente parece convincente dizer que seu ser ou não ser é indiferente do ponto de vista do todo. E, não obstante, o *nosso raciocínio inicial deve ser levado em conta quando se fala de política como esfera de vida, já para perceber e deixar registrado que a política é uma esfera de vida da sociedade num sentido bem diferente daquela que – como o direito – é delimitada diante da divisão do trabalho como tal e munida dos especialistas necessários*; por outro lado, seria igualmente um exagero entender de modo demasiadamente literal essa generalidade diretamente entrelaçada com a vida. (Ibid., p. 502, grifos nossos)

Nossos grifos na citação acima explicitam nossa crítica à representatividade do

governo, como ação política formal e juridicamente institucionalizada nos moldes do Estado democrático-liberal, como se a vontade universal de todos os cidadãos fosse de fato a subjetividade determinante da realidade posta. E também criticamos a “carreira” política, como legitimação de uma categoria especializada na divisão social do trabalho. Portanto, o “destino” da esfera da vida da sociedade numa democracia liberal, colocado nas mãos dos “políticos de carreira”, certamente não corresponderá ao “destino” da esfera da vida da maioria dos indivíduos que estão sob o seu governo; porém, pela práxis ideológica, aparenta que os “destinos” convergem para um mesmo e totalizante resultado. Isso parece ser o sentido da práxis política.

Entendido isso, chegamos ao ponto de discussão do desenvolvimento capitalista e do papel Estado na regulação e controle das iniciativas individuais da sociedade em prol do projeto dominante, que sempre será o de conservar a capacidade de autovalorização do capital. E essa é exatamente a função reprodutiva do Estado moderno representado pelas instituições jurídico-legislativa-governamentais, conforme veremos.

Explicitadas essas considerações teóricas que fundamentam nossa análise, abordaremos o desenvolvimento nacional planejado. A partir daí, vamos abordar os projetos de expansão do acesso tanto às universidades como às diferentes modalidades de instituições de ensino superior na última década, sinalizando os objetivos explicitados pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2010, p. 1): “[...] ampliar o acesso ao ensino superior, reduzir as desigualdades regionais e formar recursos humanos para pesquisa, pós-graduação e desenvolvimento científico e tecnológico”. Apresentaremos, então, a interiorização universitária no Brasil justificada pelo governo federal como uma das principais estratégias de desenvolvimento regional.

De modo a buscar esclarecer a lógica que presidiu esse processo, anteciparemos qual a compreensão de desenvolvimento capitalista e regulação estatal, fazendo referência às estratégias governamentais de controle das crises do capitalismo, com destaque para o projeto neoliberal. Com o propósito de aproximar a discussão ao nosso objeto de estudo, abordaremos a educação como categoria de mediação da função reguladora do capital.

Na sequência, desenvolveremos nossa exposição referente às questões histórico-concretas do desenvolvimento planejado no Brasil e suas implicações na contrarreforma do ensino superior, com ênfase para a expansão universitária para o interior do país, que compreendemos como um desdobramento do processo de mercantilização dos serviços sociais públicos, no sentido de sua incorporação à lógica produtivista própria das relações de troca e da competitividade do mercado capitalista, em resposta a uma forte crise econômica

mundial, mas também a uma acirrada crise de legitimidade institucional, que vem se arrastando há décadas no Brasil.

## 2.1 Notas sobre o desenvolvimento capitalista e a função reguladora do Estado

### 2.1.1 Uma abordagem ontológica do desenvolvimento capitalista e a gênese do Estado regulador

Iniciamos essas notas tomando de empréstimo os questionamentos de Agnes Heller, no capítulo inicial de *O cotidiano e a história* (HELLER, 1992), a partir dos quais sugerimos as seguintes indagações: 1) A história persegue algum fim?; 2) Se não persegue, por que as sociedades aparentam ter uma finalidade objetiva, expressa na ideia de progresso, de desenvolvimento social?; 3) Afinal, existe uma conexão necessária entre o desenvolvimento histórico e a ideia de uma finalidade objetiva?

Partindo do pressuposto marxista de que a história é a substância da sociedade, ou seja, é o próprio ato subjetivo de trabalho e a objetividade produzida pelo trabalho social dos indivíduos sociais, Heller remete à história o fundamento dos valores humano-genéricos, da constituição do ser social a partir das relações de trabalho, e da consequente construção ou degeneração da consciência na individualidade dos sujeitos singulares.<sup>78</sup>

Compreendemos, então, que a história é produto da ação humana; é, portanto, fundada pelo trabalho e não fundante do trabalho. Nesses termos, é inconcebível crer numa finalidade histórica exterior e anterior ao âmbito socioeconômico. Sendo essa uma verdade, a finalidade perseguida só pode pertencer à mesma dinâmica dialética da subjetividade-objetividade (relação entre ideal e real) que caracteriza os atos de teleologia e causalidade constitutivos do trabalho. O progresso ou desenvolvimento social são (ou seriam?!), nesse sentido, progresso e desenvolvimento das capacidades de produzir-consumir-reproduzir, isto é, desenvolvimento das forças produtivas acompanhado da abundância de meios de subsistência e de produção, em detrimento da escassez de alternativas para satisfação das necessidades físicas e espirituais.

O fato de o desenvolvimento histórico conectar-se de modo contraditório com essa finalidade objetiva de prosperidade material ou mesmo espiritual/afetiva (não material), tendendo mais para a degeneração das individualidades (alienação), no sentido da dominação

---

<sup>78</sup> Já abordamos essa concepção de Agnes Heller na primeira seção desta tese (1992, p. 57).



e da exploração de uns homens por outros, é a questão que propomos discutir neste item da nossa exposição.

Recapitulemos que o homem se distingue dos outros animais pela sua capacidade intelectual e sua habilidade manual de regular e transformar a natureza em função de suas próprias intenções, para satisfazer seus desejos, seus carecimentos físicos e espirituais. A partir de uma prévia ideação daquilo que julga ser adequado para suprir suas necessidades vitais, o homem trabalha para produzir coisas úteis ou criar técnicas e artefatos (meios de produção) capazes de controlar e modificar a natureza para sua subsistência e imediata reprodução biológica (como matar a fome, proteger-se do frio ou calor extremos, etc.), assim como produz excedentes para poupar e facilitar o consumo em tempos mais difíceis.

Dissemos, então, que, segundo Marx, produção e reprodução são fenômenos mútuos que mantêm a existência e perpetuação do ser social, assim como promovem as transformações na totalidade da vida social e na própria constituição natural do homem. Isto é, a reprodução biológica e social do homem depende da produção e do consumo contínuos.

O gênero humano, portanto, move-se e desenvolve-se no mundo realizando continuamente transformações, criando sempre o novo, ampliando suas alternativas a partir do agir consciente de indivíduos. Isto é, o trabalho individual consciente é uma atividade humano-genérica que tem a liberdade de escolha como pressuposto. Teleologia (subjetividade) e causalidade (objetividade) são dois polos constitutivos da genericidade e da individualidade, do ser unitário natural-social que é o homem. Assim, ao agir conscientemente, o homem faz a sua própria história e a história de toda a humanidade.

No entanto, não é a consciência que determina a história, senão o contrário: as circunstâncias determinam a consciência, que por sua vez intenciona a conservação ou a modificação das circunstâncias, promovendo alterações através do trabalho, que se realiza coletivamente, de forma cooperada ou competitiva, conforme o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em determinadas sociedades.

Consideramos importante lembrar que é pelo trabalho, portanto, que se determinam as formas de organização dos grupos humanos no tempo e no espaço. O desenvolvimento das capacidades produtivas é acompanhado pela determinação de funções individuais e das formas de relação entre os indivíduos, tanto para cumprir tarefas cotidianas como para realizar projetos ambiciosos, inovadores. Passando por vários estágios, o desenvolvimento das forças produtivas tem demonstrado fartamente como as relações de dominação e de alienação em diferentes níveis e graus cerceiam a liberdade individual de produzir, de consumir, de reproduzir-se.

Tomando como referência a contribuição lukacsiana, compreendemos que essa relação de subordinação tem sua gênese na dinâmica mediada pela complexidade inseparável da essência do por teleológico, isto é, da prévia ideação produzida na consciência a partir do reflexo das causalidades espontâneas naturais (portanto, no âmbito da subjetividade), que se objetiva pelo ato do trabalho; torna-se uma realização material concreta, que aparece como fenômeno (real) da economia, como uma causalidade posta.

Pelo ato do trabalho, pois, põem-se em interconexão o ideal (essência) e o real (aparência ou fenômeno), os quais não se constituem como dois atos autônomos, mas sim dialéticos, uma vez que, segundo Lukács (2013, p. 356):

o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material; sem este, aquele permanece um estado puramente psicológico, uma representação, um desejo etc., que tem com a realidade material no máximo uma relação de caráter representativo. E, por outro lado, a cadeia causal peculiar que perfaz a parte material do trabalho, a qual é posta teleologicamente em movimento, não tem como surgir por si mesma, a partir da causalidade do ser natural agindo por conta própria, embora nela possam se tornar ativos exclusivamente momentos causais naturais, existentes em si. [...] A causalidade pode existir e ser efetiva sem qualquer teleologia, ao passo que a teleologia só pode adquirir um ser real na interação aqui indicada com a causalidade, só como momento de tal interação, somente no complexo presente no âmbito do ser social.

Conforme explicitado por Lukács (2013, p. 359-360):

O desdobramento da esfera econômica da produção no seu sentido mais estrito e próprio, desde o metabolismo da sociedade com a natureza até as formas mais mediadas e complexas nas quais e pelas quais se dá a socialização da sociedade, torna essa *relação do ideal e do real cada vez mais dinâmica e dialética*. (Grifos nossos)

Trazendo essas questões gerais de fundo para a problemática específica que ensejou nossa argumentação – ou seja, se a história pode ser compreendida como resultado de um ideal de progresso, como uma finalidade objetiva –, ao nosso entender, isso significa que as ideias projetadas como visões de futuro de uma dada sociedade só se põem como fenômenos reais a partir do momento em que se mobilizam as forças vivas requeridas para a ação.

Dito de outro modo, são os indivíduos que realizam de forma consciente (ou inconsciente<sup>79</sup>) as ideias que lhe são inculcadas ao longo de sua existência por um complexo de mediações: os pores teleológicos secundários que constituem a essência da ideologia, da ética, da religião, da ciência, da arte, da educação, enfim, das práxis sociais que constituem a

<sup>79</sup> Nesse caso, trata-se do imediatismo, da repetição, do mimetismo, do preconceito, etc. que “instruem” o agir rotineiro, por força da espontaneidade e do pragmatismo/imediaticidade próprios da cotidianidade e da consciência alienada. Essas questões foram abordadas na primeira seção desta tese. Ações inconscientes não estão em questão aqui.

genética da ação política, da superestrutura. Trata-se, portanto, da esfera do *não-trabalho*, da regulação social das formas de reprodução contínua da relação produção-consumo, sendo essas últimas as bases (infraestrutura) das relações socioeconômicas<sup>80</sup>.

Já tivemos oportunidade de abordar na primeira seção desta tese a formação da consciência e da personalidade como determinação histórica, dada a prioridade ontológica da totalidade em relação à particularidade e à singularidade, que distinguem – ao mesmo tempo que integram – o ser social como genericidade e individualidade. As palavras de Lukács (2013, p. 365) ajudam a esclarecer essa dialética do ideal e do real (essência e fenômeno), na constituição da história como um movimento real:

A objetividade e legalidade peculiares da realidade econômica têm como fundamento irrevogável o fato de ser, como Marx reiteradamente acentua com veemência, um processo histórico levado a cabo pelos próprios homens que dele participam, o que constitui a sua própria história, a história feita por eles mesmos.

E complementamos com seu pensamento em relação à dialética geral da relação entre as forças produtivas (essência) e as relações de produção (fenômeno) no âmbito da economia, sobre a qual Lukács (2013, p. 397) destaca a função da ideologia, no âmbito da superestrutura, e como essa complexa mediação se impõe na economia capitalista:<sup>81</sup>

[...] quanto mais disseminada for a divisão social do trabalho, quanto mais social se tornar em correspondência a própria sociedade, tanto mais numerosas e complexas serão as mediações que se tornam necessárias para manter funcionando normalmente o processo de reprodução. Pudemos perceber com base em numerosos exemplos como isso se impõe na economia, e não passa de uma obviedade banal se dissermos aqui que o processo econômico de reprodução, a partir de determinado estágio, não poderia funcionar, nem mesmo economicamente, sem a formação de *campos de atividade não econômicos que possibilitem ontologicamente o desenrolar desse processo*. Sem sequer aludir aos problemas concretos e essenciais que afloram nesse ponto, *já está claro que já estamos falando do âmbito da superestrutura, da ideologia*. (Grifos nossos).

A divisão do trabalho entre produtores e exploradores, a produção e expropriação de excedentes e a apropriação privada e concentrada do conteúdo material da riqueza socialmente produzida são fenômenos, como sabemos, de um determinado estágio avançado de desenvolvimento das forças produtivas caracterizado pelo grau mais complexo de alienação e pelo estranhamento da força de trabalho – o modo de produção capitalista.

Já tivemos oportunidade de dizer que a produção capitalista é produção de

---

<sup>80</sup> Essa relação está presente no momento primário de constituição do ser social, na confrontação das bases biológicas/naturais e irrevogáveis da sua existência com as formas sociais de responder aos carecimentos físicos ou espirituais, isto é, na dialética entre necessidades e as formas de satisfazê-las, sendo a linguagem a primeira *práxis* reprodutiva.

<sup>81</sup> Expomos aqui nossa compreensão acerca “do ideal e da ideologia”, sobre o que trata Lukács no terceiro capítulo da segunda parte de *Para uma ontologia do ser social*. Conferir Lukács (2013, p. 355-575).

mercadorias e de mais-valor, que reproduzem a própria relação de produção e reprodução especificamente capitalista por meio de um processo auto-expansivo do capital.

Marx (apud MÉSZÁROS, 2002, p. 723) assim caracteriza esse processo:

A reprodução e a *valorização*, isto é, a *expansão*, dessas *condições objetivas* são simultaneamente sua reprodução e sua nova produção como a riqueza de um sujeito estranho, indiferente à capacidade de trabalho e que a enfrenta independentemente. O reproduzido e novamente produzido é, não apenas o *ser* dessas condições objetivas do trabalho vivo, mas *seu ser como alheio* ao trabalhador, tal como confronta sua capacidade de trabalho vivo. As condições *objetivas* do trabalho ganham uma existência *subjetiva* contrária à capacidade de trabalho vivo – o *capital* dá origem ao *capitalista*. (grifos do autor).

A divisão do trabalho que funda o capitalismo é, portanto, caracterizada pelo por teleológico secundário, ou seja, pela projeção da ideia de um ou poucos indivíduos (capitalistas) para a consciência de outros muitos indivíduos (trabalhadores) para os quais se transfere a função de produzir conforme o imaginado e projetado. A riqueza material daí originada fica retida pelo e para os primeiros, afastando os produtores reais do usufruto daquilo que produzem.

Entendemos que sob o controle do capital desempenhado pelas esferas produtivas e reprodutivas, o trinômio produção–consumo–reprodução social é, então, um processo interconectado, contraditório e antagônico que aprofunda de modo indelével o fosso “[...] entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção” (HELLER, 1992, p. 38).

O alcance dessas ideias em níveis totalizantes e universais se deve ao desenvolvimento das práxis sociais secundárias, isto é, das condutas sociais ativas que têm como ponto de partida o trabalho, mas que dele se distinguem pela abstração do ser humano em relação à mediação dos pores teleológicos que mobilizam sua ação. Assim é que se processa, desde as protoformas da sociabilidade humana e da divisão do trabalho até o desenvolvimento das mais complexas práxis, a conversão do trabalho em trabalho abstrato característico do modo de produção capitalista. Isto é, no capitalismo a alienação ocupa lugar central em todas as esferas da vida social.

Isso nos parece claro nas palavras de Lukács (2013, p. 358):

[...] os pores práticos mediados, muitas vezes mediados de uma forma bastante complexa, produzidos pela divisão do trabalho, também têm um *caráter causal teleológico*, só que com uma diferença muito importante em relação ao próprio trabalho: a de que os fins que os provocam e que por eles são realizados não estão direcionados diretamente para um caso concreto do metabolismo da sociedade com a natureza, mas visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez,

efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põem. Nesses casos, o *tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva*; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disposto a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado. Por mais diferentes que possam ser, nesse caso, os fins e os meios (do uso direto da violência na escravidão e servidão até as atuais manipulações), o seu “material” nem de longe é tão inequívoco quanto no trabalho propriamente dito, no qual só existe a alternativa objetiva entre se a consciência que põe o fim apreendeu corretamente a realidade objetiva ou não. Nesse caso, o “material” do pôr do fim é o homem, do qual se pretende que ele tome uma decisão alternativa; *a rejeição da decisão desejada tem, por isso, uma estrutura ontológica diferente daquela do material natural do trabalho*, na qual só entra em cogitação uma apreensão correta ou incorreta de conexões ontológicas da natureza; o “material” é qualitativamente mais oscilante, mais “suave”, mais imprevisível, do que era naquele caso. Quanto mais mediados forem tais pores quando se deparam com o trabalho visado no final, tanto mais claramente se evidencia esse seu caráter. Porém, nem mesmo o maior dos antagonismos é capaz de anular o elemento em comum que no final se torna decisivo, a saber, que, nos dois casos, trata-se de pores teleológicos, cujo *êxito ou fracasso depende da medida em que aquele que os põe conhece a constituição das forças a serem postas em movimento, em que medida ele, de modo correspondente, é capaz de proceder corretamente no sentido de que elas atualizem do modo desejado as cadeias causais que lhes são imanentes*. (grifos nossos)

Trocando em miúdo, o autor observa que todos os *pores econômicos* revelam uma estrutura similar, isto é, a teleologia secundária – tanto no projeto voltado diretamente para o trabalho concreto, como nas práxis cuja finalidade é convencer outras pessoas a pensarem do mesmo modo e agirem em conformidade com tal pensamento, independente da materialidade produzida, como também a causalidade espontânea, compreendida como meio para alcançar os fins desejados tem semelhante estrutura. Entretanto, a chance de se obter êxito é muito maior nos projetos postos em ação da forma menos mediada possível (em termos da extensão das cadeias causais), haja vista que o conhecimento das alternativas é algo mais comprovável (científica e tecnicamente) pela própria materialidade das coisas que transforma e daquilo que se produz. No outro sentido, o fracasso parece ser mais propício, posto que, quando se coloca como objeto de estudo o movimento das mercadorias no processo de troca, os economistas políticos não levam em consideração que o conhecimento requerido diz respeito ao automovimento da práxis humana, já que “[...] por si mesmas as mercadorias não podem fazer um movimento sequer, que seu movimento sempre pressupõe atos econômicos dos compradores ou então dos vendedores.” (LUKÁCS, 2013, p. 359).

Ainda buscando entender o movimento entre teleologia e causalidade no processo de desenvolvimento das práxis superiores (superestrutura) das relações de produção e reprodução no capitalismo, recorreremos mais vez a Lukács (2013, p. 399):

Em outros contextos, apontou-se repetidamente que os pores direcionados imediatamente para o metabolismo entre sociedade e natureza se diferenciam em essência, tanto subjetiva como objetivamente, daqueles cuja intenção direta é a mudança de consciência de outros homens; estes também podem evidenciar

diferenças qualitativas, dependendo do alcance das mediações que ligam as modificações intencionadas da consciência com os problemas reprodutivos diretos dos homens e de acordo com o conteúdo dessas modificações.

Ressaltamos que o “conteúdo dessas modificações”, conforme apontado mais acima, tem a ver com o conteúdo material que se pretende produzir, que poderá ser um objeto, uma coisa, ou mesmo uma ideia a ser disseminada para promover uma mudança cultural, uma alteração de valores, uma intencionalidade ética e, portanto, genérica.

Sobre a gênese ontológica da relação entre o conhecimento do alcance das transformações intencionadas, que possui importância decisiva para as relações entre base econômica e superestrutura ideológica, segue esclarecendo o autor (LUKÁCS, 2013, p. 400):

[...] A gênese ontológica dessa relação aparece, por um lado, já em cada fato do trabalho, cujas ramificações e cujos refinamentos, cuja mudança de função, devem ser sistematicamente visibilizados na análise da economia e da superestrutura. Por outro lado, esse complexo original da socialidade possui por sua essência um caráter histórico. Assim como o próprio trabalho enquanto motor decisivo da humanidade e do homem não é uma factualidade fixa, mas um processo histórico, assim também devem ser vistos como estágios dinâmicos do processo histórico desse devir homem todos os momentos do desenvolvimento da humanidade, por mais variados que sejam, por mais autônomos que aparentem ser, sendo, na realidade, mediados de muito longe e elevados a uma autonomia relativa.

Como bem assinala Vaisman (2009, p. 450):

Os assim denominados atos teleológicos secundários tornam-se mais “desmaterializados”, uma vez que se desvinculam da relação direta com o momento material da prática social. São estes atos, também designados por atos socioteleológicos, o lugar genético de dimensões importantes da prática social, tais como a ética, a ideologia, a arte, e – esta é uma questão crucial para Lukács – é a partir dela que podemos vislumbrar a gênese das ações políticas.

As ações políticas, portanto, revelam uma autonomia relativa referente à legalidade e objetividade econômicas. Por isso, costumam aparecer nas análises das ciências sociais como campos de ação separados e hierárquicos, muitas vezes sobressaindo um em detrimento do outro. Nisso, incorrem em erro quando se arroga como fundamento teórico-metodológico marxista.

Vaisman contribui para o esclarecimento dessa questão, quando reforça o entendimento lukacsiano a respeito da prioridade ontológica da esfera econômica, isto é, das categorias da produção e reprodução da vida, como fenômeno central que dinamiza o processo de socialização do homem – salto qualitativo que o faz ser um ser social – como também sua própria individualidade. Em outras palavras, a dinâmica de interação entre gênero e indivíduo, entre complexos existentes na dialética objetiva entre o acaso (causalidade espontânea) e a necessidade (causalidade posta):

A base econômica permanece sempre como o momento preponderante, no entanto, isso não elimina a relativa autonomia das superestruturas, que se expressa de maneira definitiva na dialética de mútua reciprocidade determinativa existente entre estas e a esfera da economia. Portanto, as esferas superestruturais da sociedade não são simples epifenômenos da estrutura econômica. Longe de constituírem um reflexo passivo, estas estruturas e, sobretudo, o próprio indivíduo podem agir (ou retroagir) sobre a base material em maior ou menor grau, sempre, entretanto, no interior das “condições, possibilidades ou impedimentos” que esta lhe determina. (VAISMAN, 2009, p. 449)

No complexo dialético da possibilidade de escolha entre alternativas, “[...] a unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita” (LUKÁCS (2013, p. 503).

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. [...] Do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto. Porém, justamente por causa dessa unidade imediatamente dada de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada. Por essa razão, essa forma imediata da unidade não anula as contradições existentes. *Engels tem razão ao alegar que, nos casos singulares concretos, a política pode muito bem tomar um rumo oposto ao exigido pelo desenvolvimento econômico efetivo naquele momento, observando ainda com razão que, em tais casos, depois de fazer desvios, sofrer prejuízos etc., a realidade econômica acaba se impondo.* [...] Já bem cedo apontamos para como a expansão simples do intercâmbio de mercadorias ocasionou de modo socialmente necessário uma regulamentação jurídica. *Em casos de conflitos generalizados, a práxis política muitas vezes volta-se para uma reforma da superestrutura jurídica. Contudo, êxito ou fracasso dependem de se e como uma reformulação do sistema de direito positivamente vigente influencia a própria economia, se e como ela é capaz de, por esse desvio, promover aquele elemento positivo que, na economia, impulsiona para diante.* Este é apenas um dos tipos de entrelaçamento entre os mundos da essência e do fenômeno. (LUKÁCS, 2013, p. 502-503, grifos nossos)

Isto é, na condição de dirigentes, ou “tomadores de decisão” das possibilidades de escolha do sentido, da direção e do caminho para o progresso nacional, através da práxis política mediada pelas instituições representativas do Estado, os indivíduos que governam e legislam (em nome da vontade de todos) podem conduzir processos de reformas na superestrutura, as quais, por mais que tendam à romper com as desigualdades estruturais do sistema do capital, estarão sempre subordinadas à *legalidade de sua objetividade* – à práxis econômica.

Machado (2016), baseado na teorização de Lênin, em sua obra *O Estado e a Revolução*, explicita a “natureza” do Estado (forma política da vida social) como um aparelho

*coercitivo e repressivo*, cuja gênese está nas relações de produção (forma econômica da vida social) fundadas na propriedade privada e no antagonismo inconciliável entre classes, sendo resultado do poder organizado hegemônico para oprimir o outro polo da população.

Desse modo, “[...] a forma como as relações de trabalho são estabelecidas historicamente determina o conflito entre as classes e, deste, ter-se-á uma forma de Estado particular” (Ibid., p. 78). Ou seja, sendo o Estado a

[...] síntese de uma unidade contraditória composta pelas classes sociais [...] a aparência assumida pelo Estado num dado momento histórico é a derivação das particularidades dos antagonismos entre classes sociais que se desenvolvem em um modo de produção. (MACHADO, 2016, p. 78).

Entre essas classes é possível existir, segundo Machado, distintas formas de Estado num mesmo momento histórico (ibid., p. 78-79):

[...] a classe dominante demandará uma forma de Estado e regimes políticos – mais reacionário, populista, republicano, bonapartista, etc. –, isso dependerá da correlação de forças com a classe dominada no processo de realização e reprodução do capital, mantendo, portanto, sempre seu caráter *coercitivo e repressivo*. (grifos do autor)

Para Mészáros (2002, p. 131), o Estado moderno foi gerado no interior do sistema do capital incontrolavelmente voltado para a expansão, como uma *estrutura de alienação por excelência*, cujas funções políticas são separadas (apenas formalmente) das funções reprodutivas materiais, “exatamente como a produção e o controle devem estar isolados”. Ele explicita que:

[...] neste sistema, “expansão” só pode significar *expansão do capital*, a que deve se subordinar tudo o mais, e não o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para a sua realização. É por isso que, no sistema do capital, os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma de separação e alienação radicais do poder de tomada de decisões de *todos* – inclusive as “personificações do capital”, cuja “liberdade” consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos os níveis de reprodução social, desde o campo da produção material até os níveis mais altos da política. Uma vez definidos à sua maneira pelo capital os objetivos da existência social, subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão, não pode sobrar espaço algum para a *tomada de decisão*, exceto para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os *instrumentos* que melhor sirvam para atingir-se a *meta predeterminada*. (grifos do autor)

É nesse sentido que o filósofo húngaro salienta que o

Estado moderno imensamente inchado e, em termos rigorosamente econômicos, perdulariamente burocratizado [...] tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital* (Ibid., p. 106, grifos do autor).



Em outro momento de seus argumentos referentes à orgânica vinculação do Estado ao interesses do capital, Mészáros diz (2002, p. 121, grifos nossos):

Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. *É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital.* Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo – caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incomparável dinamismo do capital, ainda em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo –, a *dimensão coesiva* de todo o sociometabolismo deve ser construída como uma *estrutura separada de comando político totalizador*.

Segundo Mészáros (2002, p. 720), o sistema de sociometabolismo do capital se refere às condições necessárias para a relação-capital de enfrentamento e dominação do trabalhador pelo capitalista (personificação necessária do capital), em todas as formas concebíveis nas quais se manifeste, incluindo as formas pós-capitalistas<sup>82</sup>. São essas as condições:

(1) a *separação* e a *alienação* das *condições objetivas* do processo de trabalho do próprio trabalho; (2) a *imposição* de tais condições *objetivadas e alienadas* sobre os trabalhadores como um poder separado que exerce *comando sobre o trabalho*; (3) a *personificação do capital* como “*valor egoísta*” – com sua subjetividade usurpada e sua pseudopersonalidade – que persegue sua própria *auto-expansão*, com uma *vontade própria* [...]; (4) a equivalente *personificação do trabalho* [...], confinando a identidade do sujeito deste “trabalho” às suas funções produtivas fragmentárias – o que ocorre quando pensamos na categoria de “trabalho” como o trabalhador assalariado sob o capitalismo ou ainda como “o trabalhador socialista [...]”. (Grifos do autor).

Nesse sentido, o sistema sociometabólico do capital consiste essencialmente na relação social fundada na troca, a qual se sustenta no tripé: capital – trabalho – Estado.

Em outras palavras, “[...] o princípio estruturador do Estado moderno [...] é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente.” (Ibid., p. 121). Trata-se, portanto, de uma estrutura corretiva compatível com o sistema do capital; isto significa que as retificações admitidas estão limitadas aos tangenciais alinhamentos dos seus *defeitos estruturais* (do sistema do capital) localizados na *ausência de unidade* dos *microcosmos* que o compõem internamente *fragmentados*, quais sejam (Ibid., p. 105-107):<sup>83</sup>

<sup>82</sup> Ocorre que “o capital em seu ser-para-si é a *personificação necessária do capital* que, dependendo das circunstâncias históricas específicas, pode ou não ser o proprietário capitalista privado dos meios de produção.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 720, grifos nossos). Ou seja, o capital pode ser personificado pelo próprio Estado, tanto no modo de produção e reprodução capitalista como no socialismo realmente existente.

<sup>83</sup> Microcosmos referem-se às esferas da vida social, às práxis humanas, desde o trabalho até as práxis

- Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.
- Segundo, [...] produção e consumo adquirem uma independência e uma existência extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.
- E terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também fora de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global. (grifos do autor).

A explicitação desses defeitos estruturais do sistema do capital nos parece ser a chave para entender o processo de interação e globalização dos projetos de desenvolvimento em nível internacional, forjados principalmente a partir do século XX, na fase imperialista do capitalismo, como estratégias corretivas das limitações postas pelas crises econômicas do capital, de modo a fomentar sua expansão incontrolável<sup>84</sup>. O Estado tem função primordial nesse processo, especialmente em razão de sua capacidade de investimento financeiro por meio do fundo público.

---

superiores. No sistema do capital, haja vista seu caráter puramente alienante, como uma relação social fundada na troca de mercadorias, os microcosmos que o compõem são irremediavelmente isolados, fragmentados, antagônicos.

<sup>84</sup> As fases de desenvolvimento e consolidação do capitalismo são assim caracterizadas, de acordo com Paulo Netto e Braz (2006): “[...] um estágio que começa com a *acumulação primitiva* e vai até [...] o estabelecimento da *manufatura*, cobrindo do século XVI a meados do século XVIII. Trata-se do estágio inicial do capitalismo, [...] designado como **capitalismo comercial** (ou **mercantil**)” (p. 170, grifos dos autores), em razão do destacado papel dos comerciantes/mercadores nesse período, quando já se revela a *tendência do capital para a mundialização*. No final do século XVIII e durante quase todo o século XIX, configura-se o segundo estágio do capitalismo: o **capitalismo concorrencial** (ou capitalismo “clássico”, ou “liberal”), caracterizado pelas revoluções política e técnica, com a ascensão da burguesia na tomada do poder do Estado, o soerguimento do direito civil, a criação do *mercado mundial* em função no progresso técnico industrial consolidado na Europa Ocidental, e a elevação da luta de classes a um novo patamar, influenciando fortemente no desenvolvimento das forças produtivas (Ibid., p. 171-175). Finalmente, o **estágio imperialista**, gestado desde as últimas três décadas do século XIX e que se prolonga no século XXI. É caracterizado principalmente pelo progresso das grandes descobertas científicas e invenções técnicas-tecnológicas, a partir da segunda metade do século XIX, acompanhado do *surgimento dos monopólios (capital monopolista)* e pela modificação do papel dos *bancos*. A “fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o **capital financeiro**, que ganhará centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo”, constituindo-se como um *sistema econômico mundial*. (Ibid., p. 179). O **imperialismo**, por sua vez, pode ser caracterizado também em três fases: “a fase *‘clássica’* que, segundo Mandel, vai de 1890 a 1940, os *‘anos dourados’*, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta [1970] e o capitalismo *contemporâneo*, de meados dos anos setenta aos dias atuais.” (Ibid., p. 192).

O sistema econômico mundial constituído a partir o imperialismo, segundo ressaltam Paulo Netto e Braz (2006, p. 187), aprofundou as desigualdades e as interdependência dos elementos que constituem a relação de dominação-subordinação entre nações:

[...] o imperialismo levou a cabo e consolidou a vinculação de nações e Estados de todo o planeta, estabelecendo um fluxo de conexões que acabou por configurar uma economia em que todos são interdependentes (sem prejuízo das hierarquias e das relações de dominação e exploração).

A partir da perspectiva marxista fundada na *lei do desenvolvimento desigual* (de Lênin), complementada pela *lei do desenvolvimento desigual e combinado* (de Leon Trotsky), Machado (2016) nos favorece a compreensão das formas como o Estado intervém na esfera econômica de modo a coordenar os defeitos estruturais do sistema do capital<sup>85</sup>. Qual seja, como, através do aparelho do Estado, são realizadas medidas corretivas (coercitivas e repressivas) para promoção de condições de desenvolvimento das forças produtivas em âmbito nacional, como vistas a “corrigir” suas desigualdades e contradições internas e em sua relação com o capitalismo internacional, dando *saltos* de desenvolvimento<sup>86</sup>.

As condições particulares, somadas às condições universais, geram o resultado histórico da forma como as relações socioeconômicas fundadas no capitalismo são traçadas em cada nação/localidade. [...].

Com o processo de mundialização do capitalismo, as formas de trabalho foram se complexificando e se interligando cada vez mais. Esse fator faz com que as condições internas são determinem isoladamente as condições do desenvolvimento das relações de trabalho, visto que, neste momento, as influências externas também balizam a forma de trabalho e como os seres sociais tratam suas particularidades. [...]

<sup>85</sup> De acordo com Felipe Demier (2007, p. 2, grifos do autor): “Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (*lei do desenvolvimento desigual*, de Lênin), as localidades *atrasadas*, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações *avançadas* e sua adaptação a condições materiais e culturais *arcaicas*. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países *avançados* e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes *atrasados* se constituiria na essência *combinada* do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos “coloniais” e “semi-coloniais”. Desse modo, os países *atrasados* ingressavam na era industrial mantendo pendentes as soluções das principais tarefas “democrático-burguesas”, tais como as questões agrária e nacional. Entretanto, as burguesias periféricas, surgidas tardiamente na arena histórica, atreladas ao capital estrangeiro e aos grandes proprietários rurais, e extremamente temerosas do proletariado, seriam, segundo Trotsky, incapazes de realizar qualquer tipo de revolução “democrática”, o que colocava na ordem do dia para os trabalhadores dos países *atrasados* a conquista do poder político. Na concepção de Trotsky, portanto, seria o modo *combinado* como o capitalismo se desenvolvia que designaria o caráter da revolução e os sujeitos sociais revolucionários nos países *atrasados*. A adição do elemento “*combinado*” na *lei do desenvolvimento desigual* de Lênin fez com que Trotsky desse à síntese de suas concepções expressas acima o nome de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*.”

<sup>86</sup> Segundo nos informa Machado (2016, p. 58): “A condição dos saltos progressivos na história é resultado das interações das diversas etapas históricas que, sendo combinadas, constituem um novo complexo de relações de trabalho, ou seja, formas mais aperfeiçoadas de intercâmbio material com a natureza, aumentando a complexidade das relações sociais de produção e, também, sua nova forma de organização.”

Desta forma, [...] as relações internas tornaram-se mais limitadas, pelo fato de existirem leis gerais que determinam a forma padrão como os indivíduos irão estabelecer suas relações perante as condições materiais. [...] (MACHADO, 2016, p. 54)

Esses *saltos* de desenvolvimento inseridos nos marcos do próprio capitalismo, todavia, jamais permitirão que os países de capitalismo atrasado superem essa condição de atraso. Pois, a lógica que preside a desigualdade e a combinação nessa relação de dominação e subordinação intercapitais é a mesma que mantém os *defeitos estruturais* do sistema de capital, conforme apontado por Mészáros.

Portanto, a saída dessa condição só seria possível pela via revolucionária, conforme compreendido por Trotsky. Demier (2007, p. 1-2), assim elucida essa questão:

Trabalhando com uma perspectiva que compreendia o capitalismo como uma totalidade contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas, Trotsky afirmava que as regiões “coloniais” e “semi-coloniais” não poderiam desenvolver a sua história *em separado*, e, portanto, não seria possível superar o *atraso* passando-se a um “estágio” superior ainda dentro dos marcos do capitalismo. O sistema capitalista, em especial a partir de sua fase imperialista, não deixaria mais espaço para esses desenvolvimentos “autônomos”, impossibilitando que a história das regiões retardatárias repetisse a história, repetisse as etapas das regiões pioneiras do capitalismo. (grifos do autor).

A caracterização explícita dessa dinâmica ensejará nossa argumentação, mais adiante, acerca do desenvolvimento capitalista tardio e periférico no Brasil, considerando sua condição histórica de colônia portuguesa durante três longos séculos e sua posição, no século XX, como país *subdesenvolvido*, chegando ao século XXI com o status de *economia emergente, mercado em crescimento* e projetado como *uma das grandes potências econômicas* do século XXI, a partir das estratégias planejadas de desenvolvimento encampadas pelo governo nacional em subordinação ao desenvolvimento dos países de capitalismo avançado e central<sup>87</sup>.

Por enquanto, cabe situar, acompanhando o raciocínio de Machado (2016, p. 48), que as expedições marítimas europeias do século XVI, seguidas de ocupações e colonização de novos territórios – notadamente na América – cumpriram importante papel na expansão de mercados e na consolidação mundial do capital, ao explorarem todos os elementos principais para a sua reprodução naquela etapa de desenvolvimento (o mercantilismo europeu): principalmente a exploração de força de trabalho com menor custo e recursos naturais em

<sup>87</sup> Conforme esclarecemos em artigo recentemente publicado (SANTANA; NASCIMENTO, 2016, p. 148): “Em 2011, o Brasil, juntamente com a China, foi reclassificado pelos especuladores do grupo multinacional de investimento Goldman Sachs (que criou a expressão BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em 2006, para referir-se ao grupo de países de economia emergente) como mercado em crescimento (BBC BRASIL, 2011).”

abundância.

No decorrer dos últimos cinco séculos, o capitalismo expandiu-se em cada país e em cada continente através de suas fases: comercial, industrial e financeira, sem, contudo, seguir impreterivelmente essa ordem. A mundialização do capital desenvolveu-se a partir da desigualdade entre as nações/localidades/regiões, e suas distintas fases predominaram de forma desigual em algumas nações, determinando, assim, a respectiva posição na divisão internacional do trabalho. Desta forma, pode-se notar na construção, por exemplo, da ferrovia que “é aparentemente uma empresa simples, natural, democrática, cultural, civilizadora” (LENIN, 2012, p. 27). No entanto, também significa a expansão de vias para escoar os espólios das nações colonizadas e exploradas em suas diversas formas [...]. (Ibid., p. 48-49).

Com essa explicação do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, Machado (2016, p. 49) arremata:

Esta é uma condição que determinará as condições em que o capitalismo irá se desenvolver nacionalmente. Compreender essa forma de desigualdade é uma circunstância fundamental para analisar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no mundo, confirmando a importância da análise da forma de produção material que condiciona particularidades de pobreza ou riqueza e, por consequência, o comportamento social.

A partir desse pressuposto, o autor ressalta que a tendência para o desenvolvimento ou saltos progressivos na história das formações sociais atrasadas (MACHADO, 2016). Ante a tendência da imposição das relações de trabalho pelas forças sociais mais avançadas, na luta contra-hegemônica para a preservação do modo de organização social, ocorre uma dialética absorção do progresso técnico daquelas, criando condições para saltos nas relações sociais de produção. Essa dinâmica “[...] possibilitará a superação mais rápida de momentos históricos, algumas vezes centenas ou milhares de anos à frente: (Ibid., p. 59), através da “[...] fusão de distintos momentos históricos [...]” (Ibid., p. 60) (convivência do novo com o velho, até que o modelo antigo feneça).

Sobre essas condições, surgem as desigualdades nacionais, entre regiões, Estados, municípios. Para isso, existiram condições particulares cada localidade em um nível micro, no entanto, tendo influências gerais da forma dominante de produção engendrada pelo capitalismo. (MACHADO, 2016, p. 59-60)

Mas tanto o inverso como a manutenção das circunstâncias também podem acontecer, “[...] a depender da fusão dialética das condições históricas gerais e dos fatores históricos particulares a cada região.” (Ibid., p. 60).

É nessa perspectiva de análise que o autor (Ibid., p. 60) situa o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (e, dentro do Brasil, entre suas regiões e entre os entes federados – estados e municípios):<sup>88</sup>

<sup>88</sup> Machado (2016, p. 61) chama a atenção para as diferentes formas de colonização, a partir do século XVI,

As condições em que o capitalismo brasileiro desenvolveu-se fizeram com que o Brasil tendesse a estar atrás dos países de vanguarda no desenvolvimento capitalista, sendo, assim, um país de “via prussiano-colonial”, resultando na inteiração dialética das condições gerais do capitalismo que, neste momento histórico [sic], dava-se através das colonizações e de suas condições particulares, principalmente no nível das relações sociais de trabalho e, por consequência, de organização social.

A partir das preciosas contribuições de Lukács e de Mészáros, como também da compreensão acerca do caráter coercitivo e repressivo do Estado (Lênin) e da legalidade histórica do desenvolvimento desigual e combinado (Trotsky), ressaltamos a relevância dos complexos instrumentos de controle ideológico e de mistificação e legitimação das aviltantes relações produtivas próprias da economia capitalista (esfera infraestrutural da sociedade), com especial referência à esfera reprodutiva representada pela ação política – controladora e reguladora da relação entre capital e trabalho – desempenhada pelo Estado moderno (elemento da superestrutura).

Mais adiante, abordaremos especificamente a regulação fomentada por meio do sistema educacional, que no nosso ver é a práxis social institucionalizada na superestrutura que concentra de modo menos sutil essa função, em termos da formação profissional para o mercado de trabalho. Em se tratando de nosso objeto de estudo, a particularidade do ensino universitário será enfatizada, sendo destacada como estratégia do desenvolvimento capitalista em âmbito internacional, nacional e regional.

### 2.1.2. O capitalismo contemporâneo

Desde que germinou no século XVIII, o modo de produção capitalista – ou capitalismo industrial – foi se espalhando em todas as esferas da vida social, tanto nas relações genéricas que integram e reproduzem a humanidade: na economia, na política, na religião, na arte, na ciência, etc., como na esfera cotidiana de reprodução da vida de cada indivíduo: a alimentação, o trabalho, as relações afetivas, a moradia, o transporte, a educação, a saúde.

---

havidas nas relações entre metrópole europeia e colônia americana: Inglaterra-EUA e Portugal-Brasil. O autor destaca, principalmente, as circunstâncias ou o estágio de desenvolvimento capitalista dessas metrópoles, evidenciando o avanço da Inglaterra (imperialista) em relação a Portugal (subimperialista). A partir daí, chama a atenção para o resultado da colonização em um e outro casos: A partir do século XX, EUA se consolida “como a maior nação imperialista, substituindo sua metrópole”, enquanto o Brasil “torna-se um país subimperialista, assim como sua antiga metrópole”: “Estes dois exemplos expressam muito bem a natureza dialética do desenvolvimento desigual e combinado, pois são nações de influências gerais capitalistas que, individualmente, possuem características distintas que permitem que uma avance mais que a outra, tendo alguns momentos de rápido desenvolvimento, outros de retração e de estagnação. Isso dependerá dos choques entre as contradições e seus resultados e, também, das condições materiais de cada um destes.” (Ibid., p. 62).

Cabe aqui uma importante anotação de Lukács (2012, p. 45-46) sobre a crise mundial irrompida desde a primeira grande guerra, seguida de conflitos ideológicos, revoluções socialistas, ascensão do fascismo, imperialismo, guerra fria. Tais considerações nos permitem refletir sobre as transformações societárias no século XX, em função da complexificação da economia capitalista – a regulação do consumo e a manipulação do mercado, incluídos aí a produção em massa e os serviços:

Seria porém uma unilateralidade inadmissível omitir, nesse contexto, que a economia do capitalismo experimentou importantes transformações nesse período, em parte devido a um crescimento qualitativo significativo no domínio da natureza e, em estreita correlação com este último, a um aumento inimaginável da produtividade do trabalho, em parte devido a novas formas de organização destinadas não só a aperfeiçoar a produção, mas também a regular de modo capitalista o consumo. De fato, não se deve ignorar que a completa absorção da indústria de meios de consumo (e dos chamados serviços) pelo capital é o resultado dos três últimos quartos de século. Disso resulta a necessidade econômica da manipulação cada vez mais sofisticada do mercado, desconhecida tanto na época do livre-comércio quanto no início do capitalismo monopolista.

As relações especificamente capitalistas se desenvolveram secularmente em níveis de expansão e graus de intensidade tão excepcionais e tão desmedidos, que tal fenômeno parecia ser mesmo o “fim da história”, como afirmado pelos apologistas neoliberais.<sup>89</sup>

No estágio contemporâneo do capitalismo os defeitos estruturais do sistema do capital ficam ainda mais acentuados e se torna evidente “o pleno esgotamento das suas potencialidades progressistas”, conforme já referimos no início desta seção. Com a tendência decrescente do valor de uso das coisas, o desperdício, a exponenciação do caráter predatório do sistema do capital, tornam-se mais do que explícitas a tendência de aumento da competitividade e a concorrência intercapitais e suas nefastas consequências, como assinalado por Antunes (2002b, p. 18):

<sup>89</sup> A tese do “fim da história” foi formulada pelo cientista político estadunidense Francis Fukuyama, que a apresentou pela primeira vez em 1989, num artigo publicado em revista de divulgação restrita. Em 1992, entretanto, publicou o livro *The End of History and the Last Man* (publicado no mesmo ano no Brasil pela editora Rocco, com o título traduzido ao “pé da letra”: *O Fim da história e o último homem*), o qual se tornou um fenômeno editorial, tamanho foi o impacto causado entre simpatizantes e críticos. Tal formulação se sustenta no pensamento filosófico idealista hegeliano, em especial na ideia da existência de um “*capital permanente universal*”, conforme observa Mészáros (2002, p. 63-72) (cf. Nota de rodapé 18 desta tese). Segundo Pereira (2014, p. 1): “É mister salientar que, tanto a abordagem de Fukuyama como a própria existência do livro em si, umbilicalmente se vinculam ao contexto histórico-político da queda do Muro de Berlim e à correlata abertura da ex-URSS à economia e à cultura ocidentais”. Fukuyama defende, então, “a força de permanência final do modelo das democracias liberais a partir da relação existente entre liberdade política e liberdade do pensamento econômico”, a qual “possui uma lógica própria, que parece ditar um caminho de evolução universal na direção do capitalismo, humanizado, e, de certa maneira limitado, nas democracias liberais” (Ibid., p. 9). De acordo com essa autora, a tese central proposta por Fukuyama é que “o fim da história apresenta-se porque a atual democracia liberal é a forma vitoriosa e final de expressão do poder estatal, pois permite aos homens a real vivência e correlata garantia, eficácia e efetividade de seus direitos humanos-fundamentais.” (Ibid., p. 9). Sumariamos alguns de seus argumentos, apresentados no artigo da autora a qual nos reportamos:

O capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua auto-reprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

A incontabilidade do poder predatório do capital – conforme denominado por Mészáros, que no capitalismo se centra na produção voltada à sua auto-reprodução, tem se caracterizado nas últimas quatro décadas, pelo menos, como um processo de destruição e precarização das relações sociais e também da relação do homem com a natureza. Ao privilegiar a agilização do ciclo reprodutivo, através do rebaixamento do valor de uso das coisas pela redução do tempo de vida útil das mercadorias (obsolescência programada) e pela acelerada criação de “novas necessidades”, o padrão de consumo elevado sob as condições da crise estrutural do capitalismo significa, paradoxalmente, a autodestruição tanto do sistema reprodutivo de superprodução e superacumulação, como a destruição da humanidade em geral, pela escassez de recursos naturais e conseqüente subconsumo.

Desconsiderando toda essa caracterização predatória, a fundamentação do discurso da vitória do capitalismo contra as experiências socialistas (em franco declínio no final do século XX), a partir do qual se defende o “fim da história”, estaria pautada, em termos econômicos, no inegável avanço tecnológico das forças produtivas que haveriam de substituir o trabalho humano, o qual se ocuparia de novas funções “imateriais”, nas quais poderia usufruir o tempo ocioso com rentabilidade econômica. Isso tudo teria sido favorecido pela pretensa *revolução informacional*, que possibilitou a globalização do conhecimento e a aderência ao modo capitalista de ser (de produzir, de consumir, de se reproduzir) em todos os quadrantes do mundo.

Na dimensão política, o estágio final da história, de acordo com o pensamento pós-moderno que se conjuga à ideologia neoliberal, estaria creditado à reafirmação da liberdade de mercado como motor de propulsão de uma sociedade pós-industrial, mantendo-se, portanto, o Estado afastado da função produtiva e distributiva. Resta-lhe (ao Estado), contudo, a função de regulação mínima dos interesses gerais do capital (quais sejam, a segurança financeira e do patrimônio privado).

Aliadas uma e outra pontas da argumentação pós-moderna neoliberal, transparece a figura reciclada do *self-made man* revigorado como o “último homem” possível, o empreendedor individual, o patrão de si mesmo. O fim do trabalho seria a premissa do



progresso capitalista, pela abertura de novos negócios através da livre iniciativa privada, com subsídios do capital financeiro definitivamente hegemônico.

Esse aparente ponto final foi alvo – como não poderia deixar de ser – da aguçada crítica realizada por pensadores de esquerda, notadamente aqueles de orientação teórico-metodológica marxista, que cuidaram em desmistificar a falácia de tal discurso. Passaremos a abordar essa crítica a partir da indispensável contribuição do filósofo húngaro István Mészáros, um dos mais destacados colaboradores de Lukács, segundo atesta Ricardo Antunes na apresentação da obra *Para Além do Capital*, o qual “[...] empreende uma demolidora crítica do capital e realiza uma das mais instigantes, provocativas e densas reflexões sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica que a preside.” (ANTUNES, 2002b, p. 15).<sup>90</sup>

No “Prefácio à edição brasileira”, o autor evidencia os desafios postos pela crise histórica sem precedentes vivida por “[...] todas as formas do sistema do capital, e não apenas do capitalismo.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 21). Ele se refere tanto à crise do capitalismo como do socialismo, já que uma de suas principais teses é que o capital é um fenômeno anterior e posterior ao capitalismo, sendo este último apenas uma das formas possíveis de realização do capital, uma das variantes históricas de sua valorização e reprodução (autovalorização), que se processa por meio da subsunção real do trabalho pelo capital. Quanto à crise do socialismo, Mészáros considera que o sistema de capital pós-capitalista vigente na antiga União Soviética, como também as experiências asiáticas e cubana, foram incapazes de superar o *sistema de sociometabolismo do capital*.

Dessa forma, o filósofo analisa que o *socialismo realmente existente* deixou intactos os elementos básicos constitutivos da *divisão social hierárquica do trabalho* que caracteriza o domínio do capital; isto é: não superou na totalidade o tripé que o constitui. A manutenção de qualquer um dos pilares fundamentais desse conjunto de categorias inviabiliza a superação do capital. Portanto, apesar de ter *expropriado os expropriadores* e eliminado a determinação jurídico-política da propriedade privada, as experiências socialistas mantiveram o trabalho alienado, subordinado ao capital, tendo como elo de complementação o Estado político (novo tipo de personificação do capital).

Mészáros aponta que tanto sindicatos como partidos social-democratas e comunistas

---

<sup>90</sup> *Beyond Capital: Toward a Theory of Transition*, título original da obra, foi publicado pela primeira vez em 1994, nos Estados Unidos, pela Monthly Review. A primeira edição brasileira foi publicada pela Boitempo, em 2002, com tradução a partir da edição original inglesa, de 1995, pela Merlin Press. Cuidamos em registrar as datas e locais de publicação, para entender em que contexto essa expressiva obra – que condensa mais de duas décadas de intenso trabalho intelectual, conforme apresentado por Antunes (2002b, p. 15) – veio a conhecimento público, enriquecendo de modo ímpar o acervo intelectual/acadêmico dos estudos na tradição marxista.

fracassaram na tarefa de suprimir e destruir o capital, isto é, de eliminar a separação (apenas formal) da economia e da política, que consiste no maior desafio no mundo do trabalho, no mundo dos homens. Em suas palavras: “O antagonismo estrutural do sistema só pode ser removido pela superação radical da própria relação-capital que, como 'sistema orgânico', domina completamente o sociometabolismo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 724).

Ele ironiza a tese do “fim da história”, como a ideia que só pode vir de um idiota (Ibid., p 41):

À luz dos fatos recentes, que trouxeram consigo não apenas o fragoroso desmoronamento do sistema soviético stalinista irreformável [...], mas também o enfraquecimento das instituições otimistas erigidas no Ocidente capitalista com a queda da União Soviética, somente um idiota pode acreditar que agora podemos marchar tranquilamente na direção do milênio liberal-capitalista. Na verdade, a ordem existente demonstra-se insustentável, não apenas devido às crescentes “disfunções” socioeconômicas resultantes da imposição diária de suas desumanidades sobre milhões de “infelizes”, mas também em razão do esvaziamento espetacular das mais caras ilusões relativas ao irreversível poder estabilizador socioeconômico da vitória do mundo capitalista avançado sobre o inimigo de ontem.

Nesse sentido é que Mézárós critica a incontrolabilidade do poder de destruição – tanto da natureza como da própria humanidade – inerente à *ordem da reprodução sociometabólica do capital*. No capitalismo contemporâneo, a face predatória desse sistema sem limites para a sua expansão, mostra-se ainda mais nefasta, pelas consequências produzidas pelo *monstruoso poder objetivo* do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Mézárós expõe, então, como em fases anteriores do desenvolvimento capitalista, já em seu estágio imperialista, “[...] toda uma série de alternativas significativas foi contemplada (e implementada com sucesso) no interesse da acumulação e da expansão rentáveis do capital pelos países capitalistas dominantes (como regra, também construtores de impérios).” (Ibid., p. 38). Ele se refere às decadentes estratégias reformistas social-democratas – do Estado de bem-estar social (*Welfare State*) –, fundadas na prática do pluralismo político parlamentar (que Mézárós vai chamar de “acessórios decorativos”), pela qual seria instituído o socialismo “aos pouquinhos”.

E, dada a condição de saturação desse modelo, e também do declínio do “socialismo realmente existente”, os defensores do sistema do capital (os “ideólogos da ordem estabelecida”, conforme diz Mézárós), “em nome da razão, do bom senso e da 'política real'” (ibid., p. 38) negam qualquer alternativa ao “mundo real” capitalista, negando também a ideia da intervenção estatal, que “deve ser condenada como absurda” (Ibid., p. 39). “A única mudança admissível em tal visão de mundo pertence ao tipo que se preocupa com certos

*efeitos* negativos estritamente limitados, mas sem qualquer efeito sobre sua *base causal* – o sistema dado de controle metabólico.” (Ibid., p. 39, grifos do autor).

Desta forma, separando os efeitos de suas causas, a ideia neoliberal ganha fôlego na esteira da teoria do fim da história, como uma estratégia de “guerra à pobreza” atribuindo-se de modo falacioso *status* de *regra* a uma *exceção* (MÉSZÁROS, 2002, p. 39):

É assim que se pode fazer de conta que não tem a menor importância a miséria e o subdesenvolvimento crônico que necessariamente surgem da dominação e da exploração neocolonial da esmagadora maioria da humanidade por um punhado de países capitalistas desenvolvidos – poucos mais do que os componentes do G7. Como diz a lenda oportunista, graças à “*modernização*” (jamais realizada) do resto do mundo, a população de todos os países um dia gozará os grandes benefícios do “sistema da livre empresa”.

Segundo Antunes (2002b, p. 19, grifo do autor):

O desafio central, portanto, está em encontrar, segundo Mézáros, um equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador das funções vitais da reprodução da sociedade e do indivíduo que devem ser realizadas, de uma forma ou de outra, por todo o sistema de intercâmbio produtivo [...]. Nessa nova fase de sociabilidade ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo, a atividade humana deverá se estruturar sobre o princípio do *tempo disponível*, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e auto-regulado.

No limite do nosso objeto de estudo, não nos alongaremos na discussão acerca do propósito emancipador do socialismo. Centramos nosso interesse na crítica – que as contribuições de Mézáros nos permite apanhar e acompanhar – à social-democracia e ao neoliberalismo, enquanto projetos reformista e contra-reformista, respectivamente, de desenvolvimento do capitalismo imperialista em suas fases clássica e contemporânea, respectivamente.

### 2.1.3 Crises do capitalismo contemporâneo e estratégias de regulação estatal: o Estado neoliberal

Ao abordar as causas do insucesso das experiências socialistas em razão de terem mantido intocadas as quatro condições básicas do sistema orgânico do capital,<sup>91</sup> Mézáros apresentou como, do mesmo modo, o capitalismo mantém a irreversibilidade do sistema por meio de reformas apenas no âmbito da distribuição. Nesse sentido, ele explicitou que o objetivo da crítica de Marx não era o *capitalismo*, mas o *capital*:

Ele não estava preocupado em demonstrar as deficiências da *produção capitalista*,

<sup>91</sup> As condições apresentadas na página 139 desta seção.

mas imbuído da grande tarefa histórica de livrar a humanidade das condições sob as quais a satisfação das necessidades humanas deve ser subordinada à “*produção do capital*”. Ou seja, livrar a humanidade das condições desumanizadoras sob as quais ganham legitimidade apenas aqueles valores de uso, não importa quão desesperadamente necessários, que possam caber na camisa-de-força dos valores de troca lucrativamente produzidos pelo sistema. Ele tratou, com sarcasmo, todos aqueles que queriam “reformular” o sistema existente de *distribuição* enquanto mantinham fetichisticamente intacto o modo de *produção* do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 721, grifos do autor).

No desenrolar de sua argumentação, o filósofo húngaro destaca como “[...] Marx caracterizou as condições mais favoráveis ao modo de controle sociometabólico do capital como aquelas nas quais ‘o capital pode prosseguir de si mesmo como seu próprio pressuposto’, isto é, quando ele ‘deixa de necessitar de toda ajuda estranha’.” (Ibid., p. 728, grifos do autor). Ele recorre a essa pertinente consideração para evidenciar como, no século XX, nos países de capitalismo avançado, “[...] o capital alcançou um estágio no qual os processos anteriores de reprodução sociometabólica [...] por meios dos quais ele originalmente triunfou provaram não ser mais suficientes para as exigências auto-expansivas do sistema.” (Ibid., p. 727-728). Isto é, enquanto as circunstâncias eram favoráveis, o liberalismo econômico prevaleceu. No século XX, entretanto, ante as crises econômicas e políticas desencadeadas desde o final do século XIX, o Estado precisou assumir um papel cada vez mais direto, como dito expressamente por Mézáros a respeito do estágio imperialista do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002, p. 728):

[...] para fornecer a “ajuda estranha”, tão necessária aos constituintes econômico-reprodutivos do sistema do capital, chegando ao ponto de travar guerras de magnitude até então inimagináveis. Os conflitos abrangentes dos Estados mais poderosos que tentaram resolver, por meio de confrontos violentos, os problemas socioeconômicos subjacentes pela redefinição das relações de poder entre Estados marcaram o fim da irrecuperável fase do capital na qual a dimensão política do sistema era muito menos pronunciada que o papel dos processos diretamente econômicos.

Nessa citação, fica evidente quão arraigada e imprescindível tornou-se a presença do Estado nos negócios do capital, especialmente pelo poder exponencial de fogo do exército nacional nas duas grandes guerras mundiais e no período da guerra fria, em que o mundo esteve dividido entre capitalistas e comunistas, com hegemonia dos primeiros. A experiência de mais de trinta anos de Estado interventor – *Welfare State*, representou o ápice dessa alteração radical da função política no sistema reprodutivo do capital.

Porém, tal mudança jamais ficou sem a constante relutância dos defensores da liberdade competitiva do mercado – os *advogados da pureza capitalista e representantes da “direita radical”*, como diz Mézáros – contra a intervenção estatal orgânica, que o autor

(MÉSZÁROS, 2002, p. 730) caracteriza como:

[...] uma reversão significativa de algumas tendências fundamentais de desenvolvimento no século XX, que resultaram em uma 'hibridização' incurável do sistema do capital, o qual, no ápice de sua ascensão histórica, podia se reproduzir e estender dinamicamente seu poder por meio de processos principalmente econômicos.

De acordo com Coral (2016, p. 43-44), os pensadores da corrente neoliberal justificavam que o Estado edificado no período dos anos 1940-1970 foi ineficiente, corrupto e burocrático. Nessa perspectiva houve uma satanização do Estado e uma deificação da sociedade civil,<sup>92</sup> como seu contraponto em eficiência, conduta ilibada e efetividade. Sendo assim, o novo padrão de regulação social deveria afastar a interferência do Estado na economia, preservando as liberdades individuais de trocas no mercado. A intervenção do Estado neoliberal, portanto, deverá ser mínima, sendo admissível algum nível de regulação, desde que essa diga respeito ao incentivo à iniciativa privada, considerada como mais flexível e mais eficiente que a estatal.

Seguindo os argumentos de Ernest Mandel, Behring (2015, p. 51) afirma, a respeito da crise do capitalismo após uma onda longa expansiva nos trinta anos gloriosos, que:

O que ocorreu em 1974/1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução, se observadas as tendências de longo prazo fundadas na lei do valor. O já presente agravamento do problema do desemprego (não nas proporções atuais) pela introdução de técnicas capital-intensivas, a alta dos preços de matérias-primas importantes, a queda do volume do comércio mundial e, ainda, um poder de barganha razoável dos trabalhadores empregados, advindo do então recente, mas já erodido, período de pleno emprego; todos estes são elementos que estão na base da queda da demanda global (de um ponto de vista keynesiano) e da erosão inexorável da taxa média de lucros, de uma ótica marxista, no início dos anos 1970.

Retomando as considerações de Coral (2016, p. 44):

A colaboração necessária do Estado para a solução da crise reside no uso de sua função legal para implementar: uma forte disciplina fiscal; uma reforma tributária que diminua os custos do capital; a redução dos gastos públicos; o incentivo à abertura do mercado tanto para mercadorias, como também para os serviços sociais mantidos pelo Estado, tais como educação, saúde, previdência, transportes,

<sup>92</sup> A autora, assim como outros teóricos que utilizamos como referência de nossos estudos, utiliza o conceito de sociedade civil em contraposição ao Estado (ou sociedade política), em razão de sua abordagem estar ancorada mais numa perspectiva marxista influenciada pela concepção do Estado ampliado, cuja hegemonia da direção e dominação do poder emana da guerra de posição das classes sociais, portanto, consiste do governo (sociedade política) em permanente articulação e conflito com a estrutura econômica (a sociedade civil). Em respeito às suas proposições intelectuais originais, não alteraremos as expressões “sociedade civil” e “sociedade política” utilizadas aqui e mais adiante. Todavia, é importante que esclareçamos que, em termos ontológicos, a divisão fragmentada da sociedade, conforme vimos expondo desde a primeira seção, e especialmente no início desta, compreende os microcosmos do capital, do trabalho e do Estado, como elementos da infraestrutura (esfera do trabalho; relação-capital; economia) e da superestrutura (esfera das práxis superiores de modo geral; ação política).

comunicação etc.; a privatização das estatais e a desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, entre outras.

Também com respaldo na contribuição teórica de Mandel, Coral (2016, p. 44) afirma que “[...] a proposta neoliberal de minimização do Estado tem estreita relação com o fenômeno da supercapitalização”. Essa é uma característica básica do *capitalismo tardio*, que consiste na estagnação ou desvalorização de grande quantidade de capital acumulado ou de capitais excedentes nos setores produtivos tradicionais. Tal fenômeno repercute em investimentos em setores que não produzem diretamente mais-valia, gerando um ciclo de auto-criação do capital-dinheiro. Dessa forma é que *se expande o setor de serviços*.

Mészáros, por sua vez, refere-se ao fracasso prático das ideias de minimização do Estado na economia capitalista, particularmente à constatação do próprio Milton Friedman (um dos patronos do neoliberalismo)<sup>93</sup> quanto a participação proporcionalmente crescente dos gastos do governo estadunidense em relação à renda nacional, entre os anos de 1930 e 1980, “apesar de todos os esforços das personificações ativas do capital na esfera política para tentar seguir fielmente os seus conselhos.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 728). Pois, na análise do filósofo húngaro (MÉSZÁROS, 2002, p. 728):

[...] os “mecanismos puros” de seu sistema idealizado são incapazes de cumprir suas funções reprodutivas na escala requerida. Consequentemente, o modo de controle sociometabólico do capital não pode prevalecer sob as condições presentes sem depender pesadamente da “ajuda estranha”, politicamente administrada, que, na visão dos vários representantes da “direita radical”, deveria ser considerada um anátema para o sistema.

Quanto à crise estrutural do sistema do capital, em especial o “problema do desemprego”, assim se posiciona o filósofo, em relação ao fracasso tanto das estratégias social-democratas, como também das “soluções monetaristas alternativas” (o neoliberalismo), propostas pelos advogados do Estado não interventor, as quais “se caracterizavam pela incapacidade de se atacar as *causas*, tentando remediar a situação intervindo apenas no nível dos *efeitos e conseqüências*, o poderia funcionar apenas conjunturalmente, por períodos muito limitados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 731, grifos do autor):

<sup>93</sup> Esta é uma designação de minha própria lavra, considerando que os patronos ou principais teóricos responsáveis pela disseminação do ideário neoliberal foram Friedrich August Von Hayek (com seu “O Caminho da Servidão” – *Road to Serfdom*, publicado na Inglaterra em 1944) e Milton Friedman (autor de “Capitalismo e Liberdade” – *Capitalism and Freedom*, originalmente publicado nos Estados Unidos em 1962). Nessa passagem da ampla exposição de Mészáros, ele se refere aos conselhos econômicos de Friedman ao governo do presidente Ronald Reagan nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 1980. Mészáros sequer faz menção ao neoliberalismo, tampouco faz alusão ao seu patronato. Ele se refere a Milton Friedman como “um dos mais reverenciados ideólogos do monetarismo” (MÉSZÁROS, 2001, p. 728).

As várias soluções tentadas podiam, por períodos mais longos ou mais curtos, segundo as suas circunstâncias sócio-históricas específicas, apenas aliviar temporariamente o desemprego de massa. Ao fim, os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos “países capitalistas avançados” do Ocidente, quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis. Contudo, as soluções monetaristas alternativas, tentadas após a fase keynesiana com enorme zelo e grande entusiasmo político – tanto pelos governos trabalhistas como por seus rivais conservadores –, provaram ser um fracasso não menor do que as predecessoras.

## 2.2 Educação e reprodução social

Com o objetivo de proporcionar uma melhor aproximação acerca da educação na dinâmica de interações e contradições no âmbito da relação entre superestrutura e infraestrutura da vida social, faremos uma breve exposição sobre a ontologia da práxis educativa como categoria de mediação no complexo reprodutivo do desenvolvimento capitalista.

Quando aborda as questões ontológicas da reprodução do gênero humano como uma essência unitária natural-social, que tem como caráter irrevogável de sua própria natureza “a intenção voluntária e espontânea do homem de realizar em si mesmo as determinações do gênero humano”, Lukács (2013, p. 176) refere-se ao “[...] complexo de atividades que costumamos chamar de educação” “como uma peculiaridade específica do ser social”, que o difere em absoluto de qualquer analogia que se possa fazer em relação às formas de *ensinamento* das habilidades próprias que quaisquer outras espécies animais adultas realizem em relação a seus filhotes. Isto porque a apropriação dos comportamentos específicos de preservação e reprodução destes últimos ocorre de uma só vez e permanece estável e indispensável por toda sua vida. Com os seres humanos, todavia, ocorre o contrário: “o essencial da educação dos homens [...] consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida.” (LUKÁCS, 2013, p. 176).

Desse pressuposto, o próprio Lukács (2013, p. 176-177) conclui que: “[...] a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída”. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou.

No nosso entender, Lukács adverte para o equívoco de se acreditar que a educação por meio das práxis educativas institucionalizadas em comunidades familiares, religiosas, escolares, etc. são mediadas por uma razão natural e metafísica, que lhe estabeleçam limites

ideais, no sentido de serem estabelecidas de acordo com as capacidades naturais (biologicamente fundadas) de apreensão dos comportamentos adequados a cada fase de vida do homem. Esse erro leva a compreender que a lentidão do aprendizado humano tenha origem natural, quando, na verdade, seu fundamento estaria no caráter eminentemente social, segundo exemplifica o autor (LUKÁCS, 2013, 177):

Se hoje a escola é obrigatória e universal nos países civilizados e as crianças não trabalham por um período relativamente longo, então também esse período de tempo liberado para a educação é um produto do desenvolvimento industrial. Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas. Naturalmente, se essas circunstâncias assim modificadas durarem o tempo suficiente, elas terão certos efeitos sobre a constituição física e psíquica dos homens.

Com essa observação, Lukács (2013, p. 177) evidencia que “[...] a educação no sentido mais amplo – de muitos modos, espontânea – obviamente desempenha um papel mínimo equivalente ao da educação no sentido mais estrito”. Isso significa que a práxis educativa institucionalizada tem uma função proporcionalmente maior do que a cotidianidade da vida social, no sentido de transmitir os conhecimentos, habilidades, comportamentos, etc. requeridos por determinada sociedade em determinado período histórico. Portanto, a conduta social ativa e consciente de ensinar alguém, como práxis teleológica ontologicamente fundada pelo trabalho, tem como horizonte a reprodução das condições de desenvolvimento sempre crescente das técnicas e meios de facilitação do trabalho e de aumento da sua produtividade.

O aprendizado de determinado local e época, ao se expandir territorialmente e ao se reproduzir por longos períodos, certamente serão inculcados em várias gerações, promovendo mudanças biológicas, inclusive. Contudo, “[...] toda a tradição reproduzida pela educação no sentido mais amplo está condenada ao desaparecimento assim que a reprodução da sociedade como um todo lhe subtrai as possibilidades de desdobramentos, de exercer influência, de buscar alternativas reais presentes e futuras.” (LUKÁCS, 2013, p. 178).

Continuamos tomando emprestadas as palavras do filósofo húngaro, para destacar o caráter ontológico-objetivo mais ou menos duradouro da educação em sentido amplo (em termos de valores morais) em relação às práticas educativas institucionalizadas (materializadas, objetivadas na realidade), a depender das demandas manifestas pelas classes sociais que compõem a sociedade:

[...] a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – parcialmente – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na



mudança da reprodução do ser social; que ela, a longo prazo, fracasse – parcialmente – de modo igualmente ininterrupto constitui o reflexo psíquico não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução. (LUKÁCS, 2013, p. 178)

Neste ponto, entendemos que Lukács está a se referir aos pores teleológicos mobilizadores da educação e de tantos outros complexos, na esfera de reprodução social, para fins de convencimento e preparação das classes em termos do desempenho de funções específicas na divisão social do trabalho.

Ao avançar descobrindo e realizando coisas novas, novas necessidades, novos caminhos para sua satisfação, o processo do trabalho impõe no plano social não só em proporção crescente sua própria disseminação, seu aperfeiçoamento, mas simultaneamente também uma divisão do trabalho não só técnica, como também social. É impossível realizar aqui a tarefa de descrever historicamente esse processo. O que se pode fazer é ressaltar alguns momentos decisivos, nos quais esse processo de reprodução do trabalho e a divisão do trabalho que dele se origina conferem um novo cunho ontológico à estrutura do ser social. A divisão originária do trabalho certamente é apenas ocasional e, por essa razão, uma ação conjunta meramente técnica por ocasião de certas operações ou cooperações. É provável que demore bastante até que a divisão do trabalho se consolide em determinadas profissões ou mesmo se converta numa formação social específica, com que o homem singular se depare já como forma autônoma do ser social e assim retroaja sobre toda a sua maneira de viver. (LUKÁCS, 2013, p. 178-179)

Esse é um resumo do processo de desenvolvimento das forças produtivas que culmina na divisão sócio-técnica do trabalho no estágio capitalista, onde as ações cooperativas são fragmentadas em subfunções que retiram dos sujeitos singulares que trabalham a sua individualidade, qual seja, a sua particularidade como humano-genérico que cria, impondo-lhe atos autômatos que retroagem “sobre toda a sua maneira de viver”. Aqui resta evidenciado como a educação restrita *apaga* as formas pretéritas do ser social. Esse é o *apagamento* que *separa* a cabeça do corpo, isto é, as funções intelectuais das funções manuais do trabalho, como primeira forma de divisão na manufatura até o mais complexo estágio de desenvolvimento capitalista, passando pela divisão entre a cidade e o campo, entre o setor produtivo industrial e agroindustrial e os setores da esfera reprodutiva de valorização do capital. Nesse processo, a educação desempenha um papel de “[...] diferenciação entre os homens, para a qual, por seu turno, não se encontra qualquer tipo de analogia na esfera da vida [na natureza]” (LUKÁCS, 2013, p. 181).

A partir dessas considerações lukacsianas, entendemos que o aprendizado cotidiano das formas de responder às mais variadas e simples demandas imediatas e espontâneas das relações sociais, como a linguagem, as crenças, os hábitos culturais e a ética da comunidade

na qual se educa o indivíduo, é um processo em permanente movimento de apreensão, que constitui a formação da individualidade, da personalidade dos sujeitos singulares. Neste sentido é que a educação ampla é um processo interminável, posto que se trata da formação do gênero humano; um processo que se expande, através de um desdobramento cada vez mais social da individualidade humana, evidenciando o “[...] gênero humano como uma categoria histórico-social em desenvolvimento – desigual e contraditória” (Ibid., p. 181).

Quando, na primeira seção desta tese, abordamos a respeito da vida cotidiana, a partir das contribuições de Agnes Heller, salientamos que no desenvolvimento do complexo axiológico que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, o valor de uso das coisas só pode ser essencialmente subjetivo, uma vez que só pode ter fundamento na individualidade, na forma particular, autônoma e espontânea de se estabelecer se determinadas coisas são ou não são úteis e adequadas para suprir as necessidades e carecimentos individuais.

Todavia, é somente através da educação no sentido restrito que os indivíduos são capazes de discernir sobre o que é ou não adequado para si. E esse senso de adequação o acompanha de forma intermitente, a depender das circunstâncias que lhe permita utilizar os conhecimentos e manifestar os comportamentos conforme lhe fora ensinado. Ou seja, em determinados momentos da sua vida, quando se vê em situações até então inusitadas ou inéditas, o indivíduo não precisará se valer de novas informações e instruções de “como reagir”. Porém, no caso de que nessas situações excepcionais ou inaugurais estejam ausentes aquelas formas habituais de responder a tais e quais demandas, o indivíduo se achará escasso de alternativas para agir nessas novas circunstâncias reais de sua vida cotidiana.

Como disse Mészáros n'*A educação para além do capital* (2005, p. 25): “Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados.” Sendo assim, toda e qualquer proposta de mudança que se queira projetar para que a educação, no sentido restrito alcance a totalidade das pessoas e para que aquilo que é ensinado seja suficiente e satisfatoriamente voltado para a emancipação dos indivíduos, na perspectiva de sua elevação à genericidade, não poderá se limitar a reformas.

Pois, conforme Mészáros (2005., p. 25) as reformas nos sistemas de ensino dentro do sistema do capital:

[...] são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado

sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve *conformar* com a *regra geral* preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral*. (grifos do autor)

Obviamente, na mesma linha argumentativa que o filósofo formulou a respeito da incontrollabilidade do capital e da função coesiva do Estado burguês, aqui, em relação à educação, ele ressalta que todos os esforços “que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia – e ainda consiste – no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem *irreformáveis*.” (ibid., p. 26-27, grifo do autor).

Nesse sentido, entendemos que no processo de expansão mundial do sistema do capital, que se caracteriza pela mercantilização de todas as esferas da vida, em todos os quadrantes do mundo, toda reforma que ponha a educação como estratégia de desenvolvimento, só pode ser plenamente vantajosa para a acumulação capitalista e extremamente limitada em termos de apreensão dos valores gerais da sociabilidade humana.

Ora, com bem registrou Marx n'*O Capital* (2013, p. 435):

Os conhecimentos, a compreensão e a vontade que o camponês ou artesão independente desenvolve, ainda que em pequena escala, assim como aqueles desenvolvidos pelo selvagem, que exercita toda a arte da guerra como astúcia pessoal, passam agora a ser exigidos apenas pela oficina em sua totalidade. As potências intelectuais da produção, ampliando sua escala por um lado, desaparecem por muitos outros lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se defronte a eles no capital. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as potências intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e como poder que os domina. Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital.

Marx ressalta, então, como, na divisão do trabalho comandada pelo capital, o progresso das forças produtivas implica o empobrecimento intelectual dos trabalhadores alienados e estranhados na objetividade daquilo que produz.

Isso foi astutamente reconhecido por Adam Smith, o qual constatou o fenômeno da “estupidificação” do trabalhador parcial, conforme exposto por Marx:

A uniformidade de sua vida estacionária também corrompe, naturalmente, a coragem de sua mente. [...] Ela aniquila até mesmo a energia de seu corpo e o torna incapaz de empregar sua força de modo vigoroso e duradouro, a não ser na operação detalhista para a qual foi adestrado. Sua destreza em seu ofício particular parece, assim, ter sido obtida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas em toda sociedade industrial e civilizada é esse o estado a que necessariamente tem de se degradar o pobre que trabalha [*the labouring poor*], isto é, a grande massa do povo. (SMITH apud MARX, 2013, p. 436, grifo nosso).

Mészáros apresenta os argumentos de Smith em relação ao “impacto negativo do sistema [capitalista] sobre a classe trabalhadora”, o qual alega que a causa do problema seria o “espírito comercial” devido à divisão do trabalho. Desta forma, o homem urbano, trabalhador da manufatura, estaria em desvantagem intelectual em relação ao homem do campo (MÉSZÁROS, 2005, p. 28):

[...] Na situação em que a divisão do trabalho é levada até à perfeição, todo homem tem apenas uma operação simples para realizar; a isso se limita toda a sua atenção, e poucas ideias passam pela sua cabeça, com exceção daquelas que com ela têm *ligação imediata*. Quando a mente é empregada numa diversidade de assuntos, ela é de certa forma ampliada e aumentada, e devido a isso geralmente se reconhece que um artista do campo tem uma variedade de pensamentos bastante superior a de um cidadão. [...] Essas são as desvantagens de um espírito comercial. As mentes dos homens ficam *limitadas*, tornam-se incapazes de se elevar. *A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada*, e o espírito heróico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos deveria ser assunto digno de uma séria atenção. (SMITH apud MÉSZÁROS, 2005, p. 28-29, grifos no original).

De acordo com Mészáros, a preocupação de Smith não significou muita coisa, uma vez que ele reputava os efeitos degradantes dos trabalhadores a eles próprios e não ao sistema que lhes impunha condições aviltantes de trabalho e de vida. Tais constatações levaram Smith a recomendar o ensino popular, a cargo do Estado, segundo Marx (2013, p. 436), “[...] como modo de evitar a degeneração completa da massa do povo decorrente da divisão do trabalho”. Essa recomendação – apesar de paradoxal em relação ao liberalismo defendido pelo seu idealizador – se justificava porque, pela ausência da educação moralizadora, o jovem trabalhador não saberia como melhor aproveitar o seu “tempo de lazer”, dando-se a exageros e perdições (*intemperança e libertinagem*), daí a importância da educação.

Interessante notar como, no desenvolvimento civilizatório da industrialização burguesa, com a implementação das escolas obrigatórias, conforme aludido por Lukács e mencionado linhas acima, houve uma inversão na hierarquia de relevância em que a educação restrita, sob comando do capital, subtraiu a importância da educação ampla.

Nesse sentido, Mészáros (2005, p. 35) afirma que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Conforme adverte o referido autor: “Naturalmente, as instituições de educação

tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital.” (Ibid., p. 42). Ele também salienta que: “As determinações gerais do capital afetam particularmente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais.” (Ibid., p. 43, grifo do autor).

Compreendemos, então, que a cultura é a categoria que contempla de modo mais amplo esse processo de internalização.

José Paulo Netto (2013, p. 25), referindo-se aos padrões “civilizatórios” da contemporaneidade, cuja proposta de realidade é a imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada, evidencia que:

A dinâmica cultural do capitalismo contemporâneo, o *tardo-capitalismo*, é parametrada por dois vetores, de natureza econômico-política e técnica: a *translação da lógica do capital* para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos *meios eletrônicos* (a televisão, o vídeo, a multimídia). Essa cultura incorpora as características próprias da *mercadoria* no tardo-capitalismo: sua obsolescência programada, sua fungibilidade [sic], sua imediatividade reificante. Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente, [...] a identificação como uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma *cultura de consumo*: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e de ideias – e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma *semiologização do real*, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam.

Mészáros chama ainda a atenção para o fato de a educação formal não ser “a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical” (PAULO NETTO, 2013, p. 45). E continua:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. E por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser *formais*; elas devem ser *essenciais*”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (grifos do autor).

O filósofo critica os projetos reformistas que deslocam o processo de exclusão educacional como sendo principalmente uma questão de acesso à escola, quando na verdade se trata de uma exclusão dentro das instituições de educação formal, as quais reproduzem a estrutura de valores que contribuem para perpetuar uma concepção de mundo baseada na

sociedade mercantil. Ou seja, formação para o trabalho alienado.

Segundo Bertoldo (2009), tratando especificamente do Brasil, a visão do GT Trabalho e Educação da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação denuncia a interpretação economicista da educação formal brasileira, com a conotação de educação para o mercado de trabalho, isto é, uma perspectiva unilateral de preparação para o trabalho alienado, tendo como ponto de partida o trabalho no capitalismo, cuja forma dominante de *retribuição* é o assalariamento. Para autores vinculados à perspectiva crítica, como Gaudêncio Frigotto, Acácia Kuenzer e Lucília Machado, a concepção de educação que tenha o trabalho como princípio educativo, na direção da proposta de inspiração marxista gramsciana, de uma educação unitária e politécnica, com base no conceito de *omnilateralidade* (preparação do homem completo pelo trabalho e pela vida em sociedade).

Para a autora, o problema das propostas reformistas desses autores é que desembocam para o socialismo pela via democrática, na defesa da educação para a cidadania e ampliação da participação popular. Ou seja, partem da centralidade política e não da centralidade do trabalho como possibilidade onto-histórica da relação entre trabalho e educação. Dessa forma, ela aponta para a necessidade de construção de uma concepção de educação emancipadora, no horizonte da superação do capital, numa perspectiva revolucionária de autoconstrução humana.

A defesa de Mészáros (2005) caminha nesse sentido da educação libertadora – *para além do capital*. Isto é: educar é resgatar o sentido estruturante da relação do trabalho com a liberdade de criar, portanto, não pode se encerrar na prática pedagógica, mas requer ação política dos indivíduos (trabalhadores) nos espaços públicos. Dessa forma, fica evidente a ênfase na concepção da educação como *criação* e não como mercadoria, o que significa por fim à separação entre o trabalho manual e trabalho intelectual, superando a lógica desumanizadora do capital, qual seja: o individualismo, o lucro e a competição.

Bertoldo (2009, p. 115-116) aponta as etapas de desenvolvimento da individualidade humana, correspondente à transição do ser-em-si para o ser-para-si, quais sejam:

- 1) Relação de dependência pessoal (naturais);
- 2) Independência das pessoas baseada na dependência objetiva da troca de coisas (emancipação política = capitalismo);
- 3) Livre individualidade, baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e na destreza de sua produtividade coletiva convertida em sua potência social (emancipação humana = comunismo).

Essa última fase é “impedida” de realizar-se em decorrência do fenômeno da alienação e do estranhamento, posto que, “[...] com o desenvolvimento do processo produtivo, as necessidades dos homens, no capitalismo, não só tendem a se ampliar cada vez mais, como também elas se vêem impossibilitadas de serem solucionadas.” (BERTOLDO, 2009, p. 121).

Ao nosso ver, contraditoriamente, essas mesmas condições de estranhamento da condição humano-genérica do homem remetem também à possibilidade de suprassunção das condições de dominação de uma classe sobre outra, como já comentado anteriormente. Remetem, portanto, ao papel da educação no processo de elevação da individualidade singular alienada para a consciência de classe, no sentido do rompimento da mudez do gênero humano, considerando a potência latente da liberdade que, em se tratando do estágio capitalista de desenvolvimento, poderá cessar a “irlandização” dos trabalhadores, a partir da ação política conscientemente organizada.<sup>94</sup>

### **2.3 Desenvolvimento planejado no Brasil: perspectivas, percursos e percalços**

Caio Prado Júnior, na sua clássica obra *História Econômica do Brasil* (2012, p. 23) ressalta que toda a produção desenvolvida no Brasil colônia tinha objetivo exterior, ou seja, a exploração das terras brasileiras foi predominantemente voltada para o abastecimento da Europa, conforme ele apresenta:

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira. Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos desse longo passado colonial. [...]

Essa condição é apontada pelo autor como elemento indispensável para a análise do “essencial da evolução econômica do Brasil”.

Francisco de Oliveira se refere a mudanças na divisão do trabalho entre as diversas regiões do País provocadas pela expansão da economia brasileira e chama a atenção para a diferenciação social do trabalho em cada região, em termos do “crescimento de atividades secundárias em relação às primárias, substituição de atividades artesanais por fabris, criação

---

<sup>94</sup> Em alusão ao termo utilizado por Marx na citação que apresentamos na epígrafe desta seção.

de novos tipos de serviços” (OLIVEIRA, 1977, p. 40).

Segundo Cruz (2017, p. 67-68):

Dessa forma, a “região” do café passa a ser a “região” da indústria, tendo São Paulo como centro, o Rio de Janeiro seu subcentro, Minas Gerais e Paraná seus limites. A expansão da fronteira dessa “região” começa a capturar os espaços vazios do Centro-Oeste”. A conversão da “região” do café em “região” da indústria redefine a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. Diante dessa nova realidade, o Nordeste passa a ser sistematicamente o “depósito” do exército industrial de reserva. Contrariamente ao que é colocado pelos estudos dualistas, inspirados pela obra de Jacques Lambert, que concebem os desequilíbrios regionais como resultantes de “dois Brasis’: um Nordeste subdesenvolvido e um Sudeste urbano e industrializado” (NOVAES, 2007a, p. 88), o que se tem, na verdade, é que as desigualdades regionais no Brasil são produto da divisão regional do trabalho pelo capital. É esse um elemento central para se entender vários processos sociais que aqui se gestam, inclusive as migrações internas no país (NOVAES, 2007a, p. 88). Como reflexo das disparidades regionais, as migrações “realimentam em um mesmo processo [...] não só a circulação dos produtos, mas também a circulação de mercadoria trabalho”.

Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que fundamenta a opinião de Machado e Lima (2016), a industrialização do Nordeste brasileiro não aconteceu de forma homogênea em relação à economia nacional, nem relação às demais regiões. Dessa forma, os autores ressaltam que o desenvolvimento capitalista da região não acontece essencialmente por seu arcaísmo, mas sim como as classes travaram e travam seus conflitos, sendo as condições arcaicas de produção também resultados dessa relação conflituosa ao longo da história.

Sendo assim, conforme dizem os referidos autores (MACHADO; LIMA, 2016, p. 108), a partir das considerações de Francisco de Oliveira: “[...] A própria intervenção do Estado se moldará nos conflitos entre as classes, tendo em vista que sua forma de 'planejador' será produto da tensão estabelecida entre as classes sociais, que serve à classe dominante para amenizar a pressão sobre seus interesses.”

Desde a década de 1950, políticas reformistas de desenvolvimento nacional (planificado nos moldes do desenvolvimentismo da CEPAL)<sup>95</sup> têm sido implantadas com o objetivo de elevar o *status* de desenvolvimento do país no capitalismo internacional. Do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956) ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

<sup>95</sup> A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) criado no final da década de 1940, com a finalidade de estudar e propor saídas para a condição de subdesenvolvimento dos países da latino-americanos. A teorização da CEPAL acerca da superação do subdesenvolvimento é comumente chamada de “desenvolvimentismo cepalino”, o qual se funda nas teses e nas propostas de políticas econômicas oriundas de um grupo de economistas e outros cientistas sociais que, segundo Renato Perim Colistete, “propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano” (COLISTETE, 2001, p. 21). Importante assinalar a vinculação do economista brasileiro Celso Furtado à CEPAL e a sua influência na elaboração do Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek.



de Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil foi alçado de sua condição de ‘subdesenvolvimento’ ao *status* de ‘economia emergente’, depois classificado como mercado de crescimento<sup>96</sup> e projetado como uma das grandes potências econômicas do século XXI.<sup>97</sup> (SANTANA; NASCIMENTO, 2016, p. 147-148).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2015 (PNUD, 2015), o Brasil está na categoria de países de Alto Desenvolvimento Humano, com IDH de 0,755, representando um crescimento desse indicador de 0,60% ao ano, entre 2010 e 2014, o que o coloca na posição de 75º no *ranking* de 188 países e territórios reconhecidos pela ONU. (Ibid., p. 148).

As políticas públicas brasileiras voltadas para o desenvolvimento capitalista passaram por várias fases, nas quais se apresentaram com maior ou menor ênfase as estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local. A interiorização dos setores secundário e terciário (incluindo a expansão de serviços privados e públicos) da economia se apresenta como uma dessas estratégias.

Colistete (2001, p. 21) afirma que a teoria do subdesenvolvimento da CEPAL logrou sucesso, particularmente no Brasil, entre políticos, industriais e até o meio acadêmico, chegando ao auge de sua influência nas décadas de 1950 e 1960, quando as ideias cepalinas estiveram no centro dos debates e das decisões econômicas brasileiras.

Entretanto, segundo o mesmo autor (Ibid., p. 31-32), sua influência começa a declinar já na segunda metade dos anos de 1960, quando são radicalizadas algumas alterações nas proposições centrais que começaram a minar a consistência da teoria cepalina desde o início daquela década: uma revisão dos requisitos para diversificação industrial que fosse capaz de superar a condição periférica continental. O conceito de dependência, defendido por autores cepalinos, como Celso Furtado, no Brasil, é um exemplo de abordagem determinista mais radical sobre os limites do desenvolvimento latino-americano que reduz a capacidade explicativa da teoria cepalina, abrindo espaço para a influência de outras correntes teóricas.

Conforme Leher (2012, p. 10-11), Florestan Fernandes, em sua obra concluída em 1968, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, realiza a mais densa e refinada interpretação acerca do processo de engajamento da esquerda e aliança dos trabalhadores com setores burgueses na defesa do projeto de desenvolvimento, assimilando seu caráter “[...]”

---

<sup>96</sup> Ver nota de rodapé 90, nesta seção.

<sup>97</sup> No trilha dos últimos dois anos do governo Dilma, em que tenham pesado a fase crítica da economia e da política brasileiras, afundadas em escândalos de corrupção, na recessão, inflação e no frequente “nervosismo” do mercado cambial, culminando no golpe do impeachment, as previsões de crescimento econômico para 2016 foram reduzidas pelo Banco Mundial.

supostamente nacional e anti-imperialista, como etapa necessária da luta pelo socialismo”. Essa estratégia *etapista*, na concepção de Florestan Fernandes, segundo Leher (2012, p. 11), resultou em amarga derrota para os trabalhadores, que tiveram suas ilusões destruídas pelo golpe e solapamento da democracia pela tecnocracia militar, patrocinada por frações burguesas locais aliadas.

Acompanhando a exposição de Ferreira e Oliveira (2015), registra-se que novos projetos de desenvolvimento para o país vêm sendo discutidos pela sociedade política e sociedade civil, desde a abertura democrática pós-regime militar (a partir de 1985).<sup>98</sup>

Ressaltamos que, nas abordagens teóricas do desenvolvimentismo, ou da era desenvolvimentista, no Brasil, são identificadas três grandes correntes ideológicas, de acordo com Branco (2009, p. 2):

[...] a neoliberal (Eugenio Gudín), a socialista (Caio Prado Jr. e Ignácio Rangel) e a desenvolvimentista, sendo esta subdividida em três subcorrentes, a saber, a do setor privado (Roberto Simonsen), a não-nacionalista do setor público (Roberto Campos) e a nacionalista do setor público (Celso Furtado).

Dentre as diferentes perspectivas de desenvolvimento econômico e social, “[...] é colocada a relação entre crescimento e desenvolvimento, bem como a disputa de dois paradigmas no cenário da sociedade capitalista” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2015, p. 1188), quais sejam: a defesa da autonomia do mercado, própria do liberalismo clássico (ou o privatismo – paradigma da economia do ponto de vista da oferta) *versus* o regulacionismo macro-econômico (paradigma do ponto de vista da demanda), com posicionamentos divergentes entre as correntes da economia keynesiana (tendentes ao estatismo) e neoliberal (que defende o Estado mínimo).

Ao abordar “o nó cego do desenvolvimentismo brasileiro”<sup>99</sup>, José Luis Fiori, por sua vez, aponta a alternância histórica das concepções ideológicas dominantes entre as burguesias industriais em nível mundial. O autor se refere às opções de desenvolvimento capitalista calcadas numa abordagem estruturalista, que pendem ora para o papel econômico do Estado protecionista, ora para a defesa liberal do livre-cambismo e despolitização dos mercados, “numa recorrência que lembra a ideia grega da circularidade imóvel” (FIORI, 1994, p. 125) – ou do círculo quadrado.

Cepêda (2012), numa análise que procura distinguir os conceitos de desenvolvimento

<sup>98</sup> Já esclarecemos a utilização dos conceitos “sociedade política” e “sociedade civil” na nota de rodapé 95, nesta seção.

<sup>99</sup> Este é o título do artigo publicado por José Luis Fiori na revista *Novos Estudos CEBRAP*, em novembro de 1994 (FIORI, 1994).

(que ela considera um conceito relativamente neutro, no sentido de evoluir) (!) e desenvolvimentismo, assinala dois estágios desse último processo no país: o velho e o novo desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo brasileiro possui um corpo teórico comum, pautado pela suspeita ou recusa às virtudes da auto-organização da sociedade (a partir do mercado, do protagonismo dos indivíduos ou da competição política) como mola do progresso e do desenvolvimento geral. Dessa assertiva origina-se a inclinação a uma perspectiva mais orgânica. Essa onda longa abriga tanto a percepção de que a trava do desenvolvimento é a insuficiência de produzir (velho desenvolvimentismo) ou a incapacidade de distribuir (novo-desenvolvimentismo). (Ibid., p. 83)

O primeiro estágio, considerado como velho desenvolvimentismo, compreende o período entre uma fase democrática (1950-1964) e uma fase autoritária (1964-1985). A autora assim o caracteriza (FIORI, 1994, p. 84, grifo do autor):

[...] partindo do e preso ao diagnóstico do sub-desenvolvimento, elege como nuclear o problema dos obstáculos à realização de um sistema econômico industrial complexo e maduro. O foco no velho desenvolvimentismo está assestado, centralmente, nos estrangulamentos do mundo da produção e na sua resolução via industrialização pesada. Aparecem em segundo plano, quando muito no horizonte de sua proposição e como efeito de sua ação, os aspectos de distribuição e elevação de bem-estar. O mote *crescer primeiro para distribuir depois* não é acidental, mas uma metáfora exemplar do compromisso e custos sociais necessários no projeto de desenvolvimento.

O estágio do novo desenvolvimentismo, cuja vigência é considerada a partir dos anos 2000, caracteriza-se, segundo a autora aqui referida, como um projeto que, ao contrário do modelo anterior, “[...] apoia-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária.” (CEPÊDA, 2012, p. 84).

Consideramos que essa caracterização de Cepêda é, no mínimo, tendenciosa, em termos de uma evidente “aposta” no sucesso do caráter redistributivo da política desenvolvimentista. Utilizamos-a aqui com o intuito de recortar didaticamente o contexto histórico do fenômeno do desenvolvimentismo no Brasil.

Observamos, então, que os primeiros escritos sobre o *neodesenvolvimentismo* (ou novo desenvolvimentismo) brasileiro foram publicados por Luiz Carlos Bresser Pereira em 2004, no primeiro mandato do governo Lula. Para seus defensores, segundo Castelo (2012, p. 624), trata-se de:

[...] uma estratégia de desenvolvimento que compatibilize altas taxas de crescimento econômico com a equidade social [...]. Para isto propõem medidas de políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades e reformas nos sistemas financeiros, educacionais e de inovação tecnológica.

De acordo com Castelo (2013, 130): “No ano seguinte, um grupo de professores

universitários ligados à tradição pós-keynesiana organizou a coletânea *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*.” E acrescenta: “Nesse período, teses do novo desenvolvimentismo – intervenção estatal na economia e na “questão social” para estimular crescimento e distribuição de renda [...] – fortaleceram-se dentro do aparelho estatal e foram elogiadas por intelectuais orgânicos da alta burguesia.”

Fazemos notar que há um lapso temporal entre um e outro estágio do desenvolvimentismo, compreendido na década de 1990. Trata-se do período de assimilação pelos países “em desenvolvimento” da lógica de acumulação globalizada da economia capitalista, a partir das regras e consensos emanados do projeto neoliberal para enfrentamento da crise mundial do capitalismo eclodida desde a década de 1970.

De acordo com Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p. 156):

Ao final dos anos 1980, com a emergência do neoliberalismo, esse debate foi reposicionado no âmbito da Cepal, em face das reformas de mercado e crescente financeirização da economia. Nesse período, as discussões sobre o desenvolvimento econômico e social são orientadas pelas reformas estruturais na economia, especialmente pela política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Para essas autoras (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 153), “[...] a partir do final da década de 1980, o movimento das esquerdas latino-americanas orienta-se no sentido da superação das ditaduras militares e da resistência ao neoliberalismo [...]”, culminando na chegada ao poder governamental de partidos “de esquerda e centro-esquerda em países da região andina e cone-sul, como são exemplares a situação do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela”.

No Brasil, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, construído no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob a coordenação do então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Luiz Carlos Bresser Pereira,<sup>100</sup> sintetiza uma “[...] mudança à medida que o Estado brasileiro não deveria mais intervir tão diretamente no processo de desenvolvimento, cabendo exercer especificamente sua promoção” (ANDRADE; MACÊDO, 2012, p. 70).

Nesse período, foram implementadas as *contrarreformas* da previdência, da saúde, da educação, acompanhadas de uma reestruturação da administração pública, com mudanças nas formas de gestão e cortes de cargos no serviço público, a cujo processo se chamou de reforma gerencial, direcionada à redução de custos como sinônimo de eficiência. A

<sup>100</sup> Sim, o mesmo Bresser Pereira, aquele que elogiou o *neodesenvolvimentismo* do governo Lula, que se seguiu às *contrarreformas* que havia coordenado no governo FHC.

privatização de empresas e de alguns serviços estatais foi a marca principal dessa “reforma”.

As justificativas para a Reforma do Estado centraram-se na crítica à rigidez e à burocratização do Estado, que impediam o seu desempenho satisfatório. Era preciso dar agilidade à administração pública, por exemplo, através de medidas como a descentralização das responsabilidades e do grau de autonomia para a superação de entraves, como os de contratação, de licitação e execução orçamentária. Para isso, era necessário mudar a configuração dos entes do Estado, e a este caberia apenas o papel de indutor, promotor e regulador das atividades. (CORAL, 2016, p. 49)

Fiori (1994) assinala que ante a hegemonia neoliberal, na década de 1990, as ideias presentes no arcabouço teórico e nas proposições de políticas econômicas próprias do desenvolvimentismo cepalino, na América Latina, deram lugar ao novo modelo neoclássico de desenvolvimento elaborado pela equipe econômica do Banco Mundial.

Castelo (2013, p. 120-121), contestando a tese do neodesenvolvimentismo, que considera um “canto da sereia” do neoliberalismo, assinala que a crise do neoliberalismo chegou na América Latina desde o final do século XX, muito antes de atingir a economia central do capitalismo imperial, em 2008.

O autor afirma que nesse continente a crise se tornou orgânica e “capaz de abalar a supremacia burguesa”, abrindo-se “múltiplas possibilidades dos povos da região trilharem caminhos até então bloqueados pelas classes dominantes”. Nessa conjuntura, de forte crise financeira nos países dependentes (dentre os quais, o Brasil) e tímido fortalecimento de forças políticas de contestação da ordem, em meados de 1990, surgiu nos centros imperialistas o projeto político chamado *social-liberalismo*.

De acordo com Castelo (2013, p. 121-122):

Em linhas gerais, o social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção da riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio.

A chegada do social-liberalismo na América Latina deveu-se a partidos sociais-democratas, que trouxeram essa versão maquiada do neoliberalismo. Entretanto, no Brasil, segundo Castelo (2013, p. 122): “Os governos Lula e Dilma talvez sejam os melhores exemplos do social-liberalismo latino-americano.” Apesar das origens de esquerda, o PSDB se rendeu às “classes dominantes para dirigir o processo de integração do Brasil à fase neoliberal do imperialismo” (o processo de Reforma do Aparelho do Estado encampado no governo de Fernando Henrique Cardoso não deixa dúvidas a esse respeito). Seguindo ainda os

argumentos do autor: “Já o PT brilhou, durante a década de 1990, como uma estrela-guia da política anti-neoliberal. Todavia, ao assumir o governo federal em 2003, aderiu ao neoliberalismo.” (CASTELO, 2013, p. 122)

Concordando com Castelo, consideramos, então, que o estágio do “novo desenvolvimentismo” referido por Cepêda (2012), conforme apontamos linhas acima, na verdade esteve mais para um “novo neoliberalismo” (ou social-liberalismo), que, à diferença da defesa ferrenha do Estado mínimo e das medidas reformistas que primaram pela privatização do patrimônio público, típicos do período anterior, não negou a intervenção estatal. Porém, o que se desenvolveu durante o período dos governos Lula e Dilma foi um aprimoramento das estratégias de parceria entre o setor público e a iniciativa privada, como veremos adiante.

Ferreira e Oliveira (2015, p. 1191) destacam, assim, as duas fases mais recentes das políticas de desenvolvimento nacional. A primeira, durante os dois governos de FHC, de 1996 a 2002, quando se verificou a retomada das políticas de base territorial e regional, como a criação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, da Política dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e Integração e ainda do Ministério da Integração Regional (MI), todos na metade dos anos 1990. Essas políticas, em especial a de eixos, assumiram “uma perspectiva de competitividade mediante os territórios considerados vencedores e buscou-se maior integração internacional apesar de favorecer a fragmentação”.

Acrescentamos que em todas as estratégias acima referidas, as metas de desenvolvimento sempre estavam pautadas no crescimento econômico, mesmo que à custa do agravamento da pobreza, para a qual a solução não estava sob a responsabilidade estatal, mas sim da comunidade solidária.<sup>101</sup>

A segunda fase, compreendida entre os anos de 2003-2010, nos dois governos de Lula, caracterizou-se pela construção de políticas voltadas para um novo projeto de desenvolvimento, com dois principais objetivos: “reverter as desigualdades regionais e

---

<sup>101</sup> Fazemos menção ao Programa Comunidade Solidária, que foi o “carro chefe” da assistência social no governo FHC, sob o comando da sua esposa, a antropóloga e professora universitária, Dra. Ruth Cardoso. Havia uma coordenação colegiada através do Conselho Comunidade Solidária, composto por pessoas de notoriedade social em várias áreas, incluindo artistas, desportistas e líderes de organizações e movimentos sociais, empresários, além de representantes do governo federal. Como o próprio título do programa sugere, as ações eram realizadas com financiamento “solidário” de diferentes fontes públicas (vários ministérios destinavam uma pequena parte do seu orçamento) e também privadas (havendo abatimentos e isenções de impostos aos doadores). A implementação também era compartilhada pelo mix público-privado. Ressaltamos uma das ações relacionadas ao programa referente à educação: o Alfabetização Solidária. Até hoje a iniciativa se mantém, como uma “organização social, sem fins lucrativos e de utilidade pública” denominada AlfaSol, com sede em São Paulo. Seu objetivo é elevar o nível de escolaridade e oferecer ensino profissionalizante para jovens e adultos, através de módulos de ensino ofertados por diversas instituições parceiras, incluindo universidades, que recrutam e orientam jovens bolsistas para exercerem a função de educadores.

explorar os potenciais endógenos”, conforme descrito no Documento de Referência da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2012, p. 18).

O diagnóstico da condição de desenvolvimento nacional regionalmente desigual apresentado no referido documento aponta a necessidade de fomentar investimentos que promovam mudanças na economia produtiva das regiões periféricas, notadamente no Norte e no Nordeste, através de políticas “[...] capazes de minimizar as limitações em termos de infraestrutura, capacitação de recursos humanos e fragilidade dos sistemas de inovação que limitam as possibilidades de desenvolvimento destas regiões.” (Ibid., p. 55, grifos nossos):

Os avanços necessários em termos da capacidade produtiva e inovativa das regiões menos desenvolvidas, entretanto, enfrentam dificuldades de caráter estrutural. A forte heterogeneidade e baixa integração do tecido produtivo, pontilhado de sub espaços dinâmicos, convivendo com *estruturas arcaicas* como as que *dominam vastas áreas no Semi Árido* e do interior da Amazônia, constituem barreiras que precisam ser vencidas. A baixa diversificação setorial, dominada por *indústrias tradicionais*, e limitada capacidade de integração produtiva entre empresas, faz com que boa parte do valor agregado gerado dentro das cadeias produtivas permaneça nas regiões mais densamente industrializadas, situadas até no exterior. Pela lógica deste quadro, as rendas geradas e recebidas pelas regiões periféricas, ou semiperiféricas, são em grande parte canalizadas para regiões mais desenvolvidas, do País ou do exterior, sob a forma de importações de matérias-primas, insumos, máquinas, equipamentos, bens de consumo duráveis, além das remessas de lucros e poupanças das famílias. A desconcentração relativa de atividades produtivas industriais observada na última década, a favor de regiões industrialmente periféricas, não conseguiu reverter esta situação, pelo contrário, até a reforçou em alguns casos.

Nessa fase, os setores-chave eleitos como prioridade das estratégias desenvolvimentistas do governo federal foram, segundo Cepêda (2012, p. 85):

[...] a economia da inovação, a economia da sustentabilidade, a economia exportadora, acompanhadas de estratégias cambiais e creditícias, voltando-se para o fortalecimento da totalidade da cadeia produtiva. São definidas como expressão do desenvolvimentismo porque antecipam ou neutralizam amarras estruturais da produção, portanto reafirmando o papel da orientação racional do desenvolvimento.

A lógica que presidiu a elaboração do plano de desenvolvimento econômico nacional, com foco no desenvolvimento regional foi a de a partir do crescimento do país, possibilitar as políticas de redistribuição de renda e de inclusão social, em mais de um sentido, conforme ressalta Cepêda (2012, p. 85):

O outro ângulo das políticas recentes apontam, no entanto, para o papel estratégico do consumo e renda popular no processo de desenvolvimento econômico e social. A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta (como Bolsa Família), políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma acepção de economia estimulada pelo “lado da demanda” – pela tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo

popular.

Algumas ações dos governos Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014) são citadas como indicativas da implementação do chamado novo desenvolvimentismo no país: o Programa de Aceleração da Economia (PAC); as políticas de transferência de renda direta como Bolsa Família e políticas de crédito popular; e as políticas de transferência indireta de renda via serviços e patrimônio, como os programas “Luz para todos” e “Minha casa, minha vida” (CEPÊDA, 2012, p. 84).

Segundo Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p. 155-156), essa perspectiva tem suas bases de fundamentação no chamado nacional-desenvolvimentismo orientado pela Cepal, entre os anos de 1940 a 1970, embora sob outras determinações. Antes, o diagnóstico cepalino indicava como forma de superar o atraso e a pobreza dos países subdesenvolvidos a adoção de políticas de diversificação econômica, transferindo progresso técnico do setor agroexportados para o setor industrial, ou seja, através da substituição de importação, eliminando os “inconvenientes da dependência da demanda externa” (BELLUZZO, 2009, p. 4 apud MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 156). Para tanto, a intervenção estatal seria primordial no planejamento e fomento do processo de industrialização.

Agora, porém, “as possibilidades de superação do subdesenvolvimento e enfrentamento da desigualdade – que permanecia e se aprofundava nos países latino-americanos” (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 156), face ao acirramento da *questão social* resultante da agenda neoliberal, passaram por um revisionismo da Cepal, ensejando o surgimento do *novo desenvolvimentismo*, como uma perspectiva alinhada às propostas de mercado. “A ideia-força que a Cepal desenvolve é que não existe conflitualidade entre dinamismo econômico e igualdade social” (Ibid., p. 157), conforme proposta do Banco Mundial, tendo como grande colaborador o economista Amartya Sen. A tese desta vez, portanto, está pautada no *desenvolvimento como liberdade*, sendo esta (a liberdade individual) a finalidade e o caminho para o desenvolvimento.

Para tanto, “se faz necessário um Estado e um mercado fortes” (Ibid., p. 158). Segundo afirmam Mota, Amaral e Peruzzo (Ibid., p. 160), a Cepal passa a propor, então: “[...] um Estado que se preocupe com a definição de marcos regulatórios para a livre expansão dos mercados privados, assegurando, assim, a continuidade do processo de acumulação capitalista na região.”

Partindo desse entendimento, conforme assinalam Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p. 159, grifo do autor):



[...] os adeptos desse novo-desenvolvimentismo consideram que algumas políticas e ações são fundamentais para repor na agenda dos países da região os mecanismos de distribuição dos recursos, de modo a enfrentar a questão da desigualdade, agora com foco na discussão da *oportunidade*.

Observamos, então, que a ideia do *neodesenvolvimentismo*, pelo próprio discurso que a amolda, está centrada na competitividade e na criação de oportunidades para o desenvolvimento dos indivíduos, das comunidades, dos municípios, das regiões, do próprio país em relação ao cenário de concorrência intercapitais. Nesse sentido, o progresso socioeconômico de cada uma dessas esferas deve partir da qualificação individual em prol da inovação em ciência e tecnologia. Daí o sentido do fomento à expansão do ensino superior.

Segundo Castelo (2012, p. 625), para seus defensores, trata-se de “uma estratégia de desenvolvimento que compatibilize altas taxas de crescimento econômico com a equidade social”. “Para isto propõem medidas de políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades e reformas nos sistemas financeiros, educacionais e de inovação tecnológica.” (Ibid., p. 625)

Partindo, pois, da “premissa de que capital e trabalho não são incompatíveis e que o Estado condensaria os interesses de acumulação e, ao mesmo tempo, mediará os conflitos distributivos, atendendo às demandas das classes subalternas” (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 168), ganham destaque nos governos de esquerda e centro-esquerda dos países latino-americanos as políticas de incentivo ao autoemprego, ao empreendedorismo, fundadas na ideologia da acumulação de um capital social.

Nesse contexto, o estímulo à educação, notadamente ao acesso ao ensino técnico-tecnológico e universitário comparece como estratégia de formação do *capital humano* voltado a essa lógica de individualização das capacidades de desenvolvimento e de auto-expansão de oportunidades de geração de renda.

Por outro lado, articulam-se políticas sociais compensatórias, tendo como principal estratégia os programas de transferência de renda, que permitem o aumento do consumo das famílias pobres, sem interferir na origem das desigualdades. A essas iniciativas são associadas as políticas de facilitação do acesso ao crédito, aumentando a capacidade não só de consumo, mas também de endividamento das famílias (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012, p. 168).

Castelo (2013, p. 122-123) destaca que, de acordo com alguns analistas, os governos do PT, por força da crise externa de 2008 e apesar de os rebatimentos na economia brasileira terem sido apenas uma “marolinha”, como referido pelo presidente Lula naquela época, teriam rompido com o neoliberalismo, especialmente no tocante às políticas econômicas, aderindo ao projeto do *novo desenvolvimentismo*.

Leher (2012, p. 12, grifo do autor), entretanto, afirma:

Como a crítica à ideologia do desenvolvimento estava afundada nos subterrâneos do pensamento crítico, paulatinamente, a defesa do desenvolvimento foi se firmando como um contraponto ao neoliberalismo, assumindo, na aparência, feição progressista: como os neoliberais eram avessos ao protagonismo do Estado em certos domínios, os críticos do neoliberalismo se apegaram à *estadolatria*, negligenciando toda uma tradição crítica sobre o Estado.

Por seu turno, Castelo (2013, p. 123) questiona se essa ruptura com o neoliberalismo efetivamente ocorreu e busca responder a partir da análise da condução da política econômica nos governos Lula e Dilma. Conclui, então, que “[...] diversos setores do capital financeiro (industriais, bancários, agrários e de serviços), cada vez mais concentrados e centralizados em torno de grandes conglomerados multinacionais, lucraram como nunca na história deste país.” (Ibid., p. 126-127). Em outras palavras, “[...] o cerne da questão reside na manutenção de uma política econômica que estimula o aprofundamento da economia política da financeirização e do novo imperialismo, processo gestado desde os anos 1990.” (Ibid., p. 129).

Por outro lado, constata “a elevação simultânea das rendas do trabalho e do capital” (CASTELO, 2013, p. 127):

Os rendimentos da classe trabalhadora também subiram nos últimos anos, devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrões e empregados favoráveis ao trabalho, dos programas de transferência de renda e das mobilizações e greves. E tais ganhos não devem ser desprezados, ainda mais se pensarmos nas condições de miserabilidade de milhões de cidadãos brasileiros. Entretanto, o aumento da renda do trabalho, segundo evidências aqui relatadas, não seguiu o ritmo do crescimento das rendas do capital, isto sem falar na concentração da propriedade, uma caixa-preta que precisa ser aberta e codificada.

Nesses termos, Castelo ressalta a colocação do Brasil como 12º país mais desigual do mundo e o 4º país em pauperismo relativo na América Latina, chamando a atenção para o que disseram Carlos Tautz et al. (2010, p. 259-260 apud CASTELO, 2013, p. 127-128):

As políticas sociais levadas a efeito pelo governo Lula têm gerado efetivamente melhorias nos indicadores sociais, mas que não chegam a atingir a estrutura concentradora da riqueza, que, como se vê, foi aprofundada. Isso torna ainda mais difícil a tarefa de por em debate o atual padrão de acumulação capitalista no país.

Aproximando mais a análise da realidade para o período atual, no início do segundo mandato de Dilma Roussef, em 2015, segundo ressaltado por Behring (2016, p. 14-15, grifos nossos):

[...] já avistávamos no Brasil um ajuste fiscal de grandes proporções e impactos sobre o emprego e a renda, com enormes cortes de recursos para a política social, com destaque para a saúde e a educação. Segundo a revista Carta Capital, de 22/05/2015, pouco mais que um ano atrás, logo depois da posse de Dilma Roussef, “os ministérios das Cidades, da Saúde e da Educação lideraram os cortes no Orça

mento Geral da União de 2015. Juntas, as três pastas concentraram 54,9% do contingenciamento (bloqueio) de R\$ 69,946 bilhões de verbas da União. No Ministério das Cidades, o corte chegou a 17,232 bilhões de reais. Na Saúde, o bloqueio atingiu 11,774 bilhões de reais. *Na Educação, o contingenciamento totalizou outros 9,423 bilhões de reais.* Em seguida, vinham os ministérios dos Transportes (5,735 bilhões de reais) e da Defesa (5,617 bilhões de reais)”. De lá para cá, como sabemos, as coisas se complicaram muito mais com o golpe de Estado parlamentar-midiático com apoio de segmentos do Judiciário.

A autora chama a atenção para o novo panorama de “desenvolvimento” que se descortinou no país desde então, no qual a superexploração da classe trabalhadora é ampliada nas condições de ajuste fiscal, cada vez mais contundente a partir do governo golpista de Michel Temer, com apoio do parlamento e respaldo no Judiciário (BEHRING, 2016, p. 20):

Os últimos movimentos do governo de Dilma Roussef antes do golpe parlamentar não deixam dúvidas: o ataque às pensões e ao seguro-desemprego, o ataque ao serviço público por meio do PL n° 257, a Lei Antiterrorismo para conter as resistências e sob a justificativa do ambiente internacional e dos jogos olímpicos. Da parte dos articuladores do golpe jurídico-parlamentar e do usurpador Michel Temer, vem o pior: o documento Ponte para o Futuro, que poderia ser chamado de ponte para o abismo ou ponte para o inferno, pelo anúncio que faz de medidas que aprofundam ainda mais a exploração do trabalho no Brasil e penalizam as políticas sociais.<sup>102</sup>

Concluimos este item destacando o caminho claramente neoliberal por onde nos leva a ponte do atual governo, conforme descrito no próprio documento referido – o programa de governo “Ponte para o Futuro” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 16): “Para o Brasil, o tripé de qualquer ajuste duradouro consiste na redução estrutural das despesas públicas, na diminuição do custo da dívida pública e no crescimento do PIB.”.

Eis a argamassa da ponte (Ibid.):

1) A ação do Estado deve viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado na construção e operação de infraestrutura, em modelos de negócio que respeitem a lógica das decisões econômicas privadas, sem intervenções que distorçam os incentivos de mercado, inclusive respeitando o realismo tarifário.

2) O Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, pois a globalização é o destino das economias que pretendem crescer.

<sup>102</sup> O Projeto de Lei – PL n° 157 referido pela autora foi aprovado pelo Congresso Nacional e convertido na Lei Complementar n° 156/2016, de 28 de dezembro de 2016, que “Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal”. De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, faz parte do pacote de ajuste fiscal iniciado pelo governo de Dilma Rousseff, ainda no final de 2014, o qual traz medidas para manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União, estabelecendo um novo limite para o crescimento do gasto público, o que atinge diretamente o serviço público e os programas sociais. (ANDES-SN, 2016).

3) O Estado deve articular o crescimento econômico, com base na livre iniciativa, na livre competição e na busca por integração com os mercados externos.

Como podemos observar, essa ponte sustenta poucos privilegiados. Para a massa da população ela está mais para um inseguro balanço. Assim, indagamos: Por esse caminho, a qual futuro chegaremos? Toda a digressão teórica que fizemos nessa seção deverá ser suficiente para responder: à barbárie.

No item a seguir serão apresentados elementos para análise dos projetos desenvolvimentistas nos âmbitos regional e local, especificamente da região Nordeste e do estado de Alagoas, com a finalidade de buscar compreender a interiorização das universidades federais como estratégia de desenvolvimento.

### 2.3.1 O desenvolvimento do interior no interior do desenvolvimento: Nordeste e Alagoas

Neste item, trataremos brevemente sobre a contextualização do Nordeste brasileiro e do estado de Alagoas, com ênfase para as estratégias de desenvolvimento regional e local historicamente implantadas pelos governos federais no Brasil a partir dos planos de crescimento econômico e outras metas sociais.

Conforme assinalou Cruz (2017, p. 64):

O Nordeste, como uma das importantes regiões do país produtoras de cana-de-açúcar, possui seu desenvolvimento intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Essa região é impregnada da história da formação social brasileira. Diante do modo como se estruturou o Nordeste, e por extensão, Alagoas, como uma região e um estado totalmente atrelados à divisão internacional do trabalho, esses são, portanto, resultado da própria expansão do capital, da divisão e organização das ações deste no plano internacional. Mas não só neste. O Nordeste é também resultado do desenvolvimento do capitalismo no plano nacional.

Na mesma linha de pensamento, Machado e Lima (2016) asseveram que o desenvolvimento capitalista no Nordeste brasileiro foi pautado pela exploração agrária, dependente do desenvolvimento da metrópole colonizadora e posteriormente se mantendo dependente dos países centrais. Nesses termos, a industrialização nordestina resulta da relação com o capitalismo mundial, desde o século XVI, a partir da necessidade de acumulação primitiva de capital através da expropriação da base fundiária do produtor rural – conforme analisado por Marx, segundo apontam os autores. “Diante disso, já se pode observar a necessidade da permanência do Nordeste nos moldes agrários.” (MACHADO; LIMA, 2016, p. 110).

Enfatizando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista na

região, Machado e Lima (2016, p. 117) chamam a atenção para a caracterização do Nordeste agrário que significa, em relação a Centro-Sul industrial, o mesmo que o Brasil significa para os países imperialistas, isto é: garantia de matéria-prima, mão de obra e equilíbrio da balança comercial.

Prado Jr. (2012, p. 32), assinala os aspectos geográficos do Brasil desde os primeiros anos de sua colonização por Portugal e destaca a ocupação do Nordeste, principal local de ancoragem das naus europeias, haja vista a saliência de seu litoral. Ele evidencia que o início da colonização deu-se na costa brasileira, na faixa que foi dividida em doze capitanias, sendo “o interior, por enquanto, e para todos os efeitos desconhecido”.

Assim descreve Prado Jr. acerca do Nordeste (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 10):

[...] seguem-no para o interior extensos territórios semiáridos, imprestáveis em geral para a agricultura corrente. Tal circunstância deteve a expansão do povoamento que se aglomerou nos núcleos litorâneos, ficando o interior quase ao abandono, e apenas ralmente ocupado por dispersas fazendas de gado.

Em relação ao Sul e Sudeste, Prado Jr. observa que eram privilegiados pelo relevo, clima e solo mais fértil, onde, além da exploração mineral, instalou-se uma avantajada agricultura e aproveitamento para a pecuária (Ibid., p. 23).

De acordo com Cruz (2017, p. 60):

Ainda no período colonial, a região Nordeste nasce como reserva de produtos de acumulação primitiva através da economia açucareira e estrutura-se em conformidade com o papel assumido pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, como produtora de produtos primários.

Inicialmente, a atividade açucareira se estabeleceu na Zona da Mata brasileira e, posteriormente, para além dos tabuleiros costeiros. Havia cultivo da cana-de-açúcar em todas as capitanias brasileiras já na década de 30 do século XVI, embora os grandes centros tenham se concentrado em Pernambuco, Alagoas, Bahia e São Vicente. Na região Nordeste, onde essa atividade é desenvolvida desde o período colonial, permanece até hoje definindo os rumos de sua população.

Passados aproximadamente cinquenta anos do início do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, em 1552 o país já era o principal produtor de açúcar no mundo. A expansão da atividade canavieira no território brasileiro e seu sucesso produtivo na região Nordeste tiveram como fator fundamental o acesso a terra em abundância. Além desse fator, os condicionantes do meio físico e a proximidade com os mercados consumidores fizeram dessa região um importante polo de produção do açúcar. Dessa maneira, a “constituição da atividade de produção da cana e do açúcar” foi a base econômica da burguesia no Nordeste.

Acompanhando a exposição da autora (CRUZ, 2017, p. 69), destacamos que:

[...] a produção do açúcar no Nordeste como o grande negócio da colônia portuguesa se tornará predominante em estados como Alagoas, ainda quando apenas uma província, uma vez que as condições naturais mais que favoráveis para a expansão da atividade canavieira se encontravam aqui resumidas.

Verçosa (2015, p. 43) assim descreve “os rios do açúcar” do litoral alagoano:

Valendo-se das vantagens econômicas que os rios e lagos ofereciam e o proveito comercial de contato fácil com a Metrópole, aqui o Governo colonial cuidou, com a ajuda da cana, de reter o colonizador perto do litoral por muito tempo, diferentemente do que aconteceu em São Vicente, onde a cana não deu resultados compensadores. Assim agindo, a Coroa “*previne, ou chama para si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo, sobretudo, o arbítrio individual*” (TAPAJÓS, 1956, p. 221, grifo do autor).

Segundo Cruz, foi esse conjunto de condições que tornou o estado de Alagoas “[...] a segunda província mais bem-sucedida na produção de açúcar no Brasil, ainda durante o período colonial.” (Ibid., 69). A autora ressalta ainda que “[...] foi através da expansão da cana nas terras de tabuleiro, ainda na primeira metade do século XX, que o estado alagoano se tornou o maior produtor de açúcar no Nordeste e o segundo no país.” (Ibid., p. 77) e o sexto maior produtor nacional de álcool.

A derrubada de matas e a expulsão dos índios viabilizaram a monocultura da cana-de-açúcar no estado. A pouca diversificação das atividades produtivas desde então se traduziu na realidade histórica de um estado com grande concentração fundiária. O engenho, expressão do domínio da produção de cana no país, desenvolveu-se dentro do processo de instalação dos primeiros complexos açucareiros da região Nordeste. No estado alagoano, o engenho aparece no núcleo da formação econômica, social e política. (TAPAJÓS, 1956, p. 69).

Nesse sentido, o Nordeste “[...] manifesta fundamentalmente a especificidade da reprodução do capital agroindustrial canavieiro, as formas como os processos de acumulação foram assumidos, a estrutura de classe, as formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.” (CRUZ, 2017, p. 64).

A esse respeito e em relação ao desenvolvimento dos engenhos em Alagoas, destacamos, conforme Cruz (2017, p. 69):

Da instalação de um engenho decorria a formação de um núcleo de povoamento, inicialmente do próprio engenho, e aos poucos, do seu entorno. Os primeiros engenhos, chamados também de banguês, que produziam essencialmente açúcar, instalaram-se em boas terras para plantio, próximas a rios e lagos para movimentar moendas e nas áreas de mata com vistas ao suprimento de lenha para fabricação do açúcar.

Verçosa salienta que a interiorização da colonização em Alagoas, “já em andamento desde o estabelecimento dos quilombos e seu conseqüente combate”, deu-se com o desenvolvimento do cultivo de algodão e a criação de gado. Esse progresso irá acompanhar a expansão da cana-de-açúcar ao longo do século XVIII (Ibid., p. 59):

De acordo com dados do início do século XIX, a Comarca de Alagoas, ainda integrada à Capitania de Pernambuco, chega ao final da segunda década do século com 6 vilas e 13 freguesias, e com uma população de 111.973 almas, superior às populações de Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Rio Grande do

Norte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (COSTA, 1931, p. 47).

Nesta época, não dispondo de condições portuárias adequadas, Alagoas exportava parte significativa de sua produção de açúcar e algodão através dos portos de Recife e Bahia, onerando o comércio local e emperrando o seu crescimento econômico, o que irá prosseguir ainda por muitas décadas, praticando-se quase todo o comércio da região através da navegação de cabotagem.

Em relação ao desenvolvimento educacional em Alagoas, desse período, entre o século XVIII e o século XIX, Verçosa destaca “[...] as primeiras notícias da existência de algum processo organizado de educação na região, através de aulas de Gramática mantidas pelos frades franciscanos nos conventos que acabavam de ser erguidos na vilas de Alagoas e Penedo.” (CRUZ, 2017, p. 58). Tratavam-se de aulas gratuitas oferecidas ao público, a partir de 1719, que parecem ter sido as únicas iniciativas desse tipo até o final do século.

O autor menciona que no período anterior a esse, houve uma escola fundada pelos jesuítas às margens do rio São Francisco, onde hoje é o município de Porto Real do Colégio. E que, dada a característica

[...] eminentemente rural e claramente hierarquizada [da sociedade alagoana,] o ensinamento [era] ministrado por preceptores, frequentemente os padres-capelães; [o] aprendizado de maior monta [só se obtinha nos centros de maior desenvolvimento e o ensino superior era restrito à Metrópole (Olinda e Recife)]. (CRUZ, 2017, p. 58-59).

Outra iniciativa registrada, agora de caráter público, foi a anuência da Câmara da cidade de Alagoas à proposta da Rainha D. Maria I, em 1798, para o recolhimento de contribuições de homens livres para a manutenção de um Seminário em Olinda e abertura de uma cadeira de Gramática Latina. E também por iniciativa da Rainha, “o estabelecimento de pensões que permitissem aproveitar rapazes pobres” para ingresso em cursos em Coimbra ou na Academia de Ciências de Lisboa. Verçosa registra que a Câmara de Alagoas se dispôs a subvencionar um estudante para o curso de Medicina, com um suprimento anual em dinheiro para sua subsistência, porém, não se tem notícia se isso se consumou. (CRUZ, 2017, p. 61).

Depois dessas iniciativas, até a metade do século XIX, há registros de iniciativas esparsas como a abertura de uma cadeira de primeiras letras, em Olinda, em 1799, e outra em Santa Luzia do Norte, Alagoas, em 1800. Posteriormente, mais duas cadeiras também na capital: Filosofia e Geometria. Como resume Verçosa (2015, p. 61-62):

O trato da cultura letrada continuara, até aqui, pelo que se pode deduzir, um monopólio dos dois conventos franciscanos e dos poucos padres que povoavam a região. A natureza eminentemente rural e escravista do meio não requeria, ainda, grandes esforços educacionais. Os centros regionais de cultura, nesta época, estavam restritos a Olinda, Recife e Salvador.

Em algumas passagens da abordagem histórica que faz do desenvolvimento

socioeconômico e político de Alagoas, Verçosa destaca a ausência de mobilização social intensa e participação da população alagoana em movimentos de resistência e rebeldia, especialmente na Revolução Republicana e na Guerra dos Mascates, ocorridos em Pernambuco. Com exceção da resistência de escravos e os embates travados para sua captura nos quilombos. Inclusive, há duas explicações para o motivo do desmembramento de Alagoas da Capitania de Pernambuco, por ato do Príncipe Regente, em 16 de setembro de 1817: uma delas dá conta de que teria sido para premiar a fidelidade dos alagoanos e punir a audácia dos pernambucanos na Revolução Republicana de Pernambuco; a outra versão é o reconhecimento do nível de desenvolvimento econômico a que chegara Alagoas, que, naquela época, havia ultrapassado, em rendimentos, algumas capitanias do Norte, como a Paraíba (VERÇOSA, 2015, p. 60).

De acordo com Verçosa (2015, p. 97), com a proclamação da República, em 1889, a modernidade finalmente chega a Capitania de Alagoas, até então “[...] caracterizada como uma civilização de natureza eminentemente rural, de base latifundiária, [...] com um perfil profundamente arcaico.”

Dessa forma, o regime republicano trouxe para o país “um sistema representativo ampliado de Governo” que teve um peculiar grande desafio para se instalar em Alagoas – uma região onde “[...] a necessidade de garantir a estabilidade política irá desaguar no leito da velha relação de compromisso entre o poder público e o poder privado, agora aperfeiçoado na *política dos coronéis*.” (VERÇOSA, 2015, p. 98, grifo do autor):

O *coronelismo*, que tem suas raízes já no mandonismo local que vem dos tempos da Colônia e atravessa todo o Império, vai encontrar agora, com o advento da República, um campo propício para se estruturar como forma política dominante em terras alagoanas. Tendo seu eixo central na figura do *coronel* [...], o *coronelismo* vai constituir uma adaptação em virtude da qual os resíduos do antigo e exorbitante poder privado irão conseguir coexistir com o novo regime político de extensa base representativa (LEAL, 1975, p. 20). Ele representará, sobretudo, um compromisso e uma troca de proveitos, tendo como referências principais a estrutura agrária, o familismo e tudo o mais que daí decorre [...]. (VERÇOSA, 2015, p. 98-99, grifos do autor).

O coronelismo, cuja característica principal é o poder de mando sobre tudo e sobre todos nas vastas terras de propriedade dos latifundiários senhores de engenho, cujas famílias perpetuam até hoje essa “tradição”, vem acompanhado do paternalismo, decorrente da tomada para si, por parte dos coronéis, da responsabilidade pela oferta de serviços públicos onde o Estado era ausente na prestação para a maioria da população. O paternalismo “[...] será a marca dominante do *coronelismo*”, implicando abertamente a utilização privada dos bens públicos, ou seja, no patrimonialismo, “cuja base se encontra nas relações de lealdade e



confiança pessoal”, conforme afirma Verçosa (VERÇOSA, 2015, p. 99). E mais: “Exercendo extraoficialmente as funções do Estado, ele [o *coronel*] vai ter sua ascendência preservada.” Dentre as funções assumidas pelo *coronel* estão os préstimos pessoais de assistência, proteção e defesa de seus *apadrinhados*, “até garantir as benfeitorias para os lugares onde é chefe político”, como criar escolas e nomear professores.

Cruz (2017, p. 75-76) expõe que a partir da última década do século XIX começam a ser montadas as usinas em Alagoas, para a construção das quais os senhores de engenho mais bem sucedidos do estado contaram com subsídios financeiros.

Na primeira década de 1900, o estado já contava com seis usinas em funcionamento, que tinham no subsídio de recursos estaduais e federais o apoio para a construção de infraestrutura adequada à plena expansão da atividade no estado. Decerto, os recursos públicos eram direcionados aos engenhos mais bem estruturados, os quais apresentavam condições reais de se tornar usinas. Os demais, sem essa possibilidade, não recebiam subsídios, permanecendo como plantadores de cana, na “condição de fornecedores” e, portanto, subordinados aos novos usineiros.

Em relação às propostas de desenvolvimento do Nordeste, Rômulo Almeida assinala que essas costumam ser distinguidas em dois modelos, a seu ver simplificadores e inexpressivos: as propostas modernizadoras ou industrializantes e as de desenvolvimento comunitário. Porém, o autor distingue quatro tendências: 1) uma linha assistencialista, como os financiamentos para obras contra as secas e as enchentes; 2) a do desenvolvimento econômico na totalidade da região nordestina, com ênfase na industrialização, na mudança da estrutura agrária e na modernização agrícola, desde a implantação da CHESF e consolidada com a criação da SUDENE; 3) a tendência ao desenvolvimento comunitário com consciência ecológica, em compensação ao limitado sucesso da tendência anterior, enfatizando agora a promoção humana, a organização popular e o acesso à terra, através de ações das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB); e 4) a redução das disparidades regionais, desconcentrando o processo de acumulação capitalista em favor do Nordeste, “através de investimentos em todas as oportunidades industriais, agrícolas e de serviços de elevado teor intelectual e tecnológico, completando-se com um programa para o pequeno produtor e o atendimento das necessidades básicas”, retomando, assim, atividades que constam no relatório do GTDN e que foram relegadas pela SUDENE, dentre as quais o incentivo ao “[...] setor quaternário, como universidades e serviços de pesquisa” (ALMEIDA, 1985, p. 15-17). O autor defende a quarta vertente.<sup>103</sup>

<sup>103</sup> Essas tendências são notadamente datadas, respectivamente, na Primeira República, a partir da criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); no resplendor da República Nova, com seus planos de desenvolvimento econômico, especialmente o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek,

Em tempos mais recentes, especificamente durante os governos Lula, notamos a retomada da perspectiva cepalina de desenvolvimento e subdesenvolvimento regional, nitidamente expressa na descrição das desigualdades econômicas e desvantagens geográficas entre as regiões brasileiras, com destaque para a condição da seca e o arcaísmo da economia fundiária do Nordeste, conforme destacamos linhas acima, quando nos referimos à Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Para Machado e Lima (2016), com base nas interpretações de Francisco de Oliveira, a primeira manifestação de intervenção estatal, através do planejamento da atividade governamental para solucionar os problemas de defasagem do Nordeste na economia, foi de fato o combate às secas. Essa intervenção terá um nítido caráter da classe dominante representado no comportamento do Estado como catalisador de recursos para a acumulação de capital em favor das frações da burguesia agrária nordestina.

Sobre a particularidade de Alagoas no desenvolvimento desigual e combinado do Nordeste brasileiro, esses autores (Ibid., p. 137) salientam que a burguesa agrária se desenvolveu e conseguiu se adaptar às demandas regionais, nacionais e internacionais, com a garantia do “poder de governo” de classe dominante, resultando na absorção do capital industrial pelas usinas, consolidando a hegemonia da economia local baseada no capital agroindustrial.

Machado e Lima (2016, p. 144-145) compreendem esse desenvolvimento econômico de Alagoas como um paradoxo, haja vista que é pelo atraso de sua organização industrial que o estado se revela como expoente da produção açucareira no Brasil e no mundo, em decorrência da necessidade do capitalismo em sua totalidade.

De acordo com Gonçalves (2016, p. 89), atualmente “[...] o território alagoano representa 1,78% da região Nordeste e 0,32% do Brasil, um dos menores estados do país. Segundo o IBGE, em 2015 a estimativa foi de 3.340.932 habitantes no estado.”

Os 28 mil km<sup>2</sup> de área territorial de Alagoas, são distribuídos em 102 municípios localizados em três mesorregiões e treze microrregiões, a saber:

- Mesorregião Leste (54 municípios) = microrregiões: Maceió (10); Litoral Norte (5); Mata (16); Penedo (5); São Miguel dos Campos (9); Serrana dos Quilombos

---

que prometia fazer o Brasil crescer cinquenta anos em cinco; nas ações comunitárias e evangelizadoras protagonizadas pela Igreja Católica no contexto sociopolítico do Regime Militar; e no limiar da redemocratização, com as promessas e a esperança de que um novo Brasil e um novo Nordeste são realidades possíveis, com desenvolvimento social “amplo, geral e irrestrito” (uma alusão à campanha do movimento nacional unificado e progressista contra a ditadura militar e pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” coordenado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia – CBA, no final da década de 1970).

(7).

- Mesorregião Agreste (24 municípios) = microrregiões: Arapiraca (10); Palmeira dos Índios (11); Traipu (3).
- Mesorregião Sertão (26 municípios) = microrregiões: Alagoana do Sertão do São Francisco (3); Batalha (8); Santana do Ipanema (10); Serrana do Sertão Alagoano (5).

Segundo Uchoa, Tonholo et. al. (2014):

Alagoas possui, atualmente, uma economia estruturada em torno do setor de serviços, mas nem sempre foi assim. Em decorrência de sua formação socioeconômica e política, até meados da década de 1980, o estado tinha como dinâmica econômica a agricultura e a agroindústria sucroalcooleira, responsável pela consolidação do elevado padrão de concentração fundiária. Mas, a partir de então, diante da falência fiscal do Estado brasileiro e de Alagoas, além da aplicação de políticas liberalizantes a partir de 1990, o estado assistiu à perda de dinamismo de sua indústria e agricultura.

Quanto à participação dos setores econômicos na geração de riqueza em Alagoas, nota-se que mais de 65% desse valor é gerado pelo setor serviços (agregados em: a) saúde e educação privada; b) administração, saúde e educação públicas; c) atividades imobiliárias e de aluguel; d) serviços prestados; e) intermediação financeira; f) logística; g) serviços de alojamento e alimentação; h) comércio; i) serviços urbanos, sendo aproximadamente 25% da Administração, Saúde e Educação Públicas, sinalizando para a fragilidade da teia empresarial ligada aos setores industrial e agrícola.

Lira (2014, p. 39) associa o crescimento demográfico nas cidades alagoanas, no sentido do movimento de urbanização, à indução das políticas desenvolvimentistas nacionais e regionais:

O processo de urbanização intensificou-se nacionalmente e também em Alagoas, a partir das décadas de 1950-1960, porém com ritmo menor que o nacional. Mas até a década de 1990, a população rural ainda era maior que a urbana e só a partir daí começa a declinar. A transição aprofundou-se a partir da década de 1970, ampliando-se ainda por indução das políticas públicas que desenvolveram políticas habitacionais e de infraestrutura no espaço urbano, sem investimento no espaço rural.

Em relação à distribuição da população nos municípios alagoanos, Lira apresenta que, de acordo com dados do censo 2010, a maioria da população reside no perímetro urbano. Ela ressalta que, entretanto, trata-se “[...] de uma urbanização com baixa taxa de industrialização e diversificação econômica” (LIRA, 2014, p. 41). Ela assim explica a atração da população da área rural para as sedes municipais (Ibid., p. 42):

[...] porque, nelas, concentram-se os serviços públicos essenciais, e o acesso a bens e equipamentos coletivos (escolas, hospitais, bancos, postos de previdência social etc.). As políticas públicas foram dirigidas sistematicamente para o espaço urbano e, historicamente, para as regiões metropolitanas. *Mesmo com a recente flexão das políticas públicas nacionais voltando-se para os núcleos urbanos do interior dos*

*estados e para os espaços rurais, a defasagem histórica acumulada ainda é muito grande.* (grifos nossos).

Como podemos ver, conforme aludido por Lira, e considerando o perfil dos conglomerados urbanos dos municípios originários de uma organização social baseada na produção rural agropecuária, como expomos linhas acima, a situação do interior de Alagoas está ainda calcada na ruralidade.<sup>104</sup> Acompanhamos as palavras de Lira (2014, p. 42):

*Em Alagoas, dos 102 municípios, apenas 8,8% possuem mais de 50 mil habitantes. A condição de ruralidade da vida alagoana está calcada tanto na economia como na cultura. A maioria das sedes municipais classificadas como urbanas guardam a sociabilidade do espaço rural, e mesmo o município de Maceió tem uma área territorial rural maior do que a urbana, visto que há uma unidade agroindustrial do setor sucroalcooleiro na capital, cujas atividades industriais desenvolvem-se nos espaços rurais. E fora das áreas com maior intensidade das atividades comerciais e de serviços, os hábitos e as práticas do mundo rural persistem.*

Entendemos que os hábitos e práticas rurais a que se refere a autora dizem respeito às atividades pesqueiras e de emprego sazonal no plantio e colheita da cana-de-açúcar. Além do que, como aponta Lira (2014, p. 44-45):

*[...] apesar do domínio econômico e político do setor sucroalcooleiro, a vida de Alagoas vai muito além do mundo do açúcar, [haja vista que] ainda existe algo em torno de sessenta lagoas espalhadas pelos interiores, [além da bacia do Rio São Francisco e o extenso litoral, propiciando] à pesca artesanal e extrativista de peixes e mariscos – herança indígena – que, mais do que produção econômica, é cultura popular das mais sólidas na vida alagoana.*

Essas informações que grifamos nos chamam a atenção e nos remetem para a análise das condições de vida no interior de Alagoas, que abordaremos na próxima seção, ao discutirmos a respeito das condições de trabalho e de vida cotidiana dos docentes lotados nas unidades interiorizadas da UFAL.

Ao analisar a situação social, com ênfase em alguns aspectos de desigualdade, Lira (2014, p. 55) salienta que:

*O quadro historicamente desenvolvido em Alagoas resultou em um processo de exclusão social perpetuado pelo uso da máquina pública pelas oligarquias rurais. A implantação da políticas neoliberais no país na década de 1990 teve repercussão drástica em Alagoas, especialmente porque foi associada à utilização da máquina pública estadual para dar suporte à reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro. A falência das finanças estaduais, resultante desse quadro, desestruturou a oferta de políticas sociais.*

É por esses caminhos tortos que, em 1995, conforme dados gráficos apresentados por

<sup>104</sup> Lira ressalta que o conceito de população rural adotado no Brasil estabelece um teto de 50 mil habitantes e densidade demográfica de até 80 habitantes/km<sup>2</sup>. A autora constata, então, que, por esse recorte, 87% dos municípios brasileiros são rurais e representam mais de 30% da população do país (LIRA, 2014, p. 42).

Lira (2014, p. 56), “os indicadores sociais de Alagoas expressavam a situação de miséria e pobreza da população. [...], corroborando o conformismo diante de uma situação secularmente instalada.”.

Nos anos 2000, com a vigência das políticas de “crescimento econômico com justiça social” do governo federal, Lira registra que: “[...] uma nova economia popular surgiu em Alagoas a partir da indução federal, tanto da política de renda mínima, quanto da política de valorização do salário-mínimo.” (Ibid., p. 59). No mesmo período e pelas mesmas razões, Gonçalves (2016, p. 87) ressalta que:

[...] o Nordeste experimentou sinais de um novo padrão de crescimento – entre 2002 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 165% e o PIB *per capita* evoluiu 3,12% ao ano, superior à média nacional de 2,22% – motivado, principalmente, pelo impacto de investimentos industriais e em infraestrutura e pela expansão de programas sociais de transferência de renda (GOMES, 2014). [...]. Em Alagoas, por exemplo, os números demonstram um movimento econômico de crescimento do PIB *per capita* de 3,8%, no período 2004-2008, mas dentro de uma dinâmica bem mais lenta quando comparado a resultados de outros estados da região.

Analisando a economia alagoana, mediante o desempenho do PIB, que se manteve estável entre 2002 e 2012, Gonçalves (2016, p. 92) não observa possibilidades de mudança na posição do estado em relação aos demais da região Nordeste (antepenúltimo lugar). O autor destaca, então, que em 2012 a concentração de 62,9% de todo o PIB da região está nos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, que receberam a maior parte dos investimentos do PAC. O crescimento da economia alagoana entre 2010 e 2011 foi atribuído pelos gestores estaduais a uma “eficiente política de atração de novas indústrias”. Todavia, Gonçalves remete a correlação do desenvolvimento nesse período “[...] menos com a instalação de novos empreendimentos industriais”, e mais em função do incremento de 23% na produção do setor sucroalcooleiro – “estimulado pelo mercado internacional que fez as exportações do açúcar alagoano avançarem 41,2%, o maior saldo em quinze anos [...]” (GOLÇALVES, 2016, p. 92).

Apesar disso, Lira observa que “[...] o predomínio da monocultura e a baixa diversificação econômica continuam a frear o processo de desenvolvimento local e alterar o quadro de desigualdade social” (LIRA, 2014, p. 61).

Gonçalves (2016, p. 93-94) analisa que, “[...] no geral, os efeitos dos planos de desenvolvimento estaduais são limitados, devido à dependência da economia alagoana das políticas socioeconômicas traçadas na esfera federal, além da sujeição ao setor sucroalcooleiro”. Segundo expõe esse autor: “[...] o impulso da economia alagoana é quase inexistente [...]”, e o crescimento das atividades de comércio, serviços e construção civil, entre 2005 e 2012, deve-se “à dinâmica de crescimento da economia nacional, em função das

políticas econômicas favoráveis à expansão dos programas que dinamizam o crédito, a assistência social e o investimento, sobretudo em infraestrutura e logística” (GOMES, 2014, p. 56 apud GONÇALVES, 2016, p. 93).

Muito distante dos melhores indicadores de desenvolvimento social, Alagoas revela-se como uma condição desafiadora para os trabalhadores da educação. Com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a maior taxa de analfabetismo do Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), o estado também detém, por dois anos consecutivos, o título indesejável de pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do país (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). A precária infraestrutura, os limitados recursos destinados ao funcionamento das escolas públicas e a falta de pessoal qualificado para o ensino são os principais motivos do baixo desenvolvimento educacional da região. Aliados a tais fatores estão a má gestão dos recursos destinados à educação e a corrupção envolvendo empresas e grupos políticos em todo o estado, assim como ocorre em grande parte do país. (SANTANA; NASCIMENTO, 2016, p. 148).

De acordo com Lira (2014, p. 77), a política educacional brasileira e a implantação de escola pública de massas sempre teve forte viés economicista, desde 1930, como estratégia para a industrialização nacional. Nesse sentido:

Em Alagoas, esta escola pública de massas foi muito mais fruto da indução das políticas federais e das políticas nacionais de financiamento do que uma ação local, até porque a economia agrário-exportadora continuou prescindindo da escola de massas como formadora de mão de obra.

Apesar de ter havido uma elevação nos índices de alfabetização e uma redução na taxa de baixa escolarização, entre os anos de 2004 e 2009, tanto em nível nacional, como no Nordeste e em Alagoas, Lira (2014, p. 77) destaca, o alto percentual de analfabetismo funcional no estado de Alagoas, em comparação com os índices nacionais: no Brasil era de 24% em 2004 e baixou para 20,3% em 2009, enquanto em Alagoas baixou de 45,3% para 36,5% no mesmo período.

Nas tabelas 1 e 2 apresentadas a seguir, Lira nos possibilita ver as desigualdades raciais e entre gêneros, evidenciando que a população feminina e as pessoas declaradas brancas têm maiores níveis de escolarização que os homens e as pessoas negras.

Tabela 1 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos em diante – Brasil, Nordeste e Alagoas – 2004-2009

		Total	Homens	Mulheres	Branco	Negro
Brasil	2004	88,5	88,3	88,7	92,8	83,7
	2009	90,3	90,2	90,4	94,1	86,6
Nordeste	2004	77,6	75,4	79,5	82,0	75,6
	2009	81,3	79,6	82,9	85,8	79,5
Alagoas	2004	70,5	68,4	72,4	78,2	65,8
	2009	75,4	73,5	77,1	81,6	73,1

Fonte: IBGE

Fonte: LIRA, 2014, p. 77

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos em diante – Nordeste e Alagoas – 2004-2009

		Total	Homens	Mulheres	Branco	Negro
Nordeste	2004	37,4	40,7	34,4	31,6	40
	2009	30,8	33,7	28,2	24,9	33,2
Alagoas	2004	45,3	48,5	42,4	37,2	50,1
	2009	36,5	39,3	34	28,7	39,5

Fonte: IBGE

Fonte: LIRA, 2014, p. 77

Consideramos relevante destacar as informações acerca do acesso ao ensino superior, objeto de nosso estudo, sobre o qual Lira (2014, p. 78) observa que, no período de 2005 a 2011, houve um crescimento de 5% para 6%, “[...] fato que se explica, em parte, pelo maior tempo necessário para a conclusão do ensino superior e instalação dos novos campi da UFAL e IFAL, em expansão.”

Na visão de Uchoa et al. (2014),

[...] o perfil de conhecimento desenvolvido pela universidade deve ser direcionado para a necessidade da atividade produtiva presente na região, onde os avanços nesse conhecimento poderá sustentar um novo tipo de produção, ou organização desta, e crescimento econômico futuro.

Os referidos autores partem do pressuposto de

Atualmente, o estado de Alagoas tem passado por um processo de transformação. Nos últimos anos, a inovação passou a figurar como um dos principais pilares da política estadual. A este fator, pode-se citar a construção do Plano Estadual de CT&I para o período até 2013, bem como a implantação do Parque Tecnológico do estado de Alagoas. Este, por sua vez, é moldado a partir de Polos Tecnológicos, incluindo espaços para incubação, formando, assim, um ambiente colaborativo entre as universidades, governo e setor produtivo. (UCHOA et al., 2014, p. 1)

Nesse sentido, esses autores acreditam que a UFAL tem participado ativamente desse processo de desenvolvimento, através de várias iniciativas de pesquisa e extensão, e ressaltam o papel da INCUBAL – Incubadora de Empresas de Alagoas (uma ação conjunta de 11 instituições, existente desde 1999, e coordenada pela UFAL, cuja atuação tem se restringido aos empreendimentos da capital alagoana), como importante mecanismo incentivador da dinamização econômica dos municípios interioranos para onde a UFAL se expandiu.

Entendemos que sua percepção otimista é um reflexo do economicismo pós-moderno neoliberal, que anima os ideólogos do empreendedorismo individualista, do livre mercado. Só nessa perspectiva que nos parece ser possível enxergar, como enxergam Uchoa; Tonholo et. al. (Ibid.), “[...] o papel das universidades federais, como um grande ator em prol do desenvolvimento regional”, a partir da lógica do incentivo e apoio à acumulação capitalista:

A expansão da UFAL para as regiões como o Agreste e Sertão Alagoano tem transformado a dinâmica das cidades, não apenas pela formação de pessoal, mas por agregar às pequenas cidades uma cultura empreendedora e uma abertura de potenciais mercados consumidores no entorno, principalmente porque muitos dos cursos ofertados estão diretamente ligados ao desenvolvimento do setor produtivo, com a possibilidade de reter na região o capital intelectual formado, promovendo assim, um desenvolvimento local sustentável.

Consideramos relevante sinalizar uma das iniciativas de grande destaque em relação à colaboração da UFAL para o progresso das forças produtivas, com a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias no âmbito da agroindústria açucareira. Trata-se do proeminente papel desempenhado por esta Universidade na Ridesa – Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético. Através de sua inserção nessa Rede, a UFAL vem desenvolvendo estudos em parceria com os usineiros do estado alagoano (CRUZ, 2017, p. 101).<sup>105</sup>

Em que pesem as alvissareiras projeções de Uchoa et al., bem como os “[...] resultados positivos [...]” da Ridesa, encerramos este item trazendo uma reflexão sobre o alcance da educação para a promoção do desenvolvimento social. Pois, como bem ponderou

---

<sup>105</sup> Conforme descrito por Cruz (2017, p. 101): “De acordo com a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético (RIDESA, 2016, p. 1), “[...] cada universidade cria clones nos seus respectivos estados a partir da semente produzida pela UFAL; anualmente os melhores clones em cada universidade são selecionados e enviados para outras”. Segundo informação da própria Ridesa, 62% da cana produzida no Brasil advém desse experimento. Até julho de 2016, no Brasil, além da cana comum existiam 112 outras variedades de cana, protegidas pela Lei de Proteção de Cultivares, as quais se encontram controladas por 12 instituições. Essas mesmas instituições “detêm os direitos relacionados a essas variedades até que elas entrem em domínio público. Este ano sete variedades protegidas ficarão liberadas para uso comercial; em 2017 serão oito” (NOVACANA, 2016, p. 1). Essas 112 variedades de cana “se diferenciam da cana comum devido ao melhoramento genético”; a resistência a pragas e a intempéries são características dessas variedades, assim como uma maior quantidade de sacarose em relação à cana comum.”



Cruz (2017, p. 82): “A produção do açúcar muito ofereceu a senhores de engenho e usineiros, embora haja também, por outro lado, obliterado as condições objetivas de sobrevivência dos extratos mais pobres da população, e ainda degradado o meio ambiente.”

Ante a constatação de que “[...] Alagoas é o terceiro estado mais pobre do Brasil e o mais violento [e que Maceió, sua capital,] tem o 41º melhor PIB do Brasil e é o quinto lugar que mais mata no mundo”, Verçosa (2015, p. 170) afirma que há total correlação entre a violência e esses índices educacionais tão ruins:<sup>106</sup>

A correlação é total. Maceió detém hoje mais da metade do PIB alagoano. Juntamente com Arapiraca vai para quase dois terços, ficando, apenas, cerca de 35% para dividir entre os 100 municípios restantes. Isso expressa uma situação diametralmente oposta à de São Paulo, por exemplo. Num quadro tão perverso de concentração de renda, mesmo que qualquer gestor público municipal que não fosse dessas cidades, quisesse desenvolver uma política própria que tivesse a escola como um dos instrumentos de combate à violência, que aqui está concentrada sobre os jovens pobres, negros e subescolarizados, dificilmente conseguiria de forma autônoma. Nem mesmo Maceió e Arapiraca seriam capazes, muito embora, Arapiraca tenha já mostrado que algumas coisas novas e produtivas podem ser feitas no campo educacional. [...]

As considerações de Verçosa se alongam, demonstrando que acredita na ideia de que sem educação não há como imaginar uma sociedade menos injusta e mais socialmente mais desenvolvida, porém, enfatiza que a educação escolar não é panaceia para todos os males, inclusive para violência. O que nos chama mais a atenção para sua análise é a seguinte constatação: o maior problema para se ter uma educação para a paz não é tanto a carência de recursos financeiros; o pior mesmo é a apropriação patrimonialista de abundantes verbas públicas por parte de governantes inescrupulosos, em detrimento dos interesses públicos e da exclusão da maioria da população “até do saber, que é herança de todos”.

Temos concordância com a sua análise e procuraremos apresentar no item a seguir como os investimentos em educação, particularmente na expansão e contrarreforma do ensino superior do Brasil, na primeira década e meia do século XXI, foram apontados como estratégia de “crescimento econômico com justiça social” – fundamento das políticas econômicas e sociais dos governos Lula e Dilma –, justificada como “democratização” do acesso à escolarização e à formação profissional.

Na última seção desta tese, discutiremos o que de fato tem ocorrido.

---

<sup>106</sup> Os dados referidos foram apresentados pelo Jornalista Odilon Rios, entrevistador de Elcio Verçosa. A entrevista compõe um dos capítulos, intitulado “Como se fora um epílogo – a propósito de dois fatos marcantes da atualidade”, da obra em referência neste nosso estudo (VERÇOSA, 2015).

## **2.4 Contrarreformas universitárias no âmbito dos projetos de desenvolvimento nacional no Brasil pós ditadura militar**

Temos como pressuposto que a questão da contrarreforma universitária – cuja abordagem aqui se situa na conjuntura nacional pós ditadura militar – está sintonizada com os processos de reforma e contrarreforma da organização sócio-política e econômica do Estado nacional, os quais estão historicamente situados em momentos específicos do cenário internacional, isto é, em determinados estágios de desenvolvimento e enfrentamento das crises cíclicas do capitalismo mundial. Desta forma, a abordagem da expansão do acesso à universidade pública sintetiza múltiplas mediações na relação entre a garantia de acesso ao ensino superior e o financiamento público para efetivação do direito social à educação.

Não remetermos nossos estudos às fases anteriores nem durante o período do regime militar, salvo para resgatar os elementos históricos necessários à compreensão da exposição acerca das reformas universitárias que o sucederam, particularmente a partir da década de 1990.

Com a redemocratização do poder político nacional, principalmente após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a educação pública incorporou novas demandas mediadas pelo enfrentamento político por parte de organizações e movimentos sociais. Sobre isso, Coral (2016, p. 18) diz:

Nesse cenário em constituição desde os anos 90, entendemos a expansão e a interiorização do ensino superior como um processo contraditório, mediado tanto pelas lutas sociais como por medidas constitutivas de um programa de reforma da educação superior, que se contrapôs política e ideologicamente à bandeira de expansão qualificada, laica, gratuita e republicana do ensino superior, apresentando-se como parte de um processo mais amplo da Reforma do Estado brasileiro.

Ribeiro et al. (2015, p. 660) assinalam duas ondas de crescimento da educação superior no Brasil: a primeira, durante a ditadura militar, quando se privilegiou o aumento no número de matrículas no setor privado; e a segunda onda que “[...] se iniciou durante o governo de FHC (1995 – 2002) e se prolongou até o final do governo de Lula (2003 – 2010), e é marcada por investimentos na educação superior tanto no setor privado quanto no público.”

Esses autores demarcam, nessa segunda onda, os dois momentos diferenciados pelos respectivos mandatos presidenciais. Deste modo, apontam que o período entre 1995 e 2002 foi caracterizado “[...] por uma série de políticas de privatizações e de incentivo ao crescimento de instituições de ensino superior privadas, o que acarretou em [sic] diversas

críticas ao governo FHC por não proporcionar uma real democratização da educação superior” (RIBEIRO et al., 2015, p. 660). Durante o governo Lula, apesar de não ter rompido com as políticas criadas no momento anterior, “ocorreu uma nova postura em relação às IES públicas, de forma que gerou a descentralização, expansão e a criação de universidades federais em todo o território brasileiro depois de um longo período de estagnação, sobretudo na região Nordeste”. Esta política se realiza especialmente através da interiorização do ensino superior, “[...] uma vez que as instituições privadas tendem a ficar em grandes centros urbanos” (PINHEIRO, 2013 apud RIBEIRO et al., 2015, p. 660).

Na contrarreforma neoliberal do aparelho do Estado realizada no governo FHC os objetivos principais foram: 1) desonerar o governo das responsabilidades e encargos sociais, por meio do que chamaram de reforma gerencial, e 2) entregar ao mercado o patrimônio público produtivo considerado atividade não estatal, através da privatização (por meio de leilões) de muitas empresas públicas lucrativas. Nas mudanças promovidas em relação ao novo modelo gerencial adotado, as atividades desenvolvidas pelo poder público foram classificadas como serviços exclusivos ou serviços não-exclusivos. No primeiro tipo, foram listadas as funções relacionadas à regulação econômica, ao fisco, à segurança pública e à defesa do território nacional, evidenciando o caráter coercitivo e repressivo da função estatal. Já no segundo tipo, foram incluídos os serviços sociais, especialmente os da seguridade social (saúde e previdência) e a educação, cujas atividades foram compartilhadas entre Estado e mercado, através de mecanismos diversos, como a criação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse públicos (OSCIP), além das fundações e de outras formas de privatização do dinheiro público – estratégias que foram enganosamente (para confundir mesmo) denominadas de “publicização”. Chama a atenção nessa “reforma” a ênfase dada ao terceiro setor, no qual as organizações privadas sem fins lucrativos passaram a ser consideradas serviços públicos não estatais.

O crescimento da oferta de vagas nas IFES, a partir do governo Lula, teve o respaldo do PNE 2001-2010 aprovada no governo anterior (de FHC), e, conforme aponta Coral (2016, p. 19):

[...] foi acompanhado de outras medidas que levaram ao sucateamento das instituições federais de ensino superior – Ifes, tais como: a diminuição dos recursos do financiamento público, por meio do corte de verbas, do insuficiente número de docentes e de técnicos, da abertura de novas vagas mediante concursos públicos para docentes do ensino superior em condições diferenciadas [a partir da instituição do banco de professor-equivalente], da ausência de política de educação estudantil como direito e da expansão da contratação de serviços terceirizados, de processos de privatização como na pesquisa, na seguridade, entre outros.

Além de que foi mantido o estímulo ao setor privado, “[...] através e mecanismos de garantia de sua rentabilidade e existência, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies, criado em 2001, e o Programa Universidade para Todos – Prouni” (CORAL, 2016, p. 19).

Ao assumir, nesta tese, o posicionamento favorável aos propósitos da interiorização – especificamente quando se trata do ensino público –, entendemos, porém, ser necessário conhecer mais amiúde e refletir criticamente sobre as motivações políticas e econômicas inerentes às “reformas” e programas de expansão e reestruturação universitária no âmbito do “novo” projeto de desenvolvimento nacional no Brasil. Nesse sentido faremos a exposição de argumentos pelos quais pretendemos enfatizar e criticar as concepções de “democratização”, “crescimento sustentável” e “justiça social” que justificam a ampliação do acesso à formação de terceiro grau através da expansão das instituições de ensino superior (privadas e públicas), situando os processos que identificamos como mercantilização da política de educação nas universidades públicas e como gerencialismo empresarial, adotados como estratégia de contrarreforma universitária, bem ao modo da contrarreforma neoliberal.

#### 2.4.1 O processo recente de contrarreforma universitária: sentidos e direções

Para a crítica à contrarreforma universitária posta em curso no período aqui estudado, tomamos como ponto de partida a atualização do pensamento de Florestan Fernandes, ratificando a concepção de desenvolvimento social do autor e contrastando com o projeto neoliberal na conjuntura brasileira presente. Buscamos, assim, refletir sobre a constituição e desenvolvimento da universidade, enquanto instituição primaz do ensino superior brasileiro.

Entendemos ser importante apontar os distintos sentidos e as divergentes direções que conseguimos apreender sobre as concepções de desenvolvimento social que justificam politicamente os recentes e atuais projetos nacionais no Brasil.

Quanto ao sentido, a intenção é apontar de que lado está, para onde vai, a quem se destina o desenvolvimento concebido. A direção diz respeito ao caminho escolhido para se chegar ao referido destino.

Para Florestan Fernandes (2010, p. 266), o desenvolvimento da América Latina “[...] significa alteração na posição através da qual suas sociedades nacionais participam da civilização ocidental.” Nesta perspectiva, o subdesenvolvimento dos países latino-americanos se caracteriza pela posição heterônoma ou dependente, “[...] que não se altera pela simples

manifestação do crescimento econômico e da mudança sociocultural progressiva.” (Ibid., p. 266).

A partir dessa concepção, Fernandes (2010, p. 267) evidencia que “[...] as universidades das nações subdesenvolvidas também estão inseridas nessas relações de dependência e concorrem para preservar as formas de subordinação cultural existentes.” Deste modo, podem influenciar direta ou indiretamente no crescimento econômico e na mudança sociocultural e vincular-se à preservação do *status quo*, consolidando a “[...] ordem social competitiva que emerge e se expande em conexão com o capitalismo dependente”. (Ibid., p. 267).

Coral (2016, p. 67) ressalta as influências das orientações internacionais no ensino superior brasileiro, porquanto as contrarreformas realizadas no final do século XX e início do século XXI, segundo afirma a autora:

[...] encontra-se inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise geral do capital, e está conectada ao conjunto de políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais para os países periféricos, cujo objetivo é a expansão do capital e de sua racionalidade.

Para essa autora (CORAL, 2016, p. 52), as mudanças no ensino superior impostas pela lógica capitalista competitiva e explicitadas nas orientações dos organismos internacionais condicionam as políticas educativas no Brasil, nas últimas três décadas, com destaque para as diretrizes e orientações presentes em documentos do Banco Mundial, da Unesco, OCDE, OMC e do Conselho Europeu:

Desde os anos 90, destaca-se nos discursos dos organismos internacionais e dos mais diversos Estados nacionais, entre os quais o Brasil, a importância da educação para os países alcançarem um patamar de produção de conhecimentos e se integrarem na chamada “sociedade do conhecimento” ou “sociedade cognitiva”, como também são explicitadas as relações entre formação, desenvolvimento sustentável, qualificação, emprego, empregabilidade, cidadania e coesão social.

O principal documento, segundo Coral (2016, p. 53), é a publicação do Banco Mundial (1995) “*La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*”, por se tratar de um marco na redefinição de suas estratégias em relação à educação, sendo considerado como base para as reformas do ensino superior em nível mundial. Nesse documento o Banco Mundial aponta o financiamento público das IES como causa da crise de sustentabilidade do ensino superior público, o qual contribui para a crise fiscal do Estado

interventor. E também é a partir dele que o ensino superior é apontado como sendo um importante vetor para a redução da pobreza e para a coesão social.<sup>107</sup>

Conforme afirma a autora que estamos acompanhando, “[...] as propostas do Banco Mundial estão intrinsecamente relacionadas com as diretrizes da Nova Gestão Pública, [...] [que] guiaram a Reforma do Estado brasileiro nos anos 1990” (CORAL, 2016, p. 53-54).

O primeiro documento a trazer a explicitação para um reordenamento político-administrativo (reestruturação) para o ensino superior no Brasil, de acordo com Coral (2016), foi produzido em 2002 pelo Grupo de Estudos sobre Universidade – GEU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado “*A Educação Superior no Brasil*”. Respalado no “*La enseñanza superior*”, do Banco Mundial, o documento brasileiro apresenta “[...] referências para a expansão/interiorização, qualificação, diversificação, financiamento, avaliação e eficiência do ensino superior [...]” (Ibid., p. 56).

Notadamente, o ensino superior alcançou, a partir dos anos de 1990, uma intensificação da oferta e ampliação de vagas. Essa expansão, apesar de predominante no setor privado, destaca-se também no setor público, embora de forma mais tímida, tais como a criação de novos *campi* e cursos nas instituições federais de ensino superior – IFES, e de forma menos evidente nas universidades estaduais (ANDRADE, 2009).

De acordo com a Série Histórica por Município (1991 a 2010), elaborado pelo INEP, a partir dos dados do censo da educação superior, houve no Brasil um crescimento de quase seis vezes mais (582,25%) a quantidade de cursos de graduação presenciais, passando de 4.908 cursos ofertados em 1991 para 28.577 em 2010. No setor privado, esse número foi maior em relação às instituições públicas, havendo naquele aumentado sete vezes mais (713,47%) nesses vinte anos, enquanto nessas últimas o crescimento dobrou no nível municipal e quadruplicou nas administrações federais e estaduais. Em relação à ampliação de vagas, o crescimento no setor privado é proporcional e até mais elevado, representando 755%, enquanto no setor público federal triplicou e nos níveis estadual e municipal duplicou. Já quanto ao número de estudantes matriculados e à quantidade de concluintes, nas instituições privadas quadruplicou e nas federais apenas cresceu pouco mais que o dobro.<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> Essas são as orientações essenciais do Banco Mundial para a reforma da educação superior: 1. Fomentar a maior diferenciação e diversificação das instituições, incluído o desenvolvimento de instituições privadas; 2. Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, por exemplo, com a participação dos estudantes com os gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; 3. Redefinir a função do governo no ensino superior; 4. Adotar políticas que priorizem a questão dos objetivos de qualidade e equidade. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4 apud CORAL, 2016, p. 53).

<sup>108</sup> São considerados nessa série os cursos de graduação presenciais ofertados nas diferentes organizações acadêmicas de ensino superior: universidades, centros universitários e faculdades (nas dependências

O período de 1995 a 2002 ficou marcado como um momento histórico em que as universidades públicas experimentaram um verdadeiro “sucateamento”, com pelo menos três fatores que podem explicar a situação, segundo Andrade (2009, p. 6): “redução do financiamento de gasto e custeio das universidades federais”, “arrocho salarial”, “ampliação de cursos noturnos com elevado número de alunos em sala, sem as condições essenciais de bom funcionamento”.

Amaral (2009, p. 328-330) apresenta os seguintes dados referentes ao encolhimento dos gastos com o ensino superior no governo no governo FHC e uma ampliação no governo Lula:

Com relação às IFES, os recursos financeiros do Fundo Público Federal (FPF) tiveram uma contínua diminuição no período de 1995 a 2002, governo FHC, e uma ampliação de 2003 a 2008, governo LULA, tanto para o pagamento de pessoal quanto para a efetiva manutenção das instituições e investimentos.

O pagamento de pessoal (docente e técnico-administrativo) nesse período, incluindo-se inativos, pensionistas e precatórios, foram reduzidos de R\$ 14,0 bilhões em 1994 para R\$ 12,9 bilhões em 2002, a preços de janeiro de 2009, corrigidos pelo IGP-DI da FGV; uma redução de 8,4% no governo FHC. Esses mesmos recursos passaram de R\$ 12,9 bilhões em 2002 para R\$ 15,5 bilhões em 2008; uma ampliação de 20,0% no governo LULA.

[...]

Os recursos para a efetiva manutenção das IFES evoluíram de R\$ 1.660 milhões em 1994 para R\$ 633 milhões em 2002, no governo FHC, o que significa uma queda de 62,0%. Os valores foram corrigidos pelo IGP-DI da FGV para janeiro de 2009. No governo LULA houve uma recuperação dos valores de 1994, passando dos R\$ 633 milhões de 2002 para R\$ 1.728 milhões em 2008, uma elevação nesse período de 173,2%.

[...]

Os recursos definidos como aqueles que devem ser aplicados em investimentos, ou seja obras, equipamentos, livros etc., tiveram a seguinte evolução: em 1994, R\$ 362 milhões; em 2002, R\$ 49 milhões e em 2008, R\$ 516 milhões, em valores de janeiro de 2009, corrigidos pelo IGP-DI da FGV. No governo FHC houve, portanto, uma queda de 86,4% e no governo LULA uma elevação de 952%.

Na opinião de Chaves (2005, p. 138):

[...] a política para a educação superior, implementada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, incentivou a ampliação da oferta desse nível de ensino com a redução dos seus custos e o privilegiamento da sua mercantilização, seja por meio do crescimento de IES privadas, com fins exclusivamente lucrativos, seja pela abertura das IES públicas para o mercado. Tal política alavancou o sucateamento das universidades públicas federais, ameaçando o seu caráter público e democrático e comprometendo a qualidade do ensino – principalmente na graduação, mas também na extensão e na pesquisa.

A abertura das instituições de ensino superior públicas para o mercado é apresentada por alguns estudiosos como um processo de privatização por meio do financiamento externo,

---

administrativas públicas federais, estaduais e municipais e nas dependências privadas), como também em centros e institutos federais de ensino técnico-tecnológico (CEFET/IFET). Os registros de dados dos CEFET/IFET só iniciam em 1999.

principalmente nas pesquisas. Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 34-35) assim se referem a esse processo:

O segundo sentido da privatização pode ser localizado na própria rede pública. Em direta relação com a insuficiência de financiamentos, muitos docentes – em especial, docentes-pesquisadores – passam a participar do processo de captação de recursos para a pesquisa, para a instituição e até para si, gerando, em algumas situações, contratos com empresas privadas, que promovem o financiamento privado de instalações e investigações orientadas para o mercado, além do estabelecimento de sistemas de patentes sobre resultados científicos logrados e a transferência de tecnologia das universidades para empresas.

Sobre essa possibilidade de financiamento privado nas instituições públicas, Amaral (2009, p. 327-328) considera que:

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...)”. Sendo um dever do Estado e da família e tendo a colaboração da sociedade, conclui-se que o seu financiamento pode se efetivar pelos recursos constantes do Fundo Público, que é estatal, pagamento de mensalidades, que são recursos das famílias e da interação das instituições com os diversos setores da sociedade em que são assinados contratos para que as IES recebam recursos financeiros.

Ele observa que

[...] naqueles momentos que os recursos do FPF sofreram reduções contínuas, as IFES se dirigiram às atividades de prestação de serviços, oferecendo cursos de pós-graduação lato sensu, assessorias, consultorias e desenvolvimento de projetos com recursos de empresas, indústrias, ministérios, Estados e prefeituras. (AMARAL, 2009, p. 331).

Recentemente, em janeiro de 2017, em meio à forte crise de sustentabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, provocada pela suspensão de transferências de recursos e pela falta de pagamento de salários dos servidores e às empresas terceirizadas de prestação de serviços, o Ministro do Supremo Tribunal Federal e também professor da UERJ, Luís Roberto Barroso, despertou simpatias e fortes críticas ao sugerir *novas formas para sustentar as universidades públicas*, defendendo uma ideia de que a universidade deve ser pública nos propósitos, mas autossuficiente no financiamento. Sua proposta de mudança parte da consideração de que a maior parcela do dinheiro público seja destinado ao ensino básico, e que já há no ensino superior público várias experiências bem sucedidas de prestação de serviços a empresas. A filantropia, com o recebimento de doação de ex-alunos, seria outra via possível para essa solução.<sup>109</sup>

<sup>109</sup> Conferir na edição de 22/01/2017 do Jornal O Globo: **Crise na Uerj reacende debate sobre universidade gratuita**: As dificuldades financeiras de estados abalam instituições de ensino público, e assim estimulam a que elas encontrem novas fontes de financiamento. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/crise-na-uerj-reacende-debate-sobre-universidade-gratuita-20806568#ixzz4yEF2TNqE>>. Acesso em: 12 nov. 2017.



De fato, como já vimos nos referindo na exposição de nosso estudo, há uma tendência à mercantilização do ensino superior público, mesmo no âmbito do serviço público estatal. E como bem assinala Mancebo (2004, p. 857):

[...] no atual contexto, a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, ou seja, deixaram de ser suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Com essa mudança, os cientistas e técnicos tornaram-se econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio do conhecimento e da informação. Desse modo, os progressos técnico-científicos podem reverter em melhorias socioeconômicas para o país e para o conjunto da população, *mas também podem desenvolver-se em sentido inverso, ampliando os mecanismos de diferenciação social e acumulação de riqueza*. A esses “progressos” a universidade deve responder positivamente, não só se reformulando para o atendimento das novas necessidades como também e principalmente fazendo a crítica dessas novas realidades. (grifo nosso).

Considerando especificamente o projeto nacional para o ensino superior, o discurso governamental opta pela

[...] valorização da universidade pública e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros [...] [sinalizando] que a universidade tem um papel estratégico na construção de um novo projeto de desenvolvimento, que compatibilize crescimento sustentável com justiça social (GENRO, 2004, p. 1).

Tal opção política encontrava respaldo no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010, o qual enfatizava o

[...] aumento de vagas decorrente do aumento acelerado do número de egressos da educação média, tendencialmente crescente, e na necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes [e aí se revela o parâmetro de justiça social], bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições [as universidades federais], uma vez que realizam mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais – em sintonia com o papel constitucional a elas reservado [onde se circunscreve a perspectiva de crescimento sustentável] (NASCIMENTO, 2014, p. 4).

Essa compreensão e opção política estratégica foi assimilada pelo governo do Presidente Lula e teve continuidade no governo também petista da Presidenta Dilma Rousseff (de 2011 a 2014), seguindo no seu segundo governo, a partir de janeiro de 2015, tendo como lema o *slogan* “Brasil, Pátria Educadora”.

Acreditamos ser importante observar que, de acordo com o discurso oficial, a expansão universitária encampada desde 2003 se justifica como tarefa eminentemente governamental, no sentido da oferta do serviço público federal, conforme explicitado pelo MEC, citado em Nascimento (2014, p. 14, p. 1, grifo do autor):

[...] Por isto, a expansão das universidades federais constituiu-se [...] em conexão com os grandes impasses e dilemas [...] entre os quais se sobressaem a superação

das desigualdades e a construção de um modelo desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar *crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental*. As universidades federais foram chamadas a interagir com as vocações e as culturas regionais repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão com foco voltado para as necessidade e vocações econômicas de cada região.

Todavia, deixamos aqui compreendido que a política expansionista que vem sendo implementada nos últimos dez anos, pelo menos, direciona-se para um modelo mistificado de desenvolvimento que embaça a potencial conciliação aludida dos termos grifados no discurso acima citado.

Nesse sentido, recorreremos mais uma vez a Coral (2016, p. 31), que adverte para o fato de que “[...] os representantes do capital procuram descaracterizar a educação como um direito, considerando-a como um serviço e um setor que integra a economia dos serviços lucrativos, a ser explorado pela iniciativa privada.”

Dessa forma, o Estado, por meio das contrarreformas universitárias, abre espaço para a disseminação da “[...] educação mercantil, considerada por eles [pelos governantes e pelos capitalistas que representem, conforme interpretamos] a mais adequada para atender as necessidades da sociedade.” (Ibid., p. 31):

De um lado, os representantes do capital, como classe dominante econômica e politicamente, procuram transformar em universais os seus interesses privados na educação, utilizando para isso um discurso repleto de termos como transformação, democratização, participação, igualdade e outros.

Por outro lado, a autora (Ibid., p. 31) aponta a resistência de “[...] grupos progressistas assentados nas universidades, nos movimentos sociais, baseados em perspectivas críticas, [que] também têm participado do debate e desvelado os interesses políticos e ideológicos do capital em relação aos rumos da educação.”

Procurando desmistificar os vieses democráticos da política de educação vigente, com ênfase sobre o processo de expansão do acesso ao ensino superior público no Brasil no início do século XXI, problematizamos o conceito de *democratização* contido no projeto de “universidade nova”, inspirado nas proposições de Boaventura de Sousa Santos e Naomar Almeida Filho (2008).

A esse respeito, Léda e Mancebo (2009) levantam importantes questionamentos para refletir criticamente sobre a proposta de renovação da instituição universitária contida no documento seminal da Universidade Federal da Bahia (UFBA), intitulado “Uma Nova Arquitetura Curricular para um Novo Tempo”<sup>110</sup>:

<sup>110</sup> “Uma Nova Arquitetura Curricular para um Novo Tempo” aparece como título de um dos itens que compõem

Que novo tempo essa proposta enaltece? O novo século XXI? Um século que tem progressivamente intensificado o trabalho morto presente no avanço tecnológico e restringido ao máximo o trabalho vivo? (PARIS, 2002). Que tem favorecido a ampliação da labuta, para os que permanecem no mundo do trabalho, e acentuado os níveis de desemprego, mas mantendo-o em patamares que não comprometam o frenético mundo do consumo, alimentado pela propaganda e pela variedade de produtos, capazes de atender aos diversos estratos sociais? Que apregoa a lógica da ‘empresa enxuta’ (universidade enxuta!!!) e ostenta que o nível de produtividade e a quantidade de empregados devem sempre ter números inversamente proporcionais? Que sustenta a defesa dos contratos temporários e das terceirizações, gerando, dessa forma, a precarização da força de trabalho, fator este que camufla significativamente os números relativos ao desemprego? (LEDA; MANCIBO, 2009, p. 53)

Nesse ponto, acompanhamos a indagação de Andrade (2009, p. 2) quanto ao significado da democratização propugnada no projeto de universidade em tela: “Seria a simples universalização do acesso? A expansão do ensino constitui garantia de democratização?” E continua a autora, citando Fernandes (1966):

Em termos sociológicos, “um país tende a democratizar seu sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam aberta ou disfarçadamente em privilégio social” (p. 123).

Como faz Andrade (2009), concordamos com Florestan Fernandes em termos “[...] da importância da educação pública como um projeto nacional, e da dificuldade do Brasil em impulsionar uma mudança na educação num âmbito político e social.” E também

[...] da sua defesa no combate à perspectiva de privilégio exclusivo à modernização econômica e as demandas do capital, e defesa de que essa modernização deve acompanhar o desenvolvimento do capitalismo, mas de forma que busque meios para a superação de suas contradições, em prol de uma sociedade igualitária (Ibid, p. 3).

A partir das concepções de desenvolvimento social e das perspectivas de universidade, em Florestan Fernandes e no projeto “neodesenvolvimentista”, concluímos que resta contrariada a noção de *Estado-educador* aludida por Fernandes (1966, p. 46, grifo do autor), através do qual a República brasileira – ao se converter – “[...] será uma *democracia* [...] preenchendo as funções que lhe cabem quer na educação popular, quer na aceleração do desenvolvimento educacional da Nação como um todo.”

---

o anteprojeto de revisão do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresentado pela Reitoria, em 2006, ao Conselho Superior da UFBA. Na apresentação do documento intitulado “Universidade Nova: Reestruturação da Arquitetura curricular na Universidade Federal da Bahia”, o referido item é destacado “como uma das prioridades no processo de repensar a Universidade” (UFBA, 2006). É interessante ressaltar que as ideias germinais do modelo de Universidade Nova a ser implantado no Brasil, assimiladas como projeto de contrarreforma universitária pelo Ministério da Educação no governo Lula são geralmente atribuídas a Naomar de Almeida Filho, Reitor da UFBA por dois mandatos sucessivos, de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010.

E, como enfatiza Lima (2005), durante sua atuação como Deputado Federal (em dois mandatos entre 1986 e 1994), Florestan Fernandes defendeu intransigentemente a destinação de verbas públicas exclusivamente às escolas públicas, tendo criticado seu repasse para universidades privadas empresariais e confessionais.

Fernandes (1975b), em sua obra *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*, contrasta com as reformulações em curso, as quais se equiparam à reforma universitária conduzida pelo regime burguês-militar, conforme aponta LIMA (2005, p. 9), ao propor a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis:

Na medida em que a classe trabalhadora consegue acesso à educação básica gratuita e de qualidade, terá acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Não se trata, portanto, de conceder bolsas de estudo nas instituições privadas para os mais pobres ou ampliar o número de cursos privados, ações identificadas por Florestan como uma “marcha à ré histórica” (FERNANDES, 1975b, p.138).

Afinal, o sentido do desenvolvimento emancipatório e igualitário da sociedade há de se alcançar na e pela direção democrática da educação, abolindo definitivamente a crença da elite na subsistência do dualismo social que permita ““a ordem e o progresso” mediante a educação apenas de uma minoria esclarecida”, como pronunciado por Anísio Teixeira (apud FERNANDES, 1966, p. 562).

Justificando sua opção por abordar o tema da universidade na América Latina, Fernandes (2010, p. 205-207, grifo do autor) esclarece que mesmo não se tratando de um “todo homogêneo”, “[...] vários fatores de natureza histórica e sociocultural” dão sentido a sua tentativa de estabelecer conexões entre universidade e desenvolvimento, respeitando as características dos respectivos cenários nacionais, “as suas *grandezas* e as suas *misérias*”.

Ele destaca, então, três fatores: 1) O padrão de civilização ocidental moderna vigente, através da colonização e dos ideais de emancipação nacional. 2) A escassez crônica de recursos materiais, financeiros e humanos, que gera dificuldades típicas na esfera cultural do desenvolvimento econômico, social e político, decorrentes do passado colonial e da persistente dependência econômica do exterior, em todos os países. 3) Originalmente influenciados pelo “estoque cultural ibérico”, os países da América Latina “sofreram renovações durante o ciclo da emancipação política”, sendo predominantemente influenciados pela cultura francesa, mas também alemã ou inglesa, recebendo, no pós-guerra, “o impacto da posição hegemônica dos Estados Unidos”.

Em razão do primeiro aspecto, o autor considera que em todos os países latino-americanos “a universidade responde a necessidades psicológicas, sociais e culturais altamente similares e tende a dar a mesma contribuição fundamental ao equilíbrio da ordem

social ou à sua evolução histórica” (FERNANDES, 2010, p. 206).

Pelo segundo fator, “[...] embora a intensidade dos *sucessos* e dos *malogros* marcantes sejam variáveis, todos os países se defrontam com dilemas educacionais muito parecidos e com problemas universitários análogos” (Ibid., p. 206-207).

Por fim, em consequência do terceiro elemento destacado, “[...] os modelos institucionais vigentes, particularmente no setor educacional e com respeito ao ensino universitário, possuem as mesmas origens e sofrem os mesmos percalços” (Ibid., p. 207).

Fernandes (2010, p. 207) afirma, então, que “[...] as instituições universitárias transplantadas”, dos modelos europeus e norte-americanos para a América Latina, adaptaram-se ao estilo social de vida aqui predominante, selecionando “apenas algumas de suas funções essenciais”, tanto em termos de estrutura como de dinâmica institucional. Por essa razão, tal herança trouxe vantagens e desvantagens.

O fornecimento do “mais alto patamar civilizatório alcançado pelo “homem moderno”” foi, nas palavras de Fernandes (2010, p. 208), uma herança cultural europeia “vantajosa, compensadora e estimulante”. Por outro lado, a “profunda e complexa adaptação”, “mais ou menos impróprias aos desígnios criadores do homem como “portador de cultura””, “desgastou uma grande parcela de suas energias e de sua capacidade inventiva tentando criar condições para a mera preservação de sua herança cultural.”

Grosso modo, de acordo com Fernandes (2010, p. 203):

A universidade sempre esteve em relação tensa com os estamentos dominantes e com o obscurantismo na América Latina. [...] No entanto, as crises [pós 1930 e repercussões da “guerra fria” no continente], antes e particularmente depois da revolução cubana, expuseram a universidade latino-americana a formas sistemáticas e institucionalizadas de repressão e de opressão [...].

A situação do sistema escolar e, nele, do ensino superior na América Latina à época em que Florestan Fernandes escreveu o ensaio destinado ao livro organizado Joseph Maier e Richard Weatherhead sobre *A universidade na América Latina*, em 1966<sup>111</sup>, caracterizava-se, deste modo, pelo tensionamento de dois aspectos (FERNANDES, 2010, p. 226): 1) Uma pressão quantitativa, em virtude da “explosão demográfica” e de “fortes tendências de deslocamento de população” do campo para a cidade ou de áreas rurais estagnadas para áreas rurais com maior vitalidade econômica. 2) A escassez crônica de recursos materiais e humanos destinados à educação”.

Fernandes (2010, p. 227) observa que o agravamento das pressões demográficas

---

<sup>111</sup> A publicação do trabalho em sua versão original em português foi autorizada pelos organizadores da obra, cuja edição foi patrocinada por *The Midgard Foundation* (FERNANDES, 2010, p. 299).

afeta os índices de participação do ensino pós-primário e as orientações tradicionais no uso dos recursos materiais e humanos destinados à educação. Nessas circunstâncias, o autor sentencia que “[...] as transformações econômicas, sociais e culturais não concorreram, de fato, para uma efetiva democratização universal do ensino”. Na sua opinião, “[...] essa mudança [...] irá contribuir, previsivelmente, para a alteração ou a proscrição de critérios irracionais, extrapedagógicos e antidemocráticos e distribuição e aproveitamento das oportunidades educacionais.”

Assim, situando a evolução histórica entre 1950-60 e 1966, Fernandes (2010, p. 239) aponta uma “evidência melancólica”: excetuando Cuba<sup>112</sup>, o ensino superior na América Latina, “embora não seja definido legalmente como “privilégio”, na prática é monopolizado socialmente pelos estratos médios e altos da população.”

Nesse período, o autor (Ibid., p. 246) destaca que “[...] o crescimento da matrícula no ensino superior do Brasil estava aquém de uma política deliberada, que visasse pelo menos equiparar o país aos progressos médios da região.” Para o autor, o caso brasileiro ilustra a tradição cultural conservadora, de contenção da expansão do ensino, de modo que o acesso ao nível superior do sistema educacional permaneça associado ao *status* e ao prestígio social das elites. Em outras palavras, observa-se uma tradicional elitização do ensino superior, pela moderação do ritmo da expansão, permitindo atender “[...] ao aumento potencial da procura nos estratos superiores das classes médias e altas.” Com o golpe militar, essa orientação se fortalece e “agravam os seus efeitos perniciosos, exacerbando a conotação das oportunidades educacionais, no nível do ensino médio e superior, como “privilégio de classe””.

Nesse contexto, Fernandes (2010, p. 246-247, grifo do autor) assinala que o ensino superior brasileiro

[...] não é concebido e usado como um fator de dinamização do crescimento econômico, do desenvolvimento sociocultural, ou do progresso da pesquisa científica e tecnológica. Mas, como um dos fatores da estrutura social que regulam a transmissão do *status* e do prestígio social, de uma geração a outra, segundo os padrões da ordem social existente e das estruturas de poder que eles configuram.

Desta forma, segundo o autor (Ibid., p. 247), “[...] explicam-se [...] o solapamento e a neutralização de todas as pressões favoráveis à mudança, especialmente daquelas que afetem a qualidade do ensino e a distribuição das oportunidades educacionais.” E assim:

A visão tradicionalista, que organiza a percepção e a inteligência da situação,

<sup>112</sup> Para Fernandes (2010, p. 240), “no contexto latino-americano, somente Cuba poderá evoluir no sentido de neutralizar influências socioeconômicas e políticas que interferem cronicamente na evolução do sistema escolar”.

converte o ensino superior numa barreira social e resiste tenazmente contra a transformação em núcleo institucional dinâmico da personalidade, da sociedade e da cultura.

Esses argumentos levam à compreensão do por quê as universidades latino-americanas não se adaptaram às funções vitais à negação e à superação do subdesenvolvimento, nos termos de Fernandes (2010, p. 269), quais sejam:

[...] a conquista da autonomia intelectual na organização do esforço educacional e de criação intelectual, com vistas aos dilemas materiais, humanos e morais que deitam raízes na falta de correspondência efetiva entre a ordem social vigente e a forma de integração da sociedade nacional.

Para esse autor (FERNANDES, 2010, p. 270):

Ao inverso do que se admite, a conclusão que se poderia tirar, do que tem acontecido e do que está acontecendo, consiste em que tanto os modelos institucionais “antigos”, quanto os “modernos” foram e continuarão a ser mal explorados, em grande parte, por causas extrínsecas à vida universitária.

Apresentando a existência de fatores que possam influenciar a adaptação das universidades aos processos de mudança social progressiva e às funções que elas devem preencher, como fatores de autonomização cultural, Fernandes (2010, p. 298) sentencia:

As sociedades subdesenvolvidas precisam percorrer um árduo caminho para vencerem suas barreiras internas e a corrida de obstáculos com as sociedades avançadas. Aos poucos, à medida que aprendem a lidar produtivamente com suas tensões e desequilíbrios sociais, é que descobrem que também podem recorrer por conta própria às técnicas de invenção cultural ao seu alcance e que a utilização construtiva dessas técnicas, nas condições permitidas por seus recursos materiais e humanos, pode se converter numa rotina fecunda.

Todavia, longe de promover a almejada mudança de crescimento econômico com justiça social e desenvolvimento sustentável propugnado nos planos de expansão e ampliação do acesso ao ensino superior dos governos brasileiros entre 2003-2016, pôs-se em marcha as estratégias neoliberais, que podem até promover o crescimento econômico prometido, porém, com a riqueza concentrada nos bolsos de uma minoria, à custa de um batalhão de homens e mulheres graduados, diplomados e desempregados.

#### 2.4.2 Expansão universitária como mercantilização da política de educação superior

Para Sguissardi (2006), a atual contrarreforma universitária é um desdobramento do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Segundo o autor (Ibid., p. 1039), na transição do governo de FHC para o governo Lula não houve na prática nenhuma mudança marcante para o ensino superior. Antes:

[...] o pano de fundo manteve-se basicamente o mesmo. Na área universitária, os instrumentos legais e as medidas administrativas, incluídas as financeiras, mostram que até o momento não houve rupturas com o processo anterior, a não ser, em certa medida, na adoção de novo sistema nacional de avaliação, com a recuperação dos montantes de recursos de custeio aos níveis de 1995 e com pequena expansão das IFES. (SGUISSARDI, 2006, p. 1039)

Na opinião de Mancebo (2004, p. 849), a contrarreforma universitária, antes do governo Lula, era

pautada pela crítica à presença do Estado em todas as esferas da vida nacional, o que as submeteu a políticas de austeridade, com salários arrojados e recursos para manutenção e investimento progressivamente diminuídos, de modo que o quadro geral das instituições de educação superior era (ou ainda é) de crise.

Contudo, na atual contrarreforma universitária está presente a chamada “privatização indireta”, quando se sugere a diversificação das “fontes de financiamento” – conhecida como parcerias público-privado (PPPs) –, considerada por Mancebo (Ibid., p. 855) como um dos seus pontos negativos.

Segundo Coral (2016, p. 18) o movimento de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, tal qual foi implementado a partir dos anos de 1990, tem características significativamente diferentes das experiências ocorridas em períodos anteriores. Ela destaca que o processo expansionista dos anos 1900 a 1950

[...] estavam relacionadas quase que exclusivamente a requisições internas do desenvolvimento brasileiro, com a marca do ensino superior de elite, produzido pelas classes dominantes internas, como espaço de constituição de uma massa pensante dentro da sua ordem, sem ter o peso e a influência dos processos políticos emergentes desde a década de 1960, porém interrompidos pela ditadura civil-militar instaurada em 1964.

De acordo com Uchoa; Tonholo et. al. (2014, p. 1, grifo do autor),

[...] as Universidades têm assumido um papel diferenciado nos modelos sistêmicos. Estes, por sua vez, tem possibilitado uma dinamização de atores no desenvolvimentos de ações pautadas na transferência de conhecimento. A criação de *startups* e *spin offs* têm contribuído certamente para a reestruturação das políticas universitárias no Brasil, como uma das potenciais formas de transferência de conhecimento para a estrutura produtiva, alargando assim, a base do desenvolvimento científico e tecnológico para questões de inovação e desenvolvimento regional.

Em artigo publicado em co-autoria com uma colega de docência (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008, p. 134), já se tivemos oportunidade de sinalizar que:

Em passado recente, a modernidade, com a força de sua luz, de sua racionalidade, de seus incontroláveis tecnicismo e modismos tecnológicos, empurrou a população do interior para os centros urbanos, provocando o êxodo rural e o inchaço das sociedades ditas desenvolvidas. Esse movimento historicamente se traduziu no



avesso do desenvolvimento humano, ao retirar do homem do campo as potencialidades naturais do seu trabalho, tragando-o para o aviltamento da produção/reprodução do modo capitalista de ser e de viver.

Nos atuais tempos neoliberais, globalizados, pós-modernos, deparamo-nos com o avesso do avesso: as cidades interioranas são alvos das especulações mercantilistas e as tendências multifacetadas do desenvolvimento econômico e social chegam com ares de necessidade incontestável, como, aliás, impõe-se como incontestável – sempre – o próprio padrão de vida circundado pelo luxo tecnológico, que não tarda, após voraz consumismo, em tornar-se lixo a ser descartado e imediatamente substituído por novíssimas versões altamente recomendadas pelos especialistas de plantão.

Quantitativamente, das 63 universidades federais hoje existentes, 18 foram criadas ou implantadas a partir de 2003 até o ano de 2014, no bojo do processo de contrarreforma universitária, contemplando novas instituições e transformação de faculdades ou centros universitários em universidades.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2011?), a expansão das universidades federais em todo o Brasil teria alcançado até 2014 um total de 321 *campi*, abrangendo 275 municípios. Considerando que todas as metas da expansão foram alcançadas, isso equivale a um crescimento de 173 *campi* em 161 municípios além da oferta ‘pré-existente’ (no período de 1808 a 2002 = 148 *campi* / 114 municípios). Em termos percentuais, o governo federal alcançou o feito de expandir e interiorizar 117% das instituições federais de ensino superior – isto só para dizer das universidades (pois estão excluídas deste cálculo as instituições federais de ensino profissional tecnológico de nível superior); isto representou a inclusão de 141% de municípios com abertura de vagas para acesso à formação universitária pública federal.

Todo esse processo ocorreu de modo planejado, em ciclos de expansão, a saber (FORPLAD, 2008): 1) Primeiro Ciclo – Expansão para o Interior – 2003/2006; 2) Segundo Ciclo – Expansão com Reestruturação – 2007/2012 – REUNI (Decreto 6.096 de 24.04.2007 – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais); 3) Terceiro Ciclo – Expansão com ênfase nas interfaces internacionais – 2008/2010.<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> Informações atualizadas, através de pesquisas diversas na internet, dão conta de que já estão em funcionamento as quatro universidades planejadas no terceiro ciclo de expansão: Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Foz do Iguaçu-PR; Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Santarém-PA; Universidade Luso Afro-Brasileira-UNILAB, Redenção-CE e Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Tabela 3 - Instituições de ensino superior no Brasil – 2013

Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa	Número de Instituições de Educação Superior				Total
			UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	IFs e CEFETs	
2013	PÚBLICA	FEDERAL	62		4	40	<b>106</b>
		ESTADUAL	38	1	80		<b>119</b>
		MUNICIPAL	11	9	56		<b>76</b>
	<b>Total</b>		<b>111</b>	<b>10</b>	<b>140</b>	<b>40</b>	<b>301</b>
	PRIVADA	PRIVADA	84	130	1.876		<b>2.090</b>
<b>Total</b>		<b>84</b>	<b>130</b>	<b>1.876</b>		<b>2.090</b>	
<b>Total</b>			<b>195</b>	<b>140</b>	<b>2.016</b>	<b>40</b>	<b>2.391</b>

Fonte: InepData – Consulta de Informações Educacionais<sup>114</sup>.

Tabela 4 - Instituições de ensino superior no Brasil – 2009

Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa	Número de Instituições de Educação Superior				Total
			UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES	IFs e CEFETs	
2009	PÚBLICA	FEDERAL	55		4	35	<b>94</b>
		ESTADUAL	38	1	45		<b>84</b>
		MUNICIPAL	7	6	54		<b>67</b>
	<b>Total</b>		<b>100</b>	<b>7</b>	<b>103</b>	<b>35</b>	<b>245</b>
	PRIVADA	PRIVADA	86	120	1.863		<b>2.069</b>
<b>Total</b>		<b>86</b>	<b>120</b>	<b>1.863</b>		<b>2.069</b>	
<b>Total</b>			<b>186</b>	<b>127</b>	<b>1.966</b>	<b>35</b>	<b>2.314</b>

Fonte: InepData – Consulta de Informações Educacionais<sup>115</sup>.

A comparação entre as tabelas 3 e 4 nos permite perceber o rápido crescimento, em seis anos, das IES públicas, especialmente pela elevação em 77,7% das faculdades estaduais e a ampliação de 7 universidades federais e 5 institutos federais de ensino técnico-tecnológicos. Chamou nossa atenção o decréscimo em 1% do total de IES privadas, principalmente entre universidades e centros universitários, acompanhado, todavia, do aumento de faculdades.

Consideramos em princípio os diferentes níveis de complexidade e de exigências institucionais de cada uma dessas modalidades institucionais, que implica diferenças significativas nos aportes financeiros para sua criação e manutenção. Dessa forma, não nos parece difícil nem leviano afirmar que em termos de rentabilidade para as empresas de ensino, é mais viável e vantajoso expandir seus negócios com a abertura de faculdades, que se caracterizam pela especialização em áreas de saber e têm uma menor exigibilidade em relação à qualificação de seu quadro docente. As universidades, por sua vez, devem oferecer, por obrigação constitucional (art. 207 da Constituição Federal), atividades indissociáveis de

<sup>114</sup> Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>. Acesso em: 10 nov. 2017.

<sup>115</sup> Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ensino, pesquisa e extensão em uma pluralidade de áreas de conhecimento, sendo, portanto, consideradas instituições acadêmico-científicas por excelência; para tanto, exige-se que possuam um quadro docente com elevada qualificação, sendo que um terço dos professores devem ser contratados com dedicação exclusiva, e são obrigadas a manter programas de pós-graduação *stricto sensu* de alta qualidade; são, portanto, mais caras.

Em relação à ampliação de vagas, comparando às tabelas 5 e 6 abaixo, observamos o evidente crescimento do número de matrículas nas IES, representando quase o dobro em todo o Brasil no período entre 2005 e 2015. No Nordeste, houve um aumento de 129,5%. Em Alagoas, o percentual de acréscimo foi de 144,9%.

Tabela 5 - Quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais – Brasil / Nordeste / Alagoas - 2005

Unidade da Federação/Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais					
	Total Gera)	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e Institutos	CET/FaT
	Total	Total	Total	Total	Total	Total
<b>BRASIL</b>	4.453.156	2.469.778	674.927	207.898	1.017.334	83.219
<b>Pública</b>	1.192.189	1.042.816	15.757	10.068	79.368	44.180
Federal	579.587	549.171	-	-	2.143	28.273
Estadual	477.349	433.692	-	-	27.750	15.907
Municipal	135.253	59.953	15.757	10.068	49.475	-
<b>Privada</b>	3.260.967	1.426.962	659.170	197.830	937.966	39.039
Particular	1.753.184	413.044	369.485	166.356	765.462	38.837
Comun/Confes/Filant	1.507.783	1.013.918	289.685	31.474	172.504	202
<b>NORDESTE</b>	738.262	414.484	27.953	27.970	249.091	18.764
<b>Pública</b>	352.757	318.482	-	-	21.450	12.825
Federal	171.220	158.395	-	-	-	12.825
Estadual	163.914	160.087	-	-	3.827	-
Municipal	17.623	-	-	-	17.623	-
<b>Privada</b>	385.505	96.002	27.953	27.970	227.641	5.939
Particular	292.818	34.944	21.694	27.970	202.271	5.939
Comun/Confes/Filant	92.687	61.058	6.259	-	25.370	-
<b>ALAGOAS</b>	41.404	11.605	-	12.960	13.984	2.855
<b>Pública</b>	16.520	11.605	-	-	3.351	1.564
Federal	12.565	11.001	-	-	-	1.564
Estadual	3.955	604	-	-	3.351	-
Municipal	-	-	-	-	-	-
<b>Privada</b>	24.884	-	-	12.960	10.633	1.291
Particular	24.729	-	-	12.960	10.478	1.291
Comun/Confes/Filant	155	-	-	-	155	-

Fonte: INEP/MEC – Sinopse Estatística da Educação Superior 2005

Tabela 6 - Quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância – Brasil / Nordeste / Alagoas - 2015

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância													
	Total Geral							Universidades						
	Total	% Brasil	% Nordeste	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	N. A.*	Total	% Brasil	% Nordeste	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	N. A.*
BRASIL	8.027.297	100,00	-	5.516.151	1.471.930	1.010.142	29.074	4.273.155	53,23	-	2.863.925	958.069	422.550	28.611
PÚBLICA	1.952.145	24,32	-	1.195.020	578.997	149.209	28.919	1.663.222	20,72	-	1.089.316	514.097	31.316	28.493
Federal	1.214.635	15,13	-	800.417	323.295	68.862	22.061	1.068.101	13,31	-	749.822	277.933	18.711	21.635
Pública Estadual	618.633	7,71	-	301.873	233.222	76.699	6.839	545.485	6,80	-	298.567	229.880	10.199	6.839
Municipal	118.877	1,48	-	92.730	22.480	3.648	19	49.636	0,62	-	40.927	6.284	2.406	19
PRIVADA	6.075.152	75,68	-	4.321.131	892.933	860.933	155	2.609.933	32,51	-	1.774.609	443.972	391.234	118
NORDESTE	1.694.680	21,11	100,00	1.187.044	352.853	151.576	3.207	843.074	10,50	49,75	526.711	259.530	53.626	3.207
PÚBLICA	590.489	7,36	34,84	324.482	240.232	22.685	3.090	522.520	6,51	30,83	303.429	211.039	4.962	3.090
Federal	375.771	4,68	22,17	233.648	118.820	20.213	3.090	327.983	4,09	19,35	222.637	99.587	2.669	3.090
Pública Estadual	195.271	2,43	11,52	80.792	112.186	2.293	-	194.537	2,42	11,48	80.792	111.452	2.293	-
Municipal	19.447	0,24	1,15	10.042	9.226	179	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADA	1.104.191	13,76	65,16	862.562	112.621	128.891	117	320.554	3,99	18,92	223.282	48.491	48.664	117
ALAGOAS	101.389	1,26	5,98	68.633	24.331	8.425	-	46.350	0,58	2,74	23.498	19.119	3.733	-
PÚBLICA	37.741	0,47	2,23	19.329	16.238	2.174	-	33.745	0,42	1,99	18.604	14.350	791	-
Federal	29.106	0,36	1,72	16.774	10.949	1.383	-	25.110	0,31	1,48	16.049	9.061	-	-
Pública Estadual	8.635	0,11	0,51	2.555	5.289	791	-	8.635	0,11	0,51	2.555	5.289	791	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRIVADA	63.648	0,79	3,76	49.304	8.093	6.251	-	12.605	0,16	0,74	4.894	4.769	2.942	-

\* N. A. = Não Aplicável

Fonte: INEP/MEC – Sinopse da Educação Superior – Censo 2015

Fonte: a autora<sup>116</sup>

Quanto à distribuição das IES, de acordo com o sinopse estatística do ensino superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016), há em Alagoas uma total de 28 instituições, a saber: 1 universidade pública federal; 1 universidade pública estadual na capital e outra no interior; não há universidade privada; 2 centros universitários na capital; 22 faculdades privadas, 14 na capital e 8 no interior; e 1 Instituto Federal de Ensino Técnico e Tecnológico, o IFAL.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2015 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016), conforme demonstrado no quadro 6, embora no Brasil o número de matrículas em universidades privadas seja mais elevado do que nas universidades públicas (somadas as federais, estaduais e municipais), no Nordeste e em Alagoas a realidade é inversa, havendo mais matrículas nas universidades federais do que em universidades privadas, apesar de que o número total de matrículas em IES privadas represente o dobro em relação às públicas. Esse é um indício da maior exploração do mercado em faculdades e centros universitários, além dos cursos à distância também computados aqui. No Brasil, as universidades públicas federais representam o dobro das estaduais, O Nordeste acompanha essa proporção. Em Alagoas é mais do que o triplo, o que evidencia a real relevância da única universidade pública federal de Alagoas, a UFAL.

Retomando a discussão sobre a demanda real para a expansão universitária,

<sup>116</sup> Esclarecemos que no documento original os dados são apresentados, além do total de unidades federativas e de categorias administrativas, também cada uma dessas categorias. Suprimimos as informações que não condizem com nossa abordagem de estudo. Por essa razão não é demonstrado no quadro a quantidade de matrículas nos Centros Universitários, nas Faculdades e nos IF/CEFET.

consideramos importante registrar que os planos de desenvolvimento institucional (PDI) das universidades recém-criadas – com seus respectivos projetos pedagógicos –, bem como, das universidades antigas que aderiram ao REUNI, ampliando sua estrutura com novos campi, novos cursos, novas turmas, encontram lastro na filosofia da “universidade nova”. Isto é, a inspiração do REUNI no chamado “processo de Bolonha”, que estabelece o Espaço Europeu de Ensino Superior, pressupondo a implantação de um sistema de graus acadêmicos facilmente reconhecíveis e comparáveis, que promova a mobilidade dos estudantes, dos professores e dos investigadores, assegurando a elevação da qualidade da docência; ele incorpora uma dimensão sistêmica continental e intercontinental no ensino superior baseado em três ciclos: licenciatura – mestrado – doutoramento, ampliando as chances de empregabilidade. Uma importante característica deste processo é a implantação dos bacharelados interdisciplinares (BI).

De acordo com Coral (2016, p. 57) uma das respostas influenciadas pelas orientações dos organismos internacionais para o desenvolvimento da educação superior como estratégia de crescimento e justiça social é o “processo de Bolonha”, “um dos processos mais conhecidos e destacados na literatura sobre educação superior internacional e nacional”:

[...] iniciado pela denominada “Declaração de Bolonha”, subscrita em 1999 por 29 países europeus. Tal declaração gerou um processo mais amplo que mantém relações com diversos processos atinentes à formação profissional oferecida em nível superior e outros relativos à educação nos seus diversos níveis.

Ainda conforme Coral (2016, p. 59-60):

No Brasil, há várias reflexões que consideram o Processo de Bolonha como inspiração para iniciativas de mudanças no ensino superior, como os novos formatos na constituição ou reformulação dos cursos nas universidades federais. A constituição da Universidade Federal do ABC e a reformulação realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA) são alguns exemplos destacados e que seguem a orientação de ciclos de formação. Aliás, a experiência da UFBA, nomeada como Projeto Universidade Nova, tornou-se referência para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.<sup>117</sup>

Sobre a importação do modelo europeu para o ensino superior público no Brasil, Leher ([2004?], p. 1) adverte que:

[...] Essa ofensiva, presente também na agenda do ALCA, tem como meta edificar um mercado educacional ultramar, sacramentando a heteronomia cultural. Mas o

<sup>117</sup> A autora remete as referências para a discussão dessa interpretação da influência do Processo de Bolonha no REUNI aos seguintes autores e respectivos textos: Ana Isabel Madeira. O ensino superior da Europa e sua relação com a América Latina: a cooperação entre Portugal e Brasil (2009); Alfredo Pena-Vega. O Processo de Bolonha no Ensino Superior da América Latina (2009); Roberto Leher. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo (1999) e Crise estrutural e função social da universidade pública (2010).

pré-requisito é converter, no plano do imaginário social, a educação da esfera do direito para a esfera do mercado, por isso o uso de um léxico empresarial: excelência, eficiência, gestão por objetivos, clientes e usuários, empreendedorismo, produtividade, profissionalização por competências, etc.

Ora, tal perspectiva de *reforma democrática e emancipatória* da Universidade encontra respaldo teórico na seguinte avaliação de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p. 25):

O desenvolvimento do ensino universitário nos países centrais, nos trinta ou quarenta anos depois da segunda guerra mundial, assentou, por um lado, nos êxitos da luta social pelo direito à educação, traduzida na exigência da democratização do acesso à universidade, e, por outro lado, nos imperativos da economia que exigia uma maior qualificação da mão-de-obra nos sectores chave da indústria. A situação alterou-se significativamente a partir de meados da década de setenta com a crise econômica que então estalou. A partir de então gerou-se uma contradição entre a redução dos investimentos públicos na educação superior e a intensificação da concorrência entre empresas, assente na busca da inovação tecnológica e, portanto, no conhecimento técnico científico que a tornava possível e na formação de uma mão-de-obra altamente qualificada.

No Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020 (BRASIL, 2011, p. 39-41), São ratificados os propósitos expansionistas e o fortalecimento do setor público previstos na meta 12: “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurando a qualidade da oferta.”

Para tanto, apresentam-se como estratégias referentes ao ensino público, dentre outras: a ampliação e interiorização do ensino em nível de graduação, territorialmente uniforme, com aumento da oferta de vagas proporcional à densidade populacional, sendo um terço das vagas em cursos noturnos; a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos; a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; prioridade para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática; fomento de políticas de inclusão e de assistência estudantil, de modo a ampliar as taxas de acesso de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico; fomento da ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior; ampliação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, mediante a adoção de políticas afirmativas.

Os parâmetros situados nas estratégias do governo federal revelam que o acesso ao ensino superior público, como inclusão social por meio da ampliação de cursos e de vagas e garantia da permanência das classes populares, tanto em instituições públicas como em instituições privadas, justificam-se como um enfrentamento à contradição entre as “exigências de democratização e os imperativos da economia”. Esta contradição é apresentada por Santos

e Almeida Filho (2008, p. 14) como um dos vetores da crise de hegemonia das universidades, que expressa a crise de legitimidade, que se apresenta sob dois ângulos: de um lado, o da defesa da autonomia universitária na definição de valores e objetivos, com exigências sociais e políticas para garantia de igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares; de outro, a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e submissão das universidades a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou [... da denominada] responsabilidade social <sup>118</sup>.

Portanto, justifica-se a expansão universitária como tarefa eminentemente governamental, no sentido da oferta do serviço público federal, como uma das estratégias de saída da respectiva crise. Os programas de governo assumiram, assim, uma tez mascarada de intenções socialistas democráticas, mas se revelaram estreitamente liberais e enraizadas nos compromissos estatais para com a expansão do mercado capitalista.

Em convergência com o posicionamento de Silva Júnior e Sguissardi (2001) e com respaldo na produção teórica desses autores, compreendemos que, de modo geral, a mercantilização no ensino superior brasileiro diz respeito à introdução da racionalidade gerencial capitalista e privada orquestrada pelo capital internacional, no âmbito do processo de contrarreformas neoliberais cujas diretrizes são emanadas de organismos multilaterais. Tais reformas reduzem a esfera pública, modificando a natureza das instituições universitárias, que tendem a responder prioritariamente às demandas do mercado. Nessa perspectiva:

As políticas públicas passam, no país e no exterior, por um processo de mercadorização do espaço estatal ou público, sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta anarquia do mercado, hoje estruturado por organismos multilaterais a agirem em toda extensão do planeta (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001, p. 75).

Citando Marilena Chauí, Vera Lúcia Jacob Chaves esclarece que a naturalização dos processos de privatização, via convênios e contratos com fundações de apoio e empresas privadas, leva a que os docentes “[...] aceitem que o Estado seja desincumbido da responsabilidade da pesquisa através dos financiamentos privados para pesquisa como complementação salarial e fornecimento de infra-estrutura (...)” (CHAUÍ, 1999, p. 45 apud CHAVES, 2005, p. 148).

Chaves (2005, p.147) refere-se a uma “naturalização” do processo de privatização das instituições públicas de ensino superior, desde as reformas gestadas nos governos FHC

---

<sup>118</sup> A denominação “responsabilidade social” inclui-se entre as novas expressões correntes no período da reestruturação produtiva, junto com “empregabilidade” e “competitividade”, conforme explicitado na tese de Freire (1998).

(1995 a 2002). Dentre outras estratégias, a autora destaca a oferta de serviços pagos e da remuneração de docentes e técnicos com intermediação das fundações de apoio que viabilizam a busca, no mercado, de “fontes externas para seu custeio, como forma de atingir a modernidade e tornarem-se mais produtivas” (CHAVES, 2005, p. 147).

Seguindo a trilha argumentativa de associação entre o projeto expansionista da educação superior e a adoção de um modelo “neodesenvolvimentista”, e concordando com Castelo (2013, p. 129), evidenciamos que não se trata de um rompimento, mas sim de uma reafirmação e ajustamento do neoliberalismo que começou na década de 1990, foi impulsionada nos governos FHC e consolidada na era Lula/Rousseff.

De 2003 a 2006 o que se viu no Brasil em relação ao ensino superior foi o próprio executivo tomando iniciativa para pensar este nível de ensino e encaminhado ao Congresso Nacional suas propostas de modificações. Em relação ao acesso ao ensino superior, foram enviados “o Projeto de Lei n. 3.627/2004, que institui a reserva de cotas nas universidades federais para alunos advindos da escola pública e para autodeclarados negros e indígenas”<sup>119</sup>, e o “Projeto de Lei n. 3.582/2004, denominado Programa Universidade para Todos”<sup>120</sup> (MANCEBO, 2004, p. 847).

Segundo Mancebo (2004, p. 855) outro ponto problemático da atual contrarreforma universitária é o fortalecimento “[...] da relação entre o setor privado e as universidades públicas”, questão também presente no “Projeto de Lei n. 3.476/2004, conhecido como Lei de Inovação Tecnológica”<sup>121</sup>, que “cria procedimentos mais rápidos de transferência e licenciamento de tecnologia das entidades de pesquisa para a indústria, sem as delongadas licitações”.<sup>122</sup> O problema está quando a universidades públicas deixam de legar ganhos

<sup>119</sup> Último andamento do PL 3627/2004 (situação atual): Tramitado para arquivamento em 18/02/2009. Andamento em 20/11/2008: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) – “Desapensação automática deste do PL 73/99, em face da declaração de prejudicialidade deste, decorrente da aprovação, em Plenário, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.” Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=254614>>. Acesso em: 28 nov. 2014. O Projeto de Lei nº 73/1999, por sua vez, foi transformado na Lei Ordinária nº 12.711/2012. “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.”

<sup>120</sup> Criado durante a gestão de Tarso Genro no Ministério da Educação, o PROUNI foi desenhado nos termos do Projeto de Lei nº 3.582, de maio de 2004, mas sua implantação ocorreu através da Medida Provisória do Governo Federal – nº 213, de 10 de setembro de 2004, a qual reformulou significativamente o projeto original, quando a gestão do MEC estava sob o comando de Fernando Haddad. E foi finalmente institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. “Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.”

<sup>121</sup> Transformado na Lei Ordinária nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. “Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.”

<sup>122</sup> Sobre essa questão, já apontamos esse tipo de relação das universidades públicas com setores privados, quando abordamos o desenvolvimento nacional, regional e local.



sociais e volta-se para legar ganhos para o capital.

A esse respeito, retomamos as considerações de Coral (2016, p. 32) a respeito da resistência da classe trabalhadora, “representada por seus sindicatos, partidos, movimentos sociais, associações profissionais”, na luta por outro projeto de sociedade e de educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

No conjunto desses sujeitos estão presentes o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras – Fasubra, o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! (composto pela Andes-SN, Oposição de Esquerda da UNE, CFESS e outros).

Entre eles, apesar do fato comum ser a educação pública, gratuita, em todos os níveis e de responsabilidade do Estado, da defesa de verbas estatais para as escolas públicas, há que apontar [sic] diferenças em relação ao horizonte social e político que eles defendem, alguns referenciados pela emancipação política e outros pela emancipação humana. (CORAL, 2016, p. 32).

Mancebo consegue elucidar tanto os projetos ditos da reforma universitária, como também aqueles que caminham paralelamente, mas que também interferem na educação brasileira, incluindo a superior, como é o caso do Projeto de Lei n. 2.546/2003, sobre as parcerias público-privadas (PPPs)<sup>123</sup> (Ibid., p. 861).

Compreendemos, assim, que, no Brasil, o novo (velho) modelo se manifesta nos programas de governo que vêm assumindo uma tez mascarada de intenções socialistas democráticas, ditas “neodesenvolvimentistas”, mas que se revelam estreitamente liberais e enraizados nos compromissos estatais para com a expansão do mercado capitalista. Em outras palavras, o Estado vem firmando cada vez mais as *ideologias adaptativas* do capital, bastante *afeiçoadas ao mercado* e com o *consentimento e parceria* de amplos segmentos da sociedade.

Para encerrar a discussão introduzida neste capítulo, acerca da interiorização como estratégia de desenvolvimento nacional, regional e local, serão tratadas no item a seguir as reflexões em termos da relação entre a dita “democratização” do acesso – que nós chamamos de ampliação do acesso – ao ensino superior e a interiorização das universidades públicas federais.

---

<sup>123</sup> Convertido na Lei Ordinária nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. “Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”. Com alterações vigentes pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

### 2.4.3 A ampliação do acesso ao ensino superior e a interiorização das universidades públicas federais

Ressaltamos que, de acordo com o relatório “A democratização e expansão da educação superior no país”, da Secretaria de Educação Superior (SESu), as regiões Norte e Nordeste, que são as mais carentes desse nível de educação formal no país, tiveram uma ampliação significativa da oferta de vagas, entre 2003 e 2013, tanto em razão da interiorização como através das múltiplas “[...] políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal” (BRASIL, 2014b, p. 20). Nesse sentido, o relatório da SESu destaca que a maior taxa de crescimento das matrículas ocorreu no Nordeste (94%), correspondendo ao dobro do que se registrou no Sudeste e mais do triplo da região Sul, em relação ao incremento e não à cobertura. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%).

A contrarreforma universitária atual parece acompanhar a visão progressista sugerida por Florestan Fernandes, entretanto, sua ênfase na democratização do acesso recai em novas bases, isto é, na quantidade, em detrimento da qualidade, e ainda reforça o caráter meritocrático do ingresso no ensino superior. Em artigo no qual fazemos a crítica à concepção da “[...] democratização do acesso ao ensino superior” (NASCIMENTO, 2014a, p. 16), com o propósito de desmistificar os vieses dos limites democráticos do processo de expansão do acesso ao ensino superior público no Brasil durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores – PT, entre 2003 e 2013, concluímos que “o conceito de *democratização* revelou-se avesso ao ideal socialista, ainda que no âmbito estrito do reformismo.”

Ao abordar o recente processo de expansão do ensino superior no Brasil, Andrade (2009) aponta diferentes modalidades postas em curso, a saber: a interiorização; a diversificação das formas de ensino e massificação do acesso ao nível superior; a flexibilização do currículo em atendimento às demandas do mercado; e as novas formas de financiamento do ensino público e privado.<sup>124</sup>

Em concordância com a autora (ANDRADE, 2009, p. 1-2), ressaltamos que esse processo se associa

---

<sup>124</sup> Maria Edgleuma de Andrade destaca algumas ações de expansão que têm sido implementadas no ensino superior, conforme apontam Moehlecke & Catani: “a interiorização – que tem sido valorizada tanto no nível federal quanto no estadual; a diversificação – através da massificação do ensino superior, com a criação de várias modalidades de ensino, tais como cursos seqüenciais e o ensino à distância, cursos emergenciais de formação de professores; a flexibilização do currículo de formação em atendimento às demandas de mercado; e as novas formas de financiamento do ensino público (REUNI) e privado (PROUNI).” (MOEHLECKE; CATANI, 2006 apud ANDRADE, 2009, p. 1). Incluímos dentre as estratégias de massificação o FIES.

à fragmentação do ensino superior no país e afasta cada vez mais a perspectiva de universidade tal como defendia Fernandes (1966), concebida como uma instituição de ensino superior que deveria estar voltada para a produção de conhecimento científico de interesse da maioria da população, servir à soberania nacional, e formar quadros profissionais de nível superior para atender as demandas de desenvolvimento do país. E não o que ela passou a se constituir, como um conglomerado de escolas superiores, visando à formação de quadros profissionais de interesse das classes privilegiadas, para atender às alterações no mundo do capital.

De acordo com Andrade, então, Florestan Fernandes já denunciava, desde 1966, as divergências entre universidade e sociedade, em termos da democratização do acesso e da utilidade pública desse nível de educação acadêmica e, por outro lado, sua convergência com os interesses minoritários dos empresários capitalistas.

Em Nascimento (2014), evidenciamos que, estando o Partido dos Trabalhadores – PT na Presidência da República, desde os primeiros anos de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (que exerceu dois mandatos entre 2003 e 2010) foi iniciado um efetivo processo de construção de hegemonia em torno do projeto de contrarreforma universitária.

Como estratégia de produção de consenso, o Ministro de Estado da Educação Tarso Genro (entre 2004 e 2005), através de uma profusão de entrevistas, discursos e artigos publicados em jornais e revistas, fez ressonar a ideia de urgência e imprescindibilidade da reforma, repetindo (quase como um mantra) que a premissa da qual partia o empenho do governo [alicerçado] no interesse da sociedade seria a compreensão da educação como “vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária.” (GENRO, 2004 apud NASCIMENTO, 2014, p. 3).

Na teorização de Sguissardi acerca da contrarreforma universitária no Brasil nos governos FHC e Lula, o autor aponta que a atual versão do Projeto de reforma (Projeto de Lei nº 7200/2006), submetida ao Congresso Nacional pela Casa Civil (pela Mensagem nº 449, de 12 de junho de 2006), “[...] apesar de precedida de amplo e inédito processo de discussão pública, nem faz jus ao Plano de Governo Lula [...] nem garante sequer alguns avanços em relação à autonomia e ao financiamento (das IFES) presentes na sua versão anterior (MEC) [apresentada em 2005]” (SGUISSARDI, 2006, p. 1021).

Esse Projeto de Lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional intencionando revogar “três leis, entre elas a Lei n. 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária)”, e alterar outras cinco, entre as quais a Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) (SGUISSARDI, 2006, p. 1022).

Desse modo, o ensino superior brasileiro vivenciou e vivencia uma “[...] drástica redução do financiamento às IFES [...]” (Ibid., p. 1033). Essa redução de investimento público no ensino superior se pautava no documento do Banco Mundial intitulado *Financing education*

*in developing countries – An exploration of policy options*, no qual se afirma dar “maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior” (WORLD BANK, 1986 apud SGUISSARDI, 2006, p. 1036). Nesse documento também se induz o “fim da gratuidade e imposição de taxas de matrículas e mensalidades” (SGUISSARDI, 2006, p. 1036).

Sguissardi expõe as duas características marcantes do atual projeto de contrarreforma universitária: A primeira delas são “[...] os procedimentos adotados em suas diferentes etapas de formulação, em que, durante cerca de dois anos, esteve aberta a ampla discussão da sociedade civil organizada ou não” (BRASIL, 2006b apud SGUISSARDI, 2006, p. 1023). A segunda diz respeito às

Bandeiras desfraldadas ou os objetivos centrais que visaria alcançar: (i) constituir um sólido marco regulatório para a educação superior no País; (ii) assegurar a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição, tanto para o setor privado quanto para o setor público, preconizando um sistema de financiamento consistente e responsável para o parque universitário federal; e (iii) consolidar a responsabilidade social da educação superior, mediante princípios normativos e assistência estudantil (Ibid., p. 1023).

Segundo o próprio Sguissardi, contra o financiamento das IFES surgem “dois grandes potenciais obstáculos”: o primeiro inclui o “Programa Educação para Todos (PROUNI)” e o segundo o posicionamento do Ministério da Fazenda como representante/defensor da ideologia neoliberal com uma visão extremamente subordinada à visão dos organismos multilaterais (SGUISSARDI, 2006, p. 1023).

Neste sentido, Sguissardi conclui que, ante a crise política do governo e do seu principal partido, são pequenas as chances desse projeto de lei ser aprovado pelo Congresso Nacional, posto que “a perspectiva de diminuição das facilidades de expansão do privado, com fins lucrativos, isto é, de redução da lucratividade dos negócios no quase-mercado da educação superior, tenderá a ser o motor da desqualificação desse projeto”.<sup>125</sup> Sendo assim, seguem mantidas as características do sistema universitário brasileiro:

[...] *neoprofissional*, em que mais de 90% das instituições se identificam como instituições ou universidades apenas de *ensino*. É forte a tendência de que mesmo as universidades que desenvolvem traços nítidos do modelo humboldtiano ou de pesquisa, tendo em vista a penúria de verbas e os baixos salários, estejam se tornando universidades *heterônomas*, isto é, cuja agenda de pesquisa e de criação de

<sup>125</sup> De acordo com a ficha de tramitação disponível no portal da Câmara dos Deputados, o PL 7200/2006 teve seu último andamento registrado em 31 de janeiro de 2011, tendo seguido para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, sendo encerrada a Comissão Especial em razão do término da Legislatura. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=327390>>. Acesso em: 20 nov. 2014. Em nossa última consulta, quatro anos depois, em 20 nov. 2017, verificamos que o projeto nem foi arquivado, nem foi mais levado à apreciação no Plenário da Câmara.

novas carreiras obedeça cada vez mais a interesses externos vinculados a prioridades do mercado ou de agências que valorizam certo tipo de pesquisa operacional, muito mais do que a pesquisa básica ou de áreas não valoradas do ponto de vista mercantil. São cada vez mais evidentes as marcas da competição no campo científico-acadêmico, primeiro, em razão da gratificação de estímulo à docência (GED), desativada desde 2003; segundo, pelo *produtivismo acadêmico* engendrado em especial pelo *Modelo CAPES de Avaliação*; terceiro, pela disputa acirrada entre docentes/pesquisadores pelos recursos, sempre insuficientes, destinados à ciência e tecnologia. Finalmente, é grande o peso das estruturas vigentes na educação superior no país, fortalecidas por “reformas pontuais” por intermédio de legislação específica do período FHC e também do período Lula da Silva (SGUISSARDI, 2006, p. 1051-1052, grifo do autor).

A inegável redução do orçamento público para as IES públicas tem como um dos efeitos imediatos o fato de que essas se tornam “competitivas”, necessitando “[...] a cada dia, buscar mais recursos da iniciativa privada para complemento das verbas do fundo público, além de implantarem gerenciamento empresarial” (ANDRADE, 2009, p.11).

Sobre a crise de financiamento atual nas instituições de ensino superior públicas em Alagoas, ressaltamos que a UFAL deve perder R\$ 15 milhões em investimentos para 2018. O orçamento cairá de R\$ 16 milhões para R\$ 1 milhão, conforme apresentado em reportagem publicada no GazetaWeb, em 25/10/2017.

Em reportagem anterior, no mês de julho de 2017, foi apresentada a seguinte situação sobre a condição das IFES de Alagoas:

Independentemente das posições políticas individuais das comunidades acadêmicas, a reclamação é geral e aponta para o sucateamento das instituições. Sem saber se receberão a suplementação orçamentária até setembro, como foi prometido pelo Ministério da Educação, as universidades mantêm os cronogramas de vestibulares do segundo semestre. Porém, a expansão e a interiorização das instituições federais estão ameaçadas por causa do quadro de professores, de técnicos defasados e falta de dinheiro para equipar salas de aula e laboratórios.

[...]

Do ponto de vista social, o projeto de expansão levou os filhos dos agricultores, dos sem-terras e dos que vivem abaixo da linha de pobreza para a academia. Dez anos depois e no pior momento da economia nacional, as faculdades federais estão ameaçadas de fechar, faltam professores, laboratórios sucateados ou sem equipamentos. Por outro lado, sobram reclamações. E agora não dá para recuar o processo da interiorização, admitem os reitores do Ifal e da Ufal.” (FERREIRA, 2017, p. 1)

Aprovado em 25 junho de 2014, pela Lei Nº 13.005, o PNE 2014-2024, estabelece como meta 12:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014a, p. 1).

Observa-se nessa meta que fica mantida a intenção de “democratizar” o acesso à

educação superior como compromisso do Estado brasileiro para alcançar as taxas dos países desenvolvidos, conforme justificado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2014c, p. 41):

O acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, vem sendo ampliado no Brasil, mas ainda está longe de alcançar as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 registrou que a taxa bruta atingiu o percentual de 27,8%, enquanto a taxa líquida chegou a 14,6%. O PNE (2001-2010) estabelecia, para o fim da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. [...] Atualmente, as matrículas públicas totalizam apenas 27%, enquanto as privadas perfazem 73%, conforme o Censo da Educação Superior de 2012.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2014c), as estratégias vinculadas à meta 12 visam a: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior; ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil; consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional; e ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, os benefícios destinados à concessão de financiamento.

No tocante à expansão da educação superior especialmente na esfera dos serviços públicos, a interiorização das universidades federais é aqui particularmente considerada como uma das tantas estratégias de rendição da economia brasileira ao processo mundial de mercantilização.

Conforme Oliveira e Nascimento (2008, p. 135), “[...] nesse contexto de transformações da sociedade capitalista [...] as universidades públicas – e por que não dizer o sistema educacional como um todo – se veem compelidas a atender às demandas econômicas, sociais, políticas e culturais originadas [...]” do processo histórico de progressiva urbanização, comercialização, industrialização das pequenas cidades com tradição na terra, na agricultura, na pecuária, de pequeno ou médio porte que chamam a atenção para uma suposta/pretenha revolução rural dos agronegócios (agro-business) e da expansão de serviços.

No balanço social da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), referente à década de 2003-2014, fica explícita a concepção de desenvolvimento local vinculado a um crescimento de demandas e adequação do meio social às novas necessidades geradas a partir do incentivo à educação, principalmente pela instalação de unidades de ensino superior. Segundo se afirma no referido documento oficial, esse seria um processo rápido:

O desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos locais. O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um

crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes no local (BRASIL, 2014b, p. 20).

A interiorização do ensino superior público federal, deste modo, é justificada como estratégia de combate ao desequilíbrio no desenvolvimento regional, objetivando cessar a migração de egressos do ensino médio, “muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada”. A implantação de universidades no interior implicaria, assim, a abertura de oportunidades para qualificação de “[...] estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias”, bem como, para “fixar profissionais altamente qualificados” (BRASIL, 2014b, p. 20).

Observamos, então, que apesar do compromisso declarado de aumentar as novas matrículas no segmento público, a ampliação dos benefícios do FIES e do PROUNI foi mantida como estratégia notadamente vinculada à expansão das vagas no setor privado. Isso revela uma privatização do fundo público e mercantilização do ensino superior brasileiro, sob o manto da propalada democratização do acesso – tomada como princípio da contrarreforma universitária.

Por essa interpretação, pautada na imbricada relação econômica-política entre mercado e Estado que constitui a organização econômica e social e a regulação da ética e da ação política capitalistas, compreendemos que as circunstâncias históricas da atualidade nos instigam a analisar o processo de mercantilização e desvalorização do trabalho docente nas universidades públicas federais brasileiras. Esse será o nosso último eixo de argumentação apresentado na próxima seção.

### 3 DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL: PARTICULARIDADES DA INTERIORIZAÇÃO

Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo [teleologia secundária], tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que provém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe, embora seus primórdios sejam mais antigos, embora no decorrer da luta de classes, como já demarca o *Manifesto Comunista*, justamente uma parte dos representantes do trabalho intelectual se bandeia, com certa necessidade social, para o lado dos oprimidos rebelados.

Lukács (2013, p. 180)

Temos exposto os pressupostos teórico-metodológicos de nossos estudos a cada início de seção. E chegamos a esta terceira e última seção realizando, persistente e insistentemente, o mesmo exercício. Fazemos isso porque sentimos necessidade de estabelecer os nexos de nossas argumentações, desde o nosso ponto de partida.

Por essa razão, trazemos na epígrafe aquilo que estamos considerando uma mensagem de Lukács aos docentes das universidades públicas federais, em especial àqueles lotados nas unidades instaladas em municípios do interior do Brasil: é necessário que os docentes se aliem aos trabalhadores, não ao capital.

Na condição de classe de transição – como bem advertiu Lessa e buscamos compreender a partir dos ensinamentos de Marx –,<sup>126</sup> o trabalhador docente (assalariado e

<sup>126</sup> Sobre essa advertência, conferir proposições de Lessa nas notas de rodapé 19 e 23 desta tese; e as considerações de Marx, na nota 67. Registramos ainda nossa concordância com Ricardo Antunes ao contemporizar “a possibilidade histórica de mutualidade de interesses das classes trabalhadoras (proletariado e “classes de transição”) na luta de classes, em termos de enfrentamento contra o sistema do capital”.



improdutivo) está entre as alternativas de: 1) executar a função que lhe é demandada pelo projeto de desenvolvimento das forças produtivas no interior do país, através do desenvolvimento da ciência e da formação do *capital humano* (da classe trabalhadora), e acomodar-se ao processo de forma consciente ou alienada; ou, 2) a possibilidade (latente) de elevar sua consciência à condição humano-genérica de assumir-se como partícipe do processo de exploração da classe trabalhadora e, dessa forma, opor-se e resistir a tal condição, e buscar se aliar a projetos revolucionários ou minimamente reformadores da ordem social posta.<sup>127</sup>

O objetivo desta seção é abordar as condições de reprodução social do trabalhador docente, para desvelar os elementos constritores ou motivadores do trabalho docente no âmbito das relações internas e externas à instituição de ensino, nos municípios onde estão instaladas as unidades interiorizadas das universidades públicas federais.

Os exemplos que buscamos conhecer e expor aqui, referentes ao processo de interiorização da UFAL, a partir de 2006, não nos permitem totalizar e generalizar a realidade em relação às experiências de interiorização das universidades públicas federais em todo Brasil, haja vista as particularidades regionais (geográficas, históricas, econômicas, políticas, culturais) do nordeste brasileiro e, nele, do estado de Alagoas, que configuram as condições peculiares de desenvolvimento social. Contudo, possibilitam compreender a que situações e circunstâncias estamos nos referindo e esclarecer, em alguma medida, aquilo que afirmamos nas interpretações teóricas apresentadas acerca das questões estudadas.

---

<sup>127</sup> Em relação à latente possibilidade de supressão, ver nota 17 da seção 1 desta tese, como também as considerações que fizemos naquela mesma seção sobre a hipótese das escolhas conscientes do trabalhador docente, ao optar pela acomodação ou pela rebeldia.

### 3.1 Condições de trabalho e de vida dos docentes da UFAL nas “paisagens do interior”<sup>128</sup>

Era dezembro de 2005, quando assinávamos o projeto de implantação do *campus* Arapiraca. Esse momento marcava a interiorização da Universidade Federal de Alagoas, que como diziam as autoridades naquele momento “nascia um bichinho vivo que se espalhava pelo Estado”. Na justificativa do projeto, destacamos que a concentração espacial da Universidade na capital significava restrição do acesso ao ensino superior a uma parcela da população de estudantes pobres e interioranos. Apesar de não termos notado um movimento efusivo de comemorações, a Ufal, a comunidade acadêmica, o Estado, os municípios, as lideranças, os formadores de opinião e a sociedade de modo geral deveriam se voltar para este fato, pois a interiorização da Universidade Federal se configurou como sendo o maior vetor de desenvolvimento de Alagoas e esse feito histórico que completou 10 anos, em 15 de setembro de 2016. (DOREA, 2016, p. 1)

Com essas palavras, a Professora Ana Dayse Dorea, que foi Reitora da UFAL em dois mandatos consecutivos,<sup>129</sup> comemorou o décimo aniversário da implantação do projeto de interiorização da UFAL, na coluna de opinião de um jornal de Alagoas.

Nesses dois breves parágrafos extraídos de sua entusiasmada manifestação pública em veículo de comunicação, resumem-se os objetivos principais assumidos pela administração central da Universidade quando, em 2005, aderiu ao programa de expansão das universidades federais para municípios do interior do país: possibilitar e facilitar o acesso de estudantes pobres do interior ao ensino universitário e figurar a instituição como “vetor de desenvolvimento de Alagoas”.<sup>130</sup>

A atribuição dessa função e missão da Universidade, inclusive, encontra-se na descrição oficial da UFAL, disponível em sua página institucional na internet:

<sup>128</sup> *Paisagens do Interior* é o título de um poema de Jessier Quirino, “arquiteto por profissão, poeta por vocação, matuto por convicção”, um artista paraibano por quem temos grande admiração, pela preservação da simplicidade da vida cotidiana representada em seus versos, contraposta à complexidade da vida no trabalho que se impõe nas paisagens bucólicas do interior. “Sobre Jessier, disse o poeta e ensaísta Alberto da Cunha Melo: ‘...talvez prevendo uma profunda transformação no mundo rural, em virtude da força homogeneizadora dos meios de comunicação e das novas tecnologias, Jessier Quirino, desde seu primeiro livro, vem fazendo uma espécie de etnografia poética dos valores, hábitos, utensílios e linguagem do agreste e do sertão nordestinos. ... Sua obra, não tenho dúvidas, além do valor estético cada dia mais comprovado, vai futuramente servir como documento e testemunho de um mundo já então engolido pela voragem tecnológica.’” (Trechos extraídos do “Mini-Currículo”, na aba “Sobre” da página de Jessier Quirino na rede social “Facebook”. Acesso em: 20 nov. 2017). Os versos a seguir são da última estrofe do referido poema, que destaquei especialmente por apresentar, no início, os costumes e fatos corriqueiros do cotidiano e, no final, a postura pacífica (ou seria passiva?) da pessoa comum do povo (o matuto) e as figuras proeminentes (padre, prefeito e doutor) da paisagem representada: “Um forró de pé de serra / fogueira milho e balão / um tum-tum-tum de pilão / um cabritinho que berra / uma manteiga da terra / zoada no mêi da feira / facada na gafeira / matuto respeitador / padre, prefeito e doutor / os home mais entendido / isso é cagado e cuspidado / paisagem de interior.”

<sup>129</sup> Os mandatos da Profª. Ana Dayse Dorea na Reitoria da UFAL ocorreram nos períodos de 03/12/2003 a 04/12/2007 e de 05/12/2007 a 04/12/2011.

<sup>130</sup> Sobre a oportunidade de acesso de estudantes do interior em unidades próximas ao seu local de residência, advertimos que, a partir da vigência do ENEM/SISU, desde 2010, a lógica do atendimento à demanda local foi descaracterizada, uma vez que possibilita a mobilidade dos estudantes para qualquer local do país. A UFAL aderiu plenamente a esse sistema de seleção e ingresso dos estudantes, desde 2011.

A presença da UFAL no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, *representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas*, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta elevadíssimos indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente sua missão social neste contexto periférico, de grandes limitações e precariedades.

[...]

A UFAL tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2017, p. 1, grifo nosso)

Com a finalidade de esclarecer a relevância sócio-cultural que a UFAL tem no estado de Alagoas, destacamos algumas informações históricas e político-institucionais da sua existência:

A Universidade Federal de Alagoas – maior instituição pública de ensino superior do Estado – foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

[...]

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a UFAL criou, em 2006, o *Campus Arapiraca*, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o *Campus do Sertão*, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema.

[...]

São cerca de 26 mil alunos matriculados nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, na capital (53), e nos *campi* de Arapiraca (19) e do Sertão (8). Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e nove doutorados, que contam com 2.312 alunos, e 13 especializações. Em Educação a Distância, há quatro mil graduandos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2017, p. 1, grifo nosso)

Em relação à situação do ensino superior no estado de Alagoas, o quadro 6 que apresentamos na seção anterior mostra a situação das IES públicas e privadas em 2015, evidenciando o número de matrículas em universidades. Aqueles dados nos possibilita ter uma dimensão mais aproximada do “peso” da UFAL na produção, multiplicação e recriação do saber coletivo em diversas as áreas do conhecimento, na condição de destaque como instituição universitária que tem o “objetivo de tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade” – conforme se encontra descrita na sua missão e objetivos institucionais. (Ibid., p.1)

Ou seja, no que diz respeito ao nível de formação universitária, do total de 63.648 matrículas em cursos de graduação presenciais e à distância das IES privadas, apenas 12.605 (19,8%) estão computadas como matrículas em universidades. Como não há universidade

privada instalada no estado de Alagoas, inferimos que esse número se refere ao ensino à distância, realizado através de pólos em faculdades ou mesmo em escolas do ensino básico. O maior número de matrículas em IES privadas está nas 22 faculdades, com 28.736 estudantes (45,2%), seguidas dos 2 centros universitários, que concentram 22.307 matrículas (35%). Já no âmbito público, as matrículas em instituições federais, em cursos presenciais e à distância, somam 29.106, sendo 25.110 (86,27%) na UFAL; as 3.996 (13,73%) matrículas restantes são nos cursos de nível superior no IFAL. A IES estadual teve 8.635 estudantes matriculados em 2015, em cursos presenciais e à distância.

Consideramos importante ressaltar que a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) é majoritariamente interiorizada, havendo pouquíssimos cursos na capital alagoana, Maceió (apenas 2 dos 31 cursos presenciais de graduação ofertados em seis *campi*). Isto ocorre porque se trata de uma instituição que foi criada como uma fundação municipal em Arapiraca, no ano de 1970, a Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC), a qual foi estatizada em 1990 e depois, em 1995, transformada em Fundação Universidade Estadual de Alagoas (Funesa). Em todo o período de 1971 até 2006, foram criadas faculdades e escolas superiores em diferentes áreas de conhecimento, com predominância das licenciaturas, em 5 *campi* no interior, nos municípios de Arapiraca (3 bacharelados e 9 licenciaturas), Santana do Ipanema (1 bacharelado, 2 licenciaturas e 2 cursos de pós-graduação), Palmeira dos Índios (8 licenciaturas), São Miguel dos Campos (1 bacharelado e 3 licenciaturas) e União dos Palmares (3 licenciaturas). Somente em 2006, ano em que foi criada a sua extensão em Maceió (2 bacharelados), é que, após passar por um processo de reestruturação, passou a ser denominada UNEAL, com sede no Campus I, em Arapiraca. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS, 2017)

A situação específica da UFAL, de acordo com dados disponíveis em sua página oficial na internet, referentes a dezembro de 2016 é a seguinte:

- 3 *campi*: o *Campus* A.C. Simões, sua sede administrativa, em Maceió; o *Campus* Arapiraca, sediado em Arapiraca e o *Campus* Sertão, sediado em Delmiro Gouveia;
- 4 unidades de ensino (UE) vinculadas aos *campi* fora de sede: UE Palmeira dos Índios; UE Penedo; UE Viçosa e UE Santana do Ipanema;
- 22 unidades acadêmicas vinculadas ao *Campus* A.C. Simões;
- 4 pólos de ensino à distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB): Arapiraca; Maceió; Matriz de Camaragibe e Olho D'Água das Flores;
- 113 cursos de graduação, com 30.880 estudantes matriculados (5.770 a mais do que o quantitativo de 2015 demonstrado na sinopse estatística do INEP);
- 55 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com 1.799 matrículas;
- 1.515 professores efetivos;
- 1.682 técnicos-administrativos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2017, p. 1, grifo do autor)

Nas tabelas a seguir, ressaltamos, apenas para fins de demonstração, os números de matrículas na UFAL, referentes à distribuição dos cursos presenciais e à distância de graduação – bacharelado e licenciatura – na capital e no interior<sup>131</sup>. Consideramos a formação de tecnólogos uma função do IFAL.

A tabela 7 mostra a evolução do crescimento do número de matrículas nas IES públicas e privadas, em Alagoas, no período de 2009 a 2013. Observamos que a UNEAL apresentou decréscimo no número de estudantes vinculados.

Tabela 7 - Número de Matrículas da Educação Superior – Alagoas – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico)

Ano Censo	Grau Acadêmico	Número de Vínculos de Alunos												Total		
		PRESENCIAL						Total	CURSO A DISTÂNCIA						Total	
		PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total	PÚBLICA			Total	PRIVADA	Total				
		FEDERAL	ESTADUAL				FEDERAL		ESTADUAL				MUNICIPAL			
2013	BACHARELADO	18.323	2.467	<b>20.790</b>	35.240	<b>35.240</b>	<b>56.030</b>	1.373			7	<b>1.380</b>	4.868	<b>4.868</b>	<b>6.248</b>	<b>62.278</b>
	LICENCIATURA	9.574	5.335	<b>14.909</b>	2.796	<b>2.796</b>	<b>17.705</b>	3.131			1	<b>3.132</b>	6.450	<b>6.450</b>	<b>9.582</b>	<b>27.287</b>
	TECNOLÓGICO	1.292	791	<b>2.083</b>	3.458	<b>3.458</b>	<b>5.541</b>	87			25	<b>112</b>	2.947	<b>2.947</b>	<b>3.059</b>	<b>8.600</b>
	<b>Total</b>	<b>29.189</b>	<b>8.593</b>	<b>37.782</b>	<b>41.494</b>	<b>41.494</b>	<b>79.276</b>	<b>4.591</b>			<b>33</b>	<b>4.624</b>	<b>14.265</b>	<b>14.265</b>	<b>18.889</b>	<b>98.165</b>
2012	BACHARELADO	17.377	2.486	<b>19.863</b>	32.278	<b>32.278</b>	<b>52.141</b>	1.333			6	<b>1.339</b>	4.354	<b>4.354</b>	<b>5.693</b>	<b>57.834</b>
	LICENCIATURA	8.880	5.376	<b>14.256</b>	3.102	<b>3.102</b>	<b>17.358</b>	2.784			4	<b>2.788</b>	6.566	<b>6.566</b>	<b>9.354</b>	<b>26.712</b>
	TECNOLÓGICO	1.220	779	<b>1.999</b>	3.196	<b>3.196</b>	<b>5.195</b>	160			17	<b>177</b>	2.337	<b>2.337</b>	<b>2.514</b>	<b>7.709</b>
	<b>Total</b>	<b>27.477</b>	<b>8.641</b>	<b>36.118</b>	<b>38.576</b>	<b>38.576</b>	<b>74.694</b>	<b>4.277</b>			<b>27</b>	<b>4.304</b>	<b>13.257</b>	<b>13.257</b>	<b>17.561</b>	<b>92.255</b>
2011	BACHARELADO	16.191	2.204	<b>18.395</b>	30.129	<b>30.129</b>	<b>48.524</b>	1.252				<b>1.252</b>	3.680	<b>3.680</b>	<b>4.932</b>	<b>53.456</b>
	LICENCIATURA	8.052	6.478	<b>14.530</b>	3.259	<b>3.259</b>	<b>17.789</b>	2.024				<b>2.024</b>	6.695	<b>6.695</b>	<b>8.719</b>	<b>26.508</b>
	TECNOLÓGICO	1.499	667	<b>2.166</b>	2.795	<b>2.795</b>	<b>4.961</b>	177				<b>177</b>	1.962	<b>1.962</b>	<b>2.139</b>	<b>7.100</b>
	<b>Total</b>	<b>25.742</b>	<b>9.349</b>	<b>35.091</b>	<b>36.183</b>	<b>36.183</b>	<b>71.274</b>	<b>3.453</b>				<b>3.453</b>	<b>12.337</b>	<b>12.337</b>	<b>15.790</b>	<b>87.064</b>
2010	BACHARELADO	13.981	2.344	<b>16.325</b>	27.423	<b>27.423</b>	<b>43.748</b>	1.227	261			<b>1.488</b>	3.109	<b>3.109</b>	<b>4.597</b>	<b>48.345</b>
	LICENCIATURA	6.496	6.230	<b>12.726</b>	4.724	<b>4.724</b>	<b>17.450</b>	2.100	328			<b>2.428</b>	7.286	<b>7.286</b>	<b>9.714</b>	<b>27.164</b>
	TECNOLÓGICO	1.453	556	<b>2.009</b>	2.112	<b>2.112</b>	<b>4.121</b>	143				<b>143</b>	1.511	<b>1.511</b>	<b>1.654</b>	<b>5.775</b>
	<b>Total</b>	<b>21.930</b>	<b>9.130</b>	<b>31.060</b>	<b>34.259</b>	<b>34.259</b>	<b>65.319</b>	<b>3.470</b>	<b>589</b>			<b>4.059</b>	<b>11.906</b>	<b>11.906</b>	<b>15.965</b>	<b>81.284</b>
2009	BACHARELADO	11.959	2.072	<b>14.031</b>	25.743	<b>25.743</b>	<b>39.774</b>	737	287			<b>1.024</b>	2.543	<b>2.543</b>	<b>3.567</b>	<b>43.341</b>
	LICENCIATURA	4.947	5.687	<b>10.634</b>	1.976	<b>1.976</b>	<b>12.610</b>	1.572	365			<b>1.937</b>	8.783	<b>8.783</b>	<b>10.720</b>	<b>23.330</b>
	TECNOLÓGICO	1.255	555	<b>1.810</b>	2.305	<b>2.305</b>	<b>4.115</b>	94	39			<b>133</b>	1.290	<b>1.290</b>	<b>1.423</b>	<b>5.538</b>
	BACHARELADO E LICENCIATURA				2.292	<b>2.292</b>	<b>2.292</b>						10	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>2.302</b>
	<b>Total</b>	<b>18.161</b>	<b>8.314</b>	<b>26.475</b>	<b>32.316</b>	<b>32.316</b>	<b>58.791</b>	<b>2.403</b>	<b>691</b>			<b>3.094</b>	<b>12.626</b>	<b>12.626</b>	<b>15.720</b>	<b>74.511</b>

Fonte: InepData, 2017<sup>132</sup>.

As tabelas 8, 9, 10 e 11 apresentam essa evolução nos municípios onde funciona o *Campus* Arapiraca da UFAL. Notamos como em Arapiraca e Palmeira dos Índios as IES privadas se sobressaem, sendo que em Palmeira dos Índios, a IES estadual apresenta o segundo maior número de matrículas. Em Penedo e em Viçosa preponderam a UFAL, sendo a única opção em Viçosa, desde 2012.

<sup>131</sup> Números apresentados nas células referentes a ensino presencial/curso à distância – bacharelado e licenciatura, em IES pública federal.

<sup>132</sup> Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>. Acesso em: 10 nov. 2017.



Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico)

		Número de Vínculos de Alunos									Total	
		PRESENCIAL						Total	CURSO A DISTÂNCIA			Total
		PÚBLICA		Total	PRIVADA		Total		PÚBLICA	Total		
		FEDERAL	ESTADUAL		FEDERAL							
Ano Censo	Grau Acadêmico											
2013	BACHARELADO	435	34	469	425	425	894	27	27	27	921	
	LICENCIATURA				107	107	107	53	53	53	160	
<b>Total</b>		<b>435</b>	<b>34</b>	<b>469</b>	<b>532</b>	<b>532</b>	<b>1.001</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>1.081</b>	
2012	BACHARELADO	417	41	458	419	419	877	27	27	27	904	
	LICENCIATURA				198	198	198	55	55	55	253	
<b>Total</b>		<b>417</b>	<b>41</b>	<b>458</b>	<b>617</b>	<b>617</b>	<b>1.075</b>	<b>82</b>	<b>82</b>	<b>82</b>	<b>1.157</b>	
2011	BACHARELADO	400		400	381	381	781	27	27	27	808	
	LICENCIATURA				205	205	205				205	
<b>Total</b>		<b>400</b>		<b>400</b>	<b>586</b>	<b>586</b>	<b>986</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>1.013</b>	
2010	BACHARELADO	324		324	425	425	749	223	223	223	972	
	LICENCIATURA				200	200	200				200	
<b>Total</b>		<b>324</b>		<b>324</b>	<b>625</b>	<b>625</b>	<b>949</b>	<b>223</b>	<b>223</b>	<b>223</b>	<b>1.172</b>	
2009	BACHARELADO	249		249	517	517	766				766	
	LICENCIATURA				249	249	249				249	
<b>Total</b>		<b>249</b>		<b>249</b>	<b>766</b>	<b>766</b>	<b>1.015</b>				<b>1.015</b>	

Fonte: InepData, 2017<sup>135</sup>

Tabela 11 - Número de Matrículas da Educação Superior – Viçosa – 2009-2013 (Por Modalidade de Ensino, Categoria Administrativa e Grau Acadêmico)

		Número de Vínculos de Alunos				Total
		PRESENCIAL			Total	
		PÚBLICA		Total		
		FEDERAL	ESTADUAL			
Ano Censo	Grau Acadêmico					
2013	BACHARELADO	235		235	235	235
	<b>Total</b>	<b>235</b>		<b>235</b>	<b>235</b>	<b>235</b>
2012	BACHARELADO	220		220	220	220
	<b>Total</b>	<b>220</b>		<b>220</b>	<b>220</b>	<b>220</b>
2011	BACHARELADO	209		209	209	209
	LICENCIATURA		84	84	84	84
<b>Total</b>		<b>209</b>	<b>84</b>	<b>293</b>	<b>293</b>	<b>293</b>
2010	BACHARELADO	177		177	177	177
	LICENCIATURA		85	85	85	85
<b>Total</b>		<b>177</b>	<b>85</b>	<b>262</b>	<b>262</b>	<b>262</b>
2009	BACHARELADO	135		135	135	135
	LICENCIATURA		180	180	180	180
<b>Total</b>		<b>135</b>	<b>180</b>	<b>315</b>	<b>315</b>	<b>315</b>

Fonte: InepData, 2017.<sup>136</sup>

Conforme dissemos no primeiro artigo que publicamos a respeito da interiorização da UFAL a partir do “Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária”, aprovado pelo MEC em 2005 e em funcionamento em quatro municípios do agreste e região central de Alagoas, desde 2006. (OLIVEIRA; NASCIMENTO,

<sup>135</sup> Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>. Acesso em: 10 nov. 2017.

<sup>136</sup> Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?PortalGo>. Acesso em: 10 nov. 2017.

2008, p. 134):

Naquele momento, deu-se início, conforme o discurso político vigente, a um processo “necessário” (sic) e irreversível, voltado a ampliar a inclusão social das populações tradicionalmente marginalizadas – porque até então confinadas ao meio rural, provinciano, pouco desenvolvido – no ensino superior público e gratuito.

Em apenas um ano de funcionamento do *campus* Arapiraca, já em 2007 (ano de elaboração do referido artigo, em coautoria com a Professora Martha Daniella Tenório de Oliveira), questionávamos a dita “necessidade” da expansão aludida no título do projeto. Tal questionamento partia da nossa experiência na implantação conturbada do curso de Serviço Social, na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Problematizamos algumas situações que se desdobravam dessa primeira questão, porém, não tínhamos ainda a dimensão clara das possíveis respostas.

Naquela ocasião, tendo como referência apenas um dos dezesseis cursos de graduação (11 bacharelados e 5 licenciaturas) implantados em 2006, nos municípios de Arapiraca (11 cursos), Palmeira dos Índios (2 cursos), Penedo (2 cursos) e Viçosa (1 curso), levantamos uma série de indagações (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008, p. 136):

Queríamos saber mais, por exemplo, sobre os reticentes critérios de elegibilidade dos municípios e dos cursos a serem instalados no *Campus*; quais as reais demandas reformistas por trás dessas escolhas; qual o fundamento filosófico e ideológico da proposta pedagógica desenhada como projeto piloto para o Ministério da Educação; quais as perspectivas para um futuro próximo, quanto à realização de atividades de pesquisa e extensão, indissociáveis do ensino; quais as garantias de qualidade da formação profissional, no que concerne às condições objetivas de oferta dos diferentes cursos, em termos, no mínimo, de infra-estrutura (local adequado e equipamentos necessários para o bom funcionamento das atividades acadêmicas e para o conforto e bem-estar da comunidade universitária, com biblioteca, laboratórios e salas especiais devidamente instalados) e de pessoal docente e técnico-administrativo qualificado e em quantidade suficiente; que políticas institucionais estariam sendo gestadas no sentido de assegurar o acesso e permanência dos estudantes originários de diferentes municípios e com condições sócio-econômicas as mais heterogêneas possíveis.

Ao levantarmos tais questionamentos, resguardamo-nos quanto ao limite de nossa crítica, esclarecendo nossos propósitos (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008, p. 137):

Não se trata de pôr em dúvida a relevância do projeto para a população que dele se beneficia e/ou se beneficiará, direta ou indiretamente, na perspectiva do enriquecimento da formação humana e das consequências sociais, políticas e culturais nele implicadas. [...].

Nossa intenção se assenta no limite de acionar o alerta, principalmente entre a comunidade acadêmica diretamente envolvida, para que se mantenha atenta vigilância sobre os fatos imediatos presentes e futuros, através do constante controle e da sistemática avaliação do processo de implementação e implantação do ensino superior público nas cidades do interior, tendo em vista conquistar e zelar por condições objetivas de funcionamento, com garantias de qualidade e gratuidade, não nos deixando iludir (calados e paralisados) por falsas promessas e questionáveis



justificativas.

O que nos mobilizava naquele momento, portanto, eram as condições institucionais insatisfatórias e insuficientes não apenas referentes ao desenvolvimento das atividades docentes no ensino, na pesquisa e na extensão (considerando a indissociabilidade da função universitária preceituada na Constituição Federal), mas sim em relação ao sucesso da implantação do projeto de interiorização em relação às próprias finalidades declaradas e às finalidades sociais que entendíamos ser legítimas em termos de se colocar a serviço da população uma instituição de ensino superior pública, com reais condições de gratuidade e de qualidade. Considerávamos, dessa forma, toda a comunidade acadêmica no centro de nossas indagações, com ênfase nos estudantes – razão de ser da própria instituição. Ademais, concentramos nossa abordagem à aproximação do curso de Serviço Social apenas.

Quando, em 2015, assumimos realizar a pesquisa que ora apresentamos, já havíamos agregado novos problemas a investigar, a partir de novas situações e circunstâncias havidas nos oito anos que separaram um e outro exercício de reflexão. Assim, não que tivéssemos desconsiderado o contexto geral e também o interesse principal do processo de interiorização – que acreditamos ser a formação dos estudantes –, mas, trouxemos para o estudo presente o objeto específico do trabalho docente. E o fizemos por entender, então, que as dificuldades e impasses que identificáramos no passado tendiam a ser apontadas para as condições de realização das atividades, cujas responsabilidades recaem quase sempre para os docentes.

Isto é, “a consolidação do projeto de interiorização”, “com vistas a contribuir – a partir do conhecimento produzido no meio acadêmico – para a promoção do desenvolvimento local sustentável”, através da implantação “do inovador projeto pedagógico a ser executado”, estava sendo um desafio colocado para os docentes, e ouvimos isso constantemente da parte dos idealizadores e dos administradores do projeto, desde o momento da oficina de capacitação para os 58 primeiros docentes concursados e empossados no cargo.

E nossa própria experiência de trabalho e de vivência no município de Palmeira dos Índios, entre setembro de 2006 e janeiro de 2014 (sete anos e quatro meses), nos permitiu ter clareza de que, para realizar um estudo que nos conduzisse à explicitação dos limites e possibilidades para o fazer da docência comprometida com os interesses dos trabalhadores que realmente produzem a riqueza da sociedade, em detrimento da efetivação de um projeto que interessa mais aos concentradores dessa riqueza, não bastava identificar/expor e entender/explicar os meandros internos da estrutura institucional, em termos de infraestrutura predial, equipamentos, materiais de consumo, distribuição de carga horária, modelo pedagógico, remuneração, relações interpessoais, gestão do trabalho, etc. Seria necessário

trazer para a discussão as condições de vida dos docentes nas cidades do interior.

Com a incorporação da discussão teórica da categoria *vida cotidiana*, à luz da *ontologia do ser social*, e, portanto, da compreensão do trabalho abstrato tendo a categoria *trabalho* como fundante do ser social, tivemos melhor compreensão de outras questões para além do cotidiano de trabalho.

Conforme apresentamos no projeto de pesquisa para qualificação de tese, partimos de algumas hipóteses, que preferimos chamar de argumentos, a partir dos quais formulamos um quadro norteador das questões a serem respondidas no processo investigativo. Naquela ocasião, fizemos distinção entre condições de trabalho, consideradas como condições produtivas, e condições de vida cotidiana, entendidas como condições reprodutivas. Em relação às condições de trabalho, partimos do pressuposto de que a desvalorização e precarização do trabalho docente era um processo determinado pela mercantilização das universidades públicas. E na discussão das condições de reprodução do trabalhador docentes na cotidianidade, argumentávamos que a escassez e precariedade de oferta de estruturas sociais consideradas básicas para a qualificação e a produção intelectual dos professores universitários seriam elementos determinantes que tendiam a impelir os docentes a buscar melhores condições de reprodução social, comprometendo sua atuação e fixação no local (município) de trabalho em razão da competitividade e do produtivismo acadêmico.

Entretanto, no processo de pesquisa para elaboração da tese, com o aprofundamento do estudo acerca das categorias trabalho e vida cotidiana, com base na ontologia do ser social, observamos que a distinção proposta estava inadequada e equivocada. Pois, conforme expusemos na segunda seção, no desenvolvimento axiológico que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, o valor de uso das coisas é essencialmente subjetivo, posto que é fundado na individualidade, na forma particular, autônoma e espontânea de se estabelecer se determinadas coisas são ou não são úteis e adequadas para suprir as necessidades e carecimentos individuais. Portanto, o senso de adequação dos indivíduos os acompanha de acordo com as circunstâncias que lhes permita utilizar os conhecimentos e manifestar os comportamentos conforme aprendeu (e se acostumou a pensar e a agir de tais e quais maneiras), em qualquer esfera das relações sociais nas quais se ponha em interação, seja na esfera do trabalho ou fora dela.

Recordemos que, de acordo com a abordagem da categoria *vida cotidiana* que fizemos na primeira seção, com base no pensamento de Agnes Heller, concordamos com a autora de que a possibilidade do agir consciente dos indivíduo é orientada por uma concepção de mundo e por uma aspiração à auto-realização e à auto-fruição da personalidade. Sendo

assim, a *condução da vida* só será convertida em uma possibilidade social universal quando for abolida a alienação (suprassunção ou emancipação humana). Contudo, enquanto as condições gerais favorecerem a alienação, o desafio posto como “condução da vida individual” será o agir “de modo representativo, provocador, excepcional, transformando a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política”.

Também vimos, a partir das considerações de Gilmaisa Costa, que a divisão do trabalho dá origem à própria regulação jurídica das diversas práxis sociais em favor da reprodução da sociedade. Compreendemos, então, que essa regulação implica a instituição de uma moral castradora da liberdade de agir dos homens que confina (ou não) a sua consciência.

Em relação ao nosso objeto de estudo, queremos dizer com isso que só consegue desenvolver pesquisas quem consegue acessar os recursos necessários e suficientes. Isto está difícil na atualidade, tendo em vista o contingenciamento das agências de fomento. Os cientistas ou custeiam às suas próprias expensas ou buscam patrocínio privado. Nesse último caso, abre mão da elevação ao humano-genérico, no sentido de submeter-se à condição alienada do trabalho “encomendado” por empresas, cuja finalidade, por mais das vezes, nem de longe está direcionada ao desenvolvimento social humanamente emancipado.

Essas questões norteiam nossa reflexão acerca das possibilidades de mobilização ou apatia diante das condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores docentes, dentro e fora do espaço institucional de trabalho, conforme apontamos na primeira seção, na escolha consciente entre dois caminhos: a resistência ou a resignação.

Nessa perspectiva, propomos a tese de que, considerando a autonomia relativa do trabalhador docente, servidor público, assalariado e não produtivo como “classe de transição”, põe-se para essa categoria as alternativas de: 1) executar a função que lhe é demandada pelo projeto de desenvolvimento das forças produtivas no interior do país, através do desenvolvimento da ciência e da formação do “capital humano”, e acomodar-se ao processo de forma consciente ou alienada; ou, 2) elevar sua consciência à condição humano-genérica e, dessa forma, opor-se e resistir à condição de ser partícipe do processo de exploração da classe trabalhadora, aliando-se às lutas pela emancipação dos trabalhadores.

Surgiram, dessa forma, novas e sobressalentes questões: Todos os docentes têm as mesmas ideias e pretensões em relação ao projeto de universidade para a sociedade? Pressupondo que a resposta seja não, como refletir criticamente acerca dos posicionamentos plurais dos docentes em termos do enfrentamento das condições insuficientes e insatisfatórias, tanto no cotidiano da esfera do trabalho como na esfera da vida? Quais são as tendências

possíveis de se observar no *campus* Arapiraca?

Tomamos, pois, a experiência da implantação do *Campus* Arapiraca da UFAL como referência singular da expansão das universidades públicas federais do Brasil para os municípios do interior.

### 3.1.1 Docência na UFAL: condições de trabalho e de vida no interior de Alagoas

Tavares e Ramalho Filho (2008, p. 213-214), constatando que o “Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária” resultou do interesse do Governo Federal mas também da iniciativa da gestão superior da UFAL, a partir de dezembro de 2003, assinalam que:

[...] através da expansão e democratização da UFAL, após 45 anos de atuação no ensino presencial restrita à capital Maceió e ao município vizinho Rio Largo [vem] reafirmar o papel da UFAL como importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional.

Tal compromisso com o “desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e sócio-econômico do Estado de Alagoas”, consta como finalidade institucional definida em seu estatuto, o que lhe impõe, de acordo com o Projeto de Interiorização (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2005, p. 4), um desafio particular de “[...] exercer plenamente a sua importância estadual [...] em seu contexto periférico, de grandes limitações e precariedades, de grandes contrastes e contradições”, haja vista “os indicadores sociais e econômicos desfavoráveis que fazem de Alagoas o estado com menor desenvolvimento social”.

Tavares e Ramalho Filho (2008, p. 230-231) destacam algumas “[...] relevantes transformações positivas [...]” no agreste, em sua maior parte referentes às mudanças endógenas à própria universidade, no que diz respeito à inovação do modelo pedagógico, à forma de seleção dos docentes, à otimização de recursos escassos e à mobilidade e aproveitamento curricular pelos discentes. Quanto à contribuição para desenvolvimento local, entretanto, a ênfase recai sobre a atração de estudantes de quase metade dos municípios do estado (50 dos 102 municípios alagoanos), além de pessoas originárias de municípios vizinhos dos estados de Sergipe e Pernambuco, “o que demonstra não só a expansão do ensino superior mas também sua democratização”. E, não por acaso, na lista dessas transformações “claramente visíveis”, foram priorizadas (porque apontadas em primeiro lugar):

a) as novas dinâmicas no comércio e serviços locais e o forte interesse despertado na classe política, empresarial e na sociedade em geral, ocasionando uma ampliação de demandas por aluguéis residenciais, ampliação de vagas em pousadas ou hotéis, transporte coletivo, etc. (TAVARES; RAMALHO FILHO, 2008, p. 230)

Em que pese a meia verdade referente aos transportes coletivos, uma vez que as informações levantadas em nossa pesquisa revelam justamente o contrário (como se verá mais adiante), resta saber se de fato o comércio e os serviços de modo geral foram beneficiados com a chegada das unidades interiorizadas da UFAL.

Em relação a lazer, cultura, e expressões artísticas e literárias nos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, procuramos fazer um levantamento dos estabelecimentos e iniciativas relacionados a essas atividades, buscando conhecer se houve alguma contribuição ou influência da instalação das unidades da UFAL nesses locais<sup>137</sup>.

Inicialmente, pesquisamos na internet e identificamos algumas ações realizadas por instituições educacionais, como o IFAL, o SESC e a própria UFAL, como também eventos promovidos por secretarias municipais de educação, de cultura, ou de turismo e outros órgãos municipais, como museus e bibliotecas públicas.

Por considerar que as notícias e referências identificadas não respondiam a nossa indagação acerca dos efeitos porventura provocados pela chegada da universidade pública federal no interior, especialmente, se teria havido, por parte dos docentes, a percepção de alguma mudança que representasse para eles algum benefício em termos de ampliação de possibilidades para manutenção de seus hábitos culturais, solicitamos essas informações a docentes lotados nas unidades da UFAL e que passaram a residir em Arapiraca e em Palmeira dos Índios desde que assumiram seus cargos.<sup>138</sup>

Uma importante observação, com a qual concordamos como simples constatação, acompanhou a resposta que recebemos de um(a) de nossos(as) colaboradores(as), por meio de correio eletrônico, sobre Arapiraca:

Não percebi nenhuma mudança significativa com a interiorização no que se refere aos aspectos intelectuais/culturais. O desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, comercial fez com que a maioria das locadoras fechassem, bancas de revista e livrarias, não só no interior, mas na capital, independente da presença de instituições educacionais. (NOMERIANO, 2017, p. 1)

<sup>137</sup> A escolha pelos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios para esse levantamento se deveu ao fato de o primeiro abrigar a sede do Campus Arapiraca, na qual funcionam 63,3% dos cursos de graduação, além de um mestrado. Quanto a Palmeira dos Índios, refere-se ao local de nossa experiência inicial, onde funciona o curso de Serviço Social e, portanto, sobre o qual acumulamos mais conhecimento.

<sup>138</sup> Fizemos a solicitação, através de correio eletrônico, para docentes de Arapiraca e docentes de Palmeira dos Índios. Na resposta obtida sobre Arapiraca consta também colaboração de amigos de docente, os quais já residiam no município antes da interiorização.

De modo geral, obtivemos as seguintes respostas em relação a Arapiraca:

Em relação a livrarias e similares: antes da interiorização já existiam livrarias, bancas de revista, alfarrábio, locadoras de filmes (VHS). Algumas fecharam ou passaram a comercializar produtos de natureza diversa do que vendiam, como a livraria que hoje atua com produtos religiosos. Foi aberta uma livraria depois da instalação da UFAL no município, mas fechou com pouco tempo de funcionamento.

Há em Arapiraca seis bibliotecas públicas municipais.<sup>139</sup> Havia dois cinemas antigos: o Cine Triunfo e o Cine Trianon, fundados nas décadas de 1960 e 1930, respectivamente, os quais não mais existem.<sup>140</sup> Atualmente há três salas de exibição da Rede de cinemas Cine System, que funciona desde junho de 2014, no Arapiraca Garden (Shopping Center inaugurado em setembro de 2013). Ocorrem eventos com exibições de filmes promovidos por organizações como SESI e SESC e também através de projetos de extensão da UFAL.

Sobre teatro e espaços para apresentações de espetáculos musicais e de dança, um dos colaboradores indicou que:

As raras apresentações teatrais eram encenadas em escolas ou no espaço dos antigos cinemas. A mais popular era a Paixão de Cristo, encenada muitas vezes em Ginásios (Ginásio da Escola Quintella Cavalcanti).

Também foram construídos o Planetário (Perucaba) e o Espaço do SESI/SENAI (Primavera). Ambos com teatro/auditório e apresentações de shows e peças, mas que funcionam há poucos anos.

Músicas populares/folclóricas eram comumente apresentadas em dias de santos católicos (pastoril, guerreiro etc.).

Havia a escola de música Vila-Lobos, onde se ensinava canto e alguns instrumentos, mas fechou.

Tem também a Orquestra Sinfônica Municipal Ari de Queirós, mas parece que encontrar um regente é que é o problema.

Era bem comum em bares tocar MPB. Um espaço que agregava tanto os apreciadores de MPB e mais ainda dos roqueiros da cidade concentrava-se no Bar do Paulo. Esse bar foi tão importante no tempo que permaneceu em atividade que gerou um documentário premiado.

No final da década de 1990, já tinha na cidade algum movimento de bandas de Rock que deram origem a banda de Alagoas que teve maior notoriedade no cenário nacional, a banda Mopho. (NOMERIANO, 2017, p. 1)

<sup>139</sup> De acordo com a Relação de Bibliotecas Públicas no Estado de Alagoas (Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional, 2013), há 6 bibliotecas municipais públicas em Arapiraca, nos seguintes bairros: Centro, Jardim Esperança, Primavera, Novo Horizonte, Canaã e Planalto. O mesmo documento registra que há apenas uma biblioteca pública municipal em Palmeira dos Índios, em Penedo e em Viçosa, como, de resto, em todos os outros municípios alagoanos, exceto em Maceió, onde há duas bibliotecas municipais. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/sistema-estadual-de-bibliotecas-publicas/guia-das-bibliotecas-publicas/AL-Lista-das-Bibliotecas-Publicas%20-1.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

<sup>140</sup> O Cine Trianon, que foi o principal cinema da cidade de Arapiraca, durante os anos 1970-80, foi demolido em fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://agrestenews.blogspot.com.br/2010/02/adeus-cine-trianon-ou-esclerose.html>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Em Palmeira dos Índios, há uma pequena livraria chamada Tenda Cultural. Tem outra que se chama BookCafé, especializada em livros evangélicos. Há a Biblioteca Municipal Graciliano Ramos e outra do SESC Ler, onde se pode fazer pesquisas sobre literatura local. Quanto a formas e locais de exibição de filmes, alguns projetos promovidos por docentes e estudantes da UFAL e da UNEAL realizaram sessões de cinema no auditório da Casa Museu Graciliano Ramos, e também ocorrem exibições do Cine SESI Cultural, que leva o cinema para praças de cidades do interior.<sup>141</sup>

Há no município a Companhia Teatral Mestres da Graça, fundada desde 2008. Existem também alguns pequenos grupos de teatro, inclusive teatro do oprimido, organizado por estudantes da UNEAL. Em termos de local para apresentação de peças teatrais, há o auditório do IFAL e da Casa Museu Graciliano Ramos, além do teatro ao ar livre no Cristo do Goiti, na encenação da Paixão de Cristo. Em relação a outras expressões literárias, artísticas e culturais, a Academia Palmeirense de Letras, Ciências e Artes (APALCA), fundada em junho de 2000, realiza algumas atividades e premiações.

Na UFAL, há duas atividades extensionistas que promovem eventos que se tornaram regulares no calendário da UE Palmeira dos Índios: o Projeto de Pesquisa e Extensão Cultura em Movimento, voltado à formação cultural com consciência crítica a partir de intervenções na UFAL-Palmeira dos Índios e o Programa de Educação Tutorial – Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano (PET-NESAL).

As questões referentes às dificuldades na oferta de serviços são uma realidade constatada em outras experiências de interiorização de universidades federais no Nordeste, de acordo com os resultados parciais apresentados na pesquisa “A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Norte e Nordeste: efeitos e mudanças [...]”, realizada por pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), entre 2010 e 2014 (MELO; CAMPOS; FERREIRA, 2013)<sup>142</sup>.

As unidades instaladas no interior atendem não só à demanda local, mas abrangem as oportunidades para os municípios vizinhos e até para estudantes oriundos da

---

<sup>141</sup> A propósito da Casa Museu Graciliano Ramos, em 2010, haja vista que a UE Palmeira não dispõe de auditório, houve um movimento de negociação da UFAL para se firmar convênio de cessão do uso do auditório do museu, que é patrimônio público municipal. Em contrapartida, a UFAL faria reforma e adaptações para remoção das barreiras arquitetônicas. As tratativas estavam avançadas, porém, o projeto não foi levado adiante por falta de previsão orçamentária e outros entraves burocráticos.

<sup>142</sup> No Nordeste, a etapa de pesquisa de campo do referido estudo foi realizada através de abordagens para coleta primária de informações, por meio de entrevistas com dirigentes das unidades acadêmicas, professores, alunos e egressos em 15 municípios do interior dos estados de Piauí (1), Ceará (2), Rio Grande do Norte (1), Paraíba (2), Pernambuco (5), Alagoas (1), Sergipe (1) e Bahia (2). Arapiraca foi o município alagoano incluído na amostra da pesquisa, sendo entrevistados 13 professores, 230 estudantes e 5 egressos.

capital, oferecendo uma nova gama de possibilidades para os jovens que desejam ingressar no ensino superior. (Ibid., p. 12)

No artigo que consultamos, os autores enfatizam os projetos de vida dos estudantes, numa perspectiva de ascensão social a partir da *oportunidade* de ingresso na universidade pública no interior. Eles registram que, se por um lado os alunos alegam que “[...] a cidade não tem estrutura, não estava pronta para receber tanto avanço e tecnologia, [por outro,] ressaltam o crescimento no setor de serviços e no comércio[...]”, dando ênfase para as opções de lazer, como cinemas, casas de show e lanchonetes (Ibid., p. 12). Todavia, são apontadas defasagens no estímulo a atividades culturais tanto nas próprias instalações das universidades, como o deficitário acervo das bibliotecas, ou espaços externos que ofereçam opções culturais e até mesmo mais estruturas para atender as demandas de diversão (Ibid., p. 16).

Ainda nos referindo à pesquisa da FUNDAJ, os autores refletem sobre as dificuldades de fixação dos estudantes nas cidades do interior, em virtude da falta de planejamento urbano que se evidencia

a partir da expansão do mercado imobiliário, da ampliação do setor de serviços, incluindo a criação de novos polos de lazer para atender às demandas dos estudantes e professores, além de novas demandas das empresas locais que são responsáveis pela empregabilidade dos egressos dessas instituições. (Ibid., p. 15)

Segundo apontam no artigo (MELO; CAMPOS; FERREIRA, 2013, p. 15):

[...] os alunos se queixam principalmente dos gastos em relação à moradia já que, com o aquecimento do mercado imobiliário, os aluguéis aumentaram consideravelmente, além do gasto com transporte e a quantidade insuficiente de ônibus para atendê-los nos deslocamentos entre os municípios de residência e a universidade, o mesmo se dando com alimentação.

As questões levantadas na mencionada pesquisa refletem a realidade constatada nos quatro municípios onde estão instaladas as unidades educacionais do *Campus Arapiraca*. Foram, inclusive, apontadas por Tavares e Ramalho Filho (2008, p. 232), os quais advertiam para as tensões geradas entre os docentes e a administração superior da UFAL, em razão das condições deficitárias de infra-estrutura. Constatavam a dificuldade de adaptação dos docentes, principalmente daqueles originários de outras regiões do país, aos locais de instalação das unidades interiorizadas.

Outra dificuldade identificada por Tavares e Ramalho (2008), desde os primeiros anos da implantação do *Campus Arapiraca*, referia-se à inovação pedagógica/curricular, proposta por um núcleo restrito de planejadores, as quais dificilmente seria posta em prática sem resistência da parte de professores formados nos padrões tradicionais, bem como, pelo isolamento e a dificuldade de construção de um espaço coletivo de debate acerca dos projetos



pedagógicos comuns de cursos do mesmo eixo temático entre docentes residentes em localidades distintas (especialmente entre Penedo, Arapiraca e Viçosa).

Tal inovação pedagógica diz respeito ao projeto piloto de reformulação do modelo sequencial de oferta de disciplina em todos os 16 cursos do novo *Campus*, inaugurando um conceito de estruturação modular, nivelada, com a definição de troncos de conhecimento. Para tanto, os cursos foram agrupados em eixos temáticos, de acordo com a identidade das áreas de conhecimento, bem como, pelas atividades e formações disciplinares comuns (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008, p. 143).

Os eixos temáticos são: 1) Eixo das Agrárias: agronomia, zootecnia e medicina veterinária. 2) Eixo da Educação: educação física e ciências (licenciaturas: biologia, matemática, química, física). 3) Eixo da Gestão: administração, ciência da computação e turismo. 4) Eixo das Humanidades: serviço social e psicologia. 5) Eixo da Saúde: enfermagem. 6) Eixo da Tecnologia: arquitetura e engenharia de pesca (Ibid.).

Os troncos de conhecimento foram assim constituídos: 1) Tronco Inicial: comum a todos os cursos, com enfoque interdisciplinar que contemple informação e discussão crítica sobre a realidade local e global; produção do conhecimento; lógica, informática e comunicação. 2) Tronco Intermediário: visa à discussão crítica, através de disciplinas instrumentais, interdisciplinares e de síntese, de conhecimentos da formação básica e conteúdo comum aos cursos de cada Eixo Temático. 3) Tronco Profissionalizante: peculiar de cada curso, abrange os conteúdos profissionalizantes objetivos, diretos, mas não estanques. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008)

A resistência a esse projeto pedagógico inovador, sobre a qual aludiram Tavares e Ramalho Filho, foi evidenciada nas duras críticas sucessivamente discutidas no âmbito da relação do conjunto dos coordenadores de colegiado dos cursos com a Diretoria Acadêmica e com a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, durante todo o primeiro ano de funcionamento do *Campus*, ensejando algumas modificações nos projetos pedagógicos (PPC) recebidos prontos quando do início das atividades dos cursos. Contudo, a despeito da avaliação negativa por parte dos docentes, a formatação dos PPC não poderia divergir da versão original, distribuída por troncos, sob pena de não credenciamento dos cursos. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2008). As alterações foram, portanto, mais relacionadas à matriz curricular do tronco profissionalizante de cada curso.

As situações de precariedade e insatisfação apontadas em 2007 e 2008, entretanto, nunca foram levadas ao amplo debate avaliativo, sendo em grande parte persistentes. E apesar dessas constatações, além do *Campus* Arapiraca, uma segunda etapa de interiorização da

UFAL teve prosseguimento, expandindo-se para o sertão do estado, com a implantação do REUNI, em 2010. Instalou-se, então, o *Campus* do Sertão, com sede no município de Delmiro Gouveia e mais uma unidade educacional no município de Santana do Ipanema.

Interessante sublinhar o que se afirma na apresentação do projeto do *Campus* do Sertão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2007, p. 1):

A exemplo do que está ocorrendo no Agreste, quando a presença do *Campus* de Arapiraca veio representar nova esperança na inauguração de um ciclo de desenvolvimento, o Sertão de Alagoas espera com ansiedade este novo *Campus* da UFAL, tamanho é o apoio manifestado pelo poder público local, pela classe política, pelo empresariado e pela sociedade em geral.

Entretanto, essa virtuosa ingenuidade – ou seria escandalosa hipocrisia? – pode ser contrastada com o Dossiê Pauta Local UFAL (ADUFAL, 2012), importante “produto” elaborado pelos docentes e encaminhado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas – ADUFAL ao Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES-SN durante o longo período de greve dos docentes e técnico-administrativos das IFES, entre maio e setembro de 2012, sobre o qual trataremos mais adiante.

Em função dos processos de avaliação para reconhecimento dos cursos do Campus Arapiraca, realizada entre 2010 e 2012 pelo INEP, afirmamos atrevidamente aqui que algumas deficiências foram sanadas, outras muitas foram até “maquiadas”, porém, outras tantas nunca foram resolvidas<sup>143</sup>.

Vale salientar que a maioria dos cursos foram bem avaliados no processo de reconhecimento. Entretanto, alguns cursos como Agronomia, Enfermagem, Engenharia de Pesca e Medicina Veterinária ficaram sem conceito no CPC, em razão de diligências relacionadas com o ENADE, ou por deficiências de estrutura, como o hospital veterinário em Viçosa.

Em relação aos projetos pedagógicos, por exemplo, somente entre os anos de 2016 e 2017 é que houve um processo de revisão curricular, a partir do qual foi abandonado o modelo dos troncos. Os professores das disciplinas específicas dos tronco inicial foram distribuídos nos curso para ministrarem novas disciplinas para as quais sejam capacitados, inclusive eletivas.

---

<sup>143</sup> As potencialidades e também as precariedades dos serviços de infra-estrutura dos municípios onde estão instaladas as unidades do Campus Arapiraca podem ser facilmente identificadas no Plano Diretor do Campus Arapiraca, elaborado em 2012. Um trabalho detalhado e complexo, realizado por uma equipe de docentes e estudantes do curso de Arquitetura, com participação de toda a comunidade acadêmica do Campus (através de consultas e discussões). Esse documento apresenta densos diagnósticos das localidades, das instalações prediais, dos recursos materiais, do quadro de pessoal. Conferir PLANO Diretor UFAL Campus Arapiraca Sede e Unidades (2012a; 2012b; 2012c; 2012d).

Dentre os vários problemas de ausência ou deficiência de estrutura, ressaltamos o Hospital Veterinário da UE Viçosa, posto que se trata de uma unidade criada com um único curso de Medicina Veterinária e que, em função da alta qualificação dos docentes lotados, hoje desenvolve também o curso de Mestrado em Medicina Veterinária, aprovado pela CAPES em 2015, tendo iniciado a primeira turma em 2016.

Somente quase quatro após o início do funcionamento do curso de graduação (2006), em maio de 2010 foi iniciada a obra de construção do hospital, com recursos do REUNI, ao custo de um milhão e meio de reais liberados desde 2009.

Entretanto, a obra foi descontinuada por problemas com a construtora vencedora da licitação. No início de outubro de 2011, o Ministério Público Federal em Alagoas firmou um Um termo de ajustamento de conduta (TAC) com a UFAL, exigindo a construção do hospital veterinário e de laboratórios estruturantes. De acordo com as cláusulas do TAC, a UFAL teria até o fim do mês de outubro para publicar o novo edital de licitação, 45 dias para o recebimento de propostas e 30 dias para análise, julgamento de recursos e publicação do resultado. (ALAGOAS, 2011)

A inauguração do hospital e dos laboratórios só ocorreu em janeiro de 2016.

Conforme publicado na página oficial da UFAL na internet no final de fevereiro de 2016 (SOARES, 2016):

[...] apesar da inauguração em janeiro o hospital está passando por adequações para um atendimento de qualidade. De acordo com a comissão, serão realizados alguns ajustes com a construtora no sistema hidráulico e, principalmente no elétrico, que não está em condições de funcionamento. Também é preciso rever os contratos de licitação para compra de equipamentos básicos como aparelho de radiografia, mesa e instrumental cirúrgico, além de materiais de consumo, como seringas e agulhas. Outra pendência que ainda está sem andamento é o processo de contratação de servidores para trabalhar no local. Segundo um levantamento feito pela direção do Hospital Veterinário, são necessários cerca de 60 profissionais, mas, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas vai, de imediato, realizar concurso para aquisição de 11 servidores. Com este quadro e a garantia de equipamentos e dotação orçamentária será possível abrir o Hospital provisoriamente ainda este ano.

De acordo com reportagem exibida no programa semanal Gazeta Rural, na emissora de TV Gazeta de Alagoas, em 21 de maio de 2017, o funcionamento do hospital é precário, pois falta material de uso continuado para atendimento dos animais, o que leva professores e estudantes a providenciarem a compra, como afirmado pela docente entrevistada. A estrutura está em excelente estado, haja vista a obra ter sido entregue a pouco tempo, porém, as instalações elétrica e hidráulica não são adequadas à demanda desse tipo de estabelecimento, havendo, portanto, constante falta de água e de energia.

Em Palmeira dos Índios, o curso de Psicologia, necessita de laboratórios e de um

ambiente adequado para funcionamento da clínica escola, a qual, desde 2012 passou a funcionar nas instalações do antigo bloco de salas de aula, a partir da iniciativa de docentes e estudantes, que também providenciaram mobília e materiais para atendimento.

O restaurante universitário de Arapiraca foi inaugurado em dezembro de 2015, porém, está fechado por pendências em relação a suas instalações e também em relação a licitação para contratação de pessoal terceirizado.

Ressaltamos que contra esses e outros tantos problemas de ordem institucional e também questões referentes aos precários serviços públicos municipais sempre houve movimentos de resistência, principalmente da parte dos estudantes, mas contando com o apoio e a participação efetiva de docentes e técnicos-administrativos. Alguns momentos emblemáticos foram:

1) Paralisação das aulas e passeatas nas ruas, em protesto contra a falta de prédio próprio, em 2007; e passeatas e aulas na praça do centro da cidade, contra a falta de conforto e ausência de instalações adequadas do prédio próprio, em 2008/2009; mobilizações contra a suspensão de ônibus para estudantes moradores de Arapiraca, em 2014, foram alguns movimentos realizados por estudantes e professores de Psicologia e Serviço Social (Palmeira dos Índios).

2) Ocupação do prédio da Reitoria (Maceió), em fevereiro de 2011, por estudantes do curso de Medicina Veterinária (Viçosa), em protesto contra a falta de condições adequadas para realização do curso, especialmente do hospital veterinário, e também pelo não reconhecimento do curso em virtude das pendências; no mês seguinte, os estudantes de Psicologia (Palmeira dos Índios) se juntaram na ocupação, contra a ausência da clínica escola e laboratórios.<sup>144</sup>

3) Mobilização nas ruas e em meios de comunicação, articulações institucionais e paralisação das aulas (com aval do CONSUNI), de toda a comunidade acadêmica da sede do Campus Arapiraca, entre 3 de abril e 8 de outubro de 2012, em protesto contra a insegurança gerada pela vizinhança com o Presídio Desembargador Luís de Oliveira Lima. A situação foi denunciada publicamente várias vezes, mas, após a invasão violenta de detentos em fuga, no dia 2 de abril de 2012, professores, estudantes e técnicos-administrativos decidiram não mais frequentar o Campus enquanto o presídio permanecesse funcionando naquele local. A decisão de retorno só ocorreu quando o governo do Estado de Alagoas deu garantias de que haveria a transferência dos presos para o Presídio do Agreste (no município de Girau do Ponciano). A

---

<sup>144</sup> Como era um período próximo ao carnaval, o movimento dos estudantes criou o Bloco dos Sem: sem laboratório, sem clínica, sem professores, sem material para as aulas...

transferência ocorreu em novembro de 2013. A tabela 12 apresenta os eventos que motivaram o movimento de resistência dos discentes, docentes e técnicos.

Tabela 12 - Ocorrências de insegurança na sede do Campus Arapiraca em razão da vizinhança com o Presídio Desembargador Luís de Oliveira Lima

ANO	Nº DE OCORRÊNCIAS	OCORRÊNCIAS	SEQUELAS NO CAMPUS ARAPIRACA
2006	1	FUGA	-
2007	1	REBELIÃO	-
2008	1	FUGA	-
2010	3	FUGAS	A sala da Direção Geral do <i>Campus</i> , assim como o bloco de laboratórios, foram alvejados por projéteis.
2011	3	DISPAROS E FUGAS	Disparos de tiros em direção ao Campus Arapiraca, atingindo a sala de pranchetas utilizada pelos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo. Uma tentativa de fuga (escavação de túnel) e duas fugas concretizadas ocorreram em um intervalo de aproximadamente 18h (dias 04/09/2011 e 05/09/2011); uma fuga ocorreu em 30/10/2011.
	1	FUGA	Através de um túnel fugiram 26 reeducandos.
2012	1	FUGA, DISPAROS E SEQUESTRO	Disparos de tiros em direção ao Campus Arapiraca, atingindo a sala de aula 28 (Bloco C); sequestro de motorista que faz o traslado de professores; fuga de 15 reeducandos, bem como disparos e tiros com pelo menos três pessoas atingidas (dois reeducandos e um cidadão que trafegava próximo ao Campus no momento da fuga).

Fonte: ADUFAL, 2012, p. 26-27.

Em 2011, cumprindo agenda de mobilizações dentro da campanha salarial coordenada pelo ANDES-SN, a comunidade acadêmica da unidade educacional de palmeira dos índios se reuniu, em 08 de agosto de 2011, e sistematizamos o resultado da discussão e os encaminhamentos propostos em um documento que intitulamos “Condições precárias do trabalho docente no ensino superior público – particularidades da UFAL / *Campus Arapiraca*”, e acrescentamos como subtítulo o lema ou slogan que adotamos nas atividades de protesto nas ruas: “se for para brincar, que nos dê um brinquedo melhor”.

1. JORNADA DE TRABALHO INVISÍVEL E EXTENUANTE = elevação da dedicação exclusiva (não remunerada) à máxima potência »»»» revisão do regulamento da carga horária docente
2. PRODUTIVISMO ACADÊMICO/INTELECTUAL = produção condicionada pelos indicadores de avaliação de desempenho do CNPq = adoecimento docente (síndrome do *curriculum lattismo*).
3. BAIXO OU NULO RECONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS MESTRES = reflexo da precarização e exigências de especialização do neoliberalismo.
4. RESTRIÇÃO DE CONTRATAÇÕES = número limitado de vagas ou má distribuição de vagas entre os cursos por ausência de critérios claros.
5. DEFICITÁRIO ESTÍMULO/INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO = interdição de contratação de professores substitutos nos casos de afastamentos por motivo de

qualificação (Doutorado e Pós-Doutorado) »»»» autorização legal para abertura de vagas para professores substitutos

6. DESPROPORCIONALIDADE E HIERARQUIZAÇÃO NA MODULAÇÃO DOS CURSOS EM TRONCOS = (des)privilegia os docentes concursados para os troncos inicial e intermediário (a depender da disponibilidade ou acomodação do docente). »»»» revisão curricular no Campus Arapiraca

7. RESTRIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE PELA AUSÊNCIA DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS + AMPLIAÇÃO DE CURSOS OU DE TURMAS (REUNI) SEM CONDIÇÕES DE SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS ATUAIS: infraestrutura e recursos humanos insuficientes e/ou insatisfatórios para manutenção de serviços com qualidade. (Obras inacabadas ou não iniciadas: falta de controle das licitações e dos contratos).

8. CONGELAMENTO SALARIAL »»»» adesão à pauta nacional da ANDES (Plano de Carreira)

9. REDUZIDO ORÇAMENTO PARA EDUCAÇÃO »»»» luta pelos 10% PIB para Educação.

10. QUESTÕES PEDAGÓGICAS:

10.1. Ingresso de estudantes em número elevado: de 40 para 50 (2009).

10.2. Baixo nível de habilidade dos estudantes para a leitura, compreensão, interpretação e escrita de textos na norma padrão culta.

10.3. Prevenção e combate aos plágios.

10.4. Retenção de estudantes durante e, especialmente, na fase final dos cursos (TCC) = abertura de turmas extras, tutorias, cursos de férias e acúmulo de orientações.

10.5. Supervisão acadêmica de estágio prejudicada ou impossibilitada.

10.6. Falta de apoio psicossocial e pedagógico aos estudantes: impactos na vida acadêmica, que repercutem na sala de aula, nos projetos de pesquisa e extensão e na produção de TCC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2011, p. 1, grifo do autor)

Esse documento serviu de subsídio para discussões realizadas em assembleias e outros eventos sindicais docentes naquele mesmo ano e também durante o período de greve dos técnicos-administrativos e dos docentes, em 2012, o qual ensejou amplos debates de toda a comunidade acadêmica da UFAL, incluindo os três segmentos: discentes, docentes e técnico-administrativos, de todas as unidades acadêmicas dos três *campi* (A. C. Simões, Arapiraca e Sertão). Ergueu-se, naquela ocasião, um cenário propício para, de algum modo, avaliar o processo de expansão e interiorização da universidade.

O Dossiê Pauta Local UFAL (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012), chama-se a atenção para “o reducionismo histórico, a direção, o conteúdo e a forma da expansão do ensino superior público federal, nos últimos anos”:

No decorrer do processo de expansão desta universidade, verificaram-se problemas graves de diversas ordens, atingindo as instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Devido a isso, muitas foram as discussões/mobilizações para reivindicar direitos, antes mesmo de haver o planejamento e a execução da expansão, ou seja, desde a própria discussão da implantação do REUNI, os problemas existentes naquela ocasião e os que seriam gerados pelo teor da expansão proposta já eram objeto de preocupação e de denúncia. Temos, como exemplos, paralisações de atividades acadêmicas em Palmeira dos Índios, por melhores condições estruturais; em Arapiraca, por melhoria nas condições de segurança pública; em Viçosa, pela

implantação de equipamentos básicos de laboratórios; em Penedo, por descaso da reitoria com os investimentos necessários para o desenvolvimento da unidade; em Delmiro Gouveia, que reivindicou a conclusão das obras do *campus*.

A interiorização/expansão da universidade não foi precedida de um debate amplo dentro da UFAL e nem com outros setores da sociedade alagoana. Passados cinco anos, não aconteceu também nenhum balanço da experiência. Na própria universidade, o modelo de interiorização/expansão vive contestações. (ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012, p. 6, grifo do autor)

Quanto à problematização das condições de trabalho relacionadas aos processo de expansão, apontadas tanto no documento principal do Dossiê UFAL (ADUFAL, 2012) como nos anexos que o compõem, destacam-se vários desafios para a docência na interiorização.

Em termos de infraestrutura, recursos humanos e organização pedagógica/direção acadêmica, revela-se a precariedade na razão (inversa) entre expansão de matrículas e contratação de professores e de técnicos, nas restrições à qualificação docente e ao desenvolvimento de pesquisas com financiamento público, na alta carga de trabalho, no baixo ou nulo reconhecimento da produção acadêmica dos mestres, na ampliação de cursos ou de turmas (REUNI) sem condições de solução para os problemas de infraestrutura insuficiente e/ou insatisfatória para manutenção de serviços com qualidade.

Também são apresentadas no Dossiê UFAL (Ibid.) algumas questões referentes à condição de permanência duradoura nos municípios interioranos, as quais merecem destaque especial: condições desfavoráveis de vivência cotidiana no interior (transporte, alimentação, assistência à saúde, sistema de educação básica) e ausência de oferta de transporte público adequado, eficiente, seguro, regulamentado e com horários regulares que atendam as necessidades mínimas no deslocamento residência-trabalho-residência.

A situação específica das dificuldades de utilização de transporte intermunicipal foi agravada pela suspensão do pagamento de auxílio transporte em pecúnia nos altos valores declarados nas solicitações ao Departamento de Administração de Pessoal (DAP), em 2012, quando o DAP passou a exigir comprovação de uso dos serviços de transporte para posterior ressarcimento.

Diante do inconveniente gerado, já que grande parte dos professores moravam fora do município de lotação (geralmente, moravam em Maceió), foi constituída uma comissão, com representantes de cada unidade dos dois *campi* do interior (Arapiraca e Sertão) e mais um representante do DAP, para realizar um minucioso estudo da condição de transportes nos municípios onde a UFAL se instalara.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> A metodologia para coleta de dados primários foi a disponibilização de formulário eletrônico na internet para preenchimento e participação voluntários.

O trabalho dessa comissão resultou no “Relatório sobre as dificuldades encontradas pelos servidores lotados nas unidades de ensino da UFAL do interior do estado de Alagoas para obtenção do auxílio-transporte”, cujo objetivo foi expor as dificuldades dos servidores (docentes e técnicos) referentes ao seu deslocamento residência-trabalho-residência, e também para obtenção dos comprovantes de passagens para fins de garantir o ressarcimento dos valores gastos (SANTOS et al., 2012, p. 4). Além do problema do transporte, o relatório revela os desafios para fixação de residência de docentes e técnicos-administrativos nos municípios onde são lotados.

Pela riqueza de detalhes desse documento, optamos por fazer citação direta de alguns trechos e comentá-los. Nesse sentido, faremos indicação apenas do número da página onde localizamos as informações apresentadas.

Referindo-se ao processo de implantação das unidades nos municípios do interior e à chegada dos servidores:

[...] os servidores lotados nestas Unidades de Ensino da UFAL interior não contaram com a oferta de transporte público adequado, eficiente, seguro, regulamentado e com horários regulares que atendessem suas necessidades mínimas no deslocamento residência-trabalho-residência. Transporte este que está sendo realizado e custeado, na grande maioria dos casos, pelos próprios servidores, pois somente assim poderão cumprir seus horários de trabalho junto à instituição. (SANTOS et. al., 2012, p. 4)

Mais adiante, faz-se uma crítica à medida de suspensão do auxílio transporte:

De maneira geral, a esmagadora maioria dos servidores da UFAL lotados nas unidades de ensino do interior de Alagoas está pagando para trabalhar, uma vez que o direito ao auxílio-transporte está sendo abolido ou negado em função da inexistência de transporte coletivo urbano, intermunicipal ou seletivo regulamentado que atendam as exigências estabelecidas pelo DAP/UFAL, baseado “**exclusivamente**” nas regras estabelecidas num ordenamento jurídico que não leva em consideração as particularidades enfrentadas por todos lotados nas unidades de ensino do interior de Alagoas, onde a logística do transporte coletivo é praticamente inexistente e fora dos padrões exigidos pela lei. (SANTOS et. al., 2012, p. 19, grifo dos autores).

Em relação aos servidores lotados na sede do Campus Arapiraca:

De um universo de 140 professores e 45 técnicos, o espaço amostral da Unidade de Ensino de Arapiraca consistiu de 64 formulários, sendo seis (6) técnicos administrativos e 58 docentes. Dentre os principais meios de transporte utilizado pelos professores e técnicos do Campus Arapiraca – SEDE, para seu deslocamento residência-trabalho-residência, há predominância no uso de Van particular, com cerca de 50% do total, seguido do uso do Carro próprio, com 30%, e Van de lotação (complementar), com 24%. Há de se chamar atenção para o fato de que os servidores estarem fazendo uso de mais de um meio de transporte para seu deslocamento. Daqueles que moram em Arapiraca, a grande maioria faz uso do carro próprio, cerca de 80%. (SANTOS et. al., 2012, p. 7)



Sobre a condição de transporte dos servidores lotados na UE Palmeira dos Índios, registra-se que apenas docentes preencheram o formulário, entretanto em número expressivo em relação ao total: 15 docentes de um universo de 19.

Dentre os principais meios de transporte utilizado pelos professores da Unidade de Ensino Palmeira dos Índios, para seu deslocamento residência-trabalho-residência, há predominância no uso de taxi, com cerca de 26% do total, seguido do uso de van de lotação, com 21%; ônibus intermunicipal, com 19%; ônibus urbano, com 16% e carro próprio, com 12%. (SANTOS et. al., 2012, p. 15)

Registramos que Palmeira dos Índios não dispõe de sistema regulamentado de transporte coletivo municipal. E o transporte intermunicipal que havia com o mínimo de conforto e segurança, realizado por uma única empresa local, teve sua atividade encerrada em novembro de 2016, por determinação da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Alagoas (ARSAL), por ter se negado a cumprir a realização de vistorias na frota.

De certa forma, os problemas de deslocamento enfrentados pelos servidores lotados em Palmeira dos Índios, mas que moram em outras Cidades está no deslocamento da rodoviária ou pontos de vans de lotação até a unidade de ensino de Palmeira, onde obrigatoriamente fazem uso do serviço de taxi ou mototaxi e vice-versa. Estas dificuldades são ainda maiores para os professores lotados na Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios, mas que ministram aulas nas Unidades de Ensino de Arapiraca e de Viçosa, sendo esta última situada a cerca de 70 km de distância de Palmeira dos Índios, onde também não há transporte coletivo intermunicipal regulamentado com regularidade interligando estes municípios, a não ser o sistema de vans complementares ou de lotação, que fazem o trajeto Palmeira dos Índios / Quebrangulo / Paulo Jacinto / Viçosa. (SANTOS et. al., 2012, p. 17)

Sobre Viçosa:

A unidade de ensino da UFAL em Viçosa, localizada na Fazenda São Luiz, não é contemplada diretamente por nenhum tipo ou meio de transporte coletivo público. Mesmo os transportes alternativos, seletivos ou complementares que circulam nas rodovias estaduais mais próximas, vão até o centro de Viçosa, ficando a cerca de 7 km da sede da fazenda.

O transporte em van alugada, registrada no DER para transporte de funcionários, tem sido a saída para os servidores que residem em Maceió, lhes permitindo chegar ao local de trabalho a tempo de iniciar as atividades acadêmicas e administrativas a partir das 7:30 da manhã, bem como permitir-lhes o retorno após as 17 horas. (SANTOS et. al., 2012, p. 25)

Sobre o local de residência dos 64 servidores docentes e técnicos-administrativos lotados na sede do Campus Arapiraca e que participaram do levantamento, a comissão apurou que 62% moram em Maceió, 16% em Arapiraca, 8% em Palmeira dos Índios, 6% em Barra de São Miguel, 5% em Marechal Deodoro e 3% em outros municípios de Alagoas e de Sergipe.

Dos 15 docentes lotados na UE Palmeira dos Índios respondentes do formulário de pesquisa, 73% moram em Maceió, 13% moram em Palmeira dos Índios, 7% em Arapiraca e 7% em Rio Largo.

As dificuldades vivenciadas pelos servidores lotados nas unidades de ensino interiorizadas, sobretudo nos que diz respeito à moradia e acomodações das famílias, não encontrou, da instituição UFAL, nenhum respaldo de ajuda financeira ou incentivos para que os mesmos se fixassem nas cidades contempladas com as Unidades Acadêmicas. De maneira geral, o custo de vida, em especial o custo dos imóveis, aluguel ou compra, foram extremamente majorados, fugindo dos padrões salariais dos servidores ou comprometendo boa parte do salário. (SANTOS et. al., 2012, p. 19)

Essa mesma situação foi apresentada na pesquisa da FUNDAJ, como já vimos. Todavia, o argumento apresentado pelos gestores da PROGEP e do DAP, apontava sempre para uma obrigatoriedade de fixação de residência dos docentes no local de trabalho. Solução repudiada pela Comissão que elaborou o relatório:

A opção de moradia em locais distintos daquele de lotação, não pode ser encarada somente como um capricho dos servidores, mas na grande maioria das vezes uma necessidade mais ampla que acaba os obrigando a enfrentar diariamente uma maratona nos seus deslocamentos. Há inúmeras justificativas elencadas que suportam tais escolhas. A primeira e mais importante, que em nenhum aspecto tem sido considerada pela instituição UFAL na escolha dos servidores quanto ao seu local de residência, diz respeito ao alojamento e instalação de seus familiares. Pedir aos servidores que condenem seus familiares a viver e morar em locais sem a mínima infraestrutura de saúde, educação e de apoio social, cultural e lazer, é no mínimo um contrassenso diante de tudo que a sociedade sempre buscou e busca incessantemente, o desenvolvimento humano. Além do mais, se forem levados em consideração os valores reais dos custos de vida, estes foram inflacionados nos locais onde as unidades de ensino da UFAL se instalaram no interior, chegando os gastos a serem iguais e/ou superiores àqueles praticados na capital, e ainda não contar com infraestrutura básica de apoio às suas necessidades de saúde, educação, cultura e lazer. (SANTOS et. al., 2012, p. 27-28)

O relatório detalha pormenorizadamente os percursos, horários, tipos e condição de manutenção e conforto dos transportes usados, valores gastos, alternativas em caso de aulas à noite, como hospedagem em pousadas, situações de perigos nas estradas, etc. A partir dessa exposição, considera:

O tratamento que está sendo dispensado aos usuários do benefício auxílio-transporte, por parte dos órgãos de gestão e de controle externo, está partindo do pressuposto e do princípio de que há disponibilidade de transporte público regulamentado, efetivo, e que atenda as necessidades dos servidores. Partir do princípio de que todos usam o auxílio-transporte de maneira irregular (ou mesmo de má-fé), só torna a situação ainda mais incômoda, inconveniente, preocupante, constrangedora, desgastante, estressante, onde o gasto de energia humana poderia ser revertido em trabalho para a própria instituição. (SANTOS et. al., 2012, p. 12)

Então, sugere-se no relatório: “Diante da burocracia apresentada, a UFAL poderia disponibilizar transporte efetivo para os servidores, de maneira a suprir as demandas e sanar os contratemplos apresentados pelas particularidades de cada localidade.”

As conclusões apontadas no relatório convergem com os argumentos iniciais que ensejaram os estudos e a pesquisa expostos ao longo deste trabalho:

A interiorização do ensino superior federal parece ser uma política oficial de Estado, no entanto, não tem sido este o tratamento adotado. É preciso entender que a viabilidade das regiões mais vulneráveis deste País não se faz somente com a construção física dos instrumentos pretendidos, mas também, e concomitantemente, com investimentos no seu aparelhamento estrutural, tecnológico e de recursos humanos. Nos relatos dos servidores, estes fazem referência aos muitos professores e técnicos de alta qualificação que já deixaram as unidades de ensino do interior em busca de lugares ou outras instituições com melhores condições de trabalho e apoio institucional. E o fato mais marcante disso tudo é que estas saídas têm sido atribuídas à deficiência ou inexistência de políticas e ações objetivas da instituição UFAL, que tem deixado muito a desejar, principalmente no aspecto dos recursos humanos, onde não há uma política clara que apoie, valorize e incentive a fixação dos servidores lotados nas unidades de ensino da UFAL no interior. Ou seja, os servidores ao serem lotados no interior, mesmo cientes da opção do concurso prestado, quando conhecem a realidade, as particularidades e as dificuldades que terão por toda vida profissional, já pensam e buscam uma estratégia para ser removidos o mais breve possível. Desta forma, fica difícil pensar em desenvolver qualquer programa ou projeto de longa duração e mesmo seu engajamento de maneira mais efetiva nas atividades acadêmicas e administrativas das unidades, ou seja, o prejuízo institucional acaba sendo muito maior. (SANTOS et. al., 2012, p. 29)

Ressaltamos que novo processo de avaliação não oficial foi conduzido pelo comando de greve local, durante o movimento paredista de 2015, que foi tão longo quanto o de 2012, tendo iniciado em 28 de maio e encerrado em 24 de setembro.

Nos registros da pauta local específica do Campus Arapiraca constam a ratificação de várias demandas apresentadas no dossiê de 2012, com o agravante das condições ainda mais dificultadas devido à redução do orçamento para as universidades federais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a exposição do nosso estudo, resgatamos sumariamente os conteúdos aqui abordados, a partir dos quais pretendemos dar ensejo à compreensão global dos argumentos que desenvolvemos nesta tese, na sequência em que foram apresentados em cada seção, rememorando os objetivos e articulações entre os conteúdos.

Feito esse esforço de recuperação das ideias construídas, teceremos nossas considerações finais, porém, não conclusivas, apontando os nexos e contradições referentes às condições de trabalho e de vida cotidiana dos docentes no processo de interiorização das universidades públicas federais brasileiras no contexto de um projeto político de desenvolvimento econômico-social posto em marcha na primeira década deste século XXI, em consonância com o projeto neoliberal.

Na primeira seção, intitulada “O trabalho como categoria fundante do ser social e seu processo de (des)valorização no capitalismo”, tivemos o objetivo de discutir sobre a valorização do capital e a desvalorização do trabalho abordadas como relação dialética, contraditória. Sentimos, assim, necessidade de argumentar a respeito das determinações ontológicas e históricas que constituem as condições de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores no modo de organização econômica e social capitalista em suas múltiplas e complexas mediações. Desenvolvemos, então, nossa compreensão acerca da categoria trabalho como fundante do ser social e categoria central de análise das formas de sociabilidade humana, uma vez que ao transformar a natureza o homem modifica as condições inorgânicas que utiliza como meios de subsistência ou como meios de produção, ao tempo que também se modifica, constituindo-se, portanto, como um ser auto-fundado.

Com a exposição das categorias e fenômenos que medeiam o complexo da formação da individualidade e genericidade dos homens que trabalham (trabalhadores), a partir da clássica afirmação marxiana: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”, argumentamos que pela determinação dialética das circunstâncias de formação da sua personalidade, a consciência do indivíduo que escolhe entre as alternativas postas (pressuposto da condição de liberdade do gênero humano – teleologia e causalidade) se orienta ou pela conformação (alienação) ou pela rebeldia (crítica).

Evidenciamos, então, o processo onto-histórico de desenvolvimento das forças produtivas que, dialeticamente, ao aumentar a capacidade produtiva do homem, permitindo-lhe a produção e acumulação de excedentes, favorece também as condições de exploração do

trabalho alheio, de diferentes formas, até chegar ao estágio capitalista de valorização do capital e da simultânea e contraditória desvalorização dos trabalhadores, a partir da subsunção real do trabalho pelo capital, que cria as condições de alienação e estranhamento – ou seja, de desumanização do ser.

Dessa forma, a separação entre sujeito e objeto do trabalho, do trabalho concreto e do trabalho abstrato, ou do trabalho como valor de uso e do trabalhador como valor de troca, é um fenômeno contraditório que amplia a distância dos polos constituintes da base ontológica do ser social, quais sejam: a totalidade social objetiva do gênero humano e as condutas subjetivas de vida dos indivíduos – genericidade e individualidade.

Compreendemos, então, que “[...] os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011b, p. 25). No capitalismo, portanto, cujos princípios (ideologia correspondente aos valores morais que são incutidos na formação da personalidade dos indivíduos) se pautam no individualismo, na ambição e na competitividade, a ideia de progresso pessoal/individual se coaduna com a lógica de desenvolvimento global da sociedade (em nível nacional e internacional), coloca-se a individualidade numa posição inversa em relação à prioridade ontológica da totalidade sobre a singularidade, como assinalado por Lukács, ao converter as relações em relações de troca.

Nesse sentido, chegamos ao entendimento da configuração da prática docente como uma práxis que evidentemente não substitui o trabalho (categoria ontológica), mas que compõe o trabalho abstrato (categoria histórica central na sociedade capitalista). Compreendemos, então, que na condição de trabalho produtivo o trabalho docente é capaz de promover a valorização do capital para o empresariado da educação (“fábrica de ensinar”), assim como, na condição de trabalho improdutivo, a exemplo do setor público, é um trabalho que participa liminarmente do processo de reprodução social do mais-valor, como uma subsunção formal subsidiária dessa forma de trabalho pelo capital na esfera da circulação, onde começa e finda o processo de produção capitalista.

Tal condição, limitada pela alienação própria da cotidianidade do trabalho e da vida social, constituída da motivação moral humano-genérica – que no capitalismo se expressa como uma ética individualista, que separa o ser da essência e, embora afirme a liberdade como princípio e amplie as alternativas, restringe a escolha consciente da individualidade pela alienação – põe como desafio para os docentes das unidades interiorizadas das universidades públicas federais dois caminhos na formação ou deformação da consciência: a rebeldia

(resistência) ou a conformação (resignação).

Na seção seguinte, intitulada “Desenvolvimento nacional e expansão do ensino superior no contexto mundial de desenvolvimento capitalista”, procuramos contextualizar as condições de desenvolvimento nas quais são implantadas as unidades de interiorização das universidades públicas federais brasileiras nos anos de 2005 a 2015 e refletir sobre o projeto de desenvolvimento para o qual essas instituições são chamadas a contribuir.

Iniciamos nosso exercício de reflexão indagando se a história pode ser projetada (teleologicamente), ao ponto de se planejar o desenvolvimento da sociedade. E concluímos que não, pois, embora haja esforços conscientes para um devir humano do homem (idealismo hegeliano), há leis gerais de desenvolvimento das relações sociais, a partir da dialética dos complexos categoriais da teleologia e da causalidade, que funda o trabalho individual, o qual se torna social, como visto na seção anterior.

Apresentamos a concepção de desenvolvimento capitalista numa perspectiva ontológica, a partir de Lukács e Mészáros, fazendo a crítica do paradoxo entre os progressos da produção humana e o caráter nefasto do consumismo. Expomos a crítica de Mészáros ao neoliberalismo e à ideia do "fim da história". Enfatizamos o papel do Estado como gerenciador/regulador desse desenvolvimento, na sua função reprodutiva da incontrollabilidade do capital, pela legitimação da distribuição desigual da riqueza socialmente produzida, especialmente em termos da função ideológica (superestrutura), por meio da regulamentação da educação escolar, como também pela própria oferta do ensino como serviço público.

Para fins de explicitar nosso entendimento acerca da educação como uma dinâmica capaz de produzir a consciência crítica, no sentido da emancipação humana, numa perspectiva ontológica de ruptura das relações de troca que presidem o capital. Elaboramos um item de exposição teórica especificamente para abordar a crítica à educação instrumental voltada para a preparação para o trabalho, e refletir sobre os limites da perspectiva da educação para a cidadania, que considera o trabalho como princípio educativo. Na discussão sobre essas duas concepções, destacamos que a primeira é própria do capitalismo liberal e a segunda é uma proposta reformista de pensadores marxistas.

Retomamos as reflexões acerca do desenvolvimento capitalista, expondo a respeito das estratégias políticas de desenvolvimento planejado no Brasil, através dos planos econômicos que visam sempre o crescimento econômico por meio do desenvolvimento acelerado das forças produtivas, subsidiado pelo Estado. Fizemos a crítica ao “tardocapitalismo”, com fundamento na teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Nesse mister, abordamos o processo de desenvolvimento regional do Nordeste e do estado de Alagoas, no qual evidenciamos o arcaísmo nas relações produtivas, como também nas relações políticas, e destacamos a condição de defasagem da educação básica e da educação superior no desenvolvimento local, em comparação com a região Nordeste e com o país.

Ainda na mesma seção, refletimos sobre as contrarreformas neoliberais implementadas no Brasil, a partir dos anos de 1990, enfatizando as propostas de “reforma universitária”. Dentro do contexto reformista da educação superior no início dos anos 2000, a partir dos governos do PT, destacamos os projetos de “crescimento econômico com justiça social” (como são apontadas as estratégias da ideologia *neodesenvolvimentista*), considerados pelos governantes como “democratização do acesso”, e implementados como estratégias de desenvolvimento, dentre os quais: a interiorização das universidades públicas federais, bem com a expansão do ensino superior público por meio dos IFET's e também pela ampliação de vagas e de cursos através do REUNI, bem como o “crescimento de oportunidades” de acesso ao ensino superior privado, através do PROUNI e do FIES.

Observamos, nesse contexto, que com a interiorização as universidades públicas, no bojo do sistema educacional brasileiro, se veem compelidas a atender às demandas econômicas, sociais, políticas e culturais originadas do processo histórico de progressiva urbanização, comercialização, industrialização das pequenas cidades com tradição na terra, na agricultura, na pecuária, de pequeno ou médio porte que chamam a atenção para uma evolução rural dos agronegócios e da expansão de serviços.

A interiorização do ensino superior público federal, deste modo, é justificada como estratégia de combate ao desequilíbrio no desenvolvimento regional, objetivando cessar a migração de egressos do ensino médio, na abertura de oportunidades para qualificação de “estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias”, bem como, para “fixar profissionais altamente qualificados”.

Dessa discussão supomos que o que se pôs em marcha no Brasil foram as estratégias neoliberais, que podem até promover o crescimento econômico prometido, porém, com a riqueza concentrada nos bolsos de uma minoria, à custa de um batalhão de homens e mulheres graduados, diplomados e desempregados.

Por essa interpretação, pautada na imbricada relação econômica-política entre mercado e Estado que constitui a organização econômica e social e a regulação da ética e da ação política capitalistas, compreendemos que as circunstâncias históricas da atualidade nos instigam a analisar o processo de mercantilização e desvalorização do trabalho docente nas universidades públicas federais brasileiras, sobre o qual refletimos na terceira e última seção.

Com o título de “Desvalorização do trabalhador docente nas universidades públicas federais do Brasil: particularidades da interiorização”, expomos os resultados de nossa pesquisa sobre as “Condições de trabalho e de vida dos docentes da UFAL nas “paisagens do interior”, apresentando o contexto e as circunstâncias do processo de interiorização da UFAL, especificamente a partir da criação e funcionamento do *Campus Arapiraca*, nos municípios alagoanos de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa.

Com a realização do estudo e da pesquisa que agora apresentamos, esperamos ter conseguido contribuir para o desvelamento das condições que circunscrevem as relações de trabalho e de vida cotidiana dos docentes nas experiências de interiorização das universidades públicas federais.

Embora a discussão de uma situação particular não nos permitam totalizar e generalizar a realidade em relação às experiências de interiorização das universidades públicas federais em todo Brasil, entendemos que a sua exposição possibilita compreender a que situações e circunstâncias estamos nos referindo e esclarecer, em alguma medida, aquilo que afirmamos nas interpretações teóricas apresentadas acerca das questões estudadas.

Com isso, pretendemos que, elevando a consciência de sua individualidade na perspectiva de emancipação do gênero humano, os docentes possam romper com os obstáculos – escolher, tomar decisões a partir das alternativas postas – e optar por se juntar à classe trabalhadora numa orientação crítica de resistência, em detrimento de optar pelos projetos de expansão incontrolável e devastadora do capital e aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades sociais pautados pela lógica da competitividade individualista.

Considerando que os trabalhadores docentes não são trabalhadores produtivos e, portanto, sua reprodução se dá pelo consumo da riqueza material gerada pelos produtores reais, e deste modo pertencem à classe de transição, que tendam a se juntar e engrossar a luta dos trabalhadores – articulem-se politicamente à classe trabalhadora, na disputa do espaço público (luta de classes) pela distribuição da riqueza socialmente produzida.



## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Procuradoria Geral da República em Alagoas. **MPF/AL**: Acordo garante construção de hospital veterinário da Ufal: Acordo prevê publicação de novo edital de licitação até o fim de outubro; orçamento existe há três anos. Maceió, 2011. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/acordo-assinado-com-o-mpf-al-garante-construcao-de-hospital-veterinario-da-ufal>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

ALAGOAS 24 Horas. **UFAL**: estudantes e professores de Veterinária ocupam reitoria. Publicado: 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/635400/ufal-estudantes-e-professores-de-veterinaria-ocupam-reitoria/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ALAGOAS 24 Horas. **Ufal recebe terreno para funcionamento de futuro Campus Penedo**. No mesmo dia, prefeitura da cidade também entregou prédio histórico para abrigar o Museu do Rio. Publicado em: 22 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.alagoas24horas.com.br/948197/ufal-recebe-terreno-para-funcionamento-de-futuro-campus-penedo/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ALCADIPANI, R. Academia e a Fábrica de Sardinhas. **Revista O&S**, Salvador, v. 18, n. 57, p. 345-348, abr./jun. 2011.

ALMEIDA, R. **Nordeste**: desenvolvimento social e industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1985. (Série Estudos do Nordeste, v. 18).

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. (Coleção Mundo do trabalho).

ALVES, G. Capitalismo global: nova morfologia social do trabalho e precarização do homem que trabalha. In.: PLANCHEREL, A. A.; BERTOLDO, E. (Org.). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**, Maceió: EDUFAL, 2011. p. 37-85.

AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior**: Estado x Mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba-SP: Editora UNIMEP, 2003. (Acompanha CD-Rom).

AMARAL, N. C. Avaliação e Financiamento de Instituições de Educação Superior: uma comparação dos governos FHC e Lula. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 4, n. 3, p. 321-336, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/download/1721/1166>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ANDRADE, J. A.; MACÊDO, C. W. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento regional.

**Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 16, n. 1, jan./jun. 2012, p. 67-78.

ANDRADE, M. E. **Política de expansão da UERN: oferta e qualidade da educação superior**. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ANDRADE, M. E. Expansão do ensino superior brasileiro: tensões entre autonomia e injunções conjunturais. **Cadernos ANPAE**, n. 8, 2009. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/205.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/205.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2014.

ANTUNES, R. As novas formas de acumulação do capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002a.

ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002b. p. 15-20.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. In: PLANCHEREL, A. A.; BERTOLDO, E. (Org.). **Trabalho e capitalismo contemporâneo**, Maceió: EDUFAL, 2011. p. 19-36.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Dossiê da UFAL – Pauta local**: Aprovada pela Assembleia da Associação de Docentes da UFAL, em 11 de julho de 2012. Maceió: ADUFAL, 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Discussão pauta local - Campus Arapiraca**: Greve de 30 jun. 2015. Disponível em: <<http://grevedocenteufal.blogspot.com.br/2015/08/pauta-local-dos-docentes-da-ufal.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BBC BRASIL. **Brics já deixaram de ser emergentes, diz criador do termo**. 31 mar. 2011. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110331\\_bric\\_press\\_pu.shtml?print=1](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110331_bric_press_pu.shtml?print=1)>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BERTOLDO, E. **A relação trabalho e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. 2002. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

BERTOLDO, E. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009.

BERTOLDO, E.; SANTOS, M. Trabalho docente e luta de classes. In: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). In.: **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 101-124.

BERTOLIN, J. C. G. A Transformação do SINAES: da proposta emancipatória à Lei híbrida. **Avaliação**: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v. 9, n. 4, p. 67-76, set. 2004. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v09n04/v09n04a06.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. Crise do capital, fundo público e valor. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.

BEHRING, E. R. Ernest Mandel: imprescindível. **Revista Em Pauta**, v. 13, p. 37-64, 2015.

BEHRING, E. R. A condição da política social e a agenda da esquerda no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 38, p. 13-29, jan.-jun./2016.

BOSI, A. P. Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas da dominação capitalista (1980-2005). **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 38, p. 43-59, jun. 2006.

BRANCO, R. C. Marxismo e pensamento econômico brasileiro: críticas socialistas à ideologia desenvolvimentista. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 6., 2014, Campinas. **Anais...** Campinas: CEMARX, 2009. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/marxismo-e-pensamento-economico-brasileiro-criticas-social.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/marxismo-e-pensamento-economico-brasileiro-criticas-social.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)**: projeto em tramitação no Congresso Nacional – PL nº 8.035/2010. Brasília, 2011. (Série ação parlamentar; n. 436).

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Expansão da Rede Federal de Educação Superior** - Balanço da gestão da Educação 2003-2010. Brasília: Ministério da Educação,

2010. Não paginado. Disponível em: <[gestao2010.mec.gov.br/o\\_que\\_foifeito/program\\_122.php](http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_122.php)>. Acesso em: 02 set. 2013.

BRITO, L. C. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia** [Online], v. 4, n. 14, nov. 2014. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/802>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 13-63.

CASTELO. R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTELO. R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, 2013, p. 119-138.

CELESTINO, H. Socialismo marxista ainda é utopia. **Valor Econômico**, n. 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/cultura/5014190/socialismo-marxista-ainda-e-utopia>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. **Estudos avançados**, a. 26, n. 75, p. 77-90, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/06.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste do Brasil**: novos desafios para a política nacional de CT&I. Brasília: CGEE, 2011.

CHAVES, V. L. J. **As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA**. Belo Horizonte, 2005. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2005.

CORAL, M. **As Contradições e Tendências do Processo de Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus Rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios**. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Recife, 2016.

COSTA, G. M. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. Maceió: EDUFAL, 2007.

COSTA, M. D. H. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In.: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A Nova fábrica de consensos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 97-113.

COSTA, W. **Alunos da Ufal no Sertão questionam falta de professores e de estrutura**: Estudantes dizem que problemas afetam qualidade de ensino: Gestores expõem que crise financeira pode retardar melhorias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/08/alunos-da-ufal-no-sertao-questionam-falta-de-professores-e-de-estrutura.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CRUZ, S. A. F. S. **Migrantes temporários da cana de Alagoas**: homens de vida amarga no doce rio de açúcar e álcool. Rio de Janeiro, 2017. 393 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

DAL ROSSO, S. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-53. (Coleção Mundo do Trabalho, 2).

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe\\_Demier.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao3/Felipe_Demier.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DOREA, A. D. R. **UFAL: 10 Anos de Interiorização**. 2016. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=294751>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73. (Coleção Mundo do Trabalho, 2)

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. In.: COLÓQUIO INTERNACIONAL INTERNACIONAL “TEORÍA CRÍTICA Y MARXISMO OCCIDENTAL”: El Pensamiento tardío de György Lukács, 4., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s. n.], 2010. Mimeo.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. **Em pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 10, n. 29, p. 35-47, set. 2012.

DUAYER, M.; ARAÚJO, P. H. F. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. **Em pauta**: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 15-36, set. 2015.

FARIAS, M. A.. Patrimonialismo na Educação de Arapiraca na década de 1950. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2006. p. 4672-4680. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/427MariaAparecidaFarias.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2015.

FERNANDES, F. A Universidade em uma sociedade em desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Círculo Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”, São Paulo: Globo, 2010. p. 201-307.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, F. Reforma universitária e mudança social. **INEP**: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 73, n. 175, p. 523-546, set./dez. 1992.

FERREIRA, A. **UFAL e IFAL**: Ensino federal vive situação de penúria em Alagoas. Disponível em: <[http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/07/ufal-e-ifal-ensino-federal-vive-situacao-de-penuria-em-alagoas\\_36005.php](http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/07/ufal-e-ifal-ensino-federal-vive-situacao-de-penuria-em-alagoas_36005.php)>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. Novo desenvolvimentismo, desenvolvimento regional e processos de expansão e interiorização das universidades federais. In.: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITÁRIA, 22., 2015, Belém. **Anais...** Belém: Rede universitárias, 2015.

FIORI, J. L. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos Estudos**, v. 3, n. 40, p. 125-144, nov. 1994.

FREIRE, L. M. B. O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. 2.

ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 167-179.

FREIRE, L. M. B. **Saúde do trabalhador e serviço social: possibilidades pelo avesso do avesso**. 1998. 132 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

GAZETA DO POVO. **Universidades federais “apertam os cintos” após três anos de redução no orçamento**: orçamento das universidades federais do país caiu R\$3,4 bilhões entre os anos de 2014 a 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/universidades-federais-apertam-os-cintos-apos-tres-anos-de-reducao-no-orcamento-86socycr9c1822dkfrufwt5px>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

GIANNOTTI, J. A. Considerações sobre o método. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 59-73. (1).

GOMES, V. C. O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise: considerações iniciais sobre os rumos na América Latina. In.: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 187-198.

GONÇALVES, J. Um “velho” mercado de trabalho para um “novo” semiárido: Alagoas em perspectiva. In.: SOUZA, D. et al. (Orgs.). **“Questão social” em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital**. Maceió: EDUFAL, 2016. p. 83-103.

GONÇALVES, S. **Três empresas incubadoras levam o Prêmio Alagoano Empreendedor Inovador, com destaque para Meu Tutor**. Disponível em: <<http://valormercado.com.br/destaque/2014/03/tres-empresas-incubadoras-levam-o-premio-alagoano-empreendedor-inovador-com-destaque-para-a-meu-tutor/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

GORENDER, J. Introdução: o nascimento do materialismo histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 7-40. (Clássicos).

GREGÓRIO, J. R. B. A universidade pública como parceira do capital: a constante necessidade de produzir inovações tecnológicas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 55, p. 18-31, fev. 2015.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. (1). Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/>>

884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

GUARANY, A. M. B. **Trabalho docente, carreira doente**: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Estudo de caso. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GUIMARÃES, A. R.; MONTE, E. D.; FARIAS, L. M. O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 52, p. 34-45, jul. 2013.

HELLER, A. **O Cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1994.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento industrial no Nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18. **R.B.E.**: Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 5-34, 1967.

HOBSBAWM, E. J. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOLANDA, M. N. A. B. Cotidiano e conhecimento. In.: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 163-173.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. esp., p. 397-416, abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados, Alagoas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=idhm>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. **Um diagnóstico socioeconômico do Estado de Alagoas a partir de uma leitura dos dados da Pesquisa**



**Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (1992-2004)**. Maceió, 2005. Disponível em: <[http://www.iets.inf.br/biblioteca/Um\\_diagnostico\\_socioeconomico\\_do\\_Estado\\_de\\_Alagoas.pdf](http://www.iets.inf.br/biblioteca/Um_diagnostico_socioeconomico_do_Estado_de_Alagoas.pdf)>. Acesso em: 09 maio 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB**: Sinopse Estatística da Educação Básica 2014. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/web/guest/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 9 maio 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2015.

JORNAL DA CIÊNCIA. **Cristovam Buarque defende reforma universitária para 'publicizar' o estatal**. [S. l.: s. n.], 2003. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=11269>>. Acesso em: 18 set. 2013.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-64, jan./abr. 2009.

LEHER, R. **A contra-reforma universitária de Lula da Silva**. [S.l.: s. n., 2004?]. Disponível em: <[www.fedesp.org.br/superior/RobertoLeher.A contra-reforma universitária de Lula da Silva.htm](http://www.fedesp.org.br/superior/RobertoLeher.A%20contra-reforma%20universit%C3%A1ria%20de%20Lula%20da%20Silva.htm)>. Acesso em: 18 set. 2013.

LEHER, R. Prefácio – Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In.: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. p. 7-19.

LEHER, R. Um novo senhor da educação?: A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 3, n. 3, p. 19-30, fev. 1999.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?**: Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. São Paulo:

EDUFAL, 2007a.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007b.

LIMA, D. G.; LIMA, R. L. A precarização do trabalho docente no contexto da universidade operacional e suas inflexões na condição do professor substituto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 60, p. 86-99, jul. 2017.

LIMA, K. R. S. Capitalismo dependente e “reforma universitária consentida”: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In.: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/28/GT11-446—Int.rtf>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do trabalho).

LIRA, S. (Org.). **Alagoas 2000-2013**. São Paulo: Perseu Abramo, 2014. (Estudos Estados Brasileiros).

LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. In.: \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 281-422. (1).

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 41-354. (2).

MACHADO, G. H. L. Trabalho produtivo e improdutivo: a mercadoria. **Blog.Esquerdaonline**. Tema: História & Sociedade. Artigo postado em: 20 out. 2015a. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5754>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MACHADO, G. H. L. Trabalho produtivo e improdutivo: os serviços. **Blog.Esquerdaonline**. Tema: História & Sociedade. Artigo postado em: 29 out. 2015b. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5809>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MACHADO, G. H. L. Trabalho produtivo e improdutivo: o cerne da questão. **Blog.Esquerdaonline**. Tema: História & Sociedade. Artigo postado em: 5 nov. 2015c. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5835>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MACHADO, G. H. L. Trabalho produtivo e improdutivo: o capital produtivo. **Blog.Esquerdaonline**. Tema: História & Sociedade. Artigo postado em: 13 nov. 2015d. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=5938>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MACHADO, F. D.; LIMA, M. C. O. **História econômica de Alagoas**. A indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL, 2016.

MANCEBO, D. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 out. 2014.

MANCEBO, D.; VALE A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MARANHÃO, C. As ilusões do “novo desenvolvimentismo”: expressão ideológica da crise na periferia do capitalismo. In.: COSTA, G. M.; SOUZA, R. (Org.). **O social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social**. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 77-100.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (1).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (v. 1, t. 2).

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (1).

MARX, K. **Para uma crítica da economia política (1857)**. E-book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/criticadaeconomia.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010. (Coleção Marx-Engels.)

MARX, K. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011a. E-book. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b. (Coleção Marx-Engels).

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista (1848)**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. *Crítica da* mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas – 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**: a crítica da crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MELO, P. B.; CAMPOS, L. H. R.; FERREIRA, S. L. N. G. Projetos de vida, carreira e sonhos: a universidade pública no interior do Brasil e a ascensão social dos jovens. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador: [s. n.], 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: UNICAMP; Boitempo, 2002. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, L. A. L.; MACENO, T. E. Educação, reprodução social e crise estrutural do capital. In.: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. (Org.). **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 175-186.

MOURA, E. J. L.; LIMA, M. R. Educação e semiárido: expressões do desenvolvimento tardio de Alagoas. In.: SOUZA, D. et al. (Orgs.). **“Questão social” em Alagoas**: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Maceió: EDUFAL, 2016. p. 197-214.

MOTA, A. E.; AMARAL, A.; PERUZZO, J.. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In.: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-178.

NASCIMENTO, S. M. “Democratização” do Ensino Superior Público no Brasil: controvérsias do discurso oficial sobre a interiorização universitária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória: [s. n.], 2014.

NASCIMENTO, S. M. Precariedade da docência no ensino superior público: condições de trabalho e de vida na expansão das universidades federais para o interior. In.: ALCÁNTARA, N.; SOUZA, R.; FREIRE, S. M. (Org.). **Reflexões em tempos de crise**: trabalho, política, movimentos sociais, Serviço Social. Maceió: EDUFAL, 2015. p. 339-360.

NASCIMENTO, S. M. Condições de trabalho e vida cotidiana dos docentes na interiorização das universidades federais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais...** São Luis: [s. n.], 2015.

NÓBREGA, D. O. **Pedido de ajuda para tese de doutorado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <suenas.2@gmail.com> em 17 out. 2017.

NOMERIANO, A. **Pedido de ajuda para tese de doutorado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <suenas.2@gmail.com> em 23 out. 2017.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. (Biblioteca de Economia).

OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 1, n.18, p. 125-132, 2001.

OLIVEIRA, M. D. T.; NASCIMENTO, S. M. Implantação do Curso de Serviço Social no Processo de Interiorização da UFAL. In.: COSTA, G.; SOUZA, R. M. (Org.). **Curso de Serviço Social**: 50 anos em Alagoas: educação, direitos e emancipação humana. Maceió:

EDUFAL, 2008. p. 133-153.

PANIAGO, M. C. S. **A Incontrolabilidade Ontológica do Capital**: um estudo sobre Beyond Capital, de I. Mészáros. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PAULO NETTO, J. Para a crítica da vida cotidiana. In.: PAULO NETTO, J.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. In.: COSTA, G. M.; SOUZA, R. (Org.). **O social em perspectiva**: políticas, trabalho, serviço social. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 11-45.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, v. 1).

PEREIRA, L. D. D. O Fim da História e o Último Homem. **E-Civitas**: Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2014.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRADO JUNIOR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

RANIERI, J. **Alienação e estranhamento**: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. [S.l.: s.n, 2001?]. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao%20e%20estranhamento....pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

REIS, L. F. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 57, p. 16-35, jan. 2016.

RIBEIRO, C. V. S. et. al. Os que permanecem são os guerreiros: algumas considerações sobre a interiorização da UFMA. In.: **Políticas de educação superior no Brasil**: a expansão privado-mercantil em questão [recurso eletrônico]. Belém: ICED, 2015.

RIDENTI, M. S.; MENDES, F. S. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 601-622, set./dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n66/14.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ROCHA, I. L. As raízes materiais da vida cotidiana. In.: COSTA, G. M.; SOUZA, R. (Org.). **O social em perspectiva: políticas, trabalho, serviço social**. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 261-270.

ROCHA, I. L. **Reflexões sobre diferentes concepções de vida cotidiana no interior do marxismo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2012.

SALVADOR, E. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, p. 4-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANTANA, F.; NASCIMENTO, S. Trabalho docente precarizado no processo de interiorização da Universidade Federal de Alagoas. In.: SOUZA, D.; GONÇALVES, J.; ALCÂNTARA, N.; FREIRE, S. M. (orgs.). **“Questão social” em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital**. Maceió: EDUFAL, 2016. p. 147-171.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In.: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: [s. n.], 2008. p. 15-106. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/49251535/A-Universidade-no-Seculo-XXI#download>>. Acesso em: 2 set. 2013.

SANTOS, R. (Org.). **Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, F. et al. **Relatório sobre as dificuldades encontradas pelos servidores lotados nas unidades de ensino da UFAL do interior do estado de Alagoas para obtenção do auxílio-transporte**. Alagoas: UFAL, 2012.

SANTOS NETO, A. B. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas "Teorias da Mais-Valia" de Karl Marx. **Revista Digital Em Debate**, Santa Catarina, n. 8, p. 5-22, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/29447>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANTOS NETO, A. B. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SILVA, E. P.; HELOANI, J. R.; PIOLLI, E. Autonomia controlada e adoecimento do professor. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 370-383, jul./dez. 2012.

SILVA, E. P.; SILVA JÚNIOR, J. R. Estranhamento e desumanização nas relações de trabalho na instituição universitária pública. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p.223-238, ago. 2010. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art14\\_38e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art14_38e.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SILVA, L. I. L. **Carta ao povo brasileiro**. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Carta-ao-povo-brasileiro.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SILVA, M. E. P. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez. Bragança Paulista-SP: USF-IFAN, 2001.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V.; SILVA, E. P. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 45, p. 9-25, jan. 2010.

SOUZA FILHO, R. Fundo público e políticas sociais no capitalismo: considerações teóricas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 318-339, maio/ago. 2016.

SOUZA, P. N. P. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1979.

TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TAVARES, M. G. M.; VERÇOSA, E. G. UFAL: de um fenômeno tardio a uma maturidade singular. In.: MOROSINI, M. (Org.). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. Brasília: INEP, 2006. p. 171-184.

TAVARES, M. G. M.; RAMALHO FILHO, R. A. Universidade Federal de Alagoas: um



processo inovador de interiorização e democratização da educação superior. In.: CHAVES, V. L.; SILVA JUNIOR, J. R. (Org.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 213-233.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

UCHOA, S. B. B.; TONHOLO, J.; SILVA, K.; CARMO, H. M. O.; SILVA, P. B. B. Impacto da interiorização da UFAL no desenvolvimento econômico do estado de Alagoas – análise baseada nas empresas incubadas. SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 22., 2014, Belém. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/Relata/ArtigosCompleto/ID%20112.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. [**Página inicial**]. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/institucional/apresentacao>>. Disponível em:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **UFAL em números**. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/transparencia/ufal-em-numeros>>. Acesso em: 30 out. 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS. **Histórico**: linha do tempo. Disponível em: <<http://www.uneal.edu.br/institucional/historico/linha-do-tempo>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Campus Arapiraca. Unidade Educacional Palmeira dos Índios. **Condições precárias do trabalho docente no ensino superior público – particularidades da UFAL / Campus Arapiraca: ‘se for para brincar, que nos dê um brinquedo melhor’**. Palmeira dos Índios, 2011.

VAISMAN, E. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, 441-459, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

VALENCIA, A. S. Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 93-104. (Coleção Mundo do Trabalho)

VERÇOSA, E. G. **História do ensino superior em Alagoas: verso & reverso**. Maceió: Edufal, 1997.

VERÇOSA, E. G. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. Maceió: EDUFAL, 2015.

VERÇOSA, E. G.; CAVALCANTE, S. (Org.). **Universidade Federal de Alagoas: o livro dos 50 anos**. Maceió: Edufal, 2011.